Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Educação

Sonia Maria Ferreira

A Mídia e o MST: heróis e vilões na trama do discurso jornalístico

Rio de Janeiro
2012

Sonia Maria Ferreira

A Mídia e o MST: heróis e vilões na trama do discurso jornalístico

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Gaudêncio Frigotto

Rio de Janeiro

2012

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

F383 Ferreira, Sonia Maria.
A mídia e o MST: heróis e vilões na trama do discurso jornalístico / Sonia Maria Ferreira. - 2012.
190 f.

Orientador: Gaudêncio Frigotto.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação.

1. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. – Teses. 2. Movimentos sociais – Teses. 3. Comunicação de massa – Aspectos sociais – Brasil. – Teses. 4. Jornais brasileiros – Teses. I. Frigotto, Gaudêncio. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. IV. Título.

es CDU 316.482:332.021.8 (054)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese.

_____ _____

Assinatura Data

Sonia Maria Ferreira

A Mídia e o MST: heróis e vilões na trama do discurso jornalístico

Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovado em 19 de dezembro de 2012.

Banca Examinadora:

_____
Prof. Dr. Gaudêncio Frigotto (Orientador)
Faculdade de Educação da UERJ

_____
Prof.ª Dr.ª Maria Aparecida Ciavatta Pantoja Franco
Universidade Federal Fluminense

_____
Prof. Dr. Ricardo Ferreira Freitas
Faculdade de Comunicação Social da UERJ

_____
Prof. Dr. André Luiz de Figueiredo Lázaro
Faculdade de Comunicação Social da UERJ

_____
Prof. Dr. Ronaldo Rosas Reis
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro
2012

DEDICATÓRIA

A meus pais, pelo apoio incondicional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente: ao professor Gaudêncio Frigotto, pela orientação dedicada, generosidade e confiança depositada no meu trabalho.

À professora Olga Restum, pelas palavras de sabedoria e amizade, cuja interlocução foi fundamental para a elaboração deste trabalho.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, pelo incentivo desde o início do curso.

Aos colegas, amigos e parentes, pelo apoio imprescindível neste momento de minha vida; e aos professores Ricardo Ferreira Freitas e Roseli Salete Caldart, pelas valiosas contribuições quando da qualificação.

Finalmente, o meu muito obrigada a todos que contribuíram, direta e indiretamente, para a elaboração desta tese.

... A injustiça no caso é flagrante e escandalosa. Mesmo que se aceitem todas as teses sobre o desvirtuamento do movimento dos sem-terra e se acate a demonização dos seus líderes, militantes e simpatizantes, a dimensão do movimento é uma evidência literalmente gritante do tamanho da iniquidade fundiária no Brasil, que ou é uma ficção que milhares de pessoas resolveram adotar só para fazer barulho, ou é uma vergonha nacional. A iniquidade que criou essa multidão de deserdados no país com a maior extensão de terras aráveis do mundo é a mesma que expulsou outra multidão para as ruas e favelas das grandes cidades, deixando o campo despovoado para o latifúndio e o agronegócio predatório. A demora de uma reforma agrária para valer, tão prometida e tão adiada, só agrava a exclusão e aumenta a revolta. ...

Fragmento da crônica *Injustiça e Desordem*, de Luis Fernando Verissimo.

RESUMO

FERREIRA, Sonia Maria. **A Mídia e o MST:** heróis e vilões na trama do discurso jornalístico, 2012. 190f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

A presente pesquisa visa refletir, sob a ótica do discurso, a cultura noticiosa a respeito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no que se refere à cobertura jornalística dos jornais *Zero Hora* e *Folha de S.Paulo* das linhas políticas sobre as questões conjunturais apresentadas pelo Movimento em seus três últimos Congressos Nacionais (1995, 2000 e 2007), para comprovar o tratamento dado pela mídia ao MST e o modo como as formações discursivas em textualizações jornalísticas são indiciárias de permanente tensão em torno da luta pela terra, o que dificulta o diálogo do Movimento com a sociedade. Este trabalho pretende ainda debater qual a intervenção do MST na construção das agendas política e pública e por que o Movimento não consegue provocar mudanças em seu enquadramento noticioso e, assim, constatar o que o processo de saturação do discurso midiático, neste caso o do jornalismo impresso, é capaz de produzir sobre a sociedade, partindo da hipótese de que a mídia, em geral, funciona como aparelho político-ideológico, que elabora e divulga concepções de mundo, cumprindo a função de contribuir com orientações para exercer influência na compreensão dos fatos sociais. A mediação dos meios de comunicação de massa, em geral, produz um deslocamento na experiência pública e, ao mesmo tempo, dá forma aos saberes possíveis que essa experiência desenvolve sobre si mesma. Sabemos que as ideologias presentes nos discursos jornalísticos podem não produzir novos saberes sobre o mundo, mas produzem um reconhecimento do mundo tal como já aprendemos a apropriá-lo. Demonstrar-se-á que, na fase atual do capitalismo – sistema que demanda maior valorização da informação –, a reprodução ideológica se dá diretamente pelos meios de comunicação, por intermédio de pautas e agendas. Considerando o contexto apresentado pela pesquisa, o trabalho destaca também dois fios condutores para alcançar seus objetivos: a submissão da mídia à hegemonia neoliberal e a luta do MST pela reforma agrária diante da valorização do agronegócio latifundiário.

Palavras-chave: MST. Mídia. Congressos nacionais. Reforma agrária. Capitalismo.

RÉSUMÉ

La présente recherche vise à refléchir, sous l'optique du discours, la culture journalistique par rapport au Mouvement des Travailleurs Ruraux Sans Terre [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST], en ce qui concerne la couverture faite par les journaux *Zero Hora* et *Folha de S.Paulo* des lignes politiques touchant les questions conjoncturelles abordées par le Mouvement pendant ses trois derniers Congrès Nationaux (1995, 2000 et 2007). Le but de cette recherche est de faire voir que le traitement donné par les médias en textualisations journalistiques indique une tension permanente autour de la lutte pour la terre, ce qui empêche le dialogue entre le Mouvement et la société. Ce travail envisage encore de débattre sur l'intervention du MST dans l'établissement des agendas politique et public, de comprendre pourquoi le Mouvement ne réussit pas à provoquer des changements dans son cadre de nouvelles et, ainsi, de constater ce que le processus de saturation du discours médiatique (dans ce cas, celui de la presse écrite) est capable de produire sur la société, partant de l'hypothèse que les médias, en général, fonctionnent comme un appareil politico-idéologique, qui élabore et divulgue des conceptions du monde, contribuant par des orientations à influencer la compréhension des faits sociaux. La médiation des moyens de communication de masse, en général, produit un changement dans l'expérience du public et en même temps cède la place à la connaissance possible que cette expérience développe sur elle-même. Nous savons que les idéologies présentes dans les discours journalistiques peuvent ne pas produire de nouvelles connaissances sur le monde, mais plutôt une reconnaissance du monde que nous avons appris à nous approprier. Nous allons démontrer qu'aujourd'hui, dans l'actuelle phase du capitalisme – système qui demande une plus grande valorisation de l'information –, la reproduction idéologique passe directement par les moyens de communication, par l'intermédiaire d'agendas. Considérant le contexte présenté par la recherche, le travail met aussi en exergue deux fils conducteurs visant à atteindre ses buts: la soumission des médias à l'hégémonie néolibérale et la lutte du MST pour la reforme agraire face à la valorisation de l'agro-industrie latifundiaire.

Mots-clés: MST. Médias. Congrès nationaux. Reforme agraire. Capitalisme.

ABSTRACT

From the standpoint of the discourse, this research intends to reflect upon the media culture surrounding Brazil's Landless Peasant Movement [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST], with focus on the journalistic coverage of the newspapers *Zero Hora* and *Folha de S.Paulo* regarding the political lines and conjuncture issues presented by the Movement in its last three national gatherings (1995, 2000 and 2007), the treatment given by the media to MST and how the discursive formations in textualizations indexing news have meant ongoing tensions around the struggle for land and made the dialogue between the Movement and the society even more difficult. This work also intends to discuss the intervention of the MST in the construction of political and public agendas and the reasons why the Movement is unable to produce changes in its media portrayal. Thus, it ascertains the saturation process of the mediatic discourse (specifically in the print media) and the effects that it may produce upon society — beginning with the hypothesis that the media generally operates like a political and ideological apparatus that elaborates and divulges world concepts, carrying out the task of offering orientations that influence the comprehension of social facts. Mediation means of mass communication, in general, produces a shift in public experience and at the same time shapes the possible knowledge that this experience developes on itself. We know that the ideologies found in journalistic discourses can not produce new knowledge about the world, but produce a recognition of the world as we have learned to appropriate it. We shall demonstrate that, in the current phase of capitalism (a system that demands greater value for information), ideological reproduction occurs directly through the media, with their task assignments and daily agendas. Taking under consideration the context presented in the research, this work also emphasizes two guiding lines in order to arrive at its objectives: the submission of the media to the neo-liberal hegemony and the struggle of the MST towards land reform in face of the increasing value of large-scale agribusinesses.

Key words: MST. Media. National gatherings, Land reform. Capitalism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABERT	Associação Brasileira de Rádio e Televisão
ABRA	Associação Brasileira de Radiodifusores
Abra	Associação Brasileira de Reforma Agrária
Abranet	Associação Brasileira de Internet
ABTA	Associação Brasileira de TV por Assinatura
Adjori Brasil	Associação de Jornais e Revistas do Interior do Brasil
ANER	Associação Nacional de Editores e Revistas
ANJ	Associação Nacional de Jornais
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
Cedem	Centro de Educação e Memória da Universidade do Estado de São Paulo
CPDA	Programa de Pós-Graduação Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/UFRRJ
Cepal	Comissão Econômica para a América Latina
Cimi	Comissão Indianista Missionária
CLOC	Coordenação Latino-Americana das Organizações Camponesas
CNN	Canal a Cabo de Notícias Norte-Americano (*Cable News Network*)
CNT	Central Nacional de Televisão (grupo empresarial Organizações Martinez)
Concrab	Confederação Nacional de Cooperativas da Reforma Agrária Brasileira
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CPT	Comissão da Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
FED	Sistema de Reserva Federal dos Estados Unidos (*Federal Reserve System*)
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDC	Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RBS	Rede Brasil Sul
SECOM-PR	Secretaria de Comunicação da Presidência da República
Telebrasil	Associação Brasileira de Telecomunicações
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
UDR	União Ruralista Democrática

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
	Apresentação do problema	13
	Justificativa	15
	Espaço da pesquisa	17
	Objetivos	18
	Panorama final	21
1	**SISTEMA CAPITAL E SUA IMPLICAÇÃO NA CONJUNTURA CONTEMPORÂNEA**	27
1.1	**O neoliberalismo como proposta hegemônica**	38
1.2	**A política de desmonte do Brasil**	43
1.3	**O governo Lula e a política neoliberal**	47
1.4	**O Brasil e a dependência ao capital**	52
2	**OS DONOS DA MÍDIA E O PODER DO CAPITAL**	63
2.1	**A fusão da mídia com o capital**	73
2.2	**Os latifundiários da mídia**	85
2.3	**Os problemas atuais da mídia e a falta de regulação**	93
3	**O MST - GÊNESE E FORMAÇÃO - E A QUESTÃO AGRÁRIA**	103
3.1	**A nova realidade no campo**	113
3.2	**A socialização das experiências dos sem-terra**	126
3.3	**A trajetória dos congressos e as discussões estruturais**	133
4	**PUXANDO OS FIOS DO DISCURSO: IMPRENSA ESCRITA E CRIMINALIZAÇÃO DO MST**	145
5	**CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS**	165
	REFERÊNCIAS	176

INTRODUÇÃO

Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito
como coisa natural...

Bertold Brecht

A ideia desta tese surgiu ainda no momento da minha pesquisa de mestrado, quando do levantamento do material para a abordagem sobre a mídia como reflexo da sociedade.[1] Ao me deparar, em contato com os periódicos do Rio e de São Paulo, com o grande número de matérias sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), algo me intrigou. No entanto, como o objeto de minha dissertação era outro, esqueci, por alguns meses, o assunto. Contudo, não pude deixar de refletir como a mídia, apesar das inúmeras notícias diárias sobre o Movimento, procurava sempre um tom reprovatório das ações, de forma a inculcar na consciência de leitores um *preconceito* com relação à organização. Como se percebe pelo título de uma matéria datada de 20/1/2009, de autoria de Rubens Valente, publicada na *FolhaOnline*: "MST foi processado mais de 600 vezes."

Em 2009, com as comemorações do 25º aniversário de existência do MST, algo me levou a questionar novamente: como uma organização com tanto tempo de vida continuava a ocupar um espaço tão marginal na sociedade brasileira. Nesse contexto, destacavam-se ainda a história da imprensa no Brasil, marcada pelo controle das oligarquias políticas regionais e pelos grandes grupos nacionais, e a importância da mídia no comportamento e na opinião do povo brasileiro. Por esse motivo, resolvi abrir um parêntese, entre tantos assuntos que me inquietavam e me provocavam, no esforço de *re-ler* as matérias publicadas e tentar desaprender o que me foi ensinado para poder raspar a tinta com que me embotaram os sentidos, como diria o poeta Alberto Caeiro[2], e buscar uma explicação na tentativa de identificar quem é realmente o herói e o vilão nessa história.

Sabia, desde aquele instante, do árduo trabalho que teria pela frente, caso resolvesse dar continuidade à pesquisa. Fazer um estudo sobre duas instituições, como o MST e a mídia, significaria ocupar-me de muitas coisas ao mesmo tempo e dos problemas que

[1] A pesquisa debateu o papel da mídia impressa na atualidade, observando a sua inquestionável força na sociedade, por meio de um jogo manipulador das elites e como parte do grande capital. Esta pesquisa resultou na dissertação defendida no PPFH/UERJ.

[2] Considerado o "Mestre Ingênuo" dos heterônimos de Fernando Pessoa. Poeta ligado à natureza, de formação simples que rejeitava qualquer tipo de pensamento filosófico.

atravessam toda a sociedade. Com esta pesquisa, a proposta tentou compartilhar dois eixos: o da informação e o da compreensão, *i.e*., o do jornalismo e o das ciências sociais. "Por ocupar um lugar central dos discursos sociais na contemporaneidade, o campo jornalístico, ao mesmo tempo, produz e é produto da disputa simbólica entre e com cada um dos campos sociais" (TRAQUINA, 2000, p.24). É inegável o interesse que os temas despertam, o que se confirma pela receptividade que o assunto vem encontrando nos meios acadêmicos e intelectuais, haja vista a quantidade de artigos, dissertações e teses apresentados nos últimos anos por professores e alunos em diversas universidades do país.

Vale destacar três centros com ações destinadas ao conhecimento do mundo rural e áreas afins, o Nead – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, do MDA, responsável por estudos e pesquisas de avaliação para o aperfeiçoamento de políticas públicas voltadas para a reforma agrária; o Centro de Documentação do CPDA, da UFRRJ, programa interdisciplinar que acolhe um banco de dissertações e teses, apresentadas sob os mais variados aspectos e áreas de concentração do Movimento; e o Cedem – Centro de Educação e Memória da UNESP, responsável por um acervo referente à memória histórica do MST.[3] Há, também, no próprio MST, um setor dedicado exclusivamente ao arquivo desse tipo de pesquisa.

Na área de Comunicação Social, citamos, aqui, alguns trabalhos relacionados às ações do Movimento: *Do Silêncio à Satanização: O Discurso de Veja e o MST*, de Eduardo Ferreira de Souza (2004); *O Governo de Luiz Inácio Lula da Silva e o MST em O Estado de S. Paulo em 2003: Estudo de Elementos da Ação Política do Jornal*, de Uilson Roberto Bezerra de Paiva (2006); *O Som do Silêncio nas Versões da Praça*, Débora Franco Lerrer (1998); *A ação Política do MST*, Bruno Konder Comparato (2003); *A Revista Veja e a Invenção do "MST Terrorista"*, Najla dos Passos (2009), além de outros que destacam os aspectos presentes na configuração da imagem midiática veiculada sobre o Movimento.

A mídia privada tem-se engajado de maneira ardilosa no novo ciclo político, e o debate sobre o papel que desempenha adquiriu relevo, na atualidade, pela iniciativa de muitos movimentos, incluindo o MST, que também luta pela democratização dos meios de comunicação[4]. As corporações da mídia projetam-se como agentes discursivos, como uma proposta e coesão ideológica, através de meias verdades, notícias fora do contexto, fatos sem vínculos com o passado, essência encoberta pela aparência (MORAES, 2003). Os meios de

[3]Os três centros de estudos foram de grande importância para o trabalho de pesquisa desenvolvido para esta tese.
[4]O MST luta pela valorização dos meios de comunicação populares e também pela quebra do monopólio privado dos meios de comunicação. (*Cf.* < http://www.mst.org.br> – acesso em: 23/4/2009.)

comunicação invadiram as vidas pública e privada de diversas maneiras e com várias materialidades, quais sejam, revistas, jornais, propagandas, *slogans*, programas televisivos, portais e *sites* eletrônicos.

Assim, espero que esta tese possa contribuir para abrir caminhos a novas reflexões e para um debate fértil sobre o tema, que, neste momento, parece inesgotável, diante de tantas contradições existentes em nossa sociedade.

Apresentação do problema

A crise, que caracterizou as décadas a partir dos anos 1960, colocava em evidência que o Estado de Bem-Estar Social – com suas políticas protecionistas – e o seu ensaio nos países do capitalismo não foram capazes de reconciliar o povo com a sociedade capitalista. Nas décadas que se seguiram, houve uma explosão de diversas ações combativas, muitas delas distantes do chão da fábrica e do movimento sindical. Dentro desse contexto, numerosos movimentos de resistência surgiram: de estudantes, feministas, éticos e de contracultura, que iniciaram a consolidação de uma outra dinâmica social. A partir da década de 1970, surgiu uma ideia de movimento totalmente inovador, que colocava em pauta uma nova compreensão sobre a vida política, social e econômica dos países no mundo.

No caso do Brasil, o ciclo de lutas articulou-se a uma crescente mobilização política radicalizada por importantes setores da sociedade, incluindo os movimentos sociais, de operários, de estudantes e de partidos de resistência armada, em sua maioria originários de correntes marxistas. A instância política e social, instalada pelas mobilizações populares e pelas lutas, foi destituída pela ditadura militar que aqui se fez presente por mais de 20 anos. Esse período de crise foi também o de ruptura com o modelo de governança anterior, que levou o país a uma nova ordem política, econômica e social denominada neoliberalismo. “As lutas se agravam a partir de articulações de carências e setores organizados, mobilizados, que ‘puxam’ as lutas” (GOHN, 1991, p.57).

Essa nova ordem implicou diversos aspectos negativos à crise que, durante décadas, se instalou no Brasil, pois as propostas neoliberais mostraram-se como uma nefasta consequência, e não como causa, da crise do Estado, levando à instalação de regimes cada vez mais fragmentados que contribuíram, ainda mais, para o aumento dos níveis de exclusão social, em que o desajuste macroeconômico era evidente. Segundo Marx, essa mesma dinâmica que cria uma sociedade desigual também cria o germe de sua destruição. Fica claro

que os fatores políticos regem predominantemente a distribuição de rendas nacional e internacional, como fora observado por Celso Furtado no livro *O capitalismo global* (2007, p.76).[5]

Em meio ao impasse dessas transformações estruturais de um novo modelo com políticas com base no sistema neoliberal, importadas dos países ricos, começa a configurar-se a instalação de emergentes movimentos e formas de protesto de caráter inovador. Assim, as lutas travadas pelos movimentos, entre as décadas de 1980 e 1990, já conjugavam reivindicações vinculadas a problemas históricos de exclusão, de crítica a programas neoliberais e de sistemas de governança global. Tratava-se de movimentos que emergiram tanto no campo rural quanto nos espaços urbanos, constituídos a partir do compartilhamento de experiências coletivas comuns: falta de emprego, de moradia e exclusão dos direitos de cidadania, para citar apenas alguns.

Na esteira desses movimentos, surgiu o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – como um movimento de caráter nacional, em janeiro de 1984, cuja construção já vinha ocorrendo, contudo, em vários estados do Brasil, especialmente naqueles em que os conflitos pela terra se tornaram mais frequentes. O marco inicial do Movimento, segundo seus dirigentes, foi em 1979, com a ocupação da Fazenda Macali, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. Alguns falam ainda de um período anterior, considerando a expulsão dos posseiros da reserva indígena de Nonoaí o acontecimento mais importante, que assinalou um denso período de lutas no campo (FALKEMBACH, 2006, p.94).[6] Concomitantes aos primeiros conflitos no campo, movimentos contra a ditadura militar e pela democratização da sociedade em todo o país também cresceram.

No encontro de sua fundação, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra estabeleceu dois pilares que o diferenciaram de tantos outros grupos camponeses formados entre as décadas de 1960 e 1990. Primeiro, por ter-se definido como um movimento nacional, o que lhe possibilitou maior força e poder de resistência, e segundo, por se constituir como um movimento familiar, em cujas instâncias e espaços de discussão participam, ainda hoje, homens e mulheres, adultos e jovens. Tal marca fez desenvolver um perfil que o distanciou de outros surgidos naquele mesmo momento: o permanente questionamento das estruturas

[5]O aspecto central desse trabalho de Furtado é uma análise da globalização, que ele apresenta sob um ângulo histórico. É o retrato cru e realista da crise em que se encontravam o país e o mundo naquele momento.
[6]Para melhor compreensão sobre as lutas e sobre a natureza cada vez mais violenta das relações sociais capitalistas no campo, ver *Socialização e individuação:* MST, uma estilística de resistência, de Elza Fonseca Falkembach (registrado nas Referências desta tese).

sociais e da cultura política que as legitima. De acordo com Gohn, "o MST atua no conjunto da sociedade brasileira como um sujeito histórico coletivo que desvela as desigualdades sociais e revela o conflito existente nas classes sociais do país" (2002, p.154).

Por seu poder de resistência, trabalho sério em diversas áreas e suas lutas em prol da democratização da propriedade no Brasil, o MST conta com o olhar atravessado da direita brasileira e da maioria dos meios de comunicação, que se tornaram instrumento de manobras diversionistas de desinformação e de reiteração de verdades autoproclamadas por parte de uma elite detentora do poder e do capital. A estrutura de propriedade dos meios de comunicação de massa reflete, em termos gerais, a concentração e o favorecimento dos grupos políticos e econômicos consolidados no país como um todo, em cujas preferências e/ou filiações a determinadas facções político-partidárias são facilmente reconhecidos e nomeados. A luta tem de ser por uma mídia alternativa que reflita a hegemonia popular, pois a situação atual é um impedimento para que várias opiniões possam se manifestar no debate público.

Outro fator a ser percebido é a influência que essa mídia vem exercendo sobre sua plateia, derivada não somente do que é dito, mas também, significativamente, do que não é dito. Ela, além de continuar a afirmar o *status quo*, permanece com a mesma medida, deixando de levantar as questões essenciais sobre a estrutura da sociedade e conduzindo os seus leitores ao conformismo – fornecendo pouca base para uma apreciação crítica da sociedade. A mídia restringe de forma indireta, mas efetiva, o desenvolvimento consciente de uma visão genuinamente crítica. Hoje os ideais de verdade, justiça e credibilidade caminham em trilhos muito tênues e o grande desafio do jornalismo atual é manter sua identidade em uma rede saturada de informações emitidas pelos mais diversos meios e de forma muito rápida. O problema está na chamada "moral provisória" – pequenas mentiras ou meias verdades –, que se adapta às circunstâncias e não faz parte apenas do dia a dia do jornalismo. É um código que integra o fazer da própria indústria da comunicação (COSTA, 2009).

Justificativa

O Brasil aparece no cenário internacional como exemplo de um país capaz de realizar grandes avanços – coloca-se entre as mais importantes bases produtivas do mundo em desenvolvimento –, sem deixar de ser uma sociedade fraturada, marcada por enormes diferenças de padrões de vida e oportunidades entre seus habitantes, apesar dos patamares alcançados nos últimos governos. Ao mesmo tempo, esse país continental e magnificamente

diversificado exibe ainda acentuadas desigualdades. Entretanto, sua evolução histórica sempre esteve marcada por um processo concentrador da propriedade. O latifúndio foi a forma de organização da produção no período primário-exportador: os processos de industrialização e de urbanização foram acompanhados por um processo de concentração dos meios de produção nos grandes grupos privados nacionais e internacionais, daí ser a terra um fator de tantos conflitos. A elevada concentração fundiária resulta numa batalha desigual.

Por isso, para um debate mais detalhado sobre a legitimidade da luta pela reforma agrária, devem-se buscar a questão das terras improdutivas e o direito dos sem-terra de ocupá-las, tanto na origem dos latifúndios[7] quanto na redação dada à Constituição Brasileira, no que diz respeito, principalmente, ao direito à terra (artigos 184 e 186). "A terra era vista como parte do patrimônio do rei [...], e sua aquisição decorria de uma doação pessoal, segundo os méritos dos pretendentes e os serviços por eles prestados à Coroa" (BECKER; EGLER, 1994, p.41). A realidade brasileira se concretiza na representação de uma sociedade marcada por contradições de classe, pela forte concentração de renda, pela existência de uma massa de cidadãos excluídos e pela permanência da luta de classes principalmente no campo. A elevada concentração fundiária brasileira dá origem a relações econômicas, sociais, políticas e culturais cristalizadas em um modelo inibidor de um desenvolvimento com justiça social.

Sabedores da força que a mídia exerce e que os temas de luta do MST não são contemplados nos noticiários de toda uma rede midiática nacional – e que também o agendamento das notícias não termina no momento da recepção das mensagens, mas, sim, nas conversas de seus receptores (TRAQUINA, 2001) –, reforça-se a ideia do tema desta pesquisa, de modo a compreender e analisar um Movimento que tem como agenda a luta pela superação da ordem que o tira de cena. Hoje, até os governos populares e democráticos destinam sua verba publicitária para a mídia antidemocrática, inclusive para os veículos que abertamente lhes fazem oposição. "[...] A mídia insiste na prática de apresentar o MST como um movimento de 'bandoleiros', 'bandidos' e, após o atentado de 11 de setembro, como 'terroristas' " (ARBEX JR., 2003, p.150). A exemplo dos barões da terra, os latifundiários da mídia agem para desqualificar o Movimento.

[7]É importante, para entendimento da questão agrária, uma leitura do histórico nacional sobre a ocupação e a colonização do Brasil ao longo dos séculos, pois o problema agrário nasceu com o modelo de colonização e de concessões de terras adotado pelos portugueses (*cf. A questão agrária no Brasil*, de Caio Prado Jr., 1981).

Espaço da pesquisa

Apresentamos em nossa pesquisa uma análise acerca da relação entre a mídia e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), investigando as formações discursivas em textualizações jornalísticas impressas para interpretar como elas são indiciárias da permanente tensão em torno do tema. Para isso, fizemos uma abordagem materialista da cultura[8], pois a perspectiva teórica circunscreve-se em torno de autores que chamam a atenção para a importância do papel que a deteriorização da linguagem vem desempenhando no mundo, aquilo que Marx chamara de *alienação*: os seres humanos não se reconhecem naquilo que estão criando. "A linguagem é tão antiga quanto a consciência prática, que existe igualmente para os outros homens..." (MARX, *apud* EAGLETON, 1999, p.11). Isso porque ela é a esfera em que entramos em contato com os fatos do mundo.

O filósofo marxista István Mészáros é um dos autores referenciais nesta pesquisa, por seu trabalho crítico às engrenagens que caracterizam o sistema do capital. Outras referências para a investigação são: Fredric Jameson, Raymond Williams e Edward Thompson, no que diz respeito às suas ideias sobre cultura e o destino em que esse conceito se converteu na contemporaneidade, pois, hoje, ela envolve permanentemente o cotidiano dos homens. No tratamento à mídia, Douglas Kellner, Patrick Charaudeau e Mauro Wolf, com suas teorias e estudos culturais concernentes aos meios midiáticos, além dos brasileiros Venício Lima e Dênis Moraes, que foram pontos de partida para destacar as formas de controle social, dotadas de caráter ideológico, e as dificuldades para a democratização dos meios de comunicação neste país. Quanto à investigação das notícias, procuramos articular os conceitos de ideologia e hegemonia para dar conta do caráter estratégico da produção simbólica nas disputas pelo poder.

Dando continuidade à linha de pesquisa, a análise prendeu-se na explicação das inter-relações entre a cultura dos movimentos sociais, especificamente a do MST, a da mídia e a da sociedade capitalista, a partir do pensamento de Gramsci e de outros teóricos, como Ellen Wood, Francisco de Oliveira, Carlos Nelson Coutinho e Florestan Fernandes, que também não podiam deixar de ser levados em consideração. Sem esquecer, quando do exame do material jornalístico, das categorias bakhtinianas[9], pois, para Mikhail Bakhtin, a palavra vai

[8]Segundo Williams (1979), é todo um conjunto de práticas e expectativas sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, a percepção de nós mesmos e do nosso mundo.
[9]Mikhail Bakhtin dedicou a vida à definição de noções, conceitos e categorias de análise da linguagem com base em discursos cotidianos, enxergando a linguagem como um constante processo de interação mediado pelo diálogo.

estar sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou universal (1995, p.81), sendo essa ideologia que se movimenta justamente sob a paralisação do significado sob o significante que produz. Além dos autores investigados quando da elaboração da dissertação *A Mídia e o Discurso Globalizado* – um caminho para refletir sobre a sociedade[10], que tratou da crescente mercantilização da notícia e dos meios de comunicação de massa.

No que se refere às origens da luta pela reforma agrária, às formas de organização do MST e aos projetos desenvolvidos nos assentamentos e a outras questões relativas ao dia a dia dos sem-terra – que ajudaram a conhecer e a compreender o Movimento –, foram revisitados textos, artigos e trabalhos, acadêmicos ou não, de autores ligados ao MST. Como exemplo, temos José de Souza Martins, João Pedro Stédile, Guilherme Costa Delgado, Bernardo Mançano Fernandes, Elza Falkembach, Maria da Glória Gohn, Leonilde Servolo de Medeiros, Roseli Salete Caldart, Virginia Fontes, Gaudêncio Frigotto, Mitsue Morissawa e outros, que retratam as transformações do Movimento na sociedade atual, desde a sua criação, há 28 anos. A interface eleita serviu e continuará servindo como caminho para problematizar e analisar as experiências do MST, na sua estrutura, métodos de ação, questão educacional ou comunicação.

Objetivos

Esta pesquisa propôs uma abordagem da relação entre a mídia impressa e o MST. No entanto, o estudo procurou não usar parâmetros restritivos nem perspectivas teóricas simplificadoras, como ideias de manipulação ou de submissão da realidade-mundo à realidade do sistema midiático, para evitar a armadilha do maniqueísmo, contrapondo simplesmente o bem e o mal. Ao articular o MST com as notícias veiculadas na imprensa sobre o Movimento, levamos em consideração as esferas produtivas e receptivas, como fontes de investigação dos aspectos culturais presentes no seio das instituições e na própria sociedade. A mídia cada vez mais se consolida como presença destacada da sociabilidade contemporânea, pois se incorpora, de forma natural e inquestionável, à urbanidade como agente social de encontros, desencontros e de reprodução do senso comum e da construção cotidiana do consenso indispensável ao *bom* funcionamento da sociedade.

Além do marco de inspiração marxista, já registrado nas referências teóricas, procurou-se trabalhar a conformação e a interação da mídia na sociedade, utilizando-se as

[10]Dissertação de minha autoria, apresentada, em 2008, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da UERJ, como forma de contribuição ao debate sobre a mídia, na busca de um sistema de comunicação antimonopolista em nosso país.

contribuições gramscianas sobre hegemonia; bem como uma visão de cultura mais ampliada, que a coloca como o local de lutas sociais, ou, como define Williams (2008), uma convergência entre o sentido antropológico e o sociológico e a prática social construtora de *significações* gerais. A questão é examinar a cultura como indissociável à política e à economia e pensá-la como unidade qualitativa do político, do econômico e do próprio cultural no mundo contemporâneo, pois não temos como entender o mundo sem refletir sobre essa ligação.

Dentro de uma perspectiva norteada por princípios de uma ciência crítica, ao se observar como se configuram os contextos do material veiculado, por intermédio da análise dos discursos, com base no trabalho de Eni Orlandi e Milton Silva Pinto, pretendeu-se estabelecer cenários de cruzamento entre as ações do MST e as agendas da grande mídia. Tal perspectiva possibilitou ir além das simples constatações de uso comum para uma postura crítica e de observação diante do panorama pesquisado. Como é do conhecimento da sociedade, a mídia tradicional brasileira age com o objetivo de marcar pelo mecanismo ideológico o Movimento, apesar da presença de títulos, quase diária, sobre o assunto. Sua capacidade "manipuladora"[11] é altamente concentrada e, nesse sentido, é preciso intensificar a luta de ideias na sociedade.

A relação do MST com a grande mídia neste país é marcada por frases e palavras de caráter conotativo, já observadas em estudos anteriores, que tratam da manipulação dos discursos midiáticos com relação às ações do Movimento[12] e do desenho de interpretações negativas. O MST tomou força no rastro da Teologia da Libertação, ideário fortemente reprimido pela linha dura dos dirigentes católicos durante a década de 1980. A partir de diversos pressupostos, são atribuídos ao Movimento crimes, conflitos, tiroteios, desocupações, invasões e vandalismo, além da ligação com a violência no mundo rural, porque as práticas da instituição justificam o trabalho de polícia sobre o Movimento, traduzido, para os leitores e espectadores, como condição necessária à pacificação do campo.

As ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra estão sempre encobertas por um véu de radicalidade, no sentido extremo que essa palavra carrega, pois se divulgam apenas os problemas, nunca as consequências e os bons resultados dos assentamentos agrícolas, já consolidados, e as lutas em favor da sociedade. O clima de caos

[11] *Cf*. com o texto Padrões de manipulação na grande imprensa. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1804200619.htm>. Acesso em: dez.2010.
[12] Ver relatório intitulado VozesSilenciadas_final_2908, da Intervozes Coletivo Brasil de Comunicação Social. Disponível em: <www.intervozes.com.br>. Acesso em: ago.2011.

social passou a ser associado, na mídia, ao MST, considerando-o elemento de geração do medo e da insegurança na opinião pública. As matérias sobre o Movimento são quase sempre enquadradas na área policial, nunca na área política. Em uma análise dos títulos que aparecem na grande imprensa, percebe-se que a preocupação é associar o Movimento com as denúncias de irregularidade. O uso das palavras e expressões reforça a ideia dessa transgressão.[13]

Fundado em 1984, o MST é um movimento nacional, extremamente organizado, presente na maioria dos estados brasileiros. Formado a partir de uma articulação promovida pela Comissão Pastoral da Terra,[14] ligada ao setor progressista da Igreja Católica, o Movimento compreendia, naquela época, a mobilização de agricultores que reivindicavam o direito à terra, a uma propriedade onde pudessem viver e tirar o sustento de sua família. Muitos de seus componentes eram agricultores, que trabalhavam nas terras de grandes proprietários, ou possuíam pequenas propriedades e não tinham suporte para mantê-las. Isso possibilitou "a esses sem-terra a enunciação, a expressão política que lhes deu o uso da palavra, o comando da ação, e elevou seus olhares do chão aos rostos daqueles que representavam o projeto e as práticas sociais que lhes impuseram o sofrimento da privação e da exclusão" (FALKEMBACH, 2006, p.122).

A respeito dos primeiros integrantes do Movimento, escreve Scolese em seu livro *Pioneiros do MST*:

> Já como integrante nacional da Pastoral da Terra, Parafuso participou, em 1979, da assembleia bienal da entidade, em Goiânia. No último dia de discussões, pediu a palavra e fez uma proposta aos bispos e demais assessores presentes: que, na assembleia seguinte, dois anos depois, um grupo de estudo fosse criado para discutir internamente a organização dos trabalhadores rurais do país (2008, p.112).

O Movimento cresceu e, atualmente, possui várias cooperativas bem-sucedidas. Tem uma hierarquia de membros e um calendário de eventos que faz qualquer partido político se sentir pequeno. De tendência progressiva, não tem orientação partidária, apesar de ter trabalhado de perto com o Partido dos Trabalhadores. Publica jornal e revista, atua com rádios comunitárias e possui, até, uma página na internet. Mantém ainda relação com outros movimentos e organizações do mesmo gênero, quer na América Latina, quer em outros continentes. Seus líderes esforçam-se para que os camponeses sem terra tenham acesso à educação, à formação humana e agrícola. Suas atividades incluem melhorias em áreas de

[13]Estudo feito por Maria Aparecida Baccega sobre a retórica da manipulação, que considera a terminologia associada ao MST sob o ponto de vista ideológico, *apud* Crista Berger (1998).
[14]Convém ressaltar o papel da Igreja Católica na retomada das mobilizações urbanas, que começaram a ocorrer no início dos anos de 1970, de modo particular com o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base.

saúde, educação e justiça nas zonas rurais, além do incentivo às mulheres e ao debate dos temas em torno delas.[15]

Fazem parte de suas reivindicações e lutas: a reforma agrária; a legalização das terras ocupadas e a demarcação do território índio; a expropriação de terras pertencentes a multinacionais ou obtidas ilegalmente; o fim da política de colonização; as políticas agrícolas apropriadas aos pequenos proprietários; a conservação e a regeneração ambiental; a punição dos assassinos dos sem-terra; o combate ao agronegócio; e a luta contra os transgênicos, para citar apenas alguns projetos.

Em 2009, ao completar 25 anos de existência, seu posicionamento foi de continuar organizando os pobres do campo, conscientizando-os de seus direitos e mobilizando-os para que lutem por mudanças. Hoje, à luta pela reforma agrária soma-se a de construção de um projeto popular para o Brasil, baseado na justiça social e na dignidade humana, assuntos nem sempre lembrados nos editoriais e matérias veiculadas pela grande mídia de todo o país. E, diante das perspectivas políticas de não realizar a "reforma agrária clássica", seus dirigentes dizem que resta ao Movimento o caminho da "reforma agrária popular", que defende um novo modelo de desenvolvimento agrícola: o agroecológico[16].

> "... A luta pela reforma agrária, que antes se baseava apenas na ocupação de terras do latifúndio, agora ficou mais complexa. Temos que lutar contra o capital, contra a dominação das empresas transnacionais. A reforma agrária deixou de ser aquela medida clássica: desapropriar grandes latifúndios e distribuir lotes para os pobres camponeses [...] Agora, as mudanças no campo para combater a pobreza, a desigualdade e a concentração de riquezas depende de mudanças não só de propriedade de terra, mas também do modelo de produção..." (**JB – Editoria País, 25/1/2009, "25 anos de Teimosia", João Pedro Stédile – dirigente nacional do MST**).

Panorama final

Após um rápido percurso sobre o que esta pesquisa propôs, chama-se a atenção para o grande número de notícias veiculadas pela mídia, sejam elas por intermédio da internet, da televisão, do rádio ou dos impressos, que se ocupam da naturalização das mazelas do mundo. Ao longo da história brasileira, naturalizam-se a desigualdade, a inflação, a falta de liberdade, a miséria, a fome, a violência; é nesse sentido que esta investigação pretende

[15]Importante frisar que o MST também registra, em sua história, um movimento massivo de educação com as crianças e adolescentes, que estudam em escolas conquistadas em seus assentamentos e acampamentos por todo o Brasil, assim como diversas outras iniciativas de formação.

[16]A agroecologia é um sistema de produção agrícola alternativa que busca a sustentabilidade da agricultura camponesa, resgatando práticas que permitam ao agricultor pobre produzir sem depender de insumos industriais. Mais informações, ver *Nota 213*.

assumir um pequeno destaque – discutir como a mídia[17], por meio de sua cultura, expõe imagens e fabrica palavras que influenciam grupos sociais e indivíduos, conformando-os, pois é dessa forma que ela contribui para a legitimidade de medidas arbitrárias de controle social, porque o jornalismo constrói os acontecimentos. "O papel das empresas de comunicação é fundamental na formação do indivíduo moderno, pois o que seria 'viver' num mundo sem livros e jornais, sem rádio e televisão..." (THOMPSON, 2002, p.154).

Ao pensarmos em como, hoje, são conduzidas as notícias – processo de fragmentação, de inversão e, muitas vezes, de ocultação dos fatos –, como formar cidadãos capacitados a formular concepções próprias e expressá-las ativamente nos foros em que se travam diálogos públicos? Na constituição de uma ordem democrática, o direito à livre formação da opinião e sua respectiva manifestação é parte inerente à dignidade humana. No Brasil, precisamos desmontar o oligopólio da mídia para vencer a batalha da democratização dos meios de comunicação; ao contrário do que acontece em outros países, a opção do governo brasileiro por um modelo privado comercial de radiodifusão continua sendo decidida nos gabinetes do poder, sem o debate popular.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ciente da força que a imprensa tem neste país, vem disputando espaço com outros assuntos, mas, mesmo recorrendo a estratégias de agendamento, não consegue intervir na pauta jornalística e reunir temas de seu interesse. Por que uma organização, com mais de 28 anos de existência, que se preocupa em identificar os anseios e as necessidades de grupos que buscam uma vida digna, conforme prometido na Constituição, permanece tão marginal perante a sociedade? Por que a sociedade não conhece suas lutas legítimas? Por intermédio das estratégias de agendamento, o setor de imprensa do MST sugere a pauta, mas, apesar de muitas vezes aceita, ela é associada a ações "fora da lei". O acompanhamento e a observação das matérias demonstram a presença de termos como barbárie, invasão e mortes, que ofuscam a inclusão da pauta do MST no noticiário brasileiro diário, naturalizando-se um significado como único a ser dito.

Será que eles, como não conseguem acesso aos meios de comunicação, têm de fazer notícias e, por isso, entram em conflito com o sistema de produção jornalística, gerando a surpresa, o choque ou qualquer forma latente de agitação? Por que só as notícias depreciativas do Movimento emplacam como manchetes de valor informativo? Ao que parece, essa mídia que vê violência na luta pela terra não enfatiza os assassinatos de

[17]Apesar de esta tese trabalhar com o jornalismo impresso, utilizamos, em alguns momentos, o vocábulo mídia com o significado de conjunto dos meios de comunicação: jornais, revistas, TV, rádio, internet e cinema, de acordo com a definição apresentada pelo *Dicionário de comunicação* (Codecri, 1978).

trabalhadores rurais, de agentes pastorais, o trabalho escravo e a prostituição infantil, mazelas comuns nas sociedades capitalistas. “Visto que os seres humanos e a natureza [...] são tratados, ainda que de maneira mais fictícia, como mercadorias, num sistema de mercados autorregulados e movidos pelo mecanismo de preços, a própria sociedade torna-se um apêndice do mercado” (POLLANYI, *apud* WOOD, 2001, p.31).

Com base no que foi dito até aqui, propomos uma leitura da mídia com relação às políticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nesta investigação, utilizando como instrumento a análise dos discursos, porque a análise nos ajuda a pensar a relação entre o mundo e a linguagem como mediada pela ideologia. A proposta foi mostrar como o discurso da mídia atua sempre na direção da planificação niveladora dos sentidos, incorporando os conceitos de memória para destruir as boas ações do MST, fazendo-nos acreditar que são relatos pretensamente imparciais. Na maioria das vezes, a mídia, na condição de enunciadora do discurso, simula um saber e atribui-se um poder dos quais o leitor estaria destituído. Hoje, precisamos ter em mente que o processo de interação comunicacional inclui a produção, a circulação e o consumo dos sentidos.

> A análise de um texto jornalístico impresso, por exemplo, tomará como ponto de partida o texto publicado, associando-o, a partir de certas pistas materiais que podem ser encontradas em sua superfície mesma, isto é, na mistura de linguagem verbal, imagens e padrões gráficos que o constitui, às práticas socioculturais no interior das quais e que costumam ser chamadas de *contexto* (PINTO, 2002, p.12).

Tentou-se durante todo o processo da pesquisa e da escritura do texto da tese ampliar o processo de detalhamento da literatura, além do levantamento de dissertações e teses pertinentes ao assunto da investigação, para selecionar orientações teóricas que pudessem dar suporte e oferecer contextualização e consistência ao estudo. Os insumos para a construção dessa revisão da literatura foram obtidos na mídia eletrônica, em livros e em periódicos, bem como em outros materiais escritos, como conversas com professores e demais profissionais familiarizados com o tema. Nos últimos anos, alguns trabalhos (artigos em revistas, em jornais e na internet) que denunciam questões inerentes ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e à mídia, em geral, podem ser encontrados; no entanto, os enfoques nem sempre são os mais adequados[18].

[18]Cabe esclarecer que não é proposta desta tese analisar as diversas formas de comunicação que hoje tem o MST e os demais movimentos do campo com os blogs, a internet e outras comunicações impressas; no entanto, não é de nosso desconhecimento o material atualmente formalizado com um pensamento que se contrapõe aos documentos examinados pela tese.

Um planejamento durante os dois últimos anos de desenvolvimento da pesquisa mostrou a necessidade de ampliação do processo de levantamento de dados e de continuidade no trabalho de revisão da literatura, para a integralidade da investigação proposta, sendo constatada a dificuldade de alcance do grande número de trabalhos, artigos, dissertações e teses publicados de 2010 até o momento. Além de um estudo sistematizado, a pesquisa move-se por intermédio da análise de documentos alicerçados nas teorias estudadas às investigações dos noticiários da mídia impressa, presentes nos jornais estudados. Foi problematizado o controle presente na mídia impressa, principalmente contra os movimentos sociais, com o exame do noticiário de dois jornais de grande circulação. Apesar de considerado parte do campo político, enquanto agente que deve dialogar com os poderes institucionalizados e ditar políticas públicas, o MST não consegue ocupar lugar na fala midiática.

Com o Movimento, buscou-se trabalhar com as linhas políticas debatidas e apresentadas nos Congressos Nacionais de 1995, 2000 e 2007[19], por intermédio do material publicado em sua página na internet, ou oriundo de suas publicações (cartilhas, cadernos de debate e jornais). Para a concretização da proposta, foram selecionadas notícias, na pauta política de dois grandes jornais – *Zero Hora*[20], no Rio Grande do Sul, e *A Folha de S.Paulo,* em São Paulo –, tomando como limite o período de dez anos, compreendido entre os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, período esse relatado no primeiro capítulo da tese. Com a pesquisa, analisaram-se as edições dos jornais durante três meses consecutivos de cada ano selecionado, totalizando 540 edições de jornais, o que nos permite verificar as construções ideológicas existentes nas notícias, considerando o contexto histórico e suas condições de produção e recepção, para um balanço dos períodos examinados.

Cabe lembrar que esta tese não quer apenas condenar o noticiário que tacha as "ocupações" do MST como prática criminosa, mesmo reconhecendo, em alguns casos, a intencionalidade dos meios de comunicação, pois a atividade panfletária foge aos propósitos do trabalho. A investigação buscou trabalhar com respeito à rica trajetória desse grupo, que recolocou a reforma agrária na agenda política, e pelo debate que coloca em pauta a urgência pela democratização dos meios de informação e da cultura e por uma mídia alternativa, que seja capaz de enfrentar o poder do monopólio do capital. Segundo o professor Lima (2012),

[19]As linhas políticas discutidas pelo MST nos Congressos Nacionais são de atendimento de interesse em escala nacional, mas quase nunca são apresentadas à sociedade, sendo desconhecidas da população.

[20]Ressalte-se, aqui, a dificuldade para obtenção do material publicado pelo jornal *Zero Hora*, com a demora no envio das notícias sobre o MST, uma vez que as edições anteriores não se encontram disponíveis *on-line* como as da *Folha de S.Paulo*, bem como as péssimas condições do material em microfilme, constante dos arquivos da Biblioteca Nacional.

ao contrário das políticas públicas que envolvem direitos consolidados, o direito à comunicação ainda não está positivado legalmente e a consciência de sua existência é difusa na grande maioria da população brasileira.

> A divulgação, pelo FNDC (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação), de levantamento feito nos registros do Sistema de Controle de Radiodifusão da Anatel, revelando que cerca de 40% das emissoras de televisão estão funcionando em "caráter precário", com suas autorgas vencidas – algumas há mais de 15 anos, prazo limite de duração das concessões – vem apenas confirmar a que ponto chega a ausência de fiscalização e controle público da radiodifusão em nosso país (LIMA, 2012, pp.79-80).

A mídia nunca deu trégua ao Movimento, que tem procurado se mostrar por intermédio de um agendamento próprio. Será que, mesmo com o invólucro de negatividade, é possível dizer que o MST consegue agendar o noticiário brasileiro e dialogar com a sociedade de forma positiva? O Movimento é sempre associado à violência, pois o leitor constrói uma rede de significações que já vem sendo tecida há muito tempo, porque, na realidade, são sócio-historicamente produzidas e ideologicamente interpretadas como naturais. É preciso cotejar as ações com as matérias divulgadas pela imprensa escrita e confrontar essas matérias com o que é proposto *verdadeiramente* pelo MST, para buscar um julgamento justo nessa trama. A tese expõe argumentos para uma profícua e longa discussão.

A luta pela regulação da imprensa tem de ser constante; torna-se relevante preencher as falhas naturais do mercado livre no ramo de comunicação social, pois é de responsabilidade do Estado o papel decisivo tanto ao respeitar os limites externos da liberdade de expressão quanto ao regular o exercício de atividades expressivas, com vistas a fomentar a melhoria da qualidade do debate público e a inclusão do maior número possível de grupos sociais e pontos de vista distintos no mercado de ideias. As consequências com relação à concentração da mídia são extremamente nocivas à formação dos indivíduos, na maioria das vezes, sem quaisquer noções acerca de cidadania, contribuindo para uma ordem social desigual e autoritária, sob o comando das classes dominantes.

A tese apresenta-se em quatro grandes temas, iniciando-se com um panorama introdutório sobre a relação entre o projeto atual de sociedade e o objeto da pesquisa, apresentando objetivos e caminhos que a guiaram. Na segunda parte, ou capítulo um, procuramos refletir sobre o capitalismo e suas crises, com um breve panorama dos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva; no segundo capítulo, sobre a mídia brasileira e seu vínculo com o capital, além da interdição do debate político com relação à democratização das comunicações no Brasil. O terceiro capítulo versa sobre a

formação do MST, a luta pela terra e suas discussões sobre a conjuntura política e econômica atual; na quarta e última parte, uma análise do material selecionado na mídia impressa, nos jornais *Folha de S.Paulo e Zero Hora*, além de uma conclusão. Nesta conclusão, apresentamos as questões levantadas ao longo da pesquisa, com relevância para a luta pela reforma agrária no Brasil, e a importância da mídia como instrumento de legitimação de uma determinada ordem socioeconômica, política e cultural.

1 O SISTEMA CAPITAL E SUA IMPLICAÇÃO NA CONJUNTURA ECONÔMICA

À medida que os sintomas de crise se multiplicam e sua severidade é agravada, parece muito mais plausível que o conjunto do sistema esteja se aproximando de certos limites estruturais do capital, ainda que seja excessivamente otimista sugerir que o modo de produção capitalista já atingiu seu ponto de não retorno a caminho do colapso.

István Mészáros

Neste capítulo de contextualização da pesquisa, abordaremos, de forma geral, as dinâmicas do processo de acumulação e reprodução do capitalismo, que demandam, na contemporaneidade, maior valorização sobre a informação. Aspectos sobre as conexões da mídia e as formas econômicas e sociais impostas pelo capital e seu processo de criminalização dos movimentos sociais e de suas lutas, em particular do MST, aqui apresentados, serão analisados mais especificamente nos próximos capítulos.

Vivemos, dentro de um período histórico da humanidade, dias que desafiam o pensamento dos que elevam o seu olhar para o futuro, pois se torna uma luta coletiva a construção de uma maneira distinta de produzir e viver. Como poderíamos imaginar que, séculos depois do desenvolvimento da civilização ocidental, sob o modo de produção capitalista, voltaríamos a conviver com episódios que revivem a barbárie social? Hoje, o extrato financeiro do capital, por intermédio de um pacto de monopólio sobre as grandes conquistas tecnológicas e científicas, que revolucionaram as comunicações desde o período da Guerra Fria[21], lançou a palavra de ordem de domínio global dos mercados, formando o que se denominou "pensamento único neoliberal"[22]. Esse pensamento foi disseminado como forma dominante de enfocar e orientar a vida das sociedades. Naquele momento, o ritmo avassalador das conquistas científicas e tecnológicas começava a detonar, sem que nos déssemos conta, governos, sistemas sociais e classes sociais, pela ação política, econômica, ideológica ou simplesmente militar.

A fragmentação, a velocidade e a superficialidade com as quais a realidade se apresenta são oferecidas como inevitáveis e reduzidas aos aspectos do cotidiano, sem

[21]Período histórico de disputas estratégicas e conflitos indiretos entre os Estados Unidos e a União Soviética.
[22]Os ditames do "pensamento único neoliberal" assentam-se num conjunto de pressupostos fundamentados na tese da comunhão com os interesses doutrinários neoliberais, os quais continuam a orientar a "velha mídia", de acordo com Emir Sader, em textos publicados em seu Blog (2011). O neoliberalismo se constituiu em um novo modelo hegemônico na história do capitalismo, em sucessão ao modelo keynesiano.

problematizar a relação indivíduo-mundo. A construção social de conceitos e valores, mais do que em qualquer outro momento da História, transforma-se em renovação repetitiva necessária à produção e ao consumo, à consolidação e ao exercício da hegemonia[23], vista como característica de liderança ideológica e cultural de uma classe sobre as outras. É preciso integrar, em todas as dimensões, os centros mundiais de decisão financeira, desbloquear a circulação instantânea de capitais e acelerar as informações. A naturalização dessas construções histórico-sociais e o próprio surgimento do capitalismo são tratados como inquestionáveis: "É como se o capitalismo sempre tivesse o destino do movimento histórico e, mais ainda, como se o próprio movimento da História tivesse sido gerado, desde o início, pelas 'leis' de movimento capitalista" (WOOD, 2001, p.12).[24]

> O efetivo estabelecimento do capitalismo como sistema mundial economicamente articulado contribui para a erosão e desintegração das estruturas tradicionais parciais de estratificação e controle social e político historicamente formados – e variáveis de local para local –, sem ser capaz de produzir um sistema unificado de controle em escala mundial. [Enquanto prevalecer o poder do capital, o governo mundial está fadado a permanecer um devaneio futurólogo.] (MÉSZÁROS, 2009, p.55).

A configuração com a qual hoje se apresenta a contemporaneidade reflete muito mais o caráter fluido e de intensa instabilidade de que o capitalismo se reveste, enquanto projeto de sociedade globalizante e totalizante, do que um novo momento histórico, uma sociedade pós-industrial. É um momento de características bastante específicas em suas intensidades, sem dúvida, mas que conserva a essência, o que reafirma identidade entre a sociedade contemporânea e a modernidade. O rápido aperfeiçoamento de todos os instrumentos de produção com as comunicações imensamente facilitadas obriga as nações a ingressarem no que se chama civilização (MARX; ENGELS, 2001).[25] Daí o consumo[26] ampliar, cada vez mais, o seu domínio econômico e cultural, pois o *fetiche* da mercadoria ganhou dimensões globais e impregnou o estilo de vida dominante na sociedade. Observa-se que o que nos diferencia de outros períodos da modernidade é a "espetacularização da imagem" (DEBORD, 1997, p.30)[27] e seu efeito sobre a massa de cidadãos, transformando-a em consumidora.

---

[23]Ver conceito: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, 2002, V. 3 e V. 6. Conceito de hegemonia utilizado na perspectiva gramsciana de liderança moral e intelectual.

[24]A cientista política Ellen Wood contesta a ideia do capitalismo como uma evolução natural do processo histórico. Ela destaca o fato de a simples existência de mercado não caracterizar o capitalismo. O que hoje o diferencia de suas formações anteriores é a lógica da produtividade.

[25]Marx e Engels registraram a mutabilidade permanente do capitalismo em seus valores, conceitos e relações sociais, pois a nova estrutura produtiva colocava a produção de riqueza no centro das relações sociais.

[26]A cultura do consumo oferece um deslumbrante conjunto de bens e serviços que induzem os indivíduos a participar, sem ao menos se questionarem por quê (CHAUÍ, 2006).

[27]Segundo Debord (1997), "o espetáculo é o dinheiro que se olha".

> As coisas adquirem, aparentemente, vida própria. Sua lógica foge ao controle consciente dos homens e passa a encarnar um mistério. Logo, se a reificação é, do ponto de vista analítico, uma condição do fetichismo por um lado, a reificação só assume significação psicológica autônoma no processo de alienação quando o capitalismo amadurece. Ou, como preferem alguns, no capitalismo tardio (GENRO FILHO, 1987, p.4)[28].

O processo constitutivo do capitalismo como sistema produtivo totalizante, através do *fetiche* da mercadoria e da lógica inerente da *mais-valia*, ou, simplesmente, da produtividade, encontra-se em seu estágio mais globalizado[29] e maduro. É a conquista de todos os recantos do planeta, consolidada pelo suporte tecnológico que potencializa a reprodução dos bens materiais e simbólicos. Em uma relação de autonomia interdependente, a produtividade capitalista interage intensamente com dois fatores: suporte e lógica da produção de bens materiais e simbólicos e como conceito orientador de valores e comportamentos sociais. A partir do neoliberalismo, a ganância do capitalismo transformou, inclusive, a razão científica em mera servidora do dinheiro. Hoje, mais do que nunca, para se manter, visando à sua reprodução ampliada, o capital intensifica a sua destruição em relação à natureza e à humanidade, desemprega e fragiliza o trabalho, embora esta não seja uma maneira nova de o capital resolver os problemas, de forma destrutiva; mas isso está mais intensificado.

> À medida que os sintomas de crise se multiplicaram e sua severidade é agravada, parece muito mais plausível que o conjunto do sistema esteja se aproximando de certos limites estruturais do capital, ainda que seja excessivamente otimista sugerir que o modo de produção capitalista já atingiu seu ponto de não retorno a caminho do colapso (MÉSZÁROS, 2009, 4ª capa).

Considerando que a sociedade capitalista é aquela que tem por objetivo central acumular, concentrar e centralizar capital, pode-se concluir que as necessidades do homem e da coletividade não representam as suas prioridades. O capitalismo está centrado nas leis de produção e no lucro e, consequentemente, na exclusão dos concorrentes[30]. Esta é uma das determinações centrais que caracteriza o capitalismo como um sistema que tende a crises mais profundas. Na realidade, a forma capitalista de relação social tem inscrito em sua lógica a eterna possibilidade de crise, principalmente porque não basta ao capitalismo explorar a força de trabalho, incorporando-a nas mercadorias produzidas, é preciso que o ciclo se complete com a venda dessas mercadorias. Historicamente, a crise do capital não é a da produção das mercadorias, e sim a da superprodução e sua venda no mercado, visando apenas ao lucro. "A

[28] *O Segredo da pirâmide*: para uma teoria marxista do jornalismo. Disponível em:< http://www.adelmo.com.br> (acesso em: 26/9/2007).
[29] Estágio resultante de um formidável desenvolvimento da internacionalização e de um movimento de concentração do capital e das trocas.
[30] Segundo Mészáros (2009), a lógica do capital força uma competição destrutiva dos humanos: pois alguém tem sempre que ser destruído.

questão é que o capitalismo experimenta, hoje, uma profunda crise, impossível de ser negada por mais tempo, mesmo por seus porta-vozes e beneficiários" (MÉSZÁROS, 2009, p.32).

> Quanto mais a produção for concebida e realizada como subordinada ao consumo individual, mais pobre ela está fadada a se tornar [movendo-se no círculo estreito de, talvez, uma meia dúzia de "bens de consumo de massa"]. Por outro lado, quanto mais pobre se torna a produção, maior o empobrecimento humano, que, por sua vez, tem seu efeito empobrecedor novamente sobre a produção – e assim por diante. [...] Parece não haver saída desse círculo vicioso, devido à interação extremamente complexa entre causa e efeito nessa dialética. Não se podem produzir melhoramentos do lado da produção sem ao mesmo tempo enriquecer [embora não apenas em termos de dinheiro] o consumidor individual. Como, porém, ter êxito nesta última tarefa sem promover mudanças estruturais [não apenas legais-institucionais] no conjunto da produção complexa? (MÉSZÁROS, 2006, p.188).

Como tem demonstrado o filósofo István Mészáros, a crise estrutural do capital não atingiu apenas a esfera socioeconômica, mas também todas as dimensões da sociedade, uma vez que o capital não pode ter outro objetivo que não sua própria autorreprodução, à qual tudo, da natureza a todas as necessidades e aspirações humanas, deve se subordinar absolutamente. Diante da gravidade dessa situação historicamente dada, impõe-se a urgência da superação do capital, antes que a humanidade chegue a um ponto onde nada mais possa ser feito. Os problemas que a sociedade está enfrentando não surgiram apenas nos últimos anos, pois os sinais, há algum tempo, se fazem presentes: a contínua destruição do meio ambiente, o aumento alarmante do fosso entre ricos e pobres, a crescente aceleração da violência, o desemprego estrutural, a demanda constante por cortes de gasto na área social, justamente num momento de aumento da pobreza no mundo. A concentração de rendas e de poder é o resultado obrigatório das condições da concorrência capitalista.

A crise estrutural do sistema do capital[31] está destinada a piorar consideravelmente, segundo Mészáros (2009). Para ele, a crise se tornará ainda mais profunda, no sentido de invadir não apenas o mundo das finanças globais, mas também os domínios da nossa vida social, econômica e cultural. Pela primeira vez, o capitalismo confronta-se globalmente com seus problemas e eles não podem ser mais adiados. A crise está ficando muito pior, pois agora ela também atinge os domínios de produção industrial. Estamos nos defrontando com situações dramáticas, fora do alcance da humanidade, pois, desde 1929, o capitalismo não presenciava uma situação assim. Alcançamos os limites históricos de capacidade de o capital controlar a sociedade. "... A crise do sistema financeiro

[31]As modificações estruturais que ocorrem na sociedade não podem ser analisadas senão no contexto da tendência à centralização do capitalismo, pois a tirania da informação, promovida pela concentração do capital, apresenta uma convergência de ações sem precedentes na História. Hoje, não podemos esconder as devastações que a globalização capitalista provocou no mundo inteiro.

global e as retrações da produção industrial, agrícola e de serviços também são demasiadamente evidentes" (ANTUNES, *apud* MÉSZÁROS, 2009, p.11, introdução) para ser ignorada.

> O que hoje estamos vivenciando não é apenas uma crescente polarização – inerente à crise estrutural global do capitalismo atual –, mas, igualmente, o que multiplica os riscos de explosão, o colapso de uma série de válvulas de segurança que cumpriam um papel vital na perpetuação da sociedade de mercado (MÉSZÁROS, 2009, p.48).

O fato é que, com a maturidade do capitalismo, quer seja no campo, ou na cidade, o poderio econômico buscou bases para perpetuar sua exploração e fazer com que a máquina (capital morto) se expressasse pelo avanço da ciência e da tecnologia, em detrimento da incorporação da força de trabalho. O capitalismo está pautado em um mercado livre, de uma economia competitiva. Todavia, com o tempo, essa competição torna-se concentradora e centralizadora da produção, culminando com a formação dos cartéis, dos conluios, que buscam e conseguem dominar o mercado, em prejuízo daqueles que não têm condições de competição; mas que querem sobreviver. Essa predominância do mercado como modo ideal de fabricação de valores e regras de conduta leva à escalada das disfunções autorreferenciais. A consequência disso é que os mais fortes se tornam cada vez mais fortes e os poderosos cada vez mais poderosos. "O capitalismo perdeu a capacidade de aprofundar sua lógica e funciona como uma máquina de exclusão, condenando uma parcela da população a uma espécie de degredo mercantil" (FONTES, 2005, p.32)[32].

Entretanto, é notório que o capitalismo não se caracteriza, única e exclusivamente, pela exploração do homem pela máquina, mas do homem pelo homem explorador, pela tecnologia concentradora e pela ganância do homem em se sobrepor aos outros, na busca incessante de altos lucros a todo custo. O avanço do sistema capitalista fez com que as ideias dos grandes industriais e financistas, que usam os princípios burgueses da exploração, se estruturassem de tal maneira que a sua sobrevivência dependesse não unicamente da exploração da mão de obra, mas de alguns outros artifícios que lhes assegurassem o poder de espoliar. Isso acontece porque a tendência do sistema capitalista para a expansão contínua das forças produtivas é algo inerente à sua constituição. É com essa concepção que o sistema expandiu-se pelos países ricos, pelas colônias, pelas regiões e por onde ele pudesse criar dependências, subservientes e, até mesmo, acorrentamentos pelas forças dos trustes internacionais que dominam o mundo.

[32]A professora Virginia Fontes busca pensar a exclusão em sua articulação com a dinâmica social, em especial com o desdobramento do capitalismo.

> O capitalismo é constituído pela exploração de classe, mas é mais que um mero sistema de opressão de classe. É um processo totalizador cruel que dá forma à nossa vida em todos os aspectos imagináveis, [...]. Entre outras coisas, mesmo sem considerar o poder direto brandido pela riqueza capitalista, tanto na economia quanto na esfera política, ele submete toda vida social às exigências abstratas do mercado, por meio da mercantilização da vida em todos os seus aspectos, determinando a alocação de trabalho, lazer, recursos, padrões de produção, de consumo e organização do tempo (WOOD, 2003, p.224).

Ao longo deste capítulo, será importante destacar os aspectos distintivos, no contexto capitalista, que caracterizam o Brasil atual. Pretendemos, sem detalhes exaustivos, elencar alguns fundamentos que se têm sustentado na consolidação do modelo neoliberal, centrado na figura do Estado-Nação moderno, que assumiu não só a função de regular as relações sociais, mas também de promover o desenvolvimento socioeconômico, além da instalação de um sistema de esvaziamento da política. Esse processo "é a anulação da política, não pela transferência da teoria econômica para a teoria política, mas pela anulação dos sujeitos não proprietários" (OLIVEIRA, 2007, p.288), elementos centrais no processo de governo de uma nação. Na verdade, a colonização da política pela economia se dá em termos mundiais, não somente no Brasil, com intervenções de entidades de polícia, como FMI e OMC, Banco Mundial, FED americano, pois são eles que determinam o agir econômico sem constrangimentos políticos. Em vários momentos da história e até hoje, o capitalismo coexistiu com diversas formas de organizar a economia. Certamente, o sistema também atravessou o Brasil ao longo de décadas por diferentes dinâmicas.

Também para efeitos dessa tese, convém, aqui, uma breve observação que conduza o leitor ao entendimento da relação do objeto desta pesquisa com o capitalismo. Para avaliarmos a mídia e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)[33], em seus posicionamentos contemporâneos e em suas posturas como sujeitos políticos, partimos do ponto de vista de que o capitalismo eclipsou, em nosso país, as identidades culturais e de interesse econômico divergentes e consolidou o triunfo das oligarquias e de seu projeto hegemônico. Com base nas categorias norteadoras desta tese, tentaremos refletir a relação da mídia e do MST com o poder político-institucional, pois tanto um quanto outro tornaram-se palco do processo sociopolítico-econômico contemporâneo. A integração do Brasil ao mercado global do capitalismo constituiu-se numa das principais responsáveis pela configuração de forças dos diversos atores, sociais, políticos e econômicos; pela construção das identidades (sociais, políticas e culturais) e pela subsunção da política pela economia. O

[33]O maior e mais proeminente movimento social da América Latina (c*f*. <http://www.mst.org.br>).

capital global depende de um sistema de Estados locais que administrem o capitalismo global (WOOD, 2003).

> O Movimento dos Sem-Terra (MST) tenta obter do governo o cumprimento do número de assentamentos necessários. Este negaceia, também não por falta de vontade política, mas pelos enquadramentos fiscais superavitários impostos pelo FMI, e a mídia provoca aumentando os holofotes do conflito MST x governo Lula. Em consequência, ambos se enfraquecem e as posições antirreforma agrária começam a crescer (OLIVEIRA, 2005, p.116).

Desde a consolidação do capitalismo monopolista, em meados do século passado, a cultura foi transformada dominantemente em atividade mercantil, tornando-se uma ferramenta essencial para a solidificação do sistema capitalista. As indústrias culturais passaram a despertar grande interesse por parte de setores industriais e comerciais, os quais perceberam nos meios de comunicação um excelente mecanismo para divulgação de seus negócios, pois com a mídia foi possível incentivar o consumo por intermédio da publicidade nas sociedades capitalistas. Por outro lado, as empresas de comunicação se capitalizaram e se expandiram diante dos investimentos trazidos pelas indústrias e demais setores comerciais. No âmbito desse panorama de crescimento, as organizações se modernizaram, implantando tecnologia de comunicação e informação e iniciaram uma corrida e expansão, dando origem aos oligopólios de comunicação, que, de certa forma, intensificaram a disseminação global de mensagens, satisfazendo os interesses do capital. É um oligopólio de empresas familiares que partilha entre si as concessões de TV e rádio, de norte a sul, por meio de suas filiais e retransmissoras e ainda controlam jornais, revistas, editoras, produtoras de filmes e de teatro.

> A intensificação da comunicação móvel ajusta-se ao atual estágio do capitalismo, cujo pilar de sustentação é a capacidade de acumulação financeira numa economia de interconexões eletrônicas. O sistema tecnológico incorpora à lógica hegemônica[34] sua vocação expansiva, ancorada na contínua integração de fluxos de informação de altíssima velocidade... (MORAES, 2009, p.68).

É imprescindível registrar que, ao mesmo tempo em que a essência da sociedade capitalista se manteve, houve mudanças profundas em seus mecanismos sociais. O espaço ocupado pelos indivíduos, os novos parâmetros da sociabilidade, a profunda diversificação dos conflitos, o surgimento de novos agentes da política e a intensificação das mercadorias simbólicas forçaram a ampliação do comando político e governamental, incorporando outros atores nessa mágica *Idade da Mídia*[35], como sociabilidade midiatizada. A mutabilidade constante, a velocidade e a superficialidade – com que a fragmentação da vida nos é

[34]Entendida, neste contexto, como a supremacia exercida através do consentimento e da força, da imposição e da concessão, de e entre classes e blocos de classes e frações de classes.
[35]Momento em que a mídia passou a ter um papel integrador das práticas culturais, tendo assumido importância na dinâmica do crescimento do capitalismo e desempenhando a função de partido político.

apresentada sob o comando da mídia contemporânea – interferem marcadamente na constituição da realidade não mais contígua, pois se encontra cravada de rupturas provocadas pelos avanços tecnológicos e, mesmo não se constituindo em um novo período histórico, registra transformações culturais importantes, abalando conceitos ditados e amadurecidos pelo próprio projeto de modernidade, que julgava possível o desenvolvimento harmonioso da regulação e da emancipação da vida.

O capitalismo introduziu a regressão social, de um lado, e sufocou todo progresso social, de outro. A economia mundial capitalista entrou, portanto, em uma fase de instabilidade profunda, em que podem surgir as formas mais bárbaras de perpetuação de um sistema econômico e social hoje ultrapassado, e a grande mídia usa essa questão e abusa dela para "apassivar"[36] e atemorizar a população. Na maioria das vezes, ela apresenta as notícias de forma declaratória e descontextualizada, diluindo a crise em milhares de horas de programas destinados a entreter, como se nada estivesse acontecendo. Na sociedade contemporânea, intermediada pela mídia, a sociabilidade depende daqueles que selecionam o que você deve saber, pois decidem sobre quais interações são oferecidas e em qual momento serão permitidas.[37] Isso também ocorre com a vida cotidiana, hoje totalmente mercantilizada e apresentada de maneira descolada das contradições econômicas, sociais e culturais. No entanto, as decisões escapam inteiramente dos cidadãos, e essa exclusão consolida o que vamos chamar de despolitização da sociedade (CHAUÍ, 2006a, p.323).

> Diz-se sempre, em nome do credo liberal, que o monopólio uniformiza e que a concorrência diversifica. Nada tenho, evidentemente, contra a concorrência, mas observo apenas que, quando ela se exerce entre jornalistas ou jornais que estão sujeitos às mesmas restrições, ás mesmas pesquisas de opinião, aos mesmos anunciantes [...], ela homogeneíza (BOURDIEU, 1997, p.31).

Vale ainda considerar que, segundo as observações de Nelson Werneck Sodré, verifica-se um forte reflexo da sociedade capitalista na história da imprensa, por muitas razões fáceis de referir e demonstrar e que, mais tarde, abordaremos. Há um traço ostensivo que comprova a estreita ligação entre o desenvolvimento da imprensa e o desenvolvimento da sociedade capitalista, aquele acompanhando este numa ligação dialética, e não simplesmente mecânica. A ligação dialética é facilmente perceptível pela constatação da influência que a difusão da imprensa exerce sobre o comportamento das massas e dos indivíduos (SODRÉ, 2009). Nesse caminho, a mídia passou a buscar uma lucratividade que norteia os grandes

[36]Terminologia usada pela professora Virgínia Fontes (2009), em seus textos, para demonstrar a ação da mídia comprometida com o capital sobre os indivíduos, através de seu noticiário.
[37]Referência às teorias da comunicação e do jornalismo (*agenda-setting, gatekeeping*) que influenciam as interações da sociedade contemporânea, intermediada pela mídia, e nelas interferem.

grupos transnacionais. A mídia se constitui hoje empresa e o seu produto, mercadoria. Para compreender essa relação, será preciso pôr em pauta todas as mediações, tanto as do campo econômico, quanto àquelas que transformaram a mídia em agente dos interesses no processo globalizante do capitalismo tardio[38] (JAMESON, 1996).

> À medida que o capitalismo se espraia por regiões mais vastas e penetra mais fundo em todos os aspectos da vida social e do meio ambiente natural, suas contradições vão escapando mais e mais aos esforços de controlá-las (WOOD, 2001, p.129).

Com a imposição progressiva do mercado, a notícia passou a ser informação transformada em mercadoria com todos os seus apelos emocionais. Ela sofre uma adaptação às normas mercadológicas de generalização. As informações, mesmo marcadas pelo jogo de interesses econômicos, que envolvem as grandes organizações que as produzem – e pelo conteúdo ideológico que possam conduzir –, são reconhecidamente suportes constitutivos da sociedade. Sendo assim, essa globalização, que de fato existe e que teve origem lá atrás, na Revolução Comercial Europeia, e que se fortaleceu, em grande parte, na Revolução Industrial, encontra aliados importantes na mídia[39] e na mudança cada vez maior da estrutura mental e coletiva. O mundo se ajusta de acordo com as solicitações do capitalismo, por isso a colonização agora é mais ampla e complexa do que aquela apresentada no período da navegação portuguesa. Ela se manifesta, hoje, em tecnologia sofisticada que impõe o padrão do grupo dominante para o mais fraco, tanto dentro de um Estado quanto fora dele.

> Na sociedade capitalista, pode-se dizer que a mídia vive a ditadura do capital. Isso porque a classe que detém os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção intelectual, produzindo e naturalizando ideias que legitimem o *status quo* (MARTÍN-BARBERO, *apud* CANCLINI, 1999, p.76).

Quanto ao MST – movimento protagonista na luta social e política –, podemos considerar que, de alguma forma, ele sintetiza no Brasil um processo em curso no mundo inteiro, que sinaliza os limites atuais do capitalismo em sua fase de globalização neoliberal, em suas dimensões social, política, tecnológica e, sobretudo, territorial. Para os fins que nos levam a entender o significado do MST e sua relação com o capitalismo, cabe assinalar que o período, iniciado pelas políticas de caráter neoliberal, e com o ciclo de protestos desde os anos 1970, ficou marcado pelo que muitos chamaram como a passagem de uma economia internacionalizada para uma economia globalizada. Diante das novas possibilidades que, hoje, se abrem para além das fronteiras nacionais, a chamada política externa vem deixando de ser

[38]É a conversão da cultura em economia e da economia em cultura. Essa observação está apoiada em citações de F. Jameson (2001) e se sustenta no princípio do funcionamento econômico do capitalismo, reforçado pelo consumo, na intensidade circular e na alienação das regras e dos conceitos que conformam a produção.

[39]A mídia está fortemente entranhada, como diz Moraes (2009), na batalha das ideias pela direção moral, cultural e política da sociedade.

monopólio dos Estados Nacionais e dos sujeitos que se afirmam por meio dele. Assim, nem o MST nem qualquer outro protagonista pode ser compreendido fora do processo de reorganização societário em curso no mundo, que nos obriga a pensar o lugar de cada questão específica, no contexto das transformações neste país, principalmente ao que se refere ao sistema capitalista.

> Na América Latina, em contraste, veem-se uma série de governos que, em graus e campos diversos, tratam de resistir à vontade da potência hegemônica e um conjunto de movimentos sociais tipicamente mais radicais que lutam por um mundo diferente, sem inibições diplomáticas ou ideológicas; aí se encontram os zapatistas no México e os integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra no Brasil (MST), os *cocaleiros* e mineiros da Bolívia, os *piqueteros* da Argentina, os grevistas do Peru, o bloco indígena do Equador e tantos outros (ANDERSON, 2005, p.46).

Entendemos que o capitalismo deva ser interpretado metodologicamente como um sistema estabelecido e que se reproduz de acordo com o movimento histórico e estrutural, ora marcado pelo acréscimo da massa de *mais-valia* e da taxa de lucro, que se desdobram em crescimento do volume e do ritmo da acumulação, ora em uma onda decrescente cujo traço principal é a queda da massa de *mais-valia* e da taxa de lucro, acrescido de uma retração do volume e do ritmo da acumulação. Deduz-se, de forma implícita, que sua marca fundamental é a desigualdade. Desigualdade combinada, composta como um quadro permeado de heterogeneidades, isto é, de uma determinada hierarquização entre forças nacionais dominantes e dominadas na esfera do mercado mundial. Assim, mesmo se manifestando a enorme diferença quanto ao grau de desenvolvimento econômico entre vários países, apresenta-se como um sistema historicamente acabado, que se reproduz entre de si, preservando essa desigualdade indispensável à sua sobrevivência.

> Mas a exclusão encobre ainda uma nova situação internacional, na qual alguns países ou regiões [especialmente os africanos, mas abrangendo também regiões da América Latina, do Oriente Médio e da ex-URSS] estariam sendo descapitalizados e desindustrializados, sem a instauração de novas formas produtivas capazes de nutrir e manter a população, em permanente crescimento demográfico (FONTES, 2005, p.43).

Aquilo a que assistimos é o mundo prometido pela globalização financeira resultar em uma das mais graves crises da economia ocidental. Por uma dessas ironias que a História parece gostar de praticar, as receitas econômicas amargas de austeridade impostas a países da América Latina, Ásia e África hoje são adotadas nos Estados Unidos e na Europa como suposta solução à crise econômica. Com os negócios do cassino financeiro global, bilhões de dólares "voaram pelos ares". O Estado apresentado, até então, pelos defensores desse sistema, como um gigante a ser diminuído foi chamado a socorrer grandes bancos e instituições financeiras privadas. Quem arcou com esse socorro foram os contribuintes que

são chamados para pagar a conta. A crise econômica que atingiu os Estados Unidos e a Europa repercute no mundo inteiro[40]. No plano político, o mundo vive um período de turbulência, consequência direta da crise econômica. Em linha com o pensamento de Ellen Wood, é possível afirmar que o capitalismo é um produto tardio e localizado de condições históricas muito específicas; e, desde o início, é uma força muito contraditória (2001, p.125).

> A crise internacional capitalista escancarada a partir de 2008 faz emergirem novas tensões no capital-imperialimo contemporâneo. Ela incidiu imediatamente sobre os Estados Unidos e, em seguida, sobre a Europa; em 2010, voltou a atingir com virulência os países europeus da zona do euro, como Grécia, Espanha, Portugal e Itália (FONTES, 2010, p.359-360).

A chamada globalização[41], advinda da evolução do capitalismo, refletiu uma mudança na relação desenvolvimento/subdesenvolvimento: novos diferenciais de acumulação de capital, produtividade e extração do excedente. Este movimento dinâmico do capital significou, na prática, a generalização definitiva das relações capitalistas de produção para as diversas áreas do globo, observando-se, durante as últimas décadas, a supressão abrangente das relações pré-capitalistas remanescentes. Daí, Francisco de Oliveira referir-se à atualidade do *Manifesto Comunista* – texto escrito há mais de 150 anos. Marx e Engels, quando falavam de como o sistema capitalista estaria inteiro em cada um dos locais onde ele se instala, já se referiam à globalização (OLIVEIRA, 1999, p.78). A globalização responde por uma forte operação ideológica, que trabalha discursivamente para diminuir o relativismo das significações a ela correspondente. No entanto, acredita-se que os programas implantados no âmbito desse ideário se apresentam como solução providencial.

A globalização pode ser caracterizada, então, como um novo patamar do capitalismo, no qual é eliminado gradativamente todo tipo de restrição à mobilidade de capitais e manifestado o crescente predomínio do capital financeiro[42] internacional sobre o capital produtivo[43] (JAMESON, 1999). Foi assim que o mercado mundial, já por volta dos anos 1970, podia ser visto como uma moldura de relações econômicas capitalistas eivadas de

[40]As previsões hoje de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) das economias capitalistas centrais e das ditas emergentes ainda apresentam sinais de desaceleração que preocupam os mercados financeiros.
[41]Globalização entendida como um processo de integração social, política e econômica entre os países e as pessoas do mundo todo. A integração mundial decorrente desse processo ocorreu em razão de dois fatores: as inovações tecnológicas e o incremento no fluxo comercial mundial. Ela indica a interconexão de economias parcelares por um *modus operandi* com o auxílio das novíssimas tecnologias integradoras. Caracterizada por François Chesnais como "mundialização do capital" em seu livro de mesmo nome, onde trata da compreensão do processo de internalização do capitalismo, bem como dos inúmeros termos que se tornaram dominantes no discurso político e econômico globalitário.
[42]Terminologia que designa qualquer meio ou mecanismo que representa riqueza, ou outros estilos de capital. O crescimento do sistema financeiro internacional constitui uma das principais características da globalização.
[43]Recursos capazes de gerar riquezas e possibilitar a criação de oportunidades de trabalho e renda. As forças produtivas sociais e gerais do trabalho são forças produtivas do capital.

desigualdade, qualificado não mais como um conjunto de nações capitalistas e pré-capitalistas, mas, sim, como um sistema de nações capitalistas desenvolvidas e subdesenvolvidas. Não restam dúvidas de que a agressividade do capital, notadamente em face de suas consequências perversas para os trabalhadores, tem provocado dificuldades para a elaboração de uma caracterização desse fenômeno baseado em um aporte teórico, que se oponha ao caráter ideológico implícito no pensamento dominante. As experiências na América Latina nos mostraram que a proposta residia em manter um Estado forte na sua capacidade de quebrar o poder dos movimentos operários e preservar a governabilidade e o controle do dinheiro.

> As mais importantes operações do trabalho são reguladas e dirigidas segundo os planos e as especulações daqueles que aplicam os capitais; e o objetivo que eles pressupõem em todos esses planos e operações é o lucro (MARX, 2009a, p.46).

1.1 **O neoliberalismo como proposta hegemônica**

As políticas econômicas neoliberais caracterizadas pelas regras de mercado como orientadoras do fundamento da sociedade se impuseram no mundo a partir do terrorismo de Estado, há mais de 40 anos. A estratégia foi ampla, renomearam a economia política como ciência econômica e passaram a influenciar a imprensa, a cultura e a administração pública. Essas áreas foram complementares para cumprir o objetivo de desintegrar a indústria, romper com a organização operária, despolitizar a sociedade, exacerbar o consumismo, promover o individualismo, controlar os recursos nacionais e desprestigiar o papel do Estado. Mas, ao contrário, o paradigma neoliberal não foi capaz de oferecer explicações consistentes e propostas de mudança que não agravassem a crescente depressão e a desigualdade social. Tantas foram as inconsistências do modelo que, até no mundo desenvolvido, essas questões estão sendo postas. Com destaque para a ofensiva que o capital desencadeou, nessas últimas décadas, contra o trabalho.

> De fato a política neoliberal, desde os anos 1980, significou um retrocesso político e ideológico dos trabalhadores, representando para eles perdas significativas do ponto de vista econômico em termos de salários, emprego, contratos regulares e conquistas sociais. A política geradora de desemprego, tanto nos países mais ricos como nos demais, foi estruturada para a resistência do trabalho (KATZ, *apud* CARCANHOLO; NAKATANI, 2006, s/p.).

O desenvolvimento capitalista mundial entra em processo de desaceleração na década de 1970, depois de enfrentar uma expansão econômica sem precedentes, cuja origem encontra-se no pós-Segunda Guerra Mundial. O crescimento foi liderado pela economia norte-americana, que, ao definir uma nova forma de integração com a economia mundial,

garantiu a dinamização das demais economias capitalistas com a expansão de sua estrutura industrial e dos respectivos padrões de consumo. Algumas economias periféricas, no entanto, sofreram profundas transformações nessa fase de expansão da economia mundial. O avanço das fronteiras do capitalismo, ao anexar as economias periféricas, produziu desequilíbrios industriais nos países com base produtiva em estágios distintos quando comparadas aos países desenvolvidos. O resultado não foi homogêneo, com poucos avanços entre os países da periferia, pois alguns se industrializaram, outros permaneceram em etapas iniciais do processo, carimbando o passaporte para a exclusão. Gramsci, ao analisar o processo de unificação italiana, explicava que essas desigualdades são decorrentes das próprias contradições do desenvolvimento capitalista.[44]

> A internacionalização das estruturas econômicas, socioculturais e políticas da economia capitalista-monopolista aparecem, em semelhante conjuntura, como a bandeira histórica que impede a desintegração da dominação burguesa na periferia. A eficácia dessa barreira só agora começa a ser testada, numa periferia em crescente revolta contra as iniquidades internacionais do capitalismo e contra as iniquidades nacionais da dominação burguesa sob o capitalismo dependente (FERNANDES, 2006, p.335).

Desde a metade do século passado, o sistema mundial moderno sofreu grandes transformações estruturais. Uma delas foi o novo sistema monetário internacional que se universalizou depois do fim da Guerra Fria[45], junto com a expansão do poder da globalização. A chamada globalização foi assim vinculada às transformações operadas no seio do capitalismo, como fruto do receituário neoliberal. Suas consequências mais visíveis são o enfraquecimento do poder do Estado em nível interno e internacional e o enfraquecimento do poder reivindicatório das nossas populações, além de ampla hegemonia do capital financeiro em detrimento dos setores produtivos. O reconhecimento da propensão à mudança no caráter globalizado do capitalismo acarretaria o indispensável emprego de um arcabouço em cujo âmago estavam as seguintes categorias: *mais-valia, taxa de lucro, salário, acumulação, composição orgânica do capital, concorrência e preço de produção*, entre outras. Segundo Perry Anderson (2005, p.38),

> [...] o fim da Guerra Fria propiciou a ocasião para que, pela primeira vez na história, o capitalismo começasse a proclamar-se como o que era, uma ideologia que anunciava a chegada do ponto final do desenvolvimento social construído sobre os pressupostos do livre mercado, além do qual não se pode imaginar melhoras substanciais.

[44]Para Gramsci, era o momento caracterizado pela hegemonia das forças moderadas e democráticas presentes naquele contexto histórico.

[45]Guerra Fria é a designação atribuída ao período histórico de disputas estratégicas e conflitos indiretos entre os Estados Unidos e a União Soviética. Seu fim data do período entre a derrubada do Muro de Berlim e a dissolução da União Soviética.

A busca pelos superlucros, então, consubstanciou o movimento do capital por todo o mercado mundial, revelando intrinsecamente o recurso aos instrumentos e contratendência, entre os quais aparece o decréscimo do valor do trabalho e a diminuição da participação relativa dos gastos com a força de trabalho no montante do capital global. Em face dessa tendência, a perda de participação relativa do capital variável apresenta-se como um dado inexorável da economia capitalista. No entanto, essa expansão guarda a relação direta com as possibilidades de efetivação da *mais-valia* relativa e da *mais-valia* absoluta, onde quer que seja. Sempre correndo para a reversão de resultados negativos, o capitalismo continuou lançando bases para uma completa modificação das formas de produção e de organização, mas, contraditoriamente, não conseguiu fugir da desindustrialização, da contração e da desagregação do mercado. E assim, o que estamos assistindo é a desagregação do capitalismo liberal enquanto estrutura funcional de geração e de acumulação de capital.

Desde o *Caminho da servidão*, escrito por F. Hayek em 1944[46], os neoliberais passaram a defender que o problema da crise do capitalismo estava nos sindicatos e no movimento operário, que corroíam as bases do capitalismo ao destruir os níveis de lucros das empresas. A ideia era que o Estado deveria diminuir os gastos sociais e assim restaurar o que os liberais chamavam de desemprego estrutural, pois o objetivo era diminuir a participação do Fundo Público[47] na reprodução da força de trabalho e transferir o máximo do fundo para a reprodução ampliada do capital. Uma estranha neutralidade ideológica permitiu ao neoliberalismo encaixar-se em diferentes disfarces. Em essência, o que se queria era impingir o aumento da exploração da força de trabalho ao conjunto da classe trabalhadora. As mudanças operadas no capitalismo criaram uma série de inovações que questionam o sentido do trabalho e das classes sociais (MARX, 2009a).

> Francisco de Oliveira analisa a economia política neoliberal partindo dos problemas enfrentados pela política social-democrata ou do que chama "colapso da modernização", ocorrida a partir das transformações econômicas e políticas introduzidas pelo próprio Estado de Bem-Estar Social com a criação do fundo público. Para que essa economia realizasse o bem-estar, o Estado precisou intervir nela como regulador e como parceiro, o que foi feito com a criação do fundo público. As contradições geradas pelo fundo público, segundo Francisco de Oliveira, levaram ao que veio a se chamar de crise fiscal do Estado ou colapso da modernização (CHAUÍ, 2006a, p.314).

[46]Renomado economista e teórico social austríaco, cujos ensaios sobre os usos econômicos do conhecimento lançaram as bases para uma crítica, não tanto do socialismo, mas da intervenção do Estado na economia. Seu ideário neoliberal refuta qualquer formação sindical.

[47]Conquista política dos trabalhadores e instrumento vital para que alcancem as condições de reprodução da força de trabalho fora da lógica de mercado. A partir da crise do capitalismo na década de 1970, o ataque burguês ao fundo público se iniciou e, com ele, o desmonte do Estado de Proteção Social.

No início de 1980, o mundo "dito civilizado" passou a conhecer uma série de mudanças econômicas e institucionais perpetradas por novos governantes[48], que assumiram a condição de chefes de Estado em países chave do capitalismo avançado. Partia-se, assim, em busca de condições competitivas e a solução posta em perspectiva foi a de reverter a queda das taxas de lucro por meio de um intenso processo de desvalorização da força de trabalho. A receita era a desregulamentação dos mercados de trabalho, minimização dos mecanismos de proteção social, intensa reestruturação produtiva, especialização produtiva flexível, adoção de novas formas de organização das empresas, privatização de empresas estatais e, como importante função estratégica, a liberação dos fluxos de comércio exterior. Como resultado imediato: a desindustrialização e o crescimento do desemprego na Europa e consequências profundas na América Latina, dando margem ao surgimento das chamadas estratégias de mercado associadas às de racionalização da produção, momento em os trabalhadores ficaram sujeitos "tanto ao poder do capital quanto aos imperativos da competição e da maximização dos lucros" (WOOD, 2003, p.173).

Aos poucos, surge uma visão de mundo comprometida com a supremacia da instância econômica sobre a política[49]. A ideologia do progresso é a primeira fase pública desse modo de pensar. Findas as ilusões de um progresso universal e ilimitado, o avanço tecnocientífico aparece como a última das promessas realizáveis do capitalismo. As tecnologias da informação, geradoras de uma ideologia da comunicação universal, conformam-se à fase em que os mercados financeiros constituem o principal modelo de funcionamento da vida social. O resultado foi a emergência de um espaço mais competitivo, tornando as inovações um elemento estratégico na busca da competitividade das empresas. A expansão das redes de cooperação tecnológicas, entre as empresas dos países capitalistas, foi uma das respostas para enfrentar a competição na premência da incorporação do desenvolvimento tecnológico, estabelecendo mudanças nas formas de inter-relacionamento entre as grandes empresas e os países.

> [...] e foi Margareth Thatcher quem, buscando uma estrutura mais adequada para atacar os problemas econômicos de sua época, descobriu politicamente o movimento [neoliberal] e voltou-se para o seu corpo de pensadores em busca de inspiração e recomendações, depois de eleita em 1979. Em união com Reagan, ela transformou toda a orientação da atividade do Estado, que abandonou a busca do bem-estar social e passou a apoiar ativamente as condições "do lado da oferta" da acumulação de capital (PAULANI, 2008, p.117).

[48]Foi nos governos de Margareth Thatcher, na Inglaterra, e de Ronald Regan, nos Estados Unidos, que a política neoliberal ganhou contornos mais definidos e acabados.

[49]Essa expansão do modelo capitalista se alimentou de novas conjunturas mundiais, assegurada por uma sociedade mercadológica, tornando imperativa a autonomia ou a separação institucional de uma esfera político-econômica dentro da vida social.

O neoliberalismo[50] se apresenta como uma retomada do liberalismo clássico e se constitui como uma corrente teórica que se disseminou entre os anos 1980 e 1990. Essa nova construção hegemônica do pensamento político mundial se baseou em obras de teóricos que defendiam o Estado mínimo, o Estado como um agente que deveria recolher-se ao máximo, transferindo a tomada de decisões de forma crescente para o plano privado e repassando serviços básicos estatais para as mãos de empresas particulares, para deixar a sociedade sob a égide da eficiência e da livre concorrência. Para que as metas neoliberais fossem atingidas, fez-se necessário que os organismos institucionais, ligados aos países hegemônicos, realizassem, na capital dos Estados Unidos, em novembro de 1989, o Consenso de Washington[51], que acabou por ditar políticas. Com intuito de fazer as mudanças, supostamente necessárias, para modificar o papel do Estado perante a sociedade e sob o argumento de que elas seriam imprescindíveis para a inserção dos países no mundo contemporâneo globalizado.

Entre o final do século XIX e o decorrer do século XX, importantes transformações ocorreram na forma de existência do capitalismo, enquanto modo de produção de riqueza e sistema de relações internacionais, até chegar ao chamado "capitalismo financeiro"[52], que é o modelo mais avançado do capital. A capacidade de mobilização dos capitais se transformou em uma força de supressão das barreiras tecnológicas e de mercado, nascidas do próprio processo de concentração, principalmente daquelas que decorrem do aumento das escalas de produção, com imobilização crescente de grandes massas de capital fixo. No entanto, ao fazer isso, estimularam a conquista de novos mercados, provocando o acirramento da concorrência entre blocos de capital e impulsionando a internacionalização crescente da concorrência capitalista. Essa financeirização do capitalismo, que é a forma específica da mundialização do capital, denominada por alguns de globalização, abriu as comportas dos sistemas monetários e financeiros de cada capitalismo nacional, como Francisco de Oliveira já sublinhara em vários ensaios.

[50]Neoliberalismo é a ideologia do capital especulativo parasitário. Empregado, neste trabalho, por representar um novo *modus operandi* do mundo contemporâneo. Considerado categoria relevante no contexto da argumentação do panorama político-econômico desta análise.

[51]Os objetivos básicos das propostas do Consenso de Washington eram, por um lado, a drástica redução do Estado e uma corrosão do conceito de Nação; por outro, o máximo de abertura com importação de bens e serviços e entrada de capital de risco.

[52]O capitalismo financeiro corresponde a um tipo de economia capitalista em que o grande comércio e a grande indústria são controlados pelo poderio econômico dos bancos comerciais e outras instituições financeiras.

1.2 **A política de desmonte do Brasil**[53]

Após o período de ditadura militar, cujas experiências se espalharam por vários países da América Latina, toda a sociedade brasileira experimentou, já em meados de 1980, mudanças profundas, representadas por uma crise econômica, resultante do esgotamento do padrão de financiamento da acumulação (dívida externa elevada, recrudescimento do processo inflacionário e estagnação), além das mudanças estruturais pelas quais passava o modo de produção capitalista em nível mundial. Foi nesse contexto de mudanças políticas e ideológicas que chegou ao poder o presidente Fernando Collor de Mello[54], numa coligação política que derrotou a esquerda organizada nas urnas, depois de longos anos de ausência de eleições diretas. "Ele mesmo (Collor) era portador do apocalipse da globalização, a qual jurou implantar, a ferro e fogo, num Brasil fechado, provinciano e produtor de carroças em vez de automóveis" (OLIVEIRA, 2007a, p.30).

> O Brasil do final dos anos 1980 não estava preparado para desempenhar seu papel na nova etapa da mundialização financeira. Em primeiro lugar, as altas taxas de inflação que persistiam por aqui produziam abruptas oscilações no nível geral de preços e com sua variação. Naquelas condições, complicava-se, sobremaneira, o cálculo financeiro que comanda a arbitragem com moedas e a especulação que visa a ganhos em moeda forte [a taxa de câmbio real e a taxa real de juros sofrem contínuas oscilações] (PAULANI, 2008, p.93).

Na década de 1990, também a dinâmica da economia brasileira sofreu alterações provenientes não somente de uma política de estabilização, que garantia a redução do processo inflacionário, mas também de mudanças no âmbito das empresas que se alinharam a um novo padrão tecnológico e organizacional, predominantemente nos países capitalistas avançados. Os primeiros anos da década trouxeram uma nova proposta de desenvolvimento econômico, com base na abertura econômica. A política de estabilização propiciou, a partir de 1994, o realinhamento da economia brasileira a outro contexto do desenvolvimento capitalista mundial. É nessa exigência de sociedade contemporânea que surgiram temas e noções provenientes dos vários setores econômicos, sociais e políticos: *governabilidade, globalização* e *neoliberalismo,* entre outras[55], que se tornaram representativos do somatório de transformações e representações hegemônicas no período. A Política Industrial e de

[53]Período político de adoção do ideário neoliberal, promovido principalmente pela submissão do Brasil ao capital financeiro internacional.
[54]Substituído, em 1992, pelo vice Itamar Franco, pois foi derrubado por um processo de *impeachment* e, assim, afastado da presidência dois anos após sua posse.
[55]*Cf.* A nova Bíblia de tio Sam, de Pierre Bourdieu e Loïc Wacquart. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/fsmrn/biblioteca/60.pierre.bourdieu.html>. Apontamentos de sala de aula.

Comércio Exterior, inaugurada no governo Collor, pressionara o país para uma adequação das organizações em um curto período de tempo.

Apesar de a política do governo Collor estar alicerçada em uma política de concorrência e de competitividade, a primeira tornou-se mais efetiva com o processo de redução de impostos incidentes sobre os bens importados, destacando-se pela desmontagem do sistema de proteção e de incentivos construídos nas décadas anteriores, pois o período tinha sido, até então, marcado pela instabilidade macroeconômica e sustentado pela crise da dívida externa, pela deteriorização das finanças públicas e pela consequente inflação, que orientaram a implementação de políticas de ajuste. As medidas, porém, não atingiriam as deficiências do sistema empresarial nem alteraram a estrutura industrial brasileira. Além da abertura comercial, outros fatores vinculados à situação macroeconômica também afetaram as decisões produtivas e de investimento industrial no período, entre eles a manutenção de elevadas taxas de juros internas, as oscilações do nível de atividade econômica e a elevação da carga tributária.

> Os juros de empréstimos convencionais marcam os anos 1980 e são os responsáveis pelo surgimento da chamada "crise da dívida". A partir de meados dos anos 1990, outro componente começa a ganhar importância: as despesas provenientes de investimentos diretos, basicamente lucros e dividendos decorrentes da internacionalização dos ativos produtivos derivada das privatizações (PAULANI, 2008, p.77).

As mudanças tecnológicas, produtivas e organizacionais, aliadas aos efeitos da abertura comercial e da relativa estabilização dos preços, resultaram na exposição do tecido econômico nacional diante da concorrência externa. As mudanças no papel do Estado, das instituições tradicionais de fomento e da forma como os organismos empresariais e financeiros atuaram não geraram os resultados necessários para que o país recuperasse a capacidade de crescer. A crise da década de 1980 aprofundou o desequilíbrio social, pois fora marcada pela desaceleração inflacionária, que afetou os segmentos de menor poder aquisitivo, e pelas pesadas taxas de desemprego. Além disso, a estabilização dos preços e a modernização do parque produtivo, destaques nos anos 1990, revelaram que, apesar de atrasadas em comparação aos movimentos internacionais, não contribuíram para a melhoria das condições sociais. Tais pontos contribuíram para dar visibilidade aos aspectos centrais da dinâmica econômica, social e política pela qual passava o país naquele momento.

O aumento do desemprego foi, sem dúvida, o efeito imediato da aplicação da reestruturação produtiva e da grave recessão econômica pela qual o país passou nos anos de 1980. Essa crise teve como principais características a hiperinflação, o estrangulamento das

contas externas e a deteriorização do setor público, motivadas por ajustes ortodoxos do FMI[56] e pelo aumento da especulação financeira. A miserabilidade, tanto nos centros urbanos quanto nas áreas rurais, ganharia uma maior dimensão social e política e contribuiria para fortalecer o cenário da luta de classes no Brasil. O mundo do trabalho foi precarizado através do trabalho temporário e da expansão dos assalariados médios em áreas de serviço, entre outras razões. Esse cenário fragmentou o perfil da classe trabalhadora e afetou profundamente a subjetividade dos trabalhadores e o próprio movimento sindical. Como esboçáramos nos parágrafos anteriores, logo no início do que se pode chamar no Brasil de "era neoliberal", Collor foi eleito, contra o projeto popular representado por Lula e o PT, com o discurso do social-liberalismo enfeitado pela bravata da "caça aos marajás" (PAULANI, 2008, p.95). No entanto, as reformas de seu governo não foram bem-sucedidas. Nem mesmo a própria elite empresarial recebeu bem as mudanças, muito menos a elite política, que se mostrou preocupada com os rumos que essas reformas poderiam desencadear.[57]

> Collor está envolvido por um "círculo do poder" duplamente mortífero, os anéis do poder econômico e os do poder político. São os que encheram suas sacolas de generosas contribuições para a campanha e cobram na forma de privilégios nas licitações (OLIVEIRA, 1992, p.147).

Com o *impeachment*, uma nova fase inaugurou-se já no momento de nomeação de Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda, no governo Itamar Franco, pois a ele coube condicionar o país às metas da política de estabilização monetária e a um significativo programa de privatizações. Depois, com a ascensão dele à presidência da República, em 1994, o processo de liberação e privatização passou a ser um elemento intensificado. A política econômica em relação ao setor externo transformou-se em um elemento central de toda a política do governo, na medida em que essa política de estabilização tornou-se deliberadamente a política econômica externa e toda ela refém do ingresso de capital financeiro internacional. Essa nova forma de política econômica e as novas modalidades de política externa, aplicadas no Brasil nesse período, guardam uma forma particular de implementação e configuram uma nova estratégia neoliberal de desenvolvimento capitalista. Os oito anos do governo FHC[58] produziram uma série de benefícios legais ao capital em geral. A política de abertura econômica associada à sobrevalorização do real e aos

[56]O Fundo Monetário Internacional é um organismo com sede na cidade norte-americana, criado com o objetivo de assegurar o bom funcionamento do sistema financeiro mundial, dentro de lógica do capital-imperialismo.
[57]O presidente Collor, além de ter sido incapaz de conduzir o ajuste neoliberal, determinação do capitalismo mundial e local, foi enredado em situações ilícitas e em acusações de corrupção, que o levaram ao processo de *impeachment*.
[58]Fernando Henrique Cardoso governou o país por dois mandatos: de 1994 a 2002.

juros altos, que levaria, segundo o governo, a uma maior competitividade internacional, produziu um efeito inverso.

> O Brasil, sob o duplo mandato de Fernando Henrique Cardoso, privatizou todo o poderoso parque industrial estatal, dele restando apenas a Petrobras, numa transferência de propriedade que abalou as estruturas de poder e as relações entre as classes – e destas com a política. Restou ainda não irrelevante parque industrial privado, minado, entretanto, pela abertura comercial indiscriminada (OLIVEIRA, 2005, p.114).

Ainda sob a égide da lógica neoliberal, que teve em Fernando Henrique Cardoso seu principal expoente, os anos 1990, com o sucateamento do Estado e a desnacionalização da economia, por intermédio das privatizações de diversas estatais, apresentou um aumento inédito da concentração de renda e do desemprego no país. A economia brasileira ficou mais vulnerável, após a aplicação da chamada política da âncora cambial[59]. Esse processo estrangulou ainda mais a produção interna e fez com que a dependência do capital especulativo aumentasse. A descapitalização do Estado, acelerada com as privatizações e as baixas reservas cambiais, foi responsável pelo processo, pois, com a remessa de lucros para o exterior e a transparência de atividades produtivas no Brasil para as matrizes das empresas estrangeiras no exterior, acentuaram-se a deteriorização da balança de pagamentos do país e o aumento do desemprego. Durante o governo de FHC[60], o resultado da aplicação do receituário neoliberal aprofundou mais ainda a miserabilidade e a violência social em o todo país.

O neoliberalismo representou a retomada do modelo liberal clássico aplicado ao capitalismo contemporâneo. Apesar de o conceito de liberalismo político apresentar dificuldade de ser descrito exaustivamente, é relevante relembrar que, na ótica do liberalismo clássico, o Estado não deveria intervir na sociedade senão para garantir os direitos à propriedade do indivíduo, ou seja, um Estado que não se intrometesse nas relações entre os homens, notadamente nas relações econômicas. Entretanto, nessa corrente de pensamento, exige-se a intromissão estatal apenas pela mão da repressão, a fim de conter conflitos que ponham sob ameaça a ordem social. Sendo assim, o liberalismo dá sustentação aos valores cultuados pelo capitalismo, servindo de referencial teórico para as classes burguesas clamarem, historicamente, pela não interferência do Estado nas relações econômicas. "É somente nos anos 1990 que se consumiu a vitória avassaladora da doutrina neoliberal" (PAULANI, 2008, p.103).

> Entrementes, iniciavam-se os anos 1990 e, com eles, a sedução do discurso neoliberal, que encobria, sob a promessa da "modernização" e do maravilhoso

[59] Âncora cambial era uma política econômica de governo que atrelava o real ao dólar.
[60] Sua política caracterizava-se pela retórica de que o mercado é o mais eficiente organizador da sociedade.

> mundo novo da globalização, os interesses das altas finanças e a lógica financeira da acumulação, que já dominavam a cena capitalista (*op. cit*., p.55).

Diante dessa experiência, o Brasil entrou no século XXI apresentando uma das maiores desigualdades de renda do mundo. Processos de rápido crescimento econômico não foram suficientes para reverter a grave situação em que o país se encontrava. A dramaticidade do caso brasileiro estava associada ao elevado nível de pobreza no país, onde dezenas de milhões de pessoas não tinham acesso a bens e serviços básicos. Parte do problema de rigidez na desigualdade na distribuição de renda deve-se à estrutura de concentração da riqueza do país. O enfrentamento dos problemas de pobreza e desigualdade exigiria políticas de redistribuição de riqueza, pois a raiz de boa parte desse processo foi a política econômica acolhida pelo governo Fernando Henrique. Em seu governo, o Brasil se tornou dependente dos capitais externos – especialmente dos capitais especulativos. Na verdade, a política econômica do governo gerou uma extraordinária armadilha ao crescimento e à produção nacional. O quadro social foi desastroso: aumento da desigualdade social, da pobreza e da miséria, no campo e na cidade.

> Há, portanto, certa congruência entre, de um lado, uma dependência que se põe inicialmente como o inverso de si mesma, visto que era percebida como desenvolvimento, e, de outro lado, o fato de a industrialização da periferia poder ser vista como um dos momentos iniciais do desenvolvimento do regime de acumulação sob a dominância da valorização financeira (PAULANI, 2008, p.92).

1.3 **O governo Lula[61] e a política neoliberal**

Após duas tentativas frustradas, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito, em 2002, por uma ampla maioria da população que rejeitou, como em quase toda a América do Sul, as experiências neoliberais presentes desde 1990. Com uma aliança que reunia segmentos da esquerda ao centro, em nome da retomada do desenvolvimento econômico, do emprego e do investimento produtivo, o presidente Lula articulou-se, ainda durante a campanha eleitoral, ao capital financeiro internacional e nacional, desmontando durante seu governo a base político-eleitoral que o conduziu ao poder. Apesar de tudo, uma soma de fatores contribuiu para reforçar a imagem da transparência da democracia brasileira para o mundo, principalmente numa época em que os Estados Unidos da América acabavam de passar por uma eleição conturbada e desacreditada por analistas no mundo inteiro. Os programas sociais e de incentivo à população mais pobre também surtiram um grande efeito para sua imagem, pois

[61]Luiz Inácio Lula da Silva foi presidente por dois períodos consecutivos: 2003-2010.

traziam uma proposta de diminuir significativamente a população que se encontrava na linha da miséria, além de reduzir a desigualdade entre as classes.[62]

> O governo Lula não contribuiu para criar uma alternativa e inverter essa rota desastrosa. Ao contrário, frustrou-se, mais uma vez, o processo de refundação da sociedade brasileira, cujo início [ao menos] dele se esperava, depois da devastação produzida pelos governos militares. [...] No caso do Brasil, essa submissão foi completa; tão completa que mesmo um governo pilotado por um partido operário nascido de baixo para cima, da árdua luta dos trabalhadores, foi incapaz de escapar dela (PAULANI, 2008, p.138-139).

Desde o período Collor, os governos brasileiros se submeteram à hegemonia neoliberal. No entanto, foi no governo Fernando Henrique Cardoso, com sua política de privatizações de mais da metade do patrimônio público, que podemos dizer que o Brasil entrou, efetivamente, na era neoliberal. O governo Lula pôs fim ao ciclo de privatizações, mas, em seu governo, apesar da baixa inflação e da redução do desemprego, a política econômica, apelidada "neoliberal" foi mantida, privilegiando as políticas de desregulação – o mesmo roteiro traçado por Fernando Henrique Cardoso (OLIVEIRA, 2007a). Na realidade, isso pode ser apresentado como uma dominação de classe sem política, uma dominação globalizada. Em essência, a sociedade civil fica esvaziada em razão dos deslocamentos do trabalho e das relações de classe, restritas aos arranjos locais, enquanto as operações da política tornam-se reserva de "caça do mercado". O governo Lula foi, dessa forma, marcado por fortes contradições em suas práticas concretas e por ambiguidades em sua política, pois a base social não foi aproveitada para um projeto de avanço efetivo. Para decepção de muitos, o governo Lula provou não ser uma exceção.

O capitalismo globalizado rejeita a submissão à política, que foi uma invenção especificamente ocidental para tratar as fortes assimetrias instauradas pelo poder econômico do capital. Ele a dispensa, pois a construção da política pelas classes dominadas revelou-se, afinal, uma enorme contradição, com capacidade de barrar os processos de exploração de classe. Segundo as observações de Armando Boito Jr., em seu artigo A hegemonia neoliberal no Governo Lula, ao aderir ao neoliberalismo, Lula estava elevando a uma etapa superior o longo processo que resultou na implantação de uma nova hegemonia regressiva do modelo capitalista e periférico. Ter herdado o modelo econômico do governo FHC o faz reproduzir o bloco no poder onde pontificam: o grande capital, o capital estrangeiro e os bancos. A força do discurso da valorização financeira influenciou o governo Lula e o seu partido – Partido dos

[62]Ver Programa de Governo (período 2003-2010). Disponível em <www.presidencia.gov.br>. Acesso em mai.2011.

Trabalhadores – e, assim, como reafirmado por Boito, entramos numa fase de "dependência desejada".

> A orientação neoliberal do governo Lula abriu uma crise na esquerda brasileira. Para superar essa crise, será preciso reconstruir não apenas o telhado, mas todo o edifício do movimento operário e popular (BOITO JR., 2003, s/p.).

As propostas do governo Lula estavam voltadas para mudanças econômicas, tão necessárias, mas ele preferiu aderir ao receituário da ortodoxia, beneficiando o capital financeiro em detrimento da maioria da população. Com a continuidade da política econômica do segundo governo Fernando Henrique Cardoso, o governo manteve um crescimento econômico pequeno, como aquele verificado na década de 1990. O Brasil foi um dos países emergentes que menos cresceram. Ao adotar a meta da inflação como variável principal a ser perseguida pela política econômica, comprometeu o campo da economia e tirou a possibilidade de usar a política fiscal como estímulo da demanda agregada. E foi assim, prejudicando o crescimento em prol da confiabilidade dos investidores, que o Brasil se inseriu na lógica da "nova fase do capitalismo", a fase da supremacia do capital financeiro. Essa nova fase impôs ao país uma política macroeconômica contínua e previsível de estabilidade, retirando do governo o poder de intervir no lado real da economia. "Lula recebeu um mandato revolucionário dos eleitores e sua presidência apenas se rendeu ao capitalismo periférico" (OLIVEIRA, 2010, p.369).

Desde o início, o governo Lula assumiu o compromisso de governar, ouvindo a população, fazendo dos movimentos sociais e do conjunto da sociedade civil sujeitos ativos das decisões governamentais, mas os acenos no sentido do diálogo social e da reforma sindical, no âmbito mais ousado do país, diminuíram decisivamente diante de um quadro de "indeterminação na política", na terminologia adotada por Francisco de Oliveira (2007a), com a desfiguração da sociedade brasileira submetida como está à voracidade da financeirização. Esse tipo de política inclui, entre outras coisas, uma redução da agenda política, voltada apenas para a garantia de respeito aos contratos, e manutenção de atrativos ao capital estrangeiro, vista como complemento às reformas impetradas pelo neoliberalismo do governo anterior. Assim como outras políticas, a reforma agrária mal chegou a ser mencionada na plataforma de campanha de Lula para seu segundo mandato e, consequentemente, ficando fora da agenda política de seu governo.

> ... a metamorfose do capital produtivo em capital financeiro retira o conflito da agenda entre os atores, sobretudo entre trabalhadores e o empresariado, para deslocá-lo para a nação. Os trabalhadores não conseguem enfrentar-se com o capital

> financeiro, pois não têm relações diretas com ele, a não ser sob a forma "nacional" ou como consumidores (OLIVEIRA, 2007a, p.45).

Principalmente para aqueles que depositaram no governo Lula e no seu partido todas as esperanças, ele mostrou-se submisso à lógica dominante, neoliberal, que pouca coisa o diferenciou dos governos passados. De um lado, os serviços públicos permaneceram em sua precariedade: educação, tratada com desprezo; carga tributária exorbitante, salários arrochados; e uma inflação que, mesmo de forma lenta, continuou a "engolir" os salários dos trabalhadores, apesar de algumas ações surgirem de forma a conformar as massas. Por outro, questões sociais sob pressão, mas, em vez de preparar o Estado para a melhoria da qualidade e universalização dos bens públicos, comprimiu-se o papel do Estado e, numa espécie de reconhecimento implícito de que o modelo econômico não era igual para todos, trabalhou com "políticas compensatórias"[63], para aliviar o problema da imensa parcela da população mais pauperizada. Essa concepção social, segundo Leda Paulani (2008), não é estranha ao neoliberalismo, pois também faz parte de seu ideário.

A política econômica restritiva, como consequência direta da continuidade do pagamento da dívida, perpetuou a dependência econômica do país e reduziu a margem de manobra política e social do governo, impedindo importantes mudanças de interesse da maioria da população. O governo estava, naquela época, composto por uma ampla aliança de diversos partidos, que representavam interesses contrários no interior da sociedade brasileira. Essa complexa situação apresenta um conjunto de problemas e questionamentos. O sociólogo Francisco de Oliveira alertara para os efeitos politicamente regressivos dessa hegemonia[64] "lulista", ao absorver "transformisticamente" as forças sociais antagônicas no aparato do Estado, desmobilizando as classes subalternas e os movimentos sociais. Ainda segundo Oliveira, no livro *Hegemonia às avessas* (2010), Lula reduziu tudo à pequena política, deixando de lado a grande política do âmbito interno da vida estatal.

> Também deve ser posto em dúvida que o período neoliberal tenha esgotado sua agenda. Para dar um exemplo, voltemos ao caso do governo brasileiro, que está aprofundando as "reformas" neoliberais. [...] O crescimento econômico sem distribuição de renda torna-se mais concentrador e, sem o Estado como força regulatória, o projeto transformador tem tudo para ser algoz de sua própria promessa (OLIVEIRA, 2005, p.116).

[63]Trata-se das chamadas políticas de funcionalização da pobreza, como: Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Primeiro Emprego, Começar de Novo, Todos pela Educação, Fome Zero, Brasil Carinhoso, que integra o Bolsa-Família, e outros programas de governo.

[64]Situação em que, segundo Gramsci, os dominantes consentem em ser conduzidos pelos seus dominados, desde que esse consentimento não afete os seus interesses reais.

No Brasil, a partir da década de 1990, ocorreu uma verdadeira festa para o capital financeiro, a despeito do empobrecimento da classe trabalhadora e da fragmentação de importantes políticas, sobretudo na área social. Após o "desmonte da nação", promovido durante os oito anos de governo FHC, o governo eleito em 2002 tinha todas as condições favoráveis para mudar essa história, mas, apesar das promessas de mudança, nada fez dada a perpetuação do direcionamento neoliberal à política econômica, proporcionando lucros recordes ao capital financeiro e subordinando os direitos sociais à lógica mercantil. Porém, como no governo anterior, questões importantes não foram resolvidas. Ao observar o balanço do governo,[65] vemos mudanças, mas não transformações significativas, pois "transferência de renda não é distribuição de renda"[66], como dizem aqueles que refletem sobre o direcionamento que a política tomou nesse período. A reforma agrária, matéria-prima do MST, também não saiu do papel. E mais: o último censo agropecuário[67] comprovou que a concentração de terras aumentou no Brasil. Outro dado é que houve um aumento da concentração agropecuária entre o latifúndio e o agronegócio.

Vimos que o desenvolvimento capitalista mudou a correlação de forças políticas, retirando de cena a reforma agrária e outras políticas importantes ao trabalhador brasileiro. Com essa postura e opção pelo *agrobusiness*, a agricultura camponesa foi vencida pela agricultura capitalista. O agronegócio das empresas transnacionais e nacionais que utiliza máquinas modernas, engenharia genética e transgênicos – e, com isso, desemprega – aumentou a produtividade com baixo custo. A promessa assumida no início de seu governo com os movimentos sociais, para assentar um milhão de camponeses, ao longo de quatro anos, também não vingou. O governo Lula não revisou a legislação agrária, preferindo priorizar o agronegócio agroexportador, que abocanhou a maior parte dos investimentos públicos, sendo favorecido com o financiamento de monoculturas de produtos como a soja, a cana-de-açúcar e o eucalipto. "No início de 2007, Lula se tornou um defensor entusiasta do etanol, chegando a elogiar os barões do açúcar do Brasil como 'heróis nacionais'" (BRANFORD, 2010, p.431).

> A opção pela modernização sem reforma agrária, estratégia promovida atualmente pelo agronegócio, ganha força política, precisamente pelo fato de se compor com o modelo de ajustamento constrangido da economia brasileira às restrições do setor externo. Ao inviabilizar-se como orientação concentrada de política econômica,

[65]Vide artigo Participação e mudança social no governo Lula, de Luiz Soares Dulce, integrante do livro O *Brasil, entre o passado e o futuro* (2010).
[66]A transferência não se configura como distribuição, visto que esta última implica mudanças estruturais para o efetivo acesso a um nível de renda permanente e não apenas um breve posicionamento como "classe consumidora", obtido por meio de políticas tópicas de transferências de recursos.
[67]Censo Agropecuário 2006 – IBGE (<www.ibge.gov.br>).

> agrícola e externa, imiscuindo-se também no campo ambiental, agrava o quadro da exclusão no campo agrário (DELGADO, 2010, p.108).

A modernização significou a ampliação do espaço do capital e colocou a reforma agrária em uma grande contradição. Hoje quem dita a política comercial do Brasil é o agronegócio. A questão agrária perdeu sua importância à medida que o agronegócio resolveu o problema da questão agrícola, pois não há nenhum produto relevante da economia camponesa na mesa do brasileiro. A soja, a cana-de-açúcar e o eucalipto não são alimentos e, mesmo com pouca terra, comprovou-se, nos últimos anos, que a agricultura camponesa[68] tem peso fundamental na cesta básica dos brasileiros[69]. Muito da produção de mandioca, feijão, milho, arroz e trigo, é proveniente dos assentamentos de reforma agrária. Comprovou-se que esses assentamentos conseguiram provocar a dinamização da vida econômica nos municípios brasileiros onde se inserem. Com este panorama, podemos reafirmar que a reforma agrária, como democratização de acesso à terra e às políticas públicas, é fundamental para o desenvolvimento do campo no Brasil.

1.4 **O Brasil e a dependência ao capital**

As baixas taxas de crescimento e o desmanche do pouco que se tinha de proteção social foram marcados por um quadro de esgarçamento do tecido social. Difícil imaginar que o Brasil, mesmo hoje, ainda se encontra longe do grupo principal de países capitalistas, em uma mistura de dependência – tecnológica e financeira – do capital internacional e de condições estruturantes adversas ao desenvolvimento do capitalismo nacional sob bases mais igualitárias. A troca desigual faz com que as economias periféricas sejam obrigadas a reagir, criando meios de se manter no mercado mundial. O resultado disso é o não desenvolvimento de bases tecnológicas e a necessidade de superexploração da força de trabalho. Um dos pontos principais da discussão é o chamado "agronegócio", que acentuou a dependência financeira em relação ao centro capitalista. Ao mesmo tempo em que o mercado de trabalho dá sinais de sua intensa precarização, a dependência tecnológica parece se tornar definitiva, e a estrutura de classe se modifica para as organizações de trabalhadores.

> Nada nos indica estarmos diante de um processo homogêneo e linear. Há divergências entre importantes setores empresariais, como há ainda uma exacerbação crítica – em parte retórica – contra a política do governo Lula da Silva,

[68]Embora a literatura registre agricultura camponesa e agricultura familiar sem estabelecer diferenças de significação; optou-se, nesta tese, pelo termo agricultura camponesa, por entender que a expressão oferece um sentido mais amplo sobre o modo de viver e produzir camponês (*cf.* verbete "agricultura camponesa" no *Dicionário de educação do campo*, 2012, Roseli Caldart et al).

[69]*Cf.* com os dados que integram a publicação do Ministério do Desenvolvimento Agrário - Agricultura Familiar no Brasil e o Censo Agropecuário 2006.

> em especial perante a sua enorme aprovação popular, mesmo no final do segundo mandato. Afinal, como foi mostrado, a expansão capital-imperialista brasileira, tanto para dentro quanto para fora do país, não elimina nem reduz a clássica dependência diante de capitais estrangeiros, mas *altera a escala da inserção subordinada, o espaço de reprodução dos capitais aqui sediados e carreia novas exigências políticas internas* (FONTES, 2010, pp.362-363).

"Embora a natureza da relação centro-periferia de fato tenha sofrido transformações substanciais ao longo do tempo, o signo da dependência ainda é, em verdade, a imagem recorrente em toda a história latino-americana" (PAULANI, 2008, p.79). Nesse sentido, enfatiza Paul Singer, o Brasil nunca saiu da condição de dependência. E continua: "Nossa linhagem dependente apenas teria mudado de forma, passando de uma inicial *dependência consentida* para uma *dependência tolerada* e, em seguida, para a atual *dependência desejada*." Essa crítica intensificou-se no período de governo iniciado com Fernando Henrique Cardoso e sob os dois mandatos de Lula da Silva, pois ambos os governos expressaram uma recuperação da capacidade burguesa de, aprofundando ainda mais seus vínculos de dependência, conservar seu predomínio no âmbito nacional, através de um formato democrático-representativo, típico do enquadramento burguês das reivindicações populares (FONTES, 2010, p.313).

O modo de produção capitalista é caracterizado pela racionalização do capital, implicando uma intensa divisão social do trabalho com o intuito de aumentar a produtividade para extrair a *mais-valia* e acumular riqueza. Tal processo tem gerado uma forte exploração da força de trabalho e a exclusão daqueles que não se adequaram à funcionalidade do sistema do capital, além de produzir e ampliar as desigualdades regionais e sociais, principalmente no campo. Por um lado, há um processo de tecnificação e modernização baseado no crédito abundante; por outro, uma agricultura tradicional de subsistência subordinada e explorada pelos interesses dos setores mais desenvolvidos. A permanente exploração e expropriação das riquezas produzidas no campo convergem para a manutenção e o recrudescimento de uma condição capitalista dependente, condenando o campo e a cidade, e os trabalhadores que neles vivem: condições de heteronomia necessárias à reprodução dos agentes econômicos privilegiados e de seus vínculos de dominação.

> De um lado, o desenvolvimento induzido de fora acelerava a revolução econômica no setor novo, porém em termos limitados, pois o que estava em jogo não era o *desenvolvimento capitalista* em si mesmo, mas a adaptação de certas transformações da economia brasileira aos dinamismos em expansão das economias centrais. Ou seja, o desenvolvimento induzido somente selecionava e transferia dinamismos que aceleravam transformações capitalistas mais ou menos necessárias ao processo de incorporação em curso. Eles eram insuficientes ou neutros para transformações capitalistas mais complexas e, de qualquer modo, não poderiam gerar, por si

> mesmos, um desenvolvimento capitalista autônomo e autossustentado, análogo ao das economias centrais e hegemônicas (FERNANDES, 2006, p.277).

Essa economia capitalista dependente sofre, para o sociólogo paulista Fernandes (2009), intensa espoliação e apropriação de suas riquezas pelas burguesias interna e hegemônica, e isso é feito à custa dos setores assalariados e destituídos da população, submetidos a mecanismos permanentes de sobreapropriação e sobreexpropriação capitalistas. Um aparente paradoxo mantém as condições arcaicas e modernas criadas e recriadas ao longo dos estágios de desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil. Triunfantes índices de produtividade e obscuras relações entre capitais, que oscilam constantemente, promovem e conferem ao mercado uma liberdade que convive com o trabalho escravo e a permanente tensão e a violência no campo.

> Em uma economia capitalista dependente e subdesenvolvida, a ordem social competitiva tende a reproduzir a cumulação dual de capital e a apropriação repartida do excedente econômico nacional, ou seja, a sobreapropriação capitalista do trabalho. Para assegurar a eficácia e continuidade, tal ordem social não pode depender, exclusivamente, de meios opressivos e violentos de reprodução social do trabalhado sobre-explorado (FERNANDES, 2009, p.84).

O desenvolvimento desse modelo, inserido no contexto de uma economia capitalista dependente, como no caso brasileiro, contribui para o que estamos assumindo como uma das determinações fundantes do alargamento da falha no metabolismo sociedade-natureza[70] e que inviabilizam qualquer tentativa de sustentabilidade dentro da ordem capitalista. Daí tentarmos a aproximação da ideia da dependência atual do Brasil com o trabalho de Florestan, apropriando-nos das reflexões constantes dos artigos Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social e Sobre a teorização do capitalismo dependente em Florestan Fernandes, ambos de autoria da professora Miriam Limoeiro, em cotejamento com as obras *Capitalismo dependente e Revolução burguesa no Brasil*, do professor Florestan.

> O capital produz, se acumula e se reproduz pela ação das frações burguesas envolvidas no processo de produção e reprodução do capital, sendo que as frações locais desempenham aí um papel fundamental, quer na relação com o trabalho, quer nas relações com o Estado-Nação, implementador de políticas por meio das quais as opções capitalistas se concretizam (LIMOEIRO, 2005, p.19).

A questão do capitalismo dependente em Florestan, pelo que se pode compreender, parece-nos um campo fértil de ideias e uma fonte rica de problematizações. No Brasil, o modo de organização da agricultura capitalista, em sua forma conhecida como agronegócio, por exemplo, é parte do modelo capitalista dependente, já que comporta

[70] Associação entre transformação social, relação humana e natureza.

elementos arcaicos e modernos que engendram esse modelo apoiado necessariamente nas burguesias, locais e externas, que operam a exploração e a dominação. Tendo seus alicerces firmados na história colonial, hoje, após o final da primeira década do século XXI, o Brasil ainda não conseguiu solucionar sua questão agrária e famílias ainda vivem sem terra para plantar, pois os programas de assentamento não foram suficientes para modificar a estrutura fundiária. Esses programas funcionam como política assistencialista, nas quais se dá terra, mas não se dão condições de permanecer nela.

> Não são os modelos institucionais e os dinamismos econômicos e socioculturais, absorvidos de fora e que constituem os seus aspectos aparentemente "mais avançados" e "mais modernos", que a definem no nível mais profundo da ordem inerente ao sistema societário. É o modo de privilegiamento interno das classes "altas" e "médias", cujos setores dominantes e elites dirigentes forjam o seu *espírito capitalista* especial, alicerçado na combinação da dependência com o subdesenvolvimento, que determina a "lógica do capitalismo dependente" e o caráter ultraegoístico, autocrático e conservador de suas estruturas de poder elitista (FERNANDES, 2009, p.100).

O país começa a sofrer os impactos ambientais e sociais de um modelo de crescimento econômico centrado no incentivo ao latifúndio e ao total descaso à pequena agricultura[71]. Basta ver o espaço ocupado por plantações de cana-de-açúcar, soja e eucalipto e verificar a relação direta com a exploração madeireira na Amazônia e a transformação da floresta em pasto para a pecuária expulsa do Centro-Oeste e do Sudeste pelo agronegócio. Para o sociólogo paulista, a particularidade está em reconhecer que o nosso capitalismo é estruturalmente "dependente, subdesenvolvido e imperializado". Nossa dependência estrutural está clara, pois nossa burguesia, como burguesia periférica e com o apoio irrestrito dos centros imperialistas, teria reestruturado as funções do Estado, tornando-se subserviente aos interesses do capital, seja nacional ou estrangeiro: esse é o sentido do neoliberalismo (Estado mínimo para o social e máximo para o capital)[72].

> A existência da burguesia como classe "nacional", atualmente e impondo sua ordem, de maneira unificada [embora contraditória] em todo o território, não a converteria na famosa "burguesia nacional", da qual se esperava um processo revolucionário de cunho democratizante e fortemente anti-imperialista, disposta a enfrentar a grande propriedade rural e a dirigir um processo de incorporação republicana dos setores subalternos (FONTES, 2010, p.311).

Aglutinam os latifúndios, em sua especulação pelos maiores lucros com os altos preços da terra; os bancos nacionais e estrangeiros, que, a partir da liberação financeira neoliberal, promoveram um grande fluxo de capital especulativo; e o fornecimento de créditos

[71]Com apenas um quarto dos estabelecimentos agropecuários, a pequena agricultura tem, hoje, peso fundamental na cesta básica brasileira.

[72]Aqui, uma associação com o título do livro da professora Lúcia Neves, publicado em 2010 (*Direita para o social e esquerda para o capital*), para explicar o uso indiscriminado das estruturas coercitivas estatais.

para o setor. Aglutinam ainda a indústria de insumos (sementes, agrotóxicos, fertilizantes e máquinas) e de subprodutos da agropecuária, as grandes empreiteiras ou consórcios da construção civil e, por fim, mas não menos importante, os monopólios midiáticos de sua sustentação ideológica, objeto desta tese. Essa aglutinação se dá porque os vínculos com as economias centrais – ou com os agentes econômicos privilegiados dessas economias – variaram na transição de um estado colonial para neocolonial e deste para o de uma economia capitalista dependente.

A desarticulação no centro do conceito de modelo autocrático burguês de desenvolvimento capitalista indica que esse desenvolvimento se apropria dos elementos arcaicos, mantendo o passado vivo no presente, acorrentando a expansão do capitalismo a um privatismo tosco, rigidamente particularista. A burguesia correspondente não universaliza a igualdade[73], mas se estabelece entre os privilegiados; "segrega os tempos da modernidade social, econômica e política, privatizando o poder político – conjuga o mais antigo com o mais arcaico, que se repõe incessantemente de forma dramática" (FERNANDES, 2006, p.168). Assim, para Florestan Fernandes, as burguesias locais tomam parte importante em todo o processo.

> Associada, dependente e subordinada às burguesias hegemônicas, nossas congêneres de origem senhorial e colonial exprimiam, então, uma certa incompletude de classe, aqui entendida pela incapacidade em gestar uma alternativa autônoma, democrática, que fosse capaz de implementar um projeto nacional autossustentado e fora dos constrangimentos e liames da dependência e da subordinação (ANTUNES, *apud* MÉZÁROS, 2009, p.13 – introdução).

Podemos pensar em uma definição para o agronegócio em termos de suas práticas e estas não nos parecem outras que não as da agricultura capitalista – com a moderna biotecnologia e o antigo modelo de monocultivo para exportação –, portanto, sob os imperativos do lucro, apoiada e conduzida por um Estado interventor forte, ao contrário do que preconiza a ideologia neoliberal do "estado mínimo". Na verdade, ele sempre esteve presente, mesmo quando aparentemente ausente, pois, nesses casos, ele costuma estar mais sutilmente a serviço das frações de classes dominantes. Por mais que o Estado tenha assumido e venha operando vultosas cifras em investimentos revestidos por ações sociais, precisamos compreender as estratégias que mantêm a lógica de desenvolvimento, pois este, por se tratar de desenvolvimento capitalista dependente, apenas expande a superexpropriação e a

[73]Embora a burguesia brasileira não possa ser considerada um bloco único, visto apresentar interesses conflitantes, apesar de não antagônicos, quando tratamos do tipo de imprensa aqui analisado, podemos afirmar que, neste caso, ela é hegemônica.

superexploração em favor da manutenção e do aperfeiçoamento da condição de heteronomia[74].

Agora, a disputa não é mais apenas entre os pobres sem-terra e os latifundiários. Agora é uma disputa de modelo para a produção e uso dos bens da natureza. De um lado, temos o agronegócio, que é a aliança entre os grandes proprietários, o capital financeiro que os financia, as empresas transnacionais que controlam a produção de insumos, sementes, o mercado nacional e internacional e as empresas de mídia. E, do outro lado, os sem-terra, os camponeses com pouca terra e a agricultura familiar em geral. Nesse campo de disputa, nosso inimigo maior são os bancos e as empresas transnacionais.[75] O agravamento atual da questão agrária deve-se ao fato de a sociedade brasileira de hoje sofrer, além do processo de exclusão típica do capitalismo, o fenômeno de inclusão precária e instável, marginal, gerando uma população de não cidadãos.

> A cada ano, o agronegócio se territorializa com maior rapidez e desterritorializa a agricultura camponesa. De 1992 a 2003, a área controlada por propriedades capitalistas cresceu 52 milhões de hectares, enquanto a área das propriedades familiares aumentou 37 milhões de hectares, graças à desapropriação de 25 milhões de hectares para a reforma agrária [...]. Nesse contexto, o empobrecimento dos pequenos agricultores e o desemprego estrutural agravam as desigualdades e não resta à resistência camponesa outra saída a não ser a ocupação da terra como forma de ressocialização (FERNANDES, 2010, p.192).

A produção dependente é satelizada, como diz Limoeiro (1997), mas a produção, sob o capitalismo, não compreende um todo socialmente homogêneo. A dominação externa se duplica na dominação interna e os setores sociais dominantes internamente superexploram e, consequentemente, superdominam a massa da população para garantir seus privilégios e a partilha do excedente econômico com as burguesias das economias hegemônicas. Nossa burguesia falhou em realizar a descolonização e a ruptura com o antigo regime com suas formas de dominação. Exemplos disso foram a ausência de reforma agrária e a sobrevivência dos resquícios da escravatura que se traduzem na assimetria entre o dominador e o dominado. Como insistiu Florestan Fernandes, "a trajetória da dominação burguesa no Brasil conservou [...] todos os grandes desafios *burgueses* colocados pela expansão da industrialização e [...] do capitalismo monopolista que, ainda que subalternamente, essas mesmas burguesias brasileiras capitaneavam" (FERNANDES, *apud* FONTES, 2010, p.321).

> A nova forma de imperialismo não é apenas um produto de fatores econômicos. No centro do processo está a grande empresa corporativa e, portanto, o capitalismo monopolista. Por isso, as mudanças de organização das funções e do poder

[74]Neste sentido, entendido como a condição de um indivíduo ou grupo social que se encontra em situação de opressão e/ou de alienação.
[75]Agora, vivemos um período onde a hegemonia é do capital financeiro.

> financeiro das empresas capitalistas foram produzidas por mudanças nos padrões de consumo e de propaganda de massa, na estrutura de renda, por uma revolução concomitante na tecnologia e nos padrões burocráticos de administração e pelos efeitos múltiplos e cumulativos de concentração financeira do capital na internacionalização do mercado capitalista mundial (FERNANDES, 2009, p.29).

Retornando à exposição de Mészáros[76], em sua última estada no Brasil, "a crise estrutural do capital que desestruturou toda política econômica mundial não se originou em 2007, com a explosão da 'bolha habitacional'[77] dos Estados Unidos, como a maioria dos especialistas enfatiza, mas, sim, pelo menos, quatro décadas antes, conforme por ele observado na terceira edição da Teoria da Alienação em Marx, em 1971". Na realidade, a crise europeia não é apenas uma crise da economia e da política nos países europeus. Antes, é uma crise ideológica oriunda da incapacidade de os explorados, num contexto de abandono do Estado social e de espoliação de direitos pelo capital financeiro, perceberem a natureza essencial da ofensiva do capital, nas condições do capitalismo global. A crise financeira expõe uma profunda crise do capitalismo global. Aos poucos, o capital financeiro corrói o Estado social europeu, uma das mais proeminentes construções civilizatórias do capitalismo em sua fase de ascensão histórica.

O sistema capitalista revela, hoje, elementos reais de estagnação. O sistema já não consegue envolver o conjunto da sociedade no seu processo de produção, pois, apesar de ter assumido uma dimensão global, iniciou igualmente o seu declínio. As crises revelam a essência da irracionalidade do capitalismo. Essas crises forçam o desenvolvimento do sistema de mercado a tomar um determinado curso e finalmente perturbar a organização social nele baseado. O próprio mercado entra em um processo de destruir os que competiam em piores condições para tentar retomar o ciclo expansivo, mesmo se de um patamar mais baixo, até que se reproduzam as contradições e se chegue a uma nova crise. Há apenas alguns meses, ninguém se atreveria a prever a eclosão de múltiplas revoltas populares em países do Oriente Médio, da África e, mais recentemente, da Europa. Governos apontados como padrão de estabilidade foram derrubados. A combinação de instabilidade política com a crise econômica levou o mundo a consequências imprevisíveis.

Em nossos dias, explica-nos Mészáros, estamos experimentando a aprofundada crise estrutural do capital. Sua destrutividade é visível e não dá sinais de diminuição. Talvez a

[76]Um dos principais pensadores marxistas atuais. Segundo ele, vivemos a maior crise na história humana, em todos os sentidos. Apresentou, em 2011, uma conferência sob o tema Crise estrutural necessita de mudança estrutural, em quatro cidades brasileiras (São Paulo, Salvador, Fortaleza e Rio de Janeiro).

[77]Excessiva sobrevalorização do mercado de imóveis nos EUA. A crise financeira teve início com a quebra de agentes financeiros que negociavam ou garantiam empréstimos e hipotecas habitacionais.

voracidade das políticas de privatização e a expansão da lógica mercantil na vida social sejam estratégias cruciais de abertura de novos campos de produção e realização do valor, num cenário de crise estrutural de valorização do capital, mas fica difícil conceituar a crise para prever o futuro do capitalismo. Para muitos, "a crise expressa a queda da hegemonia estadunidense, pelo peso insuportável em longo prazo de seu déficit, aprofundado pelos gastos militares; para outros, ainda poderia resultar na retomada da hegemonia sob outro formato" (FONTES, 2010, p.360),

> [...] quaisquer que sejam as tendências e o encaminhamento da atual crise, isso pode sacudir a letargia mercantil-filantrópica que apassiva trabalhadores em situações dramaticamente desiguais e leva-os a enfrentar as condições mundiais de extração de mais-valor (*op. cit*., p.361).

As turbulências da crise de 2007-2008 podem ser consideradas indicativas de um novo movimento do sistema. A multiplicidade dessas crises que explodiram convergiu a outras. Essas quando não resolvidas constituem-se no motor do processo depredador-parasitário que conduz inevitavelmente a uma crise prolongada de subprodução, isto é, o capitalismo é obrigado a crescer e a depredar indefinidamente para não perecer. As crises anticíclicas tomadas para diminuírem o peso da destruição implicaram forte desgaste de liderança política do neoliberalismo. Assistimos não a uma intervenção do Estado para sustentar a associação entre pleno emprego e produtividade, mas para sustentar lucros extraordinários em detrimento do emprego e da produtividade. Na situação imediata, "a crise exaspera as tensões e estimula movimentos díspares de retração de alguns capitais, em busca de refúgios menos inseguros, e de maior agressividade para outros, procurando aproveitar-se das brechas que as crises deixam entrever..." (*Cf.* HURREL et al, 2009; VELLOSO, 2009, *apud* FONTES, 2010, p.361).

"O século XX e o início deste foram marcados por fortes lutas sociais, rurais e urbanas, cujo teor se modificaria no compasso das transformações econômicas que os trabalhadores sustentaram e que sofreram política e socialmente" (FONTES, 2010, p.315). A década de 1980 e seus desdobramentos nos primeiros anos 1990 evidenciam uma importante inflexão na trajetória histórica brasileira, que, apesar de conservar inúmeras de suas tradições, encontra-se diante de uma conjuntura de novo tipo. Dentro desse contexto, torna-se fundamental a compreensão do papel de um movimento social como o MST, assim como os conceitos que se criaram em torno dele, e mostrar como suas ações estão presentes na vida dos brasileiros. A partir de várias análises, até então realizadas, pode-se afirmar que o MST se constitui num verdadeiro movimento de movimentos, que não pode ser agregado num único

modelo, já que consegue agrupar uma variedade múltipla de experiências, ações e de coletivos constituídos por sujeitos de diversas concepções e trajetórias de vida. O MST não espera apenas pelas respostas do Estado para levar adiante suas atividades comunitárias e produtivas, pois trabalha para a construção de projetos e programas alternativos de sociedade.

> A complexificação da dominação capitalista no Brasil forjou também a complexificação das condições de formulação política, ainda que mantida a seletividade associativa, agora sob o formato de uma "pedagogia da hegemonia" acrescida da criminalização dos movimentos contestadores (FONTES, 2010, p.314).

É nesse sentido que o MST reconhece as tensões que deve enfrentar, de forma cotidiana, tanto para dentro quanto para fora do movimento, inclusive com a sociedade com a qual mantém uma relação conflituosa e de tensão, considerando que existe um grau de reprovação no que diz respeito a suas estratégias de luta e à obtenção de subsídios para seus militantes, cuja imagem é constantemente demonizada pela mídia. A luta conjuga elementos tradicionais e atuais: reivindicações históricas e problemas decorrentes da fase atual do capitalismo globalizado. Dessa forma, podemos afirmar que o trabalho conduzido pelo MST adquire características fundamentais da ação política, já que oferece ao mesmo tempo uma rede de cooperação, um conteúdo cognitivo e uma autêntica dimensão política. O processo participativo é condição prévia para a consolidação da democracia real, e o aprofundamento do processo participativo é condição prévia para o efetivo combate às desigualdades econômicas e sociais brasileiras.

> O governo Lula apoia-se em uma forma de hegemonia produzida por uma revolução passiva empreendida na semiperiferia capitalista que conseguiu desmobilizar os movimentos sociais ao integrá-los à gestão burocrática do aparato de Estado, em nome da aparente realização das bandeiras históricas desses mesmos movimentos, que passaram a *consentir ativamente* com a mais desavergonhada exploração dirigida pelo regime de acumulação financeira globalizada (BRAGA, 2010, p.14 – apresentação).

Diante de tantos desafios a serem enfrentados, esta tese também optou por contextualizar a mídia como parte ativa na construção da hegemonia globalizada, condutora de comportamentos sociais no contexto da sociedade neoliberal, que será tratada em um capítulo específico. Isso dentro de uma visão marcada pela ideia de que a sua linguagem está imbricada com o poder, a partir da vontade dos que detêm as instituições político-econômicas e o controle da produção de mensagens. O grande capital encontra na mídia um campo fértil de expansão, ocasionando a concentração e o fortalecimento dos conglomerados, para onde fluem capitais provenientes de setores poderosos, como as telecomunicações, ou o próprio setor financeiro. Tal comprometimento deve ser encarado considerando-se a larga articulação entre comunicação midiática e capitalismo avançado, sabendo-se que hoje as indústrias

culturais se relacionam com o funcionamento do mercado, estabelecendo disputas por posições e poder entre as organizações e escolhas de consumo, por parte do público receptor.

> ... Como as diversas formas da cultura veiculada pela mídia induzem os indivíduos a identificar-se com as ideologias, as posições e as representações sociais e políticas dominantes. Em geral, não é um sistema de doutrinação ideológica rígida que induz a concordância com as sociedades capitalistas existentes, mas, sim, os prazeres proporcionados pela mídia e pelo consumo. [...] A cultura do consumo oferece um deslumbrante conjunto de bens e serviços que induzem os indivíduos a participar de um sistema de gratificação comercial. A cultura da mídia e a do consumo atuam de mãos dadas no sentido de gerar pensamentos e comportamentos ajustados aos valores, às instituições, às crenças e às práticas vigentes (KELLNER, 2001, p.11).

Caso as forças organizadas da sociedade, os movimentos sociais e os partidos de esquerda não interfiram nessa luta, continuarão sendo reforçados a concentração e o poder de manipulação da "ditadura da mídia" (BORGES, 2009). Encontrar alternativas à concentração das indústrias da cultura, aos oligopólios de comunicação, ao controle da produção e ao papel do Estado nunca se fez tão urgente. Há, no Brasil, uma mídia sob o absoluto controle de famílias e políticos conservadores e, consequentemente, a serviço de seus interesses. Na realidade, falam em interesses públicos, mas servem a interesses privados, na medida em que eles administram os meios de comunicação como negócio pessoal e familiar. O resultado disso é um Brasil refém das grandes empresas da mídia, imune a qualquer forma de controle público, empresas essas comandadas verticalmente e sustentadas em alianças regadas pelo capital. Isso também é parte constitutiva do processo de construção e domesticação do imaginário coletivo, levado a cabo pelas corporações da mídia (ARBEX JR., 2003).

Nesse cenário de manifestações, com a crise da sociedade de mercado mundial, percebemos que o capitalismo vem perdendo sua força retórica moralizante e estruturadora de comportamentos. Dessa forma, podemos observar que esses acontecimentos deram origem a novas formas de ação e, sem dúvida, geram um grande impacto nas lutas brasileiras. Por isso, devemos integrar nossas demandas dentro de um quadro reivindicatório mais amplo, nas palavras de Mészáros, para que a sociedade não fique presa a esse sistema. O momento é de desenvolvimento contínuo da consciência e dos valores socialistas para a efetivação de uma nova forma histórica. O grande desafio do nosso tempo, portanto, é descobrir como ampliar significativamente a margem do pensamento crítico, pois vivemos sob as condições da crise estrutural do capital e simultaneamente com a crise estrutural da política, segundo o filósofo marxista.

A breve análise até aqui apresentada tentou mostrar como o avanço do capitalismo no terreno político-cultural teve reflexos profundos na indústria da informação, e que a mídia,

ao se apresentar como defensora da propriedade privada e dos valores capitalistas, passou a produzir discursos que se traduzem em projetos de criminalização a todos aqueles que lhe são antagônicos. Dessa forma, ela desqualifica qualquer projeto que venha a apontar outra lógica econômica, por isso dizer que a criminalização aos movimentos sociais, em especial ao MST, tem um nítido perfil ideológico, pois entendemos que, dentro dessa dinâmica, o Movimento apresenta-se como adversário à manutenção da hegemonia capitalista, repensando a propriedade em outra ordem, pois o projeto capitalista em curso no Brasil, representado no campo pelo agronegócio, está longe de servir ao povo camponês, como contaremos em outro espaço deste trabalho. No capítulo a seguir, debateremos mais diretamente sobre o poder que os veículos de comunicação adquiriram no mundo contemporâneo.

2 OS DONOS DA MÍDIA E O PODER DO CAPITAL[78]

... A mídia sequestra as significações estabelecidas tanto cristalizando-as em alguns significantes fixos quanto dissolvendo-as em significantes instáveis.

Marilena Chauí

A imprensa, como já esboçado no primeiro capítulo, nasceu com o capitalismo e vem acompanhando o seu desenvolvimento ao longo da história da cultura humana. E, como não poderia deixar de ser, aqui, como nos demais países do mundo, apesar de aspectos bem característicos e particulares, a imprensa também está ligada ao avanço que o capitalismo apresentou no Brasil. A industrialização dos bens simbólicos (BOURDIEU, 1974) obedece, hoje, às injunções e às conveniências políticas e econômicas dos donos do capital em qualquer parte do planeta. A cultura de massa tomou vulto com a progressiva criação dos veículos da comunicação, esbarrando, no outro polo da produção, com a sociedade de consumo. No Brasil, até a chegada de D. João VI, nada era impresso, pois dependia do consentimento das autoridades portuguesas[79]. A imprensa no Brasil – ao contrário de alguns vizinhos sul-americanos – não convinha aos colonizadores. Manter a Colônia fechada à cultura já se fazia sentir como uma característica própria da dominação.

> A imprensa surgia finalmente, no Brasil – e ainda desta vez, a definitiva, sob proteção oficial, mais do que isso: por iniciativa oficial –, com o advento da Corte de D. João. Antônio de Araújo, o futuro Conde da Barca, na confusão da fuga, mandara colocar no porão da *Medusa* o material fotográfico que havia sido comprado para a Secretaria de Estrangeiros e de Guerra, de que era titular, e que não chegara a ser montado. Aportando no Brasil, mandou instalá-lo nos baixos de sua casa, na Rua dos Barbonos (SODRÉ, 1999, p. 19).

A Corte, recém-chegada ao Brasil, produziu diversas modificações. Afinal, perdia o país a sua condição de colônia para ganhar a de Reino Unido de Portugal e Algarves, passando a sediar a própria monarquia portuguesa. O elemento mais significativo desse processo foi mesmo a mudança do centro do poder português de Lisboa para o Rio de Janeiro, com todas as suas consequências. Dentre as mais marcantes está a liberação da imprensa no Brasil, sacudida pela onda de cultura e progresso provocada pela presença do rei e de sua Corte na colônia. Esse foi o período de surgimento do primeiro jornal brasileiro, fundado por

[78]Parte da discussão aqui contemplada integra o capítulo A mídia e a sociedade capitalista, presente na dissertação *A Mídia e o Discurso Globalizado* – um caminho para refletir sobre a sociedade, de minha autoria.
[79]Com a chegada da Corte, houve a necessidade de se fazer imprimir os atos o governo. Daí a implantação da imprensa, logo após a chegada do rei.

Hipólito da Costa[80]: *Correio Brasiliense*, impresso em Londres para escapar à censura de D. João VI, instalado no Rio, capital da Colônia. Ainda muito parecido com o livro, esse impresso firmara-se como forte difusor das ideias disseminadas pelo iluminismo, florescidas na Europa no século anterior. Pequenas mudanças ocorreram até o primeiro período republicano, mas logo a imprensa estagnou.

> É a imprensa do ano da Independência e do ano da Constituinte dissolvida – com a direita em ascensão –, a imprensa que luta pela liberdade e que, como no período anterior às cortes, será perseguida e amarrada ao tronco do poder (SODRÉ, 1999, p.61).

O grande salto se deu com o avanço dos anos no século XX – é a sua transformação em empresa capitalista que permitiu uma modernização tecnológica mais rápida. O pequeno jornal desaparece das principais cidades, as quais começam a ser dominadas pela grande imprensa, que, aos poucos, passa a ter mais envolvimento com as coisas da política. O período ainda se caracteriza pela predominância da presença da ilustração, numa evidente demonstração da importância do visual sobre a escrita[81]. Nesse sentido, também a propaganda ganha mais espaço, tornando-se uma significativa fonte de renda para jornais e revistas. À medida que o Brasil se configurava em uma sociedade de massa e de consumo, a propaganda passa a adquirir mais expressão. Desenvolve-se a filosofia de bem-estar, que aguça e motiva os indivíduos a consumirem o que se produz. Sobre o período, Taschner observa que, do ponto de vista da constituição cultural, nesse momento muitas novidades registraram-se na imprensa brasileira, principalmente com a chegada das agências de notícias internacionais de publicidade (1992, p.32).

> Em pouco tempo, os jornais passaram a obter 80% de sua receita dos anúncios [...]. A publicidade também obrigou os jornais a se preocupar em aumentar a circulação, já que as agências preferiam entregar seus anúncios aos veículos de maior tiragem, que cobrissem as maiores áreas do território nacional (ABREU, 2002, p.10).

Esse desenvolvimento que se apresenta marcadamente na imprensa brasileira se fez com a massiva participação de capital estrangeiro, que passou a dominar os ramos-chave do aparelho industrial. Os conceitos de *marketing*[82] passaram a povoar as mentes de outros segmentos da atividade organizacional e os meios de comunicação acompanharam as mudanças, que surgiram como reflexos de uma sociedade em mutação. Esse modelo

[80]Hipólito José da Costa Furtado de Mendonça, nascido na Cisplatina e criado no Rio Grande do Sul. Viajado e influente, fundou o primeiro jornal brasileiro, em 1º de junho de 1808, o *Correio Brasiliense*. No entanto, três meses depois do *Correio*, surgiu, em solo brasileiro, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, pioneira na atividade jornalística no Brasil.

[81]Nesse período, toda cultura e toda forma de representação convergem para a imagem, realizadas na propriedade do fetiche.

[82]*Marketing*, neste estudo, deve ser entendido como a propaganda que procede da sociedade de consumo e que tem como tarefa vender imagem e reduzir o cidadão à figura privada de consumidor.

aprofunda-se ao longo dos governos militares (1964-1985) e logo se torna parte das articulações globais do capital internacional, que propõe não apenas questões econômicas, mas também políticas e culturais, de dependência e autonomia dos países de capitalismo dependente[83]. Frisa Sodré (1999) a influência do capital estrangeiro, notadamente norte-americano, na mídia brasileira, destacando os seguintes vértices: as agências de publicidade internacionais e as publicações estrangeiras. A mídia passa a ser essencial às sociedades capitalistas, por ser capaz de incentivar o consumo através da publicidade.

> A propaganda comercial também se apropria de atitudes, opiniões e oposições críticas ou radicais existentes na sociedade, esvazia e banaliza seu conteúdo social e político e as investe em um produto, transformando-as em moda consumível e passageira. Feminismo, guerrilha revolucionária, movimentos culturais de periferia, liberação sexual, direitos humanos etc., arrancados do contexto que lhes dá sentido, são transformados em imagens que vendem produtos (CHAUÍ, 2006, p.40).

Com o final da era Vargas, a redemocratização do país se fez rapidamente, mesmo porque a Constituição de 1946 refletiu um clima de euforia internacional provocado pela Carta das Nações Unidas[84]. A imprensa jornalística, que tanta importância teria no processo de redemocratização, passou a uma fase de conglomerado que incluía jornais, revistas, rádios e, em seguida, a televisão. As transformações ocorridas com a expansão da televisão, iniciada em 1950, apesar de lentas – o baixo poder aquisitivo da população dificultava o acesso ao aparelho televisivo –, e a difusão do radiotransmissor[85] foram influências socioculturais importantíssimas para o país. A partir desse período, a propaganda invadiu todo o universo da sociedade e a feroz concorrência entre anunciantes e agências resultou na absorção de espaços em todos os meios de comunicação. No entanto, é a própria televisão, com seus programas, com a importação maciça de filmes, seriados e desenhos animados, que mais contribuiu para a consolidação da sociedade brasileira numa sociedade de massa. A comunicação desempenha um papel central no desenvolvimento econômico e político da sociedade e a informação ganha projeção, agora medida pelo tipo de espetáculo que pode oferecer, e não mais por sua importância social e cultural.

---

[83]Inicia-se, a partir desse período, a imposição do paradigma neoliberal, como modelo de política econômica, seja por ações diplomáticas, seja por outros meios (ver livro de Leda Paulani, *Modernidade e discurso econômico*, Boitempo, 2005). Neoliberalismo é uma prática político-econômica baseada nas ideias de pensadores monetaristas americanos e ingleses. A teoria propõe a redução da ação do Estado na economia, que passa a preservar apenas a ordem política e econômica, deixando as empresas privadas livres para investir. Outra característica dessas sociedades é a desregulamentação e a privatização de numerosas atividades econômicas antes controladas pelo Estado.

[84]A carta das Nações Unidas foi firmada em 26 de junho de 1945, com vistas a salvaguardar a paz e a segurança internacionais e a instituir, entre as nações, uma cooperação econômica, social e cultural.

[85]A introdução do radiotransmissor e a expansão da televisão no Brasil provocaram uma verdadeira revolução na comunicação de massa, renovando as manifestações culturais brasileiras.

É fundamental situar o papel da comunicação durante o governo Vargas, que ganhou estrutura com o golpe de 1937. O rádio, como meio de comunicação de massa, vai apresentar relevância, seja pela geografia do país, seja em razão dos altos níveis de analfabetismo da população adulta, em especial pela execução da propaganda oficial. O Estado também lança mão do meio como o responsável pela divulgação nacional de seus projetos, utilizando o programa *A Hora do Brasil*[86], que ia ao ar diariamente, em cadeia nacional. Junto com o rádio, outro grande meio de comunicação de massa, na transição dos anos 30 para os 40, foi o cinema. Mais tarde, com o desenvolvimento da indústria cinematográfica, pode-se dizer que o Brasil funcionou como mercado reprodutor. Durante muitos anos, aqui sobreviveu o chamado "cinejornal", que teve sua obrigatoriedade estabelecida por decretos-leis. Tinha de ser exibido, em todos os cinemas, no início de cada filme, um documentário brasileiro. O objetivo desse tipo de jornalismo era, na maioria das vezes, o da propaganda política e da divulgação das atividades do governo, como registra Virgílio Noya Pinto em seu livro, no capítulo dedicado à era Vargas (2002). Fato que continuou a ocorrer também com o jornalismo produzido pela *Última Hora*.

> Até a criação da *Última Hora* também não havia cobertura de repórter no Palácio do Catete, a sede da Presidência. "Antes, um sujeito da sala de imprensa apenas pegava a nota oficial. O primeiro caso de tentativa de cobertura aconteceu na *Última Hora"*, diz Villas-Bôas Corrêa, referindo-se à inovadora coluna O Dia do Presidente, assinada por Luís Costa... (*Memória de repórter*, 2010, p.17).

O governo Vargas e também o de Juscelino Kubitscheck foram de grande importância para a imprensa brasileira. A industrialização mudou o perfil tecnológico e profissional da imprensa no Brasil, nas últimas décadas e transformações de grande vulto surgiram. Foram muitos investimentos em equipamentos e na implantação de novas técnicas no fazer jornalístico, que possibilitaram uma diversificação do público consumidor. Tudo isso se passou em meio a um processo de transição política e de concentração dos veículos de comunicação. A imprensa antes da metade do século XX dependia de favores do Estado, dos pequenos anunciantes – populares e domésticos. As demandas de um consumo cultural, contudo, vão alçar projeções nas próprias condições técnicas e de fortalecimento do mercado brasileiro, associado ao processo de urbanização e de crescimento industrial. Isso porque uma das condições para se atingir tal estágio é a existência de uma sociedade urbano-industrial, presente na realidade brasileira apenas a partir da Segunda Guerra Mundial.

[86]Programa transmitido pelo rádio na época do Estado Novo, com Getúlio Vargas. O programa anunciava obras de governo, divulgava nossa música – o samba – e enaltecia as ações do presidente. Hoje esse programa ainda existe, com o nome de *A Voz do Brasil*, e programação voltada para os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

> A mídia produz sujeitos de que o mercado necessita, prontos para responder a seus apelos de consumo sem nenhum conflito, pois o consumo – e, antecipando-se a ele, os efeitos fetichistas das mercadorias – é que estrutura subjetivamente o modo de estar no mundo do sujeito (KEHL, 2004, p.67).

Nessa nova fase e no contexto de um capitalismo ainda incipiente, movimentando-se para um capitalismo mais avançado, percebe-se a modernização da imprensa brasileira[87], como vai ser evidenciado por intermédio da formação dos grupos *Abril, Globo, Folhas, Manchete* e outros; sistema industrial que se aprofundou nos governos militares pós-64. O ingresso do país nessa etapa monopolista do capital significou o assentamento de um padrão de mercado especificamente capitalista, constituído de sistemas complexos de empresas vinculadas à cultura e à comunicação, denominadas "indústria cultural"[88]. Em lugar de divulgar a cultura despertando o interesse, as artes e os acontecimentos passaram a ser vulgarizados. Foi a indústria cultural uma expressão usada para comparar toda a produção de bens culturais, através dos meios de comunicação, numa escala em série, como qualquer outra forma de produção das indústrias capitalistas, ou seja, a cultura virou mais uma mercadoria desse sistema financeiro. "A produção das mercadorias é agora um fenômeno cultural, no qual se compram os produtos tanto por sua imagem quanto por seu uso imediato", já nos dizia Jameson em seus ensaios (2001, p.22)

> O desenvolvimento da imprensa, na fase atual de crescimento das relações capitalistas em nosso país e pelo fato de esse avanço ter concorrido para o aparecimento, a função e a hegemonia dos meios de massa, levou ao quadro, que logo se tornou evidente, de ser a imprensa jornalística, [...], a iniciadora e a propulsora dos meios de massa, a começar pelo rádio, culminando com a televisão (SODRÉ, 1999, p.X).

O regime militar, instaurado em 1964, formou-se com forte consentimento civil. Entre outros setores, a imprensa foi inicialmente um dos suportes estratégicos do movimento que derrubou o regime constitucional. A maioria dos proprietários de jornal encampava as ideias do liberalismo econômico e se identificava com o ideário do "golpe de 1964".[89] Isso porque, antes, os grandes jornais se diziam preocupados com o perigo do estatismo na economia e condenavam as restrições ao capital estrangeiro, que, achavam, impediriam o país de avançar no seu processo de industrialização. Com a subida dos militares ao poder, teve

[87]Este período foi marcado por mudanças significativas na imprensa brasileira, com a introdução de novas técnicas de apresentação gráfica, inovações na cobertura jornalística e renovação da linguagem. A industrialização da imprensa modificou o "fazer jornalístico", com consequências diretas na produção da notícia.
[88]Cunhada por Adorno e Horkheimer, dois dos mais conhecidos membros da Escola de Frankfurt, a expressão "indústria cultural" serviu para designar o conjunto de organizações empresariais, altamente concentradas e de capital centralizado.
[89]Apenas a *Ultima Hora* destoava do coro geral da grande imprensa. Até destacados jornalistas deram seu apoio à intervenção militar, apesar de muitos se tornarem ferrenhos adversários do regime, principalmente em razão da violência e das prisões indiscriminadas e dos abusos da repressão. Contudo, os patrões se ajeitaram e, mesmo com a chegada da censura, não incomodaram a ditadura militar.

início o período de repressão política que levou à prisão os opositores do regime e à censura à imprensa. A partir do golpe, muitos brasileiros – de militares a jornalistas – tiveram que enfrentar a dura provação do exílio, em nome da sobrevivência. Diante dessas restrições à liberdade de expressão, pouco tempo depois, apenas uma pequena parte da imprensa do país se distanciou do novo governo e se precipitou na denúncia das arbitrariedades que estavam sendo cometidas. Nesse momento, o que surge com força é uma imprensa alternativa, jornais e revistas, aparentemente sem expressão, que lutavam de forma insistente para editar seu material, sempre sob a mira dos militares.

> O jornalismo deve procurar apresentar-se como um relato equilibrado e equidistante, por certo. Mas esse equilíbrio pressupõe a urgência do Estado de Direito. Sob uma ditadura, esse equilíbrio, por ser impossível, por surgir como falsificação, serve de máscara para a impostura. Entre a tirania e a democracia, o jornalismo não fica num ponto pretensamente neutro, nem pode ficar: ele tem o dever de defender a democracia contra a tirania. Quando as liberdades estão ameaçadas, o jornalismo assume o lado de defesa do Estado de Direito. O jornalismo só é viável como prática social dentro da democracia, ou lutando pela democracia; longe da democracia, ele tende a fenecer. Quando as liberdades são tolhidas, o jornalismo já não mais pode ser apartidário: assume o partido da liberdade. Aí, a sua única via de sobrevivência é o combate em legítima defesa, um combate que se trava a contragosto, a contrapelo, na contramão (BUCCI; KEHL, 2004, p.218).

A relação dos militares com a imprensa teve a sua face oculta. Ao mesmo tempo que censuravam matérias e interferiam no conteúdo das informações, os governos militares financiavam a modernização dos meios de comunicação. Para levar adiante seu projeto, os militares implantaram uma infraestrutura na área das comunicações, cujos benefícios serão colhidos pela classe empresarial, interessada na integração dos mercados consumidores. É a partir da convergência de interesses que se formou a grande rede, constituindo o que se chamou "oligopólios da informação". Cabe salientar que, no período militar, a imprensa escrita, o rádio e a TV já dependiam fundamentalmente de publicidade para sobreviver e que os maiores anunciantes eram os órgãos estatais. Era por intermédio da propaganda[90] que se estimulava o apetite das massas e conduziam-na ao desejo de consumo: "A publicidade dirige-se ao desejo e responde a ele com mercadorias" (KEHL, 2004, p.62). Com a criação da Embratel e do Sistema Internacional de Satélites, em 1965, do Ministério das Comunicações, em 1967, permitindo a interligação de todo o território nacional, e, assim, as dificuldades técnicas que impediam um sistema de redes foram superadas.

Isso foi ponto essencial para a indústria cultural, que, dessa forma, pôde proporcionar a criação de grandes grupos financeiros na área de comunicação. Diante desse

[90]No Brasil e em alguns outros países de língua latina, as palavras propaganda (caracterizada por objetivos mais ideológicos) e publicidade (sinonímia de tornar público, divulgar) são geralmente usadas no mesmo sentido.

novo desafio e de uma estruturação empresarial de formato capitalista, vários jornais desapareceram e os poucos que ainda sobreviveram tiveram também que enfrentar outro desafio: o elevado custo do papel, que atingiu a economia das empresas jornalísticas. O interesse dos governos militares foi muito grande ao que se referia ao sistema comunicacional, ao contrário do que ocorreu com os EUA, onde ele resultou de investimentos privados. Os militares financiaram a modernização da maior parte dos jornais. Sedes modernas, compra e importação de equipamentos foram realizadas com recursos de empréstimos bancários e de instituições estatais, o que evidentemente representava um instrumento adicional de controle sobre a mídia brasileira. A modernização agora se tornava excludente e reiterava a marginalização social em grande escala. Para Adorno e Horkheimer, a cultura capitalista leva obrigatoriamente à desintegração social e política.

> No Brasil, essas mudanças vão ocorrer somente a partir da década de 60 do século XX. O crescimento dos meios de comunicação no país, apesar de estar relacionado com "a inserção da etapa monopolista", deve-se especialmente aos investimentos do Estado, o qual funcionava como uma espécie de interventor dos processos midiáticos, principalmente no período pós-64, durante o regime militar (ANDRES, 2008, p.189).

No entanto, a relação entre os empresários e os militares ainda passou por um período conflitante. Apesar da revogação do Ato Institucional (AI 5)[91], permaneceu em vigor a Lei de Segurança Nacional. Durante o governo do último presidente militar, foi abolida a Lei nº 7.170, *i.e.,* que sofria interferência da Lei de Segurança Nacional no tocante à legislação da imprensa. Somente com a promulgação da Constituição de 1988 foi que a imprensa recuperou sua garantia de livre expressão. Ressalte-se que, a partir de 1964, se por um lado havia a repressão ideológica e política, por outro, a história brasileira mostrou que esse foi o período em que mais se produziram, difundiram e consumiram bens culturais. Foi nesse momento que se consolidaram os conglomerados, como a Editora Abril, o Grupo Folhas, as Organizações Globo, o *Estado de S.Paulo* e a Rede Brasil Sul (RBS), da mesma forma que se mostrava o quadro mundial com o grupamento das grandes empresas de comunicação internacionais. Nos anos que se seguiram, muitas mudanças ocorreram na sociedade e também na imprensa brasileira: novas técnicas, desenvolvimento de tecnologias até então desconhecidas, pressão à concorrência, fatores preponderantes aos imperativos da globalização capitalista.

[91]Após o Ato Institucional nº 5, o governo aumentou a censura, proibindo as notícias que faziam críticas ao regime militar ou apontavam para ações repressivas dos governos, torturando, matando, fazendo desaparecer seus oponentes e aqueles que faziam críticas à política do governo e à abertura desenfreada ao capital estrangeiro.

> A essa tendência mundial, em que os mercados tornaram-se hegemônicos e projetaram-se numa dimensão global, contou com o auxílio da manipulação ideológica praticada pela propagação de bens simbólicos. [...], o processo de globalização, acelerado a partir dos anos 70 do século XX, acentuou a disseminação da inovação tecnológica, a qual viabilizou a atuação do capital em áreas anteriormente reservadas ao Estado. As tecnologias foram essenciais ao novo modelo econômico que se reestruturava nesse período, na medida em que passaram a agilizar os processos de informação e disseminação de mensagens, satisfazendo, assim, os interesses do capital (BRITTOS, *apud* ANDRES, 2008, p.193).

No contexto mundial, observa-se que os oligopólios da mídia constituem, hoje, um componente essencial ao funcionamento do capitalismo internacional, como nos diz Arbex Jr. (2001). Para ele, as megacorporações da mídia foram criadas no interior do mesmo processo econômico e político da economia capitalista que desembocou no imperialismo. Isso mexeu com a sociedade e com as expectativas dos profissionais da imprensa, deixando-os à mercê desse mesmo capital, marcado por uma nova estrutura na divisão trabalhista, voltada especificamente para a rentabilidade econômica daqueles que detêm o poder. O desenvolvimento das tecnologias da comunicação também implicou a unificação cronológica das formas de produzir e imprimir a notícia, acelerando o processo de "cartelização" da imprensa. Os pequenos jornais locais tornaram-se dependentes dos jornais urbanos das circunvizinhanças e são incorporados a estes como redações municipais ou redação afiliada. Quanto mais rapidamente uma notícia era difundida, e quanto maior o seu alcance, maior a sua importância para os interesses econômicos privados que os sustentavam, por isso em lugar de esclarecer, confunde e desinforma. A liberdade, nos dias atuais, como sabemos, é do capital. E a verdadeira informação também lhe pertence.

> .... Um grande jornal, hoje, é uma empresa capitalista de grandes proporções. Não está mais ao alcance de qualquer detentor de capital, pois exige capital de vulto. Para isso concorre, naturalmente, o avanço da tecnologia de imprensa, quando a oficina de um grande jornal parece uma fábrica, [...]. Esse avanço tecnológico obrigou, por outro lado, que as empresas jornalísticas se empenhassem em investimentos acima de suas possibilidades normais. A situação financeira delas, por isso mesmo, é periclitante, em casos conhecidos. Se fossem empresas de outras áreas, estariam liquidadas por razões de mercado. Razões que elas defendem com maior ardor infeliz, todos os dias, atreladas ao neoliberalismo. Como as do condenado que elogia o dono da corda em que será enforcado. Bem disse alguém que o capitalismo tem razões que a razão desconhece (SODRÉ, 1999, p.XI).

Com o fim da bipolaridade capitalismo *versus* socialismo, da destruição das utopias e de uma visão mais pragmática do mercado, além da predominância do sistema neoliberal e suas consequências econômicas e políticas, que reforçaram fortemente a hegemonia da indústria da comunicação, o jornalista também teve de mudar a forma de praticar cotidianamente sua profissão. A profissionalização passou a ser pensada como um recurso para assegurar alguma autonomia diante de empresas-jornal, que vendem a sua

mercadoria, a notícia, como se fosse um objeto qualquer, pois no Estado neoliberal há encolhimento do espaço público e alargamento do espaço privado, o que facilita tal ação. Nesse sentido, os leitores são percebidos como um potencial objeto a ser transformado de modo a incorporar os valores defendidos pela imprensa. A imprensa, portanto, assume o papel de reprodutora dos valores hegemônicos que vão erigir um novo consenso (denominada, por alguns, pedagogia do consumo). Para Gramsci (2000), essa disputa pela hegemonia abria espaços para a constituição de uma imprensa alternativa, visando à produção de uma contra-hegemonia à da burguesia.

> Em 1980, 50 companhias respondiam por 90% do faturamento; em 1990, menos da metade delas ficava com os mesmos 90%. O encurtamento do mercado agravou-se após a primeira onda de fusões e aquisições de empresas. As principais transações foram as compras da rede NBC pela General Electric e da rede ABC pelo Grupo Capital Cities, ambas em 1986. A fusão da Time Incorporated com a Warner Communications, em 1989; a constituição da cadeia Fox pela News Corporation, graças à incorporação de emissoras independentes, em 1990; a transferência dos controles acionários da Columbia Pictures e da MCA/Universal para as japonesas Sony e Matsushita, respectivamente, em 1990 .... (MORAES, 1998, p.65).

Desde que passou a ser considerada uma mercadoria, a notícia deixou de ser submetida aos critérios tradicionais de apuração, autenticidade ou erro. “Cria-se a ilusão de que todos têm acesso a qualquer informação, cada um pode escolher o que deseja, como o consumidor em um supermercado” (CHAUÍ, 2006, p.29). O mundo da mídia explodiu de tal forma que, em qualquer sociedade do mundo, a guerra interna, travada entre os grupos midiáticos, tornou-se uma realidade mais intensa do que aquela do mundo que os cerca. O mais importante é ter a notícia antes. “É o furo ou a morte”. É por isso que, mesmo que diversos acontecimentos se produzam simultaneamente no mundo, a mídia só cobrirá um: aquele que tiver atraído a todos. Outro aspecto a ser considerado é o que é sobrepujado pelo noticiário sensacionalista, pelas fofocas, pela corrupção e pelo culto à pornografia, envolvendo políticos, empresários, policiais, artistas, militares em negócios considerados ilícitos ou que mereçam o exame da Justiça, ou da própria polícia, e pela notícia-mercadoria. Segundo Bourdieu (1997, p.23), “as notícias de variedades, por exemplo, produzem a despolitização, reduzindo a vida do planeta à anedota e ao mexerico”.

> O que acontece com celebridades e personagens-tipo chama a atenção não apenas dos jornalistas, mas de qualquer pessoa. Se um homem caminha bêbado pela calçada, não merecerá mais do que um olhar; se é um político ou um cantor popular, não faltará quem registre o fato e saia comentando. Focaliza-se a moralidade dos *hippies*, dos jogadores de futebol bem-sucedidos, dos *punks* e dos homossexuais. Divórcios, adultérios, brigas por herança – tudo aquilo que é do universo privado – tendem a tornar-se públicos quando os envolvidos são pessoas notáveis ou ocupam espaços de exclusão (LAGE, 2001, p.97).

Há uma valoração da investigação jornalística voltada para as denúncias, as falcatruas e a corrupção. Um estudo realizado por Thompson (2002) tenta mostrar que, nas sociedades midiáticas, o escândalo é um evento central que afeta fontes concretas de poder nos regimes democráticos eleitorais, pois o poder submetido à pressão de opinião pública está ligado à reputação. Com o crescimento da mídia na década de 1970, no Brasil e no mundo, houve uma mudança na cultura jornalística, com reportagens investigativas que romperam barreiras e levaram à divulgação de determinados segredos de poder. As manifestações midiáticas passaram a ocorrer somente em razão da existência da mídia e as estratégias e táticas desenvolvidas pelo campo político também passaram a ser submetidas pelo campo midiático. Entretanto, o poder político ganhou força como parte interessada na agenda midiática e, de maneira geral, no jogo de manipulações. Isso alterou radicalmente a percepção pública de como funciona a política, além do perigo que o poder corporativo pode representar para a democracia. No pensamento de Abramo (2003), a mídia, em geral, pode ser mais nociva à democracia do que os próprios governos.

> Quanto maior o capital necessário ao investimento em novas tecnologias, mais a mídia se torna dependente dos anunciantes e dos sistemas de crédito. Como resultado – dirá Jürgen Habermas –, a imprensa, até então instituição de pessoas privadas enquanto público, torna-se instituição de determinados membros do público enquanto pessoas privadas – ou seja, pórtico de entrada de interesses privilegiados e interesses privados na esfera pública. "Os montantes de capital necessário para adquirir e desenvolver essas tecnologias acentuaram a tendência à concentração oligopólica em setores de ponta – rádio, TV, cabo, mídia, empresa, cinema, vídeo, música e editorial" (ARBEX JR., 2001, p.59).

Até aqui, o que se pretendeu, com essa rápida contextualização histórica, foi situar o gradual fortalecimento da mídia (MORAES, 1998) na perspectiva da sociedade capitalista moderna. É partindo desse modelo de sociedade que se considera imprescindível compreender o fenômeno de implantação e desenvolvimento da indústria cultural no Brasil, especialmente quando se observam os cenários político e econômico em que esse fenômeno ocorre – de inclusão tardia da economia brasileira no capitalismo internacional[92]. No Brasil, a imprensa, que, *grosso modo*, pode-se dizer, nasceu com a industrialização, vê o espaço das grandes reportagens jornalísticas cada vez mais se destinar à publicidade. A tendência atual para a proximidade entre a visão das redações e a dos departamentos comerciais começa a ser implantada, principalmente nos jornais de maior circulação. A partir desses eventos, a imprensa se aliou de vez ao capitalismo em ascensão, e a lógica mercantil tornou complexo e

[92]O capitalismo tardio depende, para seu bom funcionamento, de uma lógica cultural de uma sociedade de imagens voltadas para o consumo. A observação aqui apresentada está apoiada em citações de F. Jameson (crítico e estudioso marxista do capitalismo). A ele importa reconstituir a dialética do progresso e da regressão do processo cultural contemporâneo.

universalizou o mundo, presidindo os rumos desse processo em todos os campos da atividade social e humana. Logo, é o fator econômico que se pressupõe e direciona o desenvolvimento das necessidades coletivas da informação.

> ... Não raro, as imagens e as obras de arte transcendem as intenções originais de seus criadores para integrar um circuito de produtos e comercialização transnacional que engloba mercados, museus, festivais, bienais, feiras e eventos midiáticos. A integridade dos valores simbólicos é afetada pela imposição do valor de troca, em muitos casos esvaziando os produtos culturais de suas qualidades artísticas. Integrada, como as demais áreas produtivas, ao consumismo, a esfera cultural vem-se tornando componente essencial na lubrificação do sistema econômico (MORAES, 2009, p.68).

2.1 **A fusão da mídia com o capital**

Com a consolidação da etapa monopolista do capitalismo, as indústrias culturais passaram a despertar grande interesse por parte dos setores industriais e comerciais, os quais perceberam nos meios de comunicação uma excelente ferramenta para divulgar seus negócios. O modelo capitalista interfere na divulgação das informações, distorcendo sistematicamente a cobertura das notícias pelos meios de comunicação (CHOMSKY, 2007)[93]. As notícias passaram de vez a ser concebidas integralmente como mercadorias; elas são assim transformadas por uma ficção mercadológica do sistema econômico, não apenas por serem produzidas com emprego de técnicas próprias da indústria cultural, mas também porque estão sujeitas à sua lógica. O objetivo manifesto é investigar quando e como a forma empresarial das organizações e a preocupação com o mercado passaram a ser o elemento mais importante na determinação da lógica de produção das mensagens jornalísticas. A mensagem-mercadoria serve à lógica e aos espaços do mercado, daí caracterizar-se como uma imprensa de indústria cultural. Embora não deva ser considerado o único agente de transformação da imprensa, a tecnologia foi seguramente um de seus principais instrumentos[94]. Segundo Sodré (1983, p.82),

> a indústria cultural estava assentada na moderna economia de mercado, com sua vertical penetração em todas as esferas da vida do consumidor contemporâneo. A informação se apresenta como uma mercadoria e, como tal, pretende-se neutra, um serviço "público" politicamente isento ou, então, com roupagem de democracia liberal. Os conteúdos informativos encontram na estrutura de mercado o seu principal modo de articulação.

Neste início de século, outras transformações prometem revolucionar o mercado midiático brasileiro, como o surgimento de novos meios eletrônicos e tecnológicos,

[93]Entrevista concedida pelo linguista ao *Le Monde Diplomatic Brasil*, em agosto de 2007, sobre o papel da mídia na preservação do capitalismo. Disponível em: http://diplo.org.br/imprima1852. (Acesso em: jan.2012.)
[94]Na atualidade, a informação está disponível mediante artefatos tecnologicamente avançados em relação aos anteriores suportes conhecidos (papel, rádio, ondas eletromagnéticas e o bulbo clássico do aparelho de TV).

principalmente aqueles que favorecem o desenvolvimento das redes sociais de comunicação. A transferência da televisão analógica para a digital, que, acreditamos, proporcionou mudanças ainda mais relevantes ao conteúdo e às questões econômicas e sociais, evidentemente prevalecendo os interesses dos oligopólios e dos donos da mídia em nosso país. No entanto, uma série de dúvidas cerca a mais nova tecnologia, destinada a um dos meios de maior apelação da mídia capitalista – a televisão[95]: o nível de interatividade entre emissores e telespectadores, as vantagens econômicas para os grupos de comunicação, o espaço para a programação local, as mudanças para os profissionais da área e, por fim, suas consequências para a democratização do setor. Em resumo, hoje, é preciso conseguir uma ordem democrática em que a informação de interesse público esteja preservada, senão no todo, na sua parte essencial, do interesse do mercado. O que mantém a chama acesa é a crença de que o sonho ainda possa vencer a obscuridade da vida instrumental do capital.

Os avanços na área de comunicação social, com o desenvolvimento das telecomunicações, a difusão da informática, as novas possibilidades de impressão e de registro audiovisual, ocorreram em escala mundial e, assim, afetaram a coleta da informação, a produção da notícia e sua distribuição. Em outras palavras: Hoje, há uma verdadeira saturação da informação, e nada sabemos depois da ilusão de que fomos informados sobre tudo (CHAUÍ, 2006). Os estudos mercadológicos e as medidas estratégicas normalmente utilizadas para sustentar um produto no mercado consumidor e garantir seu êxito comercial passaram a ser preocupação primordial dos empresários da imprensa. A informação, além de um bem simbólico, tornou-se um bem econômico, uma mercadoria. A importância aparente do consumo está relacionada aos aspectos ideológicos dessa fase do capitalismo, que manipulam desejos, transformando mercadorias em imagens e signos e vice-versa. A introdução do *marketing* e das pesquisas de mercado, a ele associadas, tentaram adequar o meio de comunicação, visto como "produto", e o público consumidor-leitor, tratado, por sua vez, como "cliente". Os meios de comunicação – dos mais tradicionais aos atuais – desempenham, cotidianamente, o papel estratégico na naturalização ideológica da economia neoliberal de mercado.

> Se eu disser que a cultura está atualmente em perigo, que está ameaçada pela influência do dinheiro, do comércio e do espírito mercantil, de múltiplas faces, ibope, pesquisas de *marketing*, expectativas dos anunciantes, números de venda, lista de *best-sellers*, dirão que estou exagerando (BOURDIEU, 2001, p.78).

[95]A televisão é a mídia contemporânea considerada espaço ilocalizável, que se põe a si mesmo num tempo imensurável, definido pelo fluxo de imagem. A televisão se oferece como espelho, no qual acreditamos estar refletida a nossa imagem. No Brasil, ela conseguiu produzir a unidade imaginária onde só havia disparidades materiais.

A partir das características desse público, de suas expectativas, de seus gostos e valores, é que se passou a definir o conteúdo, a linguagem e a apresentação daquilo que lhe era oferecido. As empresas de publicidade procuraram induzir as empresas jornalísticas a se tornarem meios mais atraentes e sedutores de divulgação para os produtos anunciados. No Brasil, os meios de comunicação, por intermédio do discurso publicitário direto e indireto, exercem grande pressão para o consumo. A necessidade de adquirir mercadorias e serviços é atualmente produzida pela relação entre as mídias e a sociedade. Principalmente a partir dos anos de 1990, surgiram promoções para estimular a venda de jornais, com a distribuição gratuita de fascículos de dicionários, enciclopédias e atlas históricos. Tentava-se uma nova estratégia de *marketing*, substituindo a credibilidade e a qualidade do jornal pelos atrativos de brindes que estimulavam a cultura e a apreensão de conhecimento. O jornal se insinuava como formador de leitores críticos ao custo da redução da qualidade do próprio jornal como disseminador de informações. A influência do mercado sobre as redações se faz sentir ainda de outras maneiras[96]: os jornalistas foram obrigados a produzir textos mais curtos, a escolher títulos sintéticos e a se preocupar muito mais com o uso da imagem.

Observando-se os jornais diários e os telejornais, vê-se que as manchetes e as notícias do dia são praticamente iguais em todos os veículos. O resultado é que a informação cotidiana, divulgada pelos diferentes órgãos de imprensa, torna-se cada vez mais igual. Até os anos de 1970 do século passado, os jornais de grande circulação, a maioria deles de propriedade familiar, eram administrados diretamente pelo dono. A partir daí, o poder das empresas adquiriu outra dimensão, pois foi nesse período que a sociedade definiu-se pela consolidação de um mercado de bens culturais. Os proprietários dos meios de comunicação são agora homens de organização submetidos a determinações de profissionais de diferentes especializações e consultorias: engenheiros de produção e engenheiros de informática, além da racionalidade de conselhos de administração. No geral, esses profissionais são homens de negócio, e não jornalistas. Mais recentemente, algumas transformações do mercado midiático marcaram a atual estrutura do jornalismo brasileiro. Nas últimas décadas, consolidou-se o modelo de cadernização, que ainda permanece em vigor, como resultado da modernização dos jornais diários, além do formato[97] e da diagramação.

[96]Proliferaram, neste período, as colunas de notas, sendo adotado um padrão de texto impessoal, seco, descritivo e declaratório. Mudaram-se as formas de ler e escrever, influenciadas pelos sites de apelo global: Orkut, Facebook e Twitter, as chamadas "redes sociais".

[97]Hoje, o formato s*tandard* é a medida mais utilizada nos grandes jornais, para aproveitar o máximo da área da chapa de impressão das máquinas *offset*. Esse formato tem cerca de 55cm (22 polegadas).

> ... O papel da mídia enquanto promotora do desenvolvimento mercadológico vai se acentuar a partir da década de 70 do século XX, quando o capitalismo reconfigura-se. Esse processo se tornou hegemônico nos anos 1980 e 1990 e teve como consequências a expansão transnacional e o crescimento do lucro financeiro de companhias, o rearranjo da atuação do Estado à política neoliberal, com suas privatizações e desregulamentação, e a aceleração das TICs (ANDRES, 2008, p.191).

Atenta-se também para o fato de os manuais de redação[98] serem, em parte, culpados dessa nova ditadura do texto jornalístico. Eles se tornaram instrumentos úteis à padronização, tanto da construção da notícia quanto da sua produção. Funcionam como mecanismo de limitação e vigilância sobre os jornalistas, não contribuindo para a espontaneidade da escrita. Com isso, os jornais, ou todos os veículos de comunicação de uma mesma empresa, ficam parecidos uns com os outros, tratam mais ou menos dos mesmos assuntos e, pior, pela mesma ótica. Essa tendência também pode estar ligada à concentração dos meios de comunicação em poucas mãos, o que conspira contra o ideal democrático. Estando em poucas mãos, as instituições midiáticas tendem a refletir menos pluralidade e diversidade, tornando tudo muito igual, característica do ideário globalizado. Na maioria das vezes, a notícia, ao estabelecer relação entre causa e consequência, não contextualiza o evento, sequer especula sobre o que poderia ser a sua singularidade, muito menos relaciona essa singularidade ao que há de universal no assunto em questão.

> A informação é centrada nas mãos de um número extremamente limitado de firmas. Hoje, o essencial do que no mundo se lê, tanto em jornais como em livros, é produzido a partir de meia dúzia de empresas que, na realidade, não transmitem novidades, mas as reescrevem de maneira específica. Apesar de as informações técnicas da informação permitirem que toda a humanidade conheça tudo o que o mundo é, acabamos na realidade por não sabê-lo, por causa dessa intermediação deformante (SANTOS, 2007, p.66).

Os jornais enfrentam precariamente um tipo de problema típico da indústria cultural – com a própria fórmula de oferecer fatos novos todos os dias. Alguns deles, porém, não conseguem superar integralmente as dificuldades para diversificação de um trabalho que, mesmo estandardizado, precisa oferecer novidades[99]. Com todo esse tipo de controle sobre o trabalho nas redações, as notícias ficam cada vez menos diferentes das mercadorias em geral e os jornalistas cada vez mais são tratados como operários de uma fábrica de qualquer ramo

[98]São disciplinadores do texto e, às vezes, assumem a função de orientador quanto aos procedimentos comportamentais e até ideológicos para o jornalismo. Na década de 1920, houve uma primeira tentativa para implementá-los, feita por Gilberto Freire. Mais tarde, eles voltam à cena, já nos idos de 1950. O manual do *Diário Carioca* é apontado como o primeiro adotado no Brasil. Logo em seguida, surge o manual do jornal *Tribuna da Imprensa*, redigido por Carlos Lacerda, que apresentava, além das normas de padronização e estilo, orientação de comportamento para os jornalistas.

[99]O grande desafio do jornalismo atual é manter sua identidade em uma rede saturada de informações emitidas pelos mais diversos meios e de forma muito rápida, principalmente após o advento das mídias digitais.

tradicional da economia, onde há produtos para consumo material, quando, na verdade, o jornalismo é um produto cultural, de consumo simbólico, imaterial. Hoje, a informação jornalística ganhou contornos de produção industrial e a cultura é, antes de qualquer coisa, negócio, e os produtos culturais são feitos para o mercado, como Jameson (2001) já observara havia alguns anos. Dentre os fatores que levam a esse novo contexto, pode-se citar o crescimento do espaço da mídia e seu consequente alcance nacional. As últimas décadas assistiram a fenômeno novo: a globalização simultânea e instantânea. Não se necessita mais sair de um lugar para estar em outro. É-nos dado estar simultaneamente em vários lugares. É a globalização das emissões televisivas e da internet.

> Entre os fatores constitutivos da globalização, em seu caráter perverso atual, encontra-se a forma como a informação é oferecida à humanidade e a emergência do dinheiro em seu estado puro como motor da vida econômica e social. São duas violências centrais, alicerces do sistema ideológico que justifica as ações hegemônicas e leva ao império das fabulações fragmentadas e ao discurso único do mundo, base dos novos totalitarismos – isto é, dos globalitarismos – a que estamos assistindo (SANTOS, 2007, p.38).

A tematização, o agendamento e o enquadramento – a abordagem jornalística – estão associados ao fortalecimento dos mais diversos setores do campo econômico. O fator tempo também é algo que conforma a notícia e transcende a ação pessoal do jornalista, encontrando expressão nas categorias sociorganizacionais e socioeconômicas, que condicionam o sistema jornalístico atual. Em síntese, pode-se dizer que existe uma vasta gama de fatores externos às organizações noticiosas que é suscetível de influenciar o conteúdo das notícias em uma sociedade controlada pelo capital. A natureza e a dimensão do mercado em que uma organização social opera também são agentes configuradores do jornalismo, em relação à busca do lucro, ou, pelo menos, do equilíbrio financeiro da empresa jornalística ou de comunicação, pois quanto maior for a busca comercial, mais provável que prevaleçam as leis da troca e que se ignorem aquelas qualidades não comerciais que relacionam homens e coisas.

Num país onde o mercado é que tem as rédeas da sociedade, a natureza organizacional da notícia é determinada pela interação entre o mecanismo de controle transorganizacional, representado pelo profissionalismo jornalístico, e os mecanismos de controle, representados pela política editorial. Assim, como os órgãos de comunicação visam ao lucro, é preciso contar ainda com o fator mercado como potencial influenciador do processo de fabricação da notícia. Desse modo, os meios de comunicação de massa orientam-se pela irracionalidade e verticalidade; privilegiam os objetivos e a ideologia das classes dominantes; criam hábitos de consumo por meio da persuasão; ocultam ou desvirtuam a

realidade; distorcem os fatos; despolitizam o receptor; desmobilizam interesses das classes subalternas; impedem o acesso, o diálogo e a participação da sociedade no que se refere a decisões relativas a programações e mensagens. As escolhas operadas pela instância midiática dependem da maneira pela qual as mídias, no caso desta tese a impressa, constroem representações sobre o que pode interessar ou emocionar o público. Para explicar esse fenômeno, podemos adotar "a hipótese da *agenda-setting*[100] que se baseia na ideia de que os indivíduos organizam seus comentários sobre o que acontece no espaço público, de acordo com que as mídias lhes apresentam" (CHARAUDEAU, 2009, p.139).

> Quase todos os estudos do agendamento operacionalizam o conceito de agenda midiática com a utilização de dados baseados em análises dos conteúdos da produção do campo jornalístico, as notícias de jornais e dos noticiários televisivos, ou seja, a produção jornalística, e não no conteúdo de toda a programação midiática (TRAQUINA, 2001, p.20).

Continuando a avaliar o comportamento contemporâneo da indústria cultural e dos meios de comunicação, convém lembrar o papel da imprensa na orientação da atenção dos leitores para determinados temas, uma vez que os jornais são a principal ligação entre os acontecimentos e as imagens que esses acontecimentos formam sobre as pessoas. O efeito denominado na teoria da comunicação de *agenda-setting* (ou agendamento) resume-se da seguinte maneira: "A capacidade das mídias em influenciar a projeção dos acontecimentos na opinião pública confirma o seu importante papel na figuração da nossa realidade social ... " (TRAQUINA, 2001, p.14). Alguns estudiosos dos meios de comunicação ainda citam a teoria hipodérmica[101], ponto referencial de análise da recepção dos noticiosos, que dizem contribuir para o afrouxamento do tecido conectivo da sociedade, preparando as condições que conduzem ao isolamento e à alienação das massas, fatores comportamentais humanos relacionados ao processo da comunicação. É verdade que esses processos implicam a conquista de uma flexibilidade para se adaptar ao mercado em sua lógica global, mas acenando para o perigo de virar um "nada", caso não se consiga produzir o perfil requerido.

> As mensagens *massmidiatizadas* têm um impacto direto nas pessoas, produzindo inevitavelmente comportamentos prognosticáveis; esses efeitos aconteciam em todas as pessoas, fossem quais fossem os atributos sociais ou psicológicos do indivíduo; e todas as pessoas eram membros iguais de uma audiência de massas que respondia de forma igual a todos os estímulos midiáticos (TRAQUINA, 2001, p.15).

[100]É uma teoria que procura explicar certo tipo de efeito cumulativo em curto prazo, que resulta da abordagem de assuntos concretos para a parte de comunicação. É amplamente conhecida a hipótese da *agenda-setting* a respeito dos impactos do noticiário na formação da opinião pública.

[101]A teoria hipodérmica, que surgiu no período entre as guerras, baseia-se nos conceitos behavioristas e defende a ideia de uma mídia ilimitada de poderes onde tudo é assimilado pela massa, *i.e*., pressupõe reação imediata da propaganda nas pessoas sem nem considerar a hipótese de uma massa pensante.

Na estrutura atual dos meios de comunicação, a indústria formou consórcios que privilegiam o lucro em detrimento do serviço, instituindo uma forte padronização de formatos na produção de conteúdos de entretenimento e informação. Hoje, a ciência se diferencia das revoluções técnicas e tecnológicas do passado, pois agora ela tornou-se força produtiva, deixando de ser suporte do capital para se converter em agente de sua acumulação e reprodução. "O que pensamos e como é expresso em bens, serviços, produção material e intelectual, sejam alimentos, moradia, sistemas de transporte, comunicação, mísseis, saúde, educação ou imagem" (CASTELLS, 1999, p.69)[102]. Até meados do século passado, havia duas ou três edições diárias dos jornais impressos tentando cobrir todos os fatos. Mais tarde, esse imediatismo foi deixado para o rádio e a TV. Mas, se os veículos impressos enfrentaram a limitação do meio físico papel, também o rádio e a TV tiveram suas barreiras, pois para a internet não há limites de espaço e de tempo. Com as tecnologias em curso[103], houve uma mudança significativa nas comunicações. Paralelo a essas mudanças, assistimos ainda a uma progressiva concentração de empresas nessa área e a edificação de uma "nova mídia" (COSTA, 2009).

> A televisão é um organismo: "vive" como um organismo. Enquanto fabrica e difunde ficção para o consumo, a TV reinstaura o seu lugar no passado afetivo de cada espectador. À medida que reporta os acontecimentos presentes, renegocia seu lugar dentro do passado factual. Dia a dia, reescreve a sua própria história, valendo-se de recursos que mesclam jornalismo e ficção (BUCCI; KEHL, 2004, p.205).

As novas tecnologias permitiram a ampliação extraordinária da "indústria cultural", denunciada com particular intensidade por Adorno. Por outro lado, um eufórico Marshall MacLuhan anunciou o advento da "aldeia global". "O mundo tornava-se cada vez menor, a comunicação entre os homens cada vez mais fácil e rápida, instaurava-se a sensação de simultaneidade global dos eventos" (ARBEX JR., 2001, p.68). As ferramentas digitais do mundo moderno "representam apenas o começo de uma nova era no universo das comunicações, liderada pela internet e pelas suas mídias digitais" (COSTA, 2009, p.16). Essa verdadeira revolução multimídia tem feito o meio jornalístico repensar valores e assumir posicionamentos em defesa da qualidade e da credibilidade da informação. Apesar das mudanças, a comunicação no Brasil convive com uma legislação que está longe de retratá-la, inclusive em sua moderna terminologia. Os avanços tecnológicos, que tiveram como marco a "revolução digital", provocaram a chamada "convergência das mídias" pela diluição das

[102]O texto desta tese dialogou com vários autores, alguns de diferentes posições e pensamentos, mas sempre preocupado com o direcionamento teórico, definido como referencial na linha de pesquisa adotada.
[103]Elas provocaram significativas mudanças econômicas, políticas, sociais e psicológicas, o que acontece dado o caráter do processo de geração, produção e difusão das tecnologias no mundo capitalista.

fronteiras entre as telecomunicações e a radiodifusão, o que tornou inevitável e urgente uma nova regulação do setor, proclamada pela necessidade de pôr fim à defasagem entre a legislação e a realidade.

> Gramsci percebe a influência que as novas tecnologias de informação começavam a provocar na esfera política. Foi precisamente o nazi-facismo que tomou a dianteira no uso das novas "técnicas sociais", iniciando, como observou Otavio Ianni em seu sugestivo ensaio *O príncipe eletrônico*, "um deslocamento radical do lugar da política e do modo de construir hegemonias e soberanias em todo mundo" (COUTINHO, 2008, p.49).

O jornalismo brasileiro caracteriza-se por não ter uma marca. Está mais frívolo e fragmentado. As causas podem ser atribuídas a uma série de fatores: jornalismo-empresa, despreparo dos profissionais, legislação ultrapassada, concentração da imprensa e ausência de pluralismo. O *marketing* dominou a imprensa e os veículos se equalizaram, tornando as notícias cada vez mais parecidas, fruto do processo globalizado do capitalismo. Não é, porém, problema da imprensa, apenas. É a tendência geral ao hedonismo desenfreado, à superficialidade, ao lucro a qualquer preço. Enfim, mesmo antigo, somente em momentos decisivos da política, o debate sobre os desmandos da comunicação em nosso país retoma ao cenário central da conjuntura, quase sempre limitado à reclamação indignada que, embora justa, termina por não colocar em discussão as iniciativas centrais das políticas progressistas e a vontade de construir alternativas concretas. O dado desafiador no jornalismo atual é que ele começa a perder sua identidade numa realidade de informações assimétricas.

Não é possível, entretanto, falar da grande mídia sem lembrar que, com o advento neoliberal, ocorre um processo brutal de desregulamentação, privatização e depreciação do papel do Estado, como esfera de representação pública, e de esvaziamento da sociedade civil. Com a abertura dos mercados, quem ganha são os megagrupos da mídia, que passam a usufruir um campo enorme de manobras, desvencilhando-se de normas e regulamentos legais. Nesse espaço público cada vez mais confundido com o publicitário, as significações neoliberais transformam-se em um discurso do senso comum (GRAMSCI, 2001), uma espécie de discurso hegemônico[104]. O neoliberalismo tem muitos disfarces e, dessa forma, surgem, sob diversos recortes da linguagem: os jargões "modernidade" e "globalização". A fragmentação do mundo globalizado parece ser proporcionada pelos próprios veículos de comunicação, que são os verdadeiros suportes da ideologia da globalização. Desde o jornal

[104]O discurso jornalístico se caracteriza pela institucionalização de sentidos, constituindo o imaginário social e mobilizando a memória do passado, de maneira que ela possa ser percebida como natural e, consequentemente, possa afetar os sentidos futuros, caindo no senso comum.

até o computador, passando pela televisão, o que se dá ao usuário é uma multiplicidade de fragmentos, cuja função parece reforçar a necessidade de controle.

No Brasil, ao que parece, a globalização ganhou legitimidade por força da promessa de ingresso no mundo moderno. Sabe-se que o seu ideal pode ser entendido como uma aceleração intensa de um processo de mundialização próprio do capitalismo, que teve sua etapa inaugural nos séculos XV e XVI. O caráter distintivo desse processo dominante, a partir da segunda metade do século XX, baseia-se no advento da informação e das telecomunicações. É como dizia McLuhan (1996): as tecnologias criarão um novo "ambiente cultural", que fornecerá os códigos para a interpretação dos produtos culturais oferecidos pela própria mídia. Para ele, o homem cria a ferramenta e a ferramenta recria o homem. Dessa forma, a produção cultural é vista como uma construção social e material e a comunicação passa a ser indagada quanto ao seu papel na construção das representações da sociedade. Nesse sentido, Gramsci também em seu trabalho sobre os intelectuais; o princípio educativo, e o jornalismo fala-nos da importância dos aparelhos privados de hegemonia na estratégia revolucionária (guerra de posição), trazendo avanços para os estudos de nossa comunicação.

> A ideologia global está na ordem do dia, uma palavra da moda que se transforma rapidamente em um lema, uma encantação mágica, uma senha capaz de abrir as portas de todos os mistérios presentes e futuros (BAUMAN, 1999, p.7).

Para melhor compreender a mídia, é preciso discutir suas relações como empresa integrante do campo econômico, como agente defensor de interesses no processo monopolista e globalizante do capitalismo contemporâneo ou tardio. É bastante tensionada na sua contradição enquanto espaço privado de opinião pública sensível às demandas da sociedade civil, por incorporar a disputa em torno da construção hegemônica que gera e controla o poder político. Nessa perspectiva da vida na sociedade capitalista, reforçada pela sociabilidade midiática, é que se ampliou o fazer político e se reforçou o exercício do poder. A coerção é substituída pela coesão; a imposição de diretrizes, pela sedução dos caminhos; e a ordem, pela indução de comportamentos e opiniões. As indústrias culturais formam, com as indústrias em geral, um sistema cuja função consiste em fabricar comportamentos de consumo e massificar os modos de vida. "O consumidor não é soberano, como a cultura queria fazer crer, não é o seu sujeito, mas o seu objeto", como disse T. Adorno nos seus escritos sobre a indústria cultural, apontado no livro do Wolf (2001, p.86) que trata das teorias da comunicação.

A mídia global, legitimadora da economia de mercado, tornou-se fonte da retórica do embelezamento da desigualdade e da dependência. Nos tempos atuais, depara-se com o alinhamento do pensamento e a padronização das emoções, que, cultivados pela maioria das

instituições e disseminados pela mídia, mantêm os seres humanos numa superficialidade existencial e prontos para serem manipulados[105]. A mídia como objeto dessa ilusão produz cidadãos mal-informados e conformistas – consumidores e não cidadãos. Nesse contexto, o discurso da mídia assume uma importância especial na atuação, mudança ou consolidação de valores e ideias, dentro do espaço público. Atualmente, os produtos ofertados pela mídia conduzem a situações em que se é induzido a ceder aos apelos incessantes da esfera do prazer. O discurso midiático contém em si, como parte da visão de mundo que veicula, sistemas de valores que são estereótipos dos comportamentos valorizados, positiva ou negativamente, em nossas vidas.

> O aparato midiático tem que atualizar a programação e ofertas para assegurar máxima fidelidade possível da audiência, em consonância com suas conveniências estratégicas. O que não quer dizer que as atualizações resultem em qualidade editorial ou pluralidade real de pontos de vista. O fulcro de grande parte de ajustes é seguir modelando comportamentos e consciência, bem como influenciando agendas públicas e privadas (MORAES, 2008, p.48).

O poder da mídia é simbólico e persuasivo, no sentido de que ela tem a capacidade de controlar, de certa forma, as mentes de seus interlocutores, através da disseminação de ações simbólicas. O controle da mente pela mídia é particularmente efetivo quando os usuários da mídia não percebem a natureza ou as implicações de semelhante controle quando eles mudam suas mentes (DIJK, 2008) "por espontânea vontade quando compreendem as reportagens midiáticas como verdades[106], ou a opinião dos jornalistas como legítimas e corretas". Semelhante análise do poder social e suas dimensões simbólicas requerem uma abordagem social ou política minuciosa desse poder. Dentro de uma perspectiva crítica, a manipulação é vista como uma forma de poder midiático negativamente avaliada, pois a informação mediada é influenciada ou concebida de forma que o conhecimento ou a crença da audiência sejam transformados em uma direção que não necessariamente de seu interesse.

> A reordenação do espaço e do tempo provocada pelo desenvolvimento da mídia faz parte de um conjunto mais amplo de processos que transformam (e ainda estão transformando) o mundo moderno. Esses processos são comumente descritos hoje como "globalização" (THOMPSON, 1998, p.5).

[105]Segundo Charaudeau (2009), não podemos afirmar que as mídias manipulam as informações, pois qualquer manipulação se acompanha de uma enganação cuja vítima é o manipulado. Isso porque não se pode dizer que os primeiros tenham a vontade de enganar "sempre" os demais, nem que estes "engulam" todas as informações que lhes são dadas sem nenhum espírito crítico.

[106]Na realidade, isso não se refere à busca de uma verdade em si, mas à busca de uma credibilidade, *i.e.*, aquilo que determina o direito à palavra dos seres que comunicam e as condições de validade da palavra emitida.

Em sua forma atual, a globalização e o mercado favorecem a desigualdade em diversos níveis. Tecidos por significantes que articulam a construção sociolinguística de uma realidade compatível com a ideologia neoliberal, eles colocam a sociedade diante de um número incontestável de possibilidades de prazer, que se encontra fora do alcance da maioria menos favorecida. A mídia sustenta essa ilusão. A crescente mercantilização das notícias e dos meios de comunicação de massa e a sua subordinação às estratégias de *marketing* na captura de leitores-consumidores está levando os periódicos impressos a um processo extremo de simplificação, que lhes subtrai o papel de esclarecimento, aprofundamento e análise das notícias que deles se espera. O fetichismo da mercadoria produz o efeito de uma "insólita espiritualização do corpo da mercadoria", como disse Zizek (2004) em sua análise sobre *O capital*. Assim, como o consumidor vive o momento prazeroso, fruto da conquista do "objeto" (sonho de consumo), em igual condição, o receptor da mensagem tende a consumi-la sob a mesma dinâmica. A exemplo do consumidor, que, passando o "efeito mágico" do consumo, desloca o seu olhar para outro alvo, o leitor também desliza seu interesse para outra informação.

> Bombardeado pela crescente velocidade das técnicas, científicas e culturais, o homem sente o tempo como algo cada vez mais fugidio, criando uma contradição: ao mesmo tempo que o capitalismo concentra ao máximo as demandas de consumo no momento presente, ele o torna cada vez mais instável, inseguro de si, enfraquecendo a instabilidade da identidade dos sujeitos contemporâneos (ARBEX JR., 2001, p.89).

No século XX, com a imposição progressiva do mercado, a notícia passou a ser informação transformada em mercadoria com todos os seus apelos emocionais. Como temos reforçado, ela sofre uma adaptação às normas mercadológicas de generalização. As informações, mesmo marcadas pelo jogo de interesses econômicos, que envolvem as grandes organizações que as produzem – e pelo conteúdo ideológico que possam conduzir –, são reconhecidamente suportes constitutivos da sociedade. Sendo assim, essa globalização, que de fato existe e que teve origem lá atrás, na Revolução Comercial Europeia e que se fortaleceu, em grande parte, na Revolução Industrial, encontra aliados importantes na mídia e na mudança cada vez maior da estrutura mental e coletiva. Tudo se conforma de acordo com as solicitações e os apelos do capital, daí dizer que a colonização agora é mais ampla e complexa do que aquela apresentada no início pelos navegadores portugueses. Ela se manifesta, hoje, em tecnologia sofisticada que impõe o padrão do grupo dominante para o mais fraco, tanto dentro de um Estado quanto fora dele.

> Os sujeitos do poder não são os proprietários dos meios de comunicação, nem os Estados, nem os grupos, nem os partidos, mas simplesmente [e gigantemente] o próprio capital (KEHL; BUCCI, 2004, p.74).

O sujeito não é capaz, portanto, de se localizar fora da ideologia e das crenças partilhadas pelo grupo social (ou grupos sociais) do qual faz parte, sendo esse sistema de crenças e valores responsável pela maioria de suas escolhas. O papel do discurso e a sua importância para o exercício e a manutenção do poder, uma vez que o acesso aos recursos de poder, como controle social das representações em jogo, não é igual para todos os membros da comunidade: há grupos que têm acesso privilegiado a esses recursos, garantindo-lhes não só o exercício, mas também a manutenção e a manipulação do poder. A mídia, portanto, ocupa um lugar privilegiado na reprodução desse poder social. Para Dijk (2008), no âmbito da atualidade, a mídia é uma das mais importantes reprodutoras das ideologias na sociedade, pelo poder de disseminação. Nesses termos, o autor ressalta ainda que, por intermédio de seus repórteres ou correspondentes, a mídia é geralmente a primeira a testemunhar ou descrever os eventos, o desenvolvimento da informação ou a situação local. Na perspectiva gramsciana, ao repassar as informações, engloba fortemente visões de mundo; orientações ideológicas que querem legitimar socialmente (GRAMSCI, 2002).

O controle dos significados da comunicação de massa é uma das condições cruciais do poder social na sociedade da informação. Dessa forma, além das condições econômicas e sociais do poder, os grupos podem ser classificados como mais ou menos poderosos de acordo com seu acesso passivo ou ativo às várias formas de discurso público ou influente. Os usuários da mídia precisam conhecer alguma coisa sobre a organização e funções específicas das notícias na imprensa, para que o consenso ativo possa substituir o consenso passivo. O controle ideológico é virtualmente total, hegemônico, precisamente porque o texto persuasivo não é mais visto como ideológico, mas como verdade evidente. Há também o fato de a significação ser posta em discurso através de um jogo de dito e não dito, de explícito e implícito, que não é percebível por todos. A mídia se apresenta como instrumento de grande influência; por isso, devemos investir sempre no debate sobre os modos pelos quais a realidade é construída por meio da elaboração de textos jornalísticos.

> A linguagem deve ser reconhecida como meio simbólico à construção deste código como fator de identificação entre os sujeitos. [...] Baseia-se em signos e representações que circulam nos discursos e constituem a base da realização linguística das relações sociais (MORAES, 2009, p.31).

2.2 **Os latifundiários da mídia**[107]

A partir de meados do século XX, impõe-se progressivamente o paradigma do mercado, cujos critérios de lucro e competitividade tendem a substituir a natureza histórica da humanidade. Aos poucos, uma visão de mundo comprometida com a supremacia da instância econômica sobre a política começa a surgir e as "novas tecnologias" da informação, geradoras de uma ideologia da comunicação universal, começam a se adequar aos mercados financeiros, pois estes passam a constituir o principal modelo de funcionamento da vida social: velocidade, instabilidade, incertezas e caos, parâmetros de um mundo descartável e globalizado. Inseridas na ideologia do neoliberalismo[108], as sociedades seguiram o caminho de um desenvolvimento em que o ponto final implicaria o paraíso técnico e o consumo de massa. A grande mídia, assim, opera tanto por adesão à lógica globalizada quanto por deter a capacidade única de entrecortar o planeta (MORAES, 2003), por meio das tecnologias modernas que contribuem para o reforço do modelo de produção capitalista. Como exemplo: os conglomerados multimídia que foram concebidos dentro desse ideário para exercer hegemonia em todas as pontas da "revolução digital", uma revolução que se viabiliza em ritmo acelerado e está habilitada a integrar processos, redes e sistemas, multiplicando a capacidade de transmissão de conteúdos.[109]

> Os fluxos ultravelozes ultrapassam o tempo cronológico e desordenam a sequência dos eventos, tornando-os simultâneos e muitas vezes efêmeros. Qualquer atraso parece implicar desconexão com pressa imoderada. "*Slow news, no news"* é a sentença peremptória da CNN, à qual a agência Reuters responde modificando o noticiário 23 mil vezes por segundo nos horários de pico. Dizem-nos que assim deve ser, porque desfrutamos da conectividade permanente viabilizada por tecnologias avançadas (MORAES, 2009, p.58).

Como comentamos anteriormente, a atual concentração monopolista da mídia levou a imprensa neoliberal a falar em nome do interesse público, mas servir ao interesse privado. É nesse contexto que os latifundiários da mídia fazem de tudo para sabotar o debate democrático na sociedade sobre os meios de comunicação. Eles impedem a regulamentação dos dispositivos da Constituição de 1988; chantageiam e enquadram os poderes públicos; desqualificam os críticos da monopolização e da manipulação midiática, apresentando-os como partidários da censura. Os barões da mídia (BORGES, 2009) demonstram que não têm

[107]Uma alusão aos barões da terra (c*f.* BORGES, 2009 e LIMA, 2012). O sistema brasileiro de mídia, além de historicamente concentrado, é controlado por poucos grupos familiares e vinculado às elites políticas locais e regionais, igualmente aos latifundiários da terra.
[108]Ver *Nota 50*, que trata sobre o neoliberalismo.
[109]Trata-se da "revolução digital" como resultado das novas tecnologias, em especial as TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação). Elas condicionam o desenvolvimento do conjunto das tecnologias e geram uma política que contribui para o desequilíbrio acelerado da contradição trabalho-capital.

nenhum compromisso com a democracia, mostrando que o discurso da liberdade de expressão e de imprensa é pura retórica. Eles exercem uma forte ditadura, manipulando informações e deturpando comportamentos. No entanto, a mídia, falada e escrita, nunca esteve tão vulnerável e sofreu tantos questionamentos. Em todo o mundo cresce a resistência ao seu poder manipulador. A luta pela efetiva democracia dos meios de comunicação no país e pelo fim do controle exercido por alguns poucos grupos empresariais sobre a produção jornalística e cultural está apenas começando.

> O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e a Federação Nacional dos Jornalistas querem que as empresas de radiodifusão não sejam controladas nem dirigidas por parlamentares e detentores de cargos públicos, que estimulem a pluralidade artística, cultural e jornalística, incentivem a produções regionais e independentes (MORAES, 2009, p.148).

A crescente concentração dos meios de comunicação no Brasil teve marcas distintivas e resultou numa mídia altamente elitista, ligada às oligarquias familiares e a forças políticas de direita que sempre se beneficiaram das benesses públicas numa espécie de "coronelismo eletrônico" (LIMA, 2012)[110]. A propriedade dos meios de comunicação do Brasil sempre foi estruturada em um oligopólio, com hegemonia da empresa líder nessa área: as Organizações Globo. No Brasil, o Sistema Central de Mídia é estruturado a partir das redes nacionais de televisão, isto é, os conglomerados que lideram as maiores redes privadas: Globo, Bandeirantes, SBT, Record, Rede TV e CNT, que controlam, direta e indiretamente, os principais veículos de comunicação no país. A estes se somam os grupos Abril, Folha e Estado e a Rede Brasil Sul (RBS). Essas empresas controlam um grande número de veículos, contrariando os princípios de qualquer sociedade democrática, que tem no pluralismo das fontes de informação um de seus pilares fundamentais.[111]

Essa concentração ameaça o pluralismo da imprensa, já que seus donos privilegiam a rentabilidade em detrimento do direito de ser bem informado – aspecto fundamental para a liberdade de expressão. Hoje, os donos da mídia[112] (MORAES, 2008) detêm um poder descomunal, pois seus impérios midiáticos unem informação, entretenimento

[110]O funcionamento das concessões de radiodifusão no Brasil gerou um fenômeno agora conhecido por "coronelismo eletrônico", só que, em vez do controle da terra, como acontecia na República Velha, hoje é o controle dos meios de comunicação de massa que leva seus proprietários ao controle político de diferentes regiões do país.

[111]Segundo a Constituição Federal, os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.

[112]Os donos da mídia detêm o poder decisório das ações de comunicação, além de estarem à frente das entidades empresariais midiáticas do país: ABERT (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão), Abranet (Associação Brasileira de Internet), ABTA (Associação Brasileira de TV por Assinatura), Adjori Brasil (Associação de Jornais e Revistas do Interior do Brasil), ANER (Associação Nacional de Editores de Revistas), ABRA (Associação Brasileira de Radiodifusores), Telebrasil (Associação Brasileira de Telecomunicações) e ANJ (Associação Nacional de Jornais).

e cultura e concentram inúmeros veículos – jornais, revistas, emissoras de televisão, rádios, internet e outros, e, assim, colocam-se acima de leis e constituições, atacando movimentos sociais e governos progressistas, além de sabotar democracias. Tomamos, como exemplo, o escândalo na Inglaterra, no "caso Murdoch" (magnata mais poderoso da mídia do Reino Unido), que ultrapassou os limites da imprensa, alcançando reações em cadeia nos círculos policiais e políticos. A mídia privada funciona como instrumento ideológico e nada tem de neutra ou imparcial. Como empresa capitalista, busca elevar os lucros. As corporações da mídia projetam-se, a um só tempo, como agentes discursivos, com uma proposta de coesão ideológica em torno da globalização, e como agentes econômicos proeminentes nos mercados mundiais, vendendo os próprios produtos e intensificando a visibilidade dos seus anunciantes em favor do consumismo e de novos comportamentos (MORAES, 2003).

> O imaginário social se traduz por ideologia, símbolos, alegorias, rituais e mitos, que plasmam visões de mundo e modelam estilos de vida. Os movimentos contínuos e descontínuos da imaginação também introduzem mudanças na sociabilidade, fazendo supor que podem ser concebidos outros modelos e padrões de comportamento (MORAES, 2009, p.30)

Apesar do discurso dos grandes conglomerados de mídia em defesa de uma suposta liberdade de imprensa, o poder midiático no Brasil está concentrado nas mãos de um pequeno grupo de famílias e suas respectivas empresas[113], que dominam o sistema de produção e difusão das informações e detêm a imensa maioria dos recursos de publicidade, públicos e privados. Dona de mais de 220 veículos, entre próprios e afiliados, a Rede Globo[114] controla sozinha mais da metade do mercado televisivo brasileiro. Além da família Marinho, podemos elencar como donos da comunicação no Brasil as famílias Sirotsky, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina; a Jereissati, presente no Ceará e nas Alagoas; a Daou, que controla os estados de Acre, Amapá, Roraima e Rondônia; a Zahran, em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; Magalhães, na Bahia; e Câmara, com grande influência em Goiás, em Tocantins e no Distrito Federal, além do Sistema Mirante de Comunicação, grupo pertencente à família Sarney, e da TV Gazeta e a Gazeta de Alagoas, do clã Collor de Melo. Os interesses dos senhores da mídia sempre prevaleceram sobre os interesses da população brasileira: a hegemonia do "pensamento único" foi fabricada a partir da seleção dessas fontes e o conglomerado de mídia brasileira muito cooperou para isso.

[113]Ver projeto "donos da mídia", idealizado pelo jornalista Daniel Hertz. Consultar endereço eletrônico: <www.donosdamídia.com.br>. (Mapeamento das famílias que controlam no país o mercado midiático.)

[114]O que distingue a Rede Globo de TV de outras redes privadas e comerciais é que, sob o comando da família Roberto Marinho, ao longo dos anos da ditadura militar no Brasil, ela se transformaria em uma das maiores, mais lucrativas e poderosas redes de TV do planeta. A TV, junto com as outras concessões das Organizações Globo, constitui uma rede de emissoras próprias e afiliadas com alto grau de interferência em diversos momentos da história política em nosso país, nas últimas décadas.

> O sistema brasileiro de mídia, além de historicamente concentrado, é controlado por poucos grupos familiares, é vinculado às elites políticas locais e regionais, revela um avanço sem precedentes das igrejas e é hegemonizado por um único grupo, as "Organizações Globo" (LIMA, 2006, p.55)

A ausência de uma legislação proibitiva da propriedade privada, o desrespeito à Constituição e às tímidas leis reguladoras da ditadura militar, as relações promíscuas com o Estado e a própria lógica monopolista do capitalismo explicam a brutal concentração da mídia[115]. Na década passada, nove famílias dominavam o setor: Marinho (Globo), Abravanel (SBT), Saad (Bandeirantes), Bloch (Manchete), Civita (Abril), Mesquita (Estado), Frias (Folha), Levy (Gazeta) e Nascimento (Jornal do Brasil). Hoje, são apenas quatro, já que as famílias Bloch, Levy e Nascimento faliram e os clãs Mesquita e Abravanel passam por crises. Atualmente, ainda temos que contar com algumas emissoras de origem religiosa, como é o caso da Igreja Universal, dona da TV Record. No entanto, as Organizações Globo ainda reservam avassaladora hegemonia no setor. O processo de concentração da mídia no país é um dos mais vertiginosos do planeta, pois nunca houve, na verdade, barreiras impeditivas à monopolização, apesar de um capítulo presente na Constituição Brasileira destinado à proibição de monopólios ou oligopólios dos meios de comunicação, princípios educativos a serem observados na programação de rádio e TV, estímulo à produção independente e promoção da cultura regional, regionalização da produção e respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família. Os barões da mídia (BORGES, 2009), cada vez mais poderosos economicamente e influentes politicamente, sabotam todas as medidas reguladoras, sob o falso pretexto da "liberdade de imprensa"[116].

> A ausência de regras contrárias à monopolização decorre da influência da mídia, que agenda a pauta política, sataniza os adversários e atemoriza os críticos, e também da promiscuidade nas relações com o poder público. Na lógica patrimonialista vigente no país, instituiu-se um tipo de coronelismo eletrônico que atrela setores do Executivo e Legislativo às redes de comunicação (BORGES, 2009, p.65).

A transformação dos veículos de comunicação em grandes empresas, com interesses que vão muito além daqueles propriamente midiáticos, fez da informação definitivamente uma mercadoria, regida pela lógica que comanda o mundo do lucro. A informação deixa de ser, progressivamente, um bem e um serviço público. Isso se reflete diretamente na qualidade dos noticiários diários em jornais, rádios, televisões e sites, porque a economia passou a reinar também nesses espaços, e tudo foi relegado ao secundário, virando

[115]No Brasil, é o sistema de concessões e renovação de outorgas de rádio e TV um dos principais mecanismos de concentração da propriedade da mídia e da ausência da pluralidade de vozes nos meios de comunicação. Por outro lado, também as verbas governamentais para publicidade se transformaram numa nova maneira de influenciar a cobertura dos veículos impressos.

[116]O que na realidade os "barões da mídia" praticam é a liberdade dos monopólios, conforme comentado por Altamiro Borges em seu livro intitulado *A ditadura da mídia*, publicado em 2009.

espetáculo. Esse poderio econômico tem repercussão direta na vida política e social do país (ARBEX JR., 2003). Assim, falar da necessidade de democratizar a mídia implica falar da necessidade de democratizar o poder político e econômico. Para a oligarquia midiática, qualquer ação feita com sentido de criação de políticas públicas para a comunicação é inevitavelmente censura estatal, porque tratam a comunicação como se fosse um latifúndio, uma indústria de alimentos contaminados, embora bem embalados. Nos *Cadernos do cárcere*, Gramsci (2000, p.78) considera a imprensa (o principal meio de comunicação de sua época) como "a parte mais dinâmica da superestrutura ideológica das classes dominantes", pois percebeu, já naquela época, a influência que ela provocava na esfera pública.

> Consciente de que las ideologías son antipáticas y tienen una triste historia, el neoliberalismo proclama el fin de las ideologías Al tiempo que encubre la propria diciendo que no la tiene. [...], la ideología más sutil es aquella que dice que no lo es. Una característica del neoliberalismo en el mundo actual es que niega ser uma ideología, pero aspira a todo aquello que caracteriza a las ideologías totalitarias más duras: ser um pensamiento único y silenciar a sus opositores (BÉJAR, 2009, p.11).

A grande imprensa comercial costuma autoproclamar-se livre, independente, imparcial e comprometida com uma mídia democrática e transparente, que seja expressão fiel da diversidade social e cultural do país. No entanto, na prática diária, essa mídia expressa, através das pautas, fontes e enfoques, pensamentos e interesses dos setores dominantes na sociedade, especialmente das classes que controlam a economia, a propriedade privada e a riqueza. Mas o que deveríamos esperar dos grandes jornais se eles nasceram sob as bandeiras políticas das elites e foram sustentados, ao longo dos anos, pelos proprietários (latifundiários, empresários e banqueiros) e pelo Estado, também representante – no Império e na República – dos mesmos interesses. Por isso, esses veículos nos fornecem uma leitura parcial dos acontecimentos, porque marcados pelo jogo de interesses econômicos que envolve essas organizações e pelo conteúdo ideológico que elas possam conduzir, construindo consenso em relação a uma determinada visão de mundo. O pensamento de Williams (1979, p.113) é esclarecedor quanto a isso: "hegemonia não se restringe aos mecanismos de controle ideológico-culturais, mas engloba todo o conjunto de práticas e expectativas sobre a totalidade da vida".[117]

> A maioria das sociedades urbanas contemporâneas pode ser considerada "centrada na mídia" [...], uma vez que a construção do conhecimento público que possibilita, a cada um de seus membros, a tomada cotidiana de decisões nas diferentes esferas da atividade humana não seria possível sem ela. Um bom exemplo dessa centralidade é o papel crescente da mídia no processo de socialização, em particular na socialização política. A socialização é um processo contínuo que vai da infância à

[117]Para Williams, a cultura é uma experiência ordinária, uma arena em que forças divergentes se confrontam na disputa pelo espaço hegemônico (*cf.* significado de cultura no livro do autor, *Palavras-Chave*, 2007).

> velhice e é através dele que o indivíduo internaliza a cultura de seu grupo e interioriza as normas sociais (LIMA, 2006, p.55) [118].

Com perturbadora frequência, a boa política e as grandes análises críticas sobre os mais diversos assuntos do cotidiano são simplesmente excluídas dos noticiários da mídia corporativa, ou melhor, daquelas subordinadas aos critérios de empresa; o que vemos como expediente normal da mídia privada é a inserção, cada vez maior, de notícias em programas de entretenimento, embora a espetacularização ali promovida ofereça apenas uma carga singular de meros preconceitos e desinformação; a mistura entre ficção e realidade[119] também é comum, quando personagens de uma novela comentam as notícias do dia a dia, e assim por diante. Não há razões para supor que esse quadro mudará. Pelo contrário: a tendência é, cada vez mais, a redução da qualidade da informação e do jornalismo. Outro fator a ser discutido dentro da lógica do capital é que os pequenos grupos são mais vulneráveis, já que uma companhia de mídia de grande abrangência e público tende a absorver mais verbas de publicidade em detrimento das opções regionais. Conclui-se, então, que uma imprensa livre, transparente e democrática não pode ser uma imprensa privada, isto é, mercantil, como a que temos no Brasil.

> No Brasil, a influência da mídia estadunidense é particularmente avassaladora, por uma série de circunstâncias históricas e culturais, que têm a ver, genericamente, com a inserção do país na periferia do sistema capitalista e mais especificamente, nas últimas décadas, com a subordinação geopolítica e econômica aos interesses dos Estados Unidos, primeiro no quadro da Guerra Fria e depois no mundo "globalizado" (ARBEX JR., 2003, pp.42-43).

O tratamento dado pelos meios de comunicação capitalistas às lutas populares é apenas um dos inúmeros fatos análogos que ocorrem dentro de um processo de luta de classes, fruto da voracidade do capitalismo, pelo lucro a qualquer custo, hoje em sua versão neoliberal. É imprescindível que os cidadãos viabilizem um combate efetivo às arbitrariedades dessa mídia antidemocrática, construindo uma rede nacional de comunicação popular[120], para oferecer aos trabalhadores algo além do "pensamento único", da invisibilidade ou perseguição promovida pelos meios de comunicação de grande porte. Devemos nos conscientizar dos desmandos dos barões da mídia (BORGES, 2009). Hoje, suas ordens aparecem em uma versão quase invisível, porém mais nociva à sociedade, por dispor

[118]Ainda segundo Venício Lima, a mídia ocupa uma posição de centralidade nas sociedades contemporâneas, permeando diferentes processos e esferas da atividade humana. Daí ele dizer que, nos últimos 30 anos, a família, a igreja, a escola e os grupos de amigos vêm perdendo espaço para a mídia.
[119]O cruzamento entre ficção (telenovelas) e discursos noticioso-documentais (telejornalismo) não se constitui excepcionalidade. Assim, a ficção sensacionalista no Brasil fornece soluções para os problemas da vida real.
[120]Hoje, mesmo em pequeno número, já contamos com um jornalismo que se estende fora da imprensa mercadológica, compreendendo informativos de partidos, sindicatos, ONGs e outros, que defende de forma significativa determinada posição na sociedade, além de um trabalho de resistência, incluído nas redes sociais.

de um cabresto eletrônico que hipnotiza a maioria da população, que é a imagem. Esse poderio econômico da mídia tem repercussão direta na rede política e social do país. Os interesses refletem-se diretamente na qualidade da informação oferecida ao público. No Brasil, a cobertura jornalística presente nos grandes veículos de comunicação, nos últimos anos, não consegue mais disfarçar os interesses econômicos e políticos dos "latifundiários da mídia".

> ... As mídias de informação funcionam segundo uma dupla lógica *econômica* que faz com que todo organismo de informação aja como uma empresa, tendo por finalidade fabricar um produto que se define pelo lugar que ocupa no mercado de troca dos bens de consumo [os meios tecnológicos acionados para fabricá-lo fazendo parte dessa lógica]; e uma lógica *simbólica* que faz com que todo organismo de informação tenha por vocação participar da construção pública (CHARAUDEAU, 2009, p.21).

Num mundo onde predominam os monopólios e o pensamento único (SANTOS, 2007) se tornou corriqueiro e natural a entrada no cenário brasileiro dos grandes conglomerados mundiais de comunicações e telecomunicações facilitada pela alteração e, muitas vezes, pelo relaxamento das leis constitucionais, que permitiram o controle total ou parcial de setores da mídia brasileira por sócios estrangeiros, além do surgimento de novas mídias. Essa situação vem transformando o modelo de financiamento desse mercado e facilitando as grandes empresas. As comunicações tornaram-se alvo de grandes investimentos, tanto do Estado quanto da iniciativa privada, os quais perceberam na mídia, em geral, uma excelente ferramenta para a propaganda, a publicidade e a produção de mercadoria cultural. O grande capital encontra na mídia um campo fértil de expansão, ocasionando a concentração e o fortalecimento dos conglomerados, para onde fluem capitais provenientes de setores poderosos, como as telecomunicações, ou o próprio setor financeiro. Tal comprometimento deve ser encarado considerando-se a larga articulação entre comunicação midiática e capitalismo avançado, sabendo-se que hoje as indústrias culturais se relacionam com o funcionamento do mercado, estabelecendo disputas por posições e poder entre as organizações e escolhas de consumo, por parte do público receptor.

> ... Como as diversas formas da cultura veiculada pela mídia induzem os indivíduos a identificar-se com as ideologias, as posições e as representações sociais e políticas e as representações sociais e políticas dominantes. Em geral, não é um sistema de doutrinação ideológica rígida que induz a concordância com as sociedades capitalistas existentes, mas, sim, os prazeres proporcionados pela mídia e pelo consumo. [...] A cultura do consumo oferece um deslumbrante conjunto de bens e serviços que induzem os indivíduos a participar de um sistema de gratificação comercial. A cultura da mídia e a do consumo atuam de mãos dadas no sentido de gerar pensamentos e comportamentos ajustados aos valores, às instituições, às crenças e às práticas vigentes (KELLNER, 2001, p.11).

Caso as forças organizadas da sociedade, os movimentos sociais e os partidos de esquerda não interfiram nessa luta, continuarão sendo reforçados a concentração e o poder de manipulação da "ditadura da mídia" (BORGES, 2009). Encontrar alternativas à concentração das indústrias da cultura, aos oligopólios de comunicação, ao controle da produção e ao papel do Estado nunca se fez tão urgente. Há, no Brasil, uma mídia (TV, jornais, revistas, editoras) sob o absoluto controle de famílias e políticos conservadores e, consequentemente, a serviço de seus interesses. Na realidade, essa mídia serve a interesses privados, na medida em que eles administram os meios de comunicação como negócio pessoal e familiar. O resultado disso é um Brasil refém das grandes empresas da mídia, imune a qualquer forma de controle público, empresas essas comandadas verticalmente e sustentadas em alianças regadas pelo capital.

É necessário buscar um conjunto de mecanismos que atuem no sentido de impedir o predomínio de interesses privados em detrimento do interesse geral da sociedade. Isso também é parte constitutiva do processo de construção e domesticação do imaginário coletivo, levado a cabo pelas corporações da mídia (ARBEX JR., 2003). Esses movimentos da imaginação introduzem mudanças nos modos de sociabilidade, dando vazão aos efeitos do jogo capitalista.

A mídia, denominada de "imprensa burguesa"[121], é apontada como tendo um papel que dá apenas uma ilusão de democracia, funcionando como controle social. A democracia somente poderá efetivar-se caso haja controles democráticos sobretudo sobre a mídia. O Brasil, talvez seja o país do mundo em que está mais claro como a burguesia usa os seus meios de comunicação. Em primeiro lugar, para ganhar dinheiro. É apenas uma fonte de lucros. Em segundo lugar, é articulada de forma oligopólica para controlar o que o povo deve ver e ler. Em terceiro, como dizia Gramsci, nos países periféricos a burguesia não usa partidos políticos institucionais para fazer a luta ideológica. Os partidos institucionais servem apenas para ascensão a cargos públicos, e "a verdadeira luta ideológica nos países periféricos é feita através da imprensa", diz Stédile (2010). A comunicação jamais esteve tão fortemente entranhada na batalha das ideias (MORAES, 2009) pela direção moral, cultural e política da sociedade. Reconhecendo o caráter estratégico da produção simbólica nas disputas pelo poder

[121]A mídia substitui algumas das tradicionais funções do partido, como: definir a agenda dos temas relevantes para a discussão na esfera pública, gerar e transmitir informações políticas, fiscalizar a ação das administrações públicas e canalizar as demandas da população para o governo. Ao aparecerem como o principal (mas de forma alguma único) aparelho privado de hegemonia, os meios de comunicação também podem surgir como um espaço de luta política fundamental na construção contra-hegemônica. Terminologia usada por Sodré (1999).

e com base no capital que se traduz num poder simbólico que não se limita a articular em si; ela é de grande influência ao determinar a agenda da discussão pública (BOURDIEU, 1974).

> À época de Gramsci, ainda que não tivessem o mesmo peso que têm hoje na sociedade civil, os meios de comunicação já eram "a parte mais considerável e mais dinâmica" da estrutura ideológica dominante, isto é, das organizações materiais voltadas para a construção da hegemonia (COUTINHO, 2008, pp.50-51).

Com base nos conceitos de Gramsci, Moraes (2009) nos mostra que devemos analisar a comunicação como um campo de luta entre diferentes propostas hegemônicas, além de nos revelar como a ação do Estado, em vários países da América Latina, tem-se reorientado para tentar reverter uma das piores heranças do neoliberalismo: a concentração dos setores de informação e entretenimento nas mãos de um reduzido número de corporações nacionais e transnacionais. As novas políticas de comunicação de governos progressistas da região buscam viabilizar legislações antimonopólicas, apoiar meios alternativos e comunitários e estimular a produção audiovisual independente. Dentro desse painel também avalia resistências e desafios impostos aos governos que se dispõem a promover a diversidade e o pluralismo. É relevante acentuar que, em vários países, tais providências decorrem de reivindicações de organismos e movimentos da sociedade civil[122], a partir do convencimento de que a informação veraz e o pluralismo são pressupostos indispensáveis à democratização da comunicação (LIMA, 2011).

2.3 **Os problemas atuais da mídia e a falta de regulação**

Não é novidade que os meios de comunicação no Brasil sempre foram propriedade privada de indivíduos e grupos. Entretanto, o deslocamento no papel da mídia teve consequências graves por ter ocorrido no momento da concentração do poder econômico midiático. No Brasil, o mercado é historicamente concentrado e não temos nenhum controle sobre a propriedade privada. Segundo o professor Lima (2012), a nossa grande mídia é representada por empresas, muitas delas familiares e com vínculos com as oligarquias políticas tradicionais, heranças do tempo da República Velha. Além da falta de controle e de uma legislação desatualizada, as mudanças econômicas e tecnológicas transformaram o cenário da comunicação em diversos aspectos. Não se trata apenas de apresentar um acompanhamento crítico das iniciativas dos governos em relação às políticas públicas de

[122]Nos últimos anos, segundo Cicilia Peruzzo, as camadas sociais da população lutam por condições de vida mais dignas, pautadas pelo desejo de interferir no processo histórico, inclusive por uma pluralidade das comunicações sociais em nosso país.

comunicação, mas mostrar há quanto tempo não se tem interesse na formulação dessas políticas.

> Ao longo do período 2003-2010, ficaram evidentes as contradições e conflitos de orientação política entre setores internos ao próprio governo, em especial o Ministério das Comunicações, o Ministério da Cultura e a SECOM-PR. Da mesma forma, ficou mais uma vez evidente a impotência do Estado diante dos grandes grupos de mídia, assim como ficou claro o enorme poder histórico desses grupos. (LIMA, 2012, p.21).

Esses avanços tecnológicos, que tiveram como marco a "revolução digital", provocaram a chamada "convergência das mídias" pela diluição das fronteiras entre as telecomunicações e a radiodifusão, o que tornou inevitável e urgente uma nova regulação do setor, para pôr fim à defasagem entre a legislação e a realidade[123]. Não é possível convivermos, hoje, com as novas tecnologias, amplificada pela comunicação em rede, e uma legislação criada quando a TV ainda era em preto e branco. Uma nova lei de radiodifusão é a única alternativa possível para garantir a pluralidade dos atores consagrados na Constituição, pois a legislação que rege o setor mostra-se ultrapassada e pouco democrática, apresentando-se como entrave não apenas para o desenvolvimento da própria mídia no país, como também um obstáculo à consolidação da democracia brasileira.

> Dada a falta de iniciativa do governo Lula em modificar a legislação de radiodifusão, o debate no Brasil concentra-se na Câmara dos Debutados. A heterogênea maioria governista mostra-se dividida quanto a dois projetos parlamentares: a revisão do regime de outorgas e a elaboração de uma lei específica para a televisão por assinatura... (MORAES, 2009, p.148).

O Brasil é considerado terra de forasteiros quando o assunto é o latifúndio midiático dominado pelo oligopólio privado. A legislação que deveria regular o setor é um enorme emaranhado de regras feitas para não serem cumpridas. Não há uma lei geral que discipline a área e democratize a comunicação no país. Até hoje, a regulamentação dos artigos da Constituição, que dizem respeito à comunicação social, não saiu do papel. O código brasileiro de telecomunicações está totalmente desatualizado e só coopera para perpetuar o caos e beneficiar os donos do poder[124]. O poder empresarial em torno da não regulação sempre foi forte e todos os governos cederam a esses interesses. Os proprietários dos grupos midiáticos sempre foram avessos a qualquer tipo de regulação, tachando de censura qualquer tipo de dispositivo que se disponha a reger a área. Um número reduzido de grupos midiáticos

[123]No Brasil, o governo federal patrocina a discussão da regularização das emissoras de TV e de rádio, além da definição do direito para os internautas. O marco civil da internet deve ser votado em 2013, mas para as demais regras não há prazo para discussão.
[124]Ver Revista *Caros Amigos* – Edição Especial, abril de 2011.

controla, de maneira oligopólica, expressiva parcela da produção e da difusão de dados, com larga influência na conformação do imaginário social brasileiro.

A promiscuidade entre o público e privado atinge níveis absurdos em matéria de comunicação social. Os próprios deputados e senadores votam pela renovação de suas concessões. A renovação das outorgas e concessões para as emissoras de rádio e TV tem ocorrido de forma automática no Congresso Nacional. O governo não faz nenhuma exigência e as emissoras não dão nenhuma satisfação ao poder público. Os casos de desrespeito à legislação são flagrantes. É preciso que o governo entenda que a propriedade cruzada inclui todos os tipos de mídia, sem exceção. O amplo movimento social que defende o fim do oligopólio e a democratização da comunicação sabe, pelos anos de luta, que as alterações no sistema só vão favorecer a sociedade se houver uma forte mobilização popular, que seja capaz de pressionar o governo e o Congresso Nacional. O setor da mídia é concentrado e não tem uma regra que dê conta de sua evolução. Há centenas de empresas atuando, mas, na realidade, a audiência está nas mãos de poucas. A regulação do setor pode ajudar a compensar essa concentração. Com uma legislação atualizada, novas empresas poderão ocupar os espaços para ampliar a diversidade.

> O atual processo de outorga e de renovação das concessões, com prazos de 15 anos para as TVs e de 10 anos para as rádios, é uma verdadeira caixa-preta. A sociedade não exerce nenhum controle [...]. O Congresso Nacional, que, a partir da Constituição de 1988, virou corresponsável pelas concessões e renovações, não cumpre seu papel, submetendo-se à pressão e chantagem dos barões da mídia (BORGES, 2009, p.97).

Outros fatores que incentivam o debate sobre comunicação na agenda pública são um código brasileiro de telecomunicações datado de 1962, e rádios e TVs com concessões vencidas. Os artigos 220 a 223 da Constituição Federal de 1988, que tratam do tema, ainda não foram regulamentados.[125] As políticas públicas que regulam os mercados de comunicação poderiam assegurar que os potenciais benefícios das tecnologias convergentes pudessem ser difundidos e fomentassem a heterogeneidade cultural do país. A indústria da comunicação no Brasil – seja como vetor de entretenimento, seja como educação e cultura – bem que poderia desempenhar um papel relevante de aceleração do desenvolvimento do país. É necessária a criação de mecanismos para diminuir distorções como a propriedade cruzada, por exemplo: grupos que tenham jornais não tenham televisões; quem tem televisão também não deve ter rádio. Outro ponto a ser discutido, cuidadosamente, é a falta de regulação do artigo

[125]O artigo 224, referente à criação de um Conselho de Comunicação, também integra as discussões sobre regulação. Uma nova composição do Conselho tomou posse em agosto de 2012, com forte presença empresarial e sem representatividade na sociedade. Não há, no entanto, propostas efetivas de mudanças na legislação.

constitucional que estabelece que 70% do capital de empresas de comunicação deve estar com brasileiros e somente 30% com estrangeiros. A realidade é diferente, pois existem empresas com 100% de capital estrangeiro fazendo jornalismo na internet. Daí, também reforçarmos a urgência de um marco civil da internet[126].

> O sistema brasileiro de mídia, além de historicamente concentrado, é controlado por poucos grupos familiares, é vinculado às elites políticas locais e regionais, revela um avanço sem precedentes das igrejas e é hegemonizado por um único grupo, as Organizações Globo (LIMA, 2006, p.112).

Propor regulação do exercício jornalístico por parte das empresas de comunicação é sempre rotulado como censura. Não há sentido que as concessões sejam manipuladas por interesses particulares para favorecer partidos e candidatos do agrado de grupos econômicos e políticos. Marco regulatório não tem como objetivo restringir a liberdade de imprensa e de expressão[127]. Isso é resultado de anos de desinformação propalada pela própria mídia, cujo interesse maior é manter as boas condições do monopólio e oligopólio no setor da comunicação social. Os dois conceitos foram propositalmente igualados, tendo como consequência a dominação da liberdade de expressão do conjunto das sociedades pelos meios de comunicação de massa. Liberdade de expressão e liberdade de imprensa tratam de direitos diversos. Enquanto a primeira se refere à liberdade individual e ao direito humano fundamental da palavra; a segunda, à liberdade da imprensa e da mídia, em geral, de tornar público o conteúdo que consideram "informação jornalística" e entretenimento.

Analisando a sociedade burguesa no começo do capitalismo, Marx (2009) acreditava que poderia haver liberdade de imprensa. Em sua defesa da liberdade de expressão, ele nunca vacilou na denúncia da ditadura burguesa. Para ele, o jornal deveria ser uma arma de combate à opressão e à exploração, e não um veículo neutro. O dever da imprensa era tomar a palavra em favor dos oprimidos a sua volta. Se traduzirmos aquele momento para o atual, é o direito dos espectadores e ouvintes, não o direito dos controladores da radiodifusão, que é soberano. Hoje, a imprensa é a burguesia capitalista, com seus inúmeros conglomerados (MORAES, 2003). Na contemporaneidade, "o que temos de entender é que a liberdade de imprensa" (LIMA; KUCINSKI, 2009, p.35) estará tanto mais realizada quanto mais numerosos forem os grupos sociais com acesso a veículos que os representem, e mais amplo seja o leque de discursos acerca de cada tema, para que haja uma efetiva diversidade cultural e política neste país.

---

[126]Para desempenhar sua missão constitucional, o Estado necessita prover um amplo debate, em escala nacional, para que a população possa ser ouvida, e não apenas os proprietários dos meios de comunicação.

[127]Incluído nas propostas do governo atual está o "compromisso inegociável com a garantia plena das liberdades individuais; da liberdade de culto e de religião; da liberdade de imprensa e de opinião".

> A imprensa livre é o olhar onipotente do povo, a confiança personalizada do povo nele mesmo, o vínculo articulado que une o indivíduo ao Estado e ao mundo, a cultura incorporada que transforma lutas materiais em lutas intelectuais, e idealiza suas formas brutas. É a franca confissão do povo a si mesmo, e sabemos que o poder da confissão é o de redimir. A impressa livre é o espelho intelectual no qual o povo se vê, e a visão de si mesmo é a primeira condição da sabedoria (MARX, 2009, p.60).

A mídia brasileira é privada e desregulada e não tem concorrência no setor público, enquanto em outros países do mundo uma regulamentação dificulta o que chamamos de propriedade cruzada. No Brasil, uma mesma família pode ser dona de TV, rádio, revista, internet, editora. Além da ausência de uma rede pública de peso e de uma regulamentação ultrapassada, ela tem um processo de concentração violentíssimo. Hoje, apenas quatro famílias dominam a mídia brasileira[128]. No entanto, o setor de comunicação e telecomunicação é um dos que mais cresce na economia mundial. Isso decorre da fragilidade da crise vivida pelo capital. A mídia passou a ocupar o papel de partido do capital de forma mais incisiva. São grupos de empresas capitalistas que têm um lugar preponderante no Estado brasileiro, e muitos são frutos de concessões, resultantes de apoios, trocas de favores e esquemas públicos e privados[129]. Discutir a necessidade de regular o conteúdo das comunicações se faz necessário; isso ocorre e já ocorreu em outros países e não significa censura, como insistem os barões da mídia[130] e seus representantes. Devemos pensar principalmente nos meios que resultam da concessão pública, como as rádios e televisões.

> A maior rede de televisão do Brasil foi construída durante a ditadura militar [...], tecnicamente orientada pela transnacional estadunidense Time-Life, graças a um acordo abertamente inconstitucional "abençoado" pelos generais. [...] A ditadura teve na Rede Globo uma grande aliada, quando se tratou de disseminar uma imagem positiva do regime, de mostrar à classe média as "vantagens" do chamado "milagre econômico" e mesmo de construir uma falsa sensação de 'união nacional' em torno do poder (ARBEX JR., 2003, p.43).

Precisamos olhar com mais atenção o mundo ao nosso redor, onde se registram tendências no campo das comunicações para assegurar a diversidade, a pluralidade e o padrão civilizatório da indústria midiática. Há, hoje, na própria América Latina[131], países com um

---

[128]Ver projeto "donos da mídia", idealizado pelo jornalista Daniel Hertz. Endereço eletrônico: <www.donosdamídia.com.br> (idem *Nota 112*).

[129]Apoios e concessões obtidas por meio de negociatas políticas, denominados pelo professor Venício Lima (2012) de "coronelismo eletrônico".

[130]Uma alusão do jornalista Altamiro Borges aos barões da terra. O sistema brasileiro de mídia, além de historicamente concentrado, é controlado por poucos grupos familiares e vinculado às elites políticas locais e regionais, igualmente aos latifundiários da terra.

[131]Os governos de Venezuela, Equador e Bolívia – que formam um bloco de poder nacionalista, antineoliberal e de esquerda – têm sido os mais coerentes e ativos na rejeição à mercantilização da informação e ao monopólio privado da mídia e ao seu domínio desmedido no mundo social. Por último, até a Argentina se posicionou, de forma clara, contra a hegemonia desses grupos, inaugurando um importante precedente na região com a sua Lei dos Meios, aprovada em 2009.

grau de pluralismo invejável diante do monolitismo estreito e hostil às mudanças que vivenciamos na sociedade brasileira. No Brasil, o debate sobre a regulação do setor de comunicação vem provocando conflitos desde a I Conferência de Comunicação, realizada em 2009, pois o marco regulatório existente é antigo e precisa de ajustes em razão das novas mídias digitais. Os empresários da comunicação querem sustentar o discurso de ser a regulação o controle total da mídia e o fim impiedoso da cláusula pétrea de nossa Constituição: a liberdade de expressão e de imprensa. A maior parte dos países tem regras para estabelecer o que pode ou não pode no setor audiovisual, o que não significa prejuízo da liberdade de expressão. Todos os países precisam de mecanismos legais para acabar com a concentração.

> Há consenso entre governos progressistas latino-americanos quanto ao caráter estratégico da comunicação, não apenas para a formação de consensos sociais, como também para a soberania nacional, o desenvolvimento cultural, a integração regional [...]. Por conseguinte, é essencial a participação do poder público nos sistemas de informação e difusão cultural, através de providências articuladas que resultem na renovação de leis e de marcos regulatórios das outorgas de rádios e televisões... (MORAES, 2009, p.116).

"A velha mídia" (SADER, 2012)[132] não discute e não quer discutir "marco regulatório porque isso representa o fim do monopólio e da terra de forasteiros que fazem o que querem" (CHARAUDEAU, 2009, p.269), sem respeitar nenhum cidadão nesse mundo da "ditadura da mídia". Regular a mídia é ampliar a liberdade de expressão, a liberdade da imprensa, a pluralidade e a diversidade. O marco regulatório nada tem a ver com restrição à liberdade de imprensa. O que é preciso entender é que ele se refere à regulação do mercado da mídia e à garantia dos direitos humanos fundamentais (LIMA, 2011). A regulação é necessária para impedir a propriedade cruzada e a concentração do controle da comunicação nas mãos de poucas famílias e oligarquias políticas; garantir a competição, a pluralidade e a diversidade, o direito de resposta, inclusive o direito de antena. Relativamente, diz respeito à radiodifusão[133] e às novas tecnologias: internet, banda larga, telefonia móvel, pois cada vez mais as fronteiras entre a radiodifusão e as telecomunicações se diluem. Em pouco tempo, em qualquer parte do mundo, para o cidadão comum, será indiferente se o sinal que ele recebe no seu celular, ou no seu computador, vem da radiodifusão ou das telecomunicações.

[132]Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/postMostrar.cfm?blog_id=1&post_id=1111>."O mundo das ilusões da velha mídia", artigo publicado no Blog do Emir. (Acesso em: out.2012.)
[133]O novo marco regulatório deve fixar políticas públicas que garantam o acesso da população aos avanços tecnológicos, além de novos mecanismos democráticos de controle social dos meios de comunicação.

Reconhecemos que o desafio de uma revisão do marco regulatório na área comunicacional no Brasil é grande[134]. Além de uma legislação atrasada (BORGES, 2009), acumularam-se questões que foram negligenciadas ao longo do tempo. Criou-se na área da comunicação uma "terra de ninguém". Sabemos que deputados e senadores não podem ter concessões de rádio e tevês, mas muitos conseguiram essas concessões, através de subterfúgios, e ninguém faz nada. Os benefícios da comunicação digital, hoje, ainda são usufruídos por uma minoria. Os avanços tecnológicos brutais dos últimos 30 anos colocaram a comunicação na agenda da sociedade civil organizada, dos movimentos sociais, dos sindicatos e de instituições públicas, obrigando todos à discussão dessa questão. A transparência pública, aplicada aos grupos dominantes da grande mídia, certamente revelaria redes de interesse e compromissos – nem sempre legítimos – dos mais variados tipos, locais e globais. No que se refere à radiodifusão, por exemplo, revelaria os absurdos do "coronelismo eletrônico" (LIMA, 2012), enraizados em diferentes esferas do poder público; propriedade cruzada como prática garantidora de oligopólios e monopólios; exclusão de muitos e liberdade de poucos, apresentada e defendida em nome dos valores universais da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa[135].

> Esse enorme poder [...] foi potencializado pela entrega do serviço de radiodifusão à exploração da iniciativa privada; pelo vínculo histórico desse serviço com as oligarquias regionais e locais (o "coronelismo eletrônico"); pela ausência de controle da propriedade cruzada e pela capacidade que [...] os grandes grupos privados têm procurado impedir a aprovação no Congresso Nacional de um marco regulatório, através do qual algum tipo de controle social democrático seja exercido sobre o setor de comunicações (LIMA, 2009, pp.9-10[136]).

As contribuições de Gramsci também servem para desmistificar o papel da mídia hoje, mantendo-se atual. Para ele, a imprensa burguesa é um "aparelho privado de hegemonia", capaz de disputar os rumos da sociedade por meio de uma verdadeira guerra de posições em todas as "trincheiras ideológicas". Através da imprensa privada e mercantil, que objetiva o lucro e que faz da notícia uma mera mercadoria, a burguesia tenta se aparentar como representante da esfera pública. Além disso, em momentos de crise da ideologia dominante e de fratura dos partidos burgueses, a imprensa apresenta-se como "o partido do capital", que organiza os interesses das várias frações de classe da burguesia. Em sua rica elaboração sobre a luta pela hegemonia, ele afirmou que o jornal poderia funcionar como

[134]Em seminário realizado em Brasília, organizado para discutir as experiências internacionais de regulação da mídia, em 2010, o governo Lula admitiu que deixou a desejar no campo das comunicações (*cf.* matéria da *Carta Maior*, de 13/11/2010, assinada por Bia Barbosa).

[135]Há ainda a necessidade de revisar os critérios de publicidade, estimular a radiodifusão comunitária, investir na inclusão digital.

[136]Trecho retirado do prefácio (assinado pelo professor Venício Lima) do livro *A ditadura da mídia*, de Altamiro Borges, que reforça a ditadura da mídia no Brasil atual.

partido político, ajudando a desnudar a ideologia dominante e a construir a ação contra-hegemônica do proletariado. A resistência à dominação do oligopólio privado dos meios de comunicação é um trabalho que está apenas no começo e vai exigir um grande esforço de organização e de esclarecimento público. Esperamos que os governos não recuem diante dos empresários da comunicação de massa[137].

> Para pensar as formas de se opor à cultura que azeita o esquema de trituração da vida e das possibilidades de mudança [...], de disseminação total dos meios de comunicação de massa sempre a serviço da classe dominante, Raymond Williams retoma a noção gramsciana de hegemonia, aos seus olhos mais produtiva para o nosso momento do que a ideologia (CEVASCO, 2010, p.140).

Na contemporaneidade, muitas são as fontes de informação disponíveis para o cidadão comum e as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) ampliaram de forma desproporcional as possibilidades de checagem daquilo que está sendo noticiado. A tendência é que os veículos se isolem e dialoguem sempre mais com aqueles que com eles compartilham previamente de suas posições editoriais. O escândalo das escutas telefônicas do jornal inglês *News of the World,* envolvendo o império midiático de Rupert Murdoch[138], explicitou formas criminosas de atuação de um dos maiores conglomerados da mídia mundial, destruiu credibilidade e levantou a suspeita de que vários outros grupos, em todo mundo, praticam esse tipo de jornalismo. Esse caso reabriu um debate muito importante sobre os limites da comunicação sob a democracia. Assim, as práticas antiéticas e ilegais do jornalismo voltaram a estar na "berlinda". O escândalo mudou radicalmente a percepção pública de como funciona a política e o perigo que o poder corporativo pode representar para a democracia. Além das destrutivas ligações entre capital, mídia e poder político. Os grupos empresariais da mídia se tornaram tão poderosos que se sentem desobrigados de cumprir as normas éticas profissionais (LIMA, 2011).

Há tempos, assistimos a uma crise acerca da credibilidade da imprensa brasileira. Talvez o escândalo tenha reacendido o debate sobre a regulação midiática em nosso país. Em parte, a atuação da mídia demanda um olhar sobre como atua no interior da sociedade e quais os projetos que defende. Sabemos que essa mídia se rendeu à inevitabilidade dos valores que fundamentam o capitalismo. Como instrumento de sociabilização de informações e

[137]Os donos da velha mídia (aquilo que configura a comunicação tradicional), em oposição à nova mídia (serviços tecnologicamente avançados em relação aos suportes já conhecidos), detêm o poder decisório das ações de comunicação, além de estarem à frente da maior parte das entidades empresariais midiáticas do país. Os donos da mídia integram o chamado "oligopólio privado da mídia".

[138]O escândalo Murdoch, que combinou poder político e imprensa, faz-nos repensar a promiscuidade da imprensa com o poder econômico. Dono de um dos maiores conglomerados de mídia no mundo, Murdoch vive dessa promiscuidade e cresceu graças a ela.

conhecimentos, ao se render à reprodutibilidade do capital, assumiu a tarefa de guardiã desses valores. Os grupos políticos e sociais que ousam contestá-la são ridiculizados ou demonizados como ameaça à ordem. É nesse contexto que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra[139] entrou na briga pela democracia da comunicação, para questionar a própria estrutura ideológica que legitima a condenação à miséria e ao desamparo milhões de brasileiros no campo e nas cidades. Em sua luta pela transparência das ações do governo, penetrou no campo midiático como fonte de informação, tornando-se agente político com uma marcante presença no cenário nacional.

> Mas a luta do campo só se efetivará através de uma "segunda relação", entre o MST e a imprensa, entre os ruralistas e a imprensa e entre o governo e a imprensa, confirmando a natureza mediadora do campo da comunicação, que faz falar entre si os agentes do próprio campo – governos, ruralistas e colonos sem-terra. Eles travam, através da imprensa, a luta própria do seu campo que é fazer crer a todos acerca da sua verdade (BERGER, 1998, p.28).

Entendemos não ser possível falar do papel da mídia nesse campo específico sem falar de sua influência no meio social como um todo, assim como reconhecemos que algumas questões aqui levantadas se aplicam aos diferentes espaços nos quais o discurso midiático se faz presente de um modo geral. A mídia se apresenta como instrumento de grande influência; por isso, devemos investir sempre no debate sobre os modos pelos quais a realidade é construída por meio da elaboração de textos jornalísticos (MELUCCI, 2001). Aparentemente, a grande imprensa desenvolve no seu interior mecanismos contraditórios que poderiam pôr em jogo o seu papel de elemento fundamental na sedimentação da hegemonia burguesa. Assim, os movimentos sociais desejam e rejeitam a presença da grande imprensa nas suas manifestações. Por um lado, esta se constitui um poderoso meio de ressonância das suas reivindicações e até mesmo de suas plataformas de luta; por outro lado, a notícia a ser veiculada tanto poderá ser fundamental para angariar novas simpatias quanto para se construir o contrário: isto é, a aversão da população. As impressões sobre o MST, repetidas inúmeras vezes, dominaram o imaginário da sociedade. Assim, nós, com o nosso conhecimento e repertório, também participamos desse discurso construído pela mídia.

> Os estudos sobre os movimentos sociais os concebem enquanto manifestações das classes populares, ocorrendo "uma certa ampliação, que [vai] além das classes sociais dos manuais [proletário e campesinato], às quais se conferia o poder messiânico de transformação histórica (PERUZZO, 1998, p.30).

No Brasil, a mídia ao adotar como cartilha o "pensamento único", ditado pelo neoliberalismo, enterrou assim a pluralidade e o debate de ideias. Daí buscarmos nessa

[139]Uma das lutas do Movimento dos Trabalhadores Rurais é pela democratização da comunicação neste país, para acabar com o monopólio privado dos meios de comunicação social.

reflexão caminhos para que o espaço da comunicação de massa seja habitado por uma mídia mais plural, mais comprometida com os valores humanos e menos com os interesses do capital. As elites políticas e econômicas do meio midiático se encontram cada vez mais associadas, formando um bloco privatista e mantendo a influência ideológica e suas ambições lucrativas. Diante de tudo isso, torna-se imperativo refletir para que milhões de excluídos possam ler e ver o mundo com os olhos alternativos de uma mídia[140] descompromissada com o capital e mais democrática.

No capítulo a seguir, a proposta é analisar, de forma sintética, os projetos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, tendo em vista ser a literatura sobre o tema bastante ampla. Optamos por situar a gênese do Movimento e a sua implicação com as questões da terra, para mostrar que o sentido da luta do MST tornou-se elemento da criminalização da mídia – guardiã no mundo do projeto neoliberal –, além de defensora do latifúndio, no caso brasileiro. Neste contexto, concluímos que a mídia vê na reforma agrária e em outras políticas de redistribuição no Brasil um obstáculo ao desenvolvimento. O capítulo sobre o Movimento busca apresentar como a instituição vem debatendo os problemas da sociedade, por intermédio de seus congressos nacionais. Em nossa conclusão, nos propomos mostrar como as linhas políticas, discutidas e debatidas pelo MST, não fazem parte das pautas e agendas da grande mídia e, por consequência, não são conhecidas pela sociedade.

[140]O vocábulo mídia está, aqui, definido como conjunto dos meios de comunicação: jornais, revistas, TV, rádio, cinema e outros, de acordo com a definição do *Dicionário de comunicação* (Codecri, 1978). No entanto, será objeto da pesquisa desta tese apenas a análise de notícias presentes no jornalismo impresso (*Nota 17*).

3 O MST – GÊNESE E FORMAÇÃO – E A QUESTÃO AGRÁRIA[141]

A reforma agrária só prejudica a uma minoria de insensíveis, que deseja manter o povo escravo e a nação submetida a um miserável padrão de vida.

João Goulart

Após 1984, o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ao se instituir formalmente[142] (porém não institucionalmente), deixou de ser apenas mais um movimento social, pois foi reestruturado como uma organização com estratégias políticas bem definidas e bandeiras de luta, que cooperaram para o seu crescimento, a sua consolidação nacional e o seu destaque no cenário político atual. No entanto, somente a partir dos anos 1990, no contexto das políticas neoliberais em nosso país, ele se transformou na maior expressão política de luta pela terra e pela reforma agrária, consolidando-se, hoje, no movimento social mais duradouro e proeminente de toda a América Latina. "O MST não é só um fenômeno rural. Por trás das suas marchas disciplinadas e do brilho de suas bandeiras vermelhas há um fantasma que desafia as desigualdades seculares do Brasil" (CARTER, 2010, capa).

O contexto histórico foi essencial para que fosse possível a estruturação do MST como um movimento *de* e *para* os trabalhadores rurais ao mesmo tempo. A abertura democrática, obtida pela aprovação da anistia ampla em 1979, que permitiu o retorno de antigos militantes políticos que estavam exilados no exterior, também possibilitou à sociedade assumir seus movimentos e a reconstruir o sistema partidário, dando uma nova face político-social ao país. Nesse panorama, diversas experiências surgiram de forma a dar visibilidade às demandas da sociedade e a pressionar o Estado a atendê-las.

> O MST é um dos movimentos sociais populares mais bem organizados e eficazes da história brasileira. Ele foi o primeiro movimento social do Brasil que pôde alegar ter uma filiação nacional: um alto nível de disciplina organizacional e coerência ideológica permitiram que o movimento coordenasse ocupações de terra, demonstrações públicas, marchas e eventos culturais transcendendo fronteiras de regiões geográficas, classes sociais e identidades culturais (WOLFORD, 2010, p. 373).

[141]Expressão de significação mais ampla, referente à situação fundiária (*cf.* <www.mst.org.br>).

[142]O evento de fundação do MST ocorreu no período de 20-22/1/1984, no Paraná (MORISSAWA, 2001, p.138). Nesse encontro, foi lida uma mensagem de D. José Gomes, bispo de Chapecó e presidente da CPT, que marcou a criação do Movimento. Também estiveram presentes representantes de diversos estados e instituições como: Abra (Associação Brasileira de Reforma Agrária), CUT (Central Única dos Trabalhadores), Cimi (Comissão Indianista Missionária) e da Pastoral Operária de São Paulo, entre outros.

Reconhecemos que o MST não é o primeiro movimento de luta pela terra[143] nem novo é o vocábulo "ocupação", como forma de luta e acesso à terra. A colonização do Brasil e todo o processo que a ela se seguiu se assentaram sobre a espoliação dos povos existentes e sobre a concentração da propriedade. Esse modelo concentrador sempre gerou problemas agrários e conflitos sociais envolvendo as populações rurais, os grandes proprietários de terras e os poderes do Estado. Ao longo de nossa História, há vários relatos de revoltas camponesas. Contudo, todos os movimentos anteriores permaneceram limitados à região em que surgiram. Canudos e Contestado, por exemplo, além de restritos aos estados de origem, impuseram-se por aspectos messiânicos e místicos, que os levavam mais a momentos passados do que às transformações presentes. O MST se diferencia dos demais pelo seu aspecto nacional, com presença marcante na maioria dos estados brasileiros. Como diz Lerrer (2008) em sua tese que aborda a trajetória histórica do Movimento, "no processo de ampliação de sua atuação para os demais estados da Federação, o MST também promoveu uma migração, enviando militantes". De formação complexa, atua como importante ator político na busca de soluções para o nosso país. Atualmente, existem vários outros movimentos, inspirados no MST ou dissidências dele.[144]

> Ocorre, entretanto, que o movimento religioso do Conselheiro e dos camponeses que o seguiam começara muito antes do fim da monarquia. Tudo indica que era um movimento marcado por critérios de justiça que se contrapunham à justiça parcial e de classe dos coronéis. Era, também, um movimento marcado pela espera do milênio, que se avizinhava com o fim do século, e que sempre constituía um tema religioso essencial para os camponeses de todas as regiões brasileiras (MARTINS, 1995, p.53).

Segundo Coletti (2005), o MST[145] foi constituído por pessoas que, por algum motivo, perderam suas terras: filhos de pequenos proprietários, assalariados rurais, temporários ou não, trabalhadores atingidos pela construção de barragens hidrelétricas e outras situações que atingiram o campo, ocasionando empobrecimento, desemprego, favelização dos trabalhadores rurais, êxodo rural urbano, esvaziamento do campo, exploração da força de trabalho – produtos das próprias contradições geradas pelo desenvolvimento do capitalismo brasileiro no campo e também nas cidades. Desde a fundação do Movimento, muitas mudanças ocorreram. Entre elas, o recuo de grupos mais progressistas da Igreja

[143]O MST é a continuidade das lutas camponesas. Desde o Brasil colônia até o final de 1800, os índios e os negros já protagonizavam a luta pela defesa dos territórios invadidos pelos bandeirantes e colonizadores, ou unindo a luta pela liberdade e a da terra própria com a construção dos quilombos.
[144]O MST serve hoje como modelo para muitos outros movimentos que surgiram na contemporaneidade.
[145]Movimento de resistência e de representação dos injustiçados do campo, formado fora do chão de fábrica e do movimento sindical, constituído principalmente a partir do compartilhamento de experiências coletivas comuns.

Católica[146], o refluxo dos sindicatos, a mudança de discursos partidários de esquerda, a falta de uma crítica global à sociedade capitalista, a redução do social e a fragmentação do conhecimento por parte dos intelectuais. Mas o MST não se reduz apenas à luta pela terra; seus integrantes sabem que essa luta se desdobra em muitas outras: acesso às tecnologias, aos insumos e a maquinária e escolas, que permitam ao homem do campo aumentar a produtividade e, consequentemente, os rendimentos de seu trabalho. E todas as lutas ganharam igualmente importância pela força de suas ações, principalmente a da construção de uma escola democrática, fundamentada no diálogo e na participação do conjunto de seu coletivo. Segundo Frigotto (2010), o MST é o único que disputa um projeto social e educacional contra-hegemônico.

Com formação consolidada na perspectiva da Teologia da Libertação e nas Comunidades Eclesiais de Base[147], vinculadas à Igreja Católica, e fundamentado dentro das tradições do pensamento marxista, o Movimento surgiu em um momento de grandes contradições sociais e de crescimento das revoltas populares urbanas. Foi também nesse momento que parte da Igreja Católica, por intermédio da Teologia da Libertação, assumiu a preferência pelos pobres e pelos sem-terra. O MST, então, ganhou força, com sua expressiva capacidade de mobilização, sendo suas ações de grande visibilidade pública. O Movimento apresenta uma originalidade na luta pela terra[148] que o singulariza diante de movimentos anteriores, além da capacidade de construir canais de comunicação direta com a sociedade. Com erros e acertos, o MST ganhou a confiança de alguns setores estratégicos da sociedade, nunca deixando de produzir seus quadros, seus intelectuais orgânicos, que têm assumido a causa da terra enquanto bem comum da humanidade. Nesse sentido, o trabalho se volta para a cooperação mútua de seus integrantes, para que cada vez mais se desenvolvam moral e intelectualmente, visando ao aprimoramento na tomada de decisões e à melhoria das relações entre o conjunto de seus militantes.

> Esse modelo participativo visava estimular o engajamento dos sem-terra e aumentar seu senso de responsabilidade perante o movimento. Entre as lideranças e os assessores do acampamento houve, desde o início, o reconhecimento de que o processo de decisão coletiva serviria também para proteger o movimento das tentativas de cooptação e intimidação por parte do governo (CARTER, 2010, p.209).

[146]Em um período anterior, diante das injustiças ocorridas na área rural brasileira, um grupo da Igreja, provocado pela dramática situação no campo e influenciado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e também pelos debates em torno de sua atuação, assumiu a questão da terra como tema de suas ações, dando assistência aos camponeses. Até hoje, ela dedica parte de seu tempo e de seus recursos à formação dos trabalhadores do campo.
[147]Comunidades Eclesiais de Base (CEB) – criadas no início da década de 1970, tornaram-se importantes espaços para os trabalhadores rurais e urbanos em suas lutas por justiça e direitos.
[148]Hoje, diante das perspectivas políticas de não realizar a "reforma agrária clássica", João Pedro Stédile, um dos principais líderes do MST, afirma que resta ao Movimento o caminho da "reforma agrária popular", que defende um novo modelo de desenvolvimento agrícola, o agroecológico (*cf.* entrevista – *Carta Capital* de 3/8/2011).

Durante anos, o que se priorizou no Brasil foi o lucro das grandes empresas e dos fazendeiros, sem respeito ao equilíbrio ambiental e à produção de alimentos sadios que fortalecesse o mercado interno, voltado para o desenvolvimento da população rural. As transformações do mundo, nas últimas décadas, fizeram com que o centro de acumulação do capital fosse transferido para a esfera financeira e para as corporações transnacionais. Tais consequências foram longe demais e promoveram um enfrentamento na produção agrícola. Esse modelo capitalista que presenciamos é a comunhão entre os grandes proprietários de terras, as empresas transnacionais e o sistema financeiro, que em nada favorece o homem do campo. Muitas foram as lutas sociais durante o período de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. A criação do MST é fruto de diversos conflitos no campo e na cidade, que se iniciaram quando a ditadura começou a entrar em crise. Assim é que, em 1984, com a realização do I Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, surgiu oficialmente o Movimento. "Era uma conjuntura de crise econômica, de grandes transformações na agricultura [...] e essas transformações abriram brechas para a luta pela terra e para o crescimento dos movimentos de massas urbanos que lutavam pela democratização do país" (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p.65).

O MST tem na luta pela terra seu eixo central e característico, mas, ao longo dessa luta, sempre necessitaram disputar a terra com os latifundiários e a conviver com ameaças de grileiros, jagunços e milícias para que nela pudessem manter-se. No século XX, diversas políticas de redistribuição fundiária foram adotadas em várias nações, programas de reforma agrária lograram padronização de perfil, mas, mesmo assim, muitos se distanciaram das ações inicialmente propostas com relação à distribuição efetiva de terras. No Brasil, o programa sequer afetou o grau de concentração histórica da propriedade fundiária. Em geral, foi um conjunto de elementos que contribuiu para a pouca repercussão da reforma agrária na agenda política nacional. "A crescente urbanização do Terceiro Mundo, o aumento da produção agrícola com a introdução de tecnologias modernas, a queda do comunismo, a ascensão do neoliberalismo e a expansão dos conglomerados do *agrobusiness*[149] global" (CARTER, 2010, p.37) contribuíram para a formação desse novo clima de opinião com respeito à redistribuição fundiária. De acordo com o *Atlas da questão agrária*[150], publicado em 2008, a concentração da terra permanece inalterada.

[149]Conjunto de negócios relacionados à agricultura e pecuária dentro do ponto de vista econômico. O *agrobusiness* acaba recebendo, em incentivos governamentais, muito mais recursos do que a agricultura camponesa, segundo o própria Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
[150]*Atlas da questão agrária*. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera/atlas>. Acesso em: 24/6/2012.

Desde os primórdios do Brasil, prevaleceram no país métodos de colonização baseados na concessão de enormes extensões de terra, as sesmarias – grandes glebas distribuídas pela Coroa Portuguesa a quem se dispusesse a cultivá-las, dando em troca um sexto da produção. Essas terras eram doadas aos beneficiários "de posses", ou seja, àqueles que dispusessem de capital para investir. Nas sesmarias, viviam numerosas populações nativas que o sesmeiro podia escravizar. A alta concentração fundiária, isto é, o sistema de latifúndio, que marcou o início da exploração agrícola no Brasil, tem permanecido intacta por longos ciclos da nossa História. Naquela época, a distribuição de terras era utilizada como meio de ocupar as áreas desabitadas e, principalmente, para facilitar o controle do território. Por fim, o uso agrário, voltado para a geração de produtos tropicais, apreciados na Europa, onde grandes propriedades rurais utilizavam mão de obra escrava, na qual se cultivava uma única cultura com destino à exportação. Mesmo com o transcorrer dos anos, a lógica do proveito das terras brasileiras continuou sendo pautada por esse modelo.

> A posse do fazendeiro conduzia à legitimação através do título de sesmaria; o mesmo não se dava com a posse do camponês, do mestiço, cujos direitos se efetivavam em nome do fazendeiro. Basicamente, tais situações configuravam a desigualdade dos direitos entre o fazendeiro e o camponês – desigualdade essa que definia os que tinham e os que não tinham direitos, os incluídos e os excluídos (MARTINS, 1995, p.35).

Mais tarde, com a intervenção de nações estrangeiras, que se impuseram hegemonicamente por intermédio de suas necessidades de acumulação, a mão de obra escrava não mais interessava ao Brasil, porque havia a necessidade do trabalho "livre" diante do anseio de "modernizar a produção", que, ideologicamente, se conduziria, a partir de então, pelo proclamado "modelo liberal". Esse modelo tinha como valor principal a propriedade privada (MARX; ENGELS, 2001), cujo bem maior que se podia adquirir era a terra[151]. Com a transformação da terra em mercadoria, apenas alguns tinham condição de pagar por ela e, assim, poucos abastados possuíam grandes quantidades de terras, características básicas dos atuais latifúndios existentes no Brasil. O modelo concentrador sempre gerou problemas agrários e conflitos envolvendo as populações rurais, os grandes proprietários de terras e os poderes do Estado. Esse novo modelo desencadeou o fim da escravidão, mas serviu para deixar a propriedade nas mãos das elites dominantes, caracterizada pelo privilégio concentrado das oligarquias rurais. A maior parte das terras brasileiras estava em poder de uma minoria, em detrimento de uma maioria submissa. De maneira geral, podemos dizer que

[151]Modelo baseado no liberalismo, cuja doutrina defende a liberdade individual, nos campos econômico, político, religioso e intelectual, isto é, situa, no centro de suas preocupações, a liberdade do indivíduo; e reconhece a propriedade privada como instituição jurídica exclusiva de uso de um bem material pelo seu possuidor.

o modelo brasileiro de desenvolvimento institucionalizou a pobreza rural da concentração fundiária.

> Nem todo proprietário rural possui uma propriedade só. Admitindo-se, porém, com desvantagem, que assim seja, verifica-se que os pequenos e ínfimos proprietários [até 50ha], representando os três quartos dos donos de terras [74,83%], possuem apenas 11,00% da área total dos estabelecimentos agrícolas do país. Da área restante [89,00%], apenas uma parte pequena [15,90%] pertence aos proprietários médios, tocando nada menos de 73,10% da área total aos grandes proprietários [de 200ha e mais], que representam somente 7,80% do número total de proprietários. Reunidos, os médios e os grandes proprietários representam pouco mais de um quarto dos donos de terras e suas propriedades cobrem nove décimos da área total dos estabelecimentos agrícolas[152] (LEAL, 1986, p.29).

Décadas mais tarde, após alguns impactos sofridos por crises no sistema capitalista e com o impulso dado à crescente burguesia industrial no país, o Brasil transformou seu modelo econômico interno. No entanto, manteve intacta a estrutura da terra, criando uma aliança da burguesia industrial com as oligarquias. Para ascender e assegurar o poder (IANNI, 2004, p.104), "em face da burguesia agrária e do proletariado, a burguesia industrial criou a ficção da *burguesia nacional*, como se o capital tivesse nacionalidade, no âmbito do capitalismo". Esse modelo de ascensão da burguesia industrial, associado às oligarquias e também ao capital estrangeiro, é que fora chamado de "capitalismo dependente". Essa dependência estrutural do Brasil, como proclamado por Fernandes (2009), deve-se à instauração de um padrão desigual entre as burguesias, diante dos países centrais, onde o capital externo "abocanha" a maior parte dos lucros e o capital nacional contenta-se com as "migalhas restantes". Durante anos, a economia pode ter crescido, mas o resultado continuou sendo o mesmo: o distanciamento entre ricos e pobres. As mazelas do capitalismo e a lógica da exploração de terras sempre existiram.

O MST se constituiu num contexto de evidentes transformações não só no meio rural mas também na sociedade. Assim, a lógica do modelo de industrialização dependente atuava de forma contraditória e complementar, pois, ao mesmo tempo que os camponeses se multiplicavam, eles também se multiplicavam enquanto classe, muitos migrando para as cidades e transformando-se em operários. Na estrutura da propriedade da terra, a lógica contraditória se repetia. Por um lado, multiplicavam-se as pequenas propriedades pela compra e venda e reprodução das unidades familiares. Mas, por outro, a grande propriedade capitalista avançava e concentrava mais terras, mais recursos, uma tendência natural da lógica capitalista, de que a propriedade da terra, que já nasceu em bases latifundiárias, continuava na

[152]Dados do Anuário Estatístico de 1946. O limite da propriedade da terra permanece sem parâmetros definidos ainda hoje. Daí, a luta pelo limite de 35 módulos fiscais, como referência de área mínima, área suficiente para promover o sustento de uma família de trabalhadores rurais.

média se concentrando ainda mais. Os processos se prolongaram porque, no Brasil, a burguesia preferiu manter aliança com os latifundiários, para que continuasse a exportação de matérias-primas, de forma a bancar a importação de maquinaria e tecnologia. Esse sistema econômico brasileiro só veio a agravar a pobreza da população rural e a concentração de terras.

> [...] não era apenas a hegemonia oligárquica que diluía o impacto inovador da dominação burguesa. A própria burguesia como um todo (incluindo nela as oligarquias) se ajustara à situação segundo uma linha de múltiplos interesses e de adaptações ambíguas, preferindo a mudança gradual a uma modernização impetuosa, intransigente e avassaladora (FERNANDES, 2006, p.241).

A elevada concentração fundiária deu origem a relações econômicas, sociais, políticas e culturais cristalizadas em um modelo inibidor de um desenvolvimento que combinasse geração de riquezas e crescimento econômico com justiça social, especialmente para a população rural. Esta concentração perdura até hoje, conforme revelam os dados do último Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)[153]. A história da ocupação de terras no Brasil e a luta pela sobrevivência dos que nela vivem são testemunhas de uma batalha desigual, cujo efeito tem-se mostrado perverso por intermédio da formação de verdadeiros cinturões de pobreza no anel periférico das regiões metropolitanas do país. A herança que trouxemos de todo esse período foi de pauperização do homem do campo e de políticas inadequadas que causaram a exclusão e a concentração de riquezas nas mãos de poucos, com vinculação direta de nossa economia ao capital. O desenvolvimento desigual e contraditório gerado pelo capitalismo agrário foi fatal em sociedades excludentes, como a brasileira. Em nossa história recente, presenciamos a reforma agrária[154] ser relegada a um segundo plano, quando se definem e implementam políticas públicas como objeto de erradicação da pobreza.

Durante milênios, os seres humanos proveram suas necessidades materiais trabalhando a terra. E, provavelmente por quase tanto tempo quanto se dedicaram à agricultura, dividiram-se em classes, entre os que trabalhavam a terra e os que se apropriavam do trabalho alheio. Essa divisão entre apropriadores e produtores assumiu muitas formas, porém uma característica comum foi que, tipicamente, os produtores diretos eram camponeses. “Esses camponeses produtores permaneciam de posse dos meios de produção, particularmente da terra. Como em todas as sociedades pré-capitalistas, os produtores tinham

[153]Censo Agropecuário de 2006 – Fonte IBGE.

[154]A reforma agrária só entrou na pauta da agenda nacional em meados da década de 1950, como resultado das mobilizações camponesas no Nordeste. No entanto, o primeiro decreto de reforma agrária do governo federal, apresentado em março de 1964, foi frustrado dias depois por um golpe militar.

acesso direto aos meios de sua reprodução." Significa que, quando seu trabalho excedente era apropriado por exploradores, isso era feito através do que Marx chamou de meios *extraeconômicos*. Essa é, portanto, "a diferença básica entre todas as sociedades pré-capitalistas e o capitalismo. Ela tem a ver com as relações particulares de propriedade entre produtores e apropriadores, seja na indústria, seja na agricultura", como nos ensina Wood, em *A origem do capitalismo* (2001, p.77), fazendo-nos entender para refletir a respeito das particularidades da questão agrária sob o domínio do capital atual. Na contemporaneidade, o modelo agrícola neoliberal se caracteriza pela concentração de terras que favorecem a disputa entre dois diferentes sistemas de produção: o agronegócio e o camponês, produzindo um processo conflitivo.

As transformações do capitalismo mundial e local levaram o MST a transitar entre o velho e o novo dentro de uma sociedade de imensas desigualdades, que hoje implicam a sua continuidade no contexto do significado histórico do Movimento. Ao mesmo tempo que incorpora em suas ações temas que provocaram o seu fortalecimento como movimento de massas e recolocaram, na cena política, as discussões sobre a reforma agrária. A luta do Movimento também incorpora temáticas atuais, como as questões ecológica, de gênero, de desigualdades, do abuso no uso de agrotóxicos[155], da democratização dos meios de comunicação e da impunidade de assassinatos no campo, sem abandonar a crítica ao modelo social e excludente presente na sociedade brasileira. Daí proporem um rompimento com as metas propostas pela ideologia neoliberal. O Movimento vê no campo a saída para a miséria crescente nas cidades, para os movimentos migratórios descontrolados e para a favelização da população do campo. O efeito da expulsão dos pobres do campo contribui para a consolidação de latifúndios e tem impactos sem precedentes nas cidades. Concluímos que a questão agrária deve ser entendida atualmente a partir de duas concepções: o destino da produção e o da vida no campo. São elas que se refletem nos modelos de desenvolvimento do país.

> Para o MST, entretanto, a reforma agrária não é apenas uma questão de posse ou propriedade da terra, mas está indissoluvelmente ligada à valorização do meio ambiente e da biodiversidade, em oposição ao modelo tecnológico, à monocultura e à mercantilização das sementes (SHIVA, 2001, p.14).

Nessa busca pela formação e consciência de seus militantes, torna-se fundamental a construção de "um sujeito social com perspectiva de futuro", como sublinha Caldart (2000), pois as tensões entre o indivíduo e o coletivo, priorizadas por uma sociedade que preza o individual, dificultam o entendimento das lutas coletivas. Como dizem seus dirigentes: "A

[155]Juntamente com a luta pela terra, a luta contra o uso do agrotóxico ganhou força, devido ao seu impacto sobre a saúde humana, tanto dos trabalhadores rurais quanto das comunidades e dos consumidores.

reforma agrária é uma luta de todos", e não somente do Movimento Sem Terra. Nessa perspectiva de pensamento, a luta pela terra visa à construção de uma ação política para ampliar questões pertinentes à reforma agrária, como a utilização de mecanismos que assegurem a produção dos camponeses assentados. Sua forte expressão na sociedade contribui para difundir valores não capitalistas no meio rural, reforçando a ideia de que a terra deve ser usada para viver, e não para negociar. Segundo Medeiros (2003, s/p.), negando a mercantilização da terra, hoje, "agrupam-se formulações que reúnem desde argumentos ambientais até o direito à alimentação, o que significa que não é somente o acesso à terra, mas também à preservação das sementes, da água e dos demais recursos naturais" [156], pois muitas são as lutas. Esse modelo de desenvolvimento da agricultura que passa a preconizar um maior rendimento da exploração agrícola é o responsável por graves impactos sociais e ambientais.

> Uma reforma agrária progressiva só pode ser feita por um Estado forte, comprometido com os interesses populares. Isso permitiria ao governo brindar um amplo apoio aos assentados e outros pequenos agricultores através de programas de crédito, comercialização, educação, saúde, obras de infraestrutura e uma assistência técnica voltada para a promoção da agroecologia (CARTER; CARVALHO, 2010, pp.90-91).

Hoje, estamos vivendo a etapa do capitalismo que se internalizou e dominou toda a economia mundial sob a hegemonia do capital financeiro e das grandes corporações que atuam em nível nacional. As consequências mundiais são um total desastre, pois a população e os governos nacionais estão subordinados a esses interesses. Em nosso país, a situação tem uma presença muito mais marcante; nossa economia é muito grande e dependente do capital estrangeiro. No Brasil, o processo de concentração de riqueza é ainda maior, levando-se em consideração os interesses estrangeiros, que constantemente prevalecem em detrimento dos interesses em solucionar problemas internos. Para que a questão seja amenizada, precisaríamos de um novo desenvolvimento, que tivesse como objetivos a distribuição de renda, a soberania nacional e o rompimento com o domínio do capital estrangeiro sobre a nossa agricultura e natureza. O enquadramento da economia brasileira nos postulados neoliberais, a globalização de nossa agricultura e a tímida atuação no campo das políticas fundiárias das últimas décadas agravaram a miséria da população rural e a concentração de terras brasileiras.

> Para compreender realmente a agricultura subdesenvolvida, devemos compreender o subdesenvolvimento. Para isso, devemos pesquisar o desenvolvimento desse subdesenvolvimento. [...], porque o subdesenvolvimento, diferentemente do não desenvolvimento, não antecedeu o desenvolvimento econômico nem surgiu espontânea ou repentinamente. Desenvolveu-se paralelamente ao desenvolvimento

[156] Ver: <http://www.comciencia.br>. (Acesso em: jun.2011.) O texto sumariza conclusões do livro *Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil*, editado pela UFRRJ, em 2003.

> econômico e, assim, continua acontecendo. É parte integrante do indivisível processo evolutivo pelo qual passou este planeta nos últimos cinco séculos ou mais (FRANK, 2005b, p.60).

O debate acerca da questão agrária brasileira passa fundamentalmente por dois pontos-chave: o primeiro diz respeito à estrutura fundiária e o outro se refere à mudança no modo de produzir da agricultura. Esse cenário se agravou, a partir da segunda metade do século XX, com a adoção da modernização da agricultura no país. A importância de discutir a situação agrária brasileira é crucial, para que possamos entender os problemas socioeconômicos e territoriais do campo. O fator preponderante para essa análise passa pelo entendimento da dinâmica da estrutura fundiária, pois o fator que deve estar "em primeiro lugar é a relação de causa e efeito entre a miséria da população rural brasileira e o tipo de estrutura agrária existente, cujo traço essencial consiste na acentuada concentração da propriedade fundiária em nosso país", segundo Prado Jr. (1981, p.18). A concentração de terra é uma agravante das condições sociais no Brasil, visto que essa concentração excluiu uma maioria de agricultores. Essa discriminação social, que exclui cada vez mais, tem fundamentos econômicos, ideológicos e, inclusive, religiosos que atravessam séculos e ainda estão presentes na vida dos brasileiros.

> A monopolização da terra e de outros recursos acarreta necessariamente a exploração dos recursos não monopolizados – ou seja, o trabalho – e a subutilização de todos os recursos. Por exemplo, um dos principais objetivos do latifúndio não é usar a terra, mas impedir que outros a utilizem (PRADO JR, 1981, p.81).

Como já registrado, a desigualdade na distribuição de terras no Brasil é um dos elementos da disparidade socioeconômica, e a ausência da correção desse problema, aliada a um modelo moderno de produção agropecuária, favorece a crescente exclusão social. A agropecuária brasileira nada tem de homogênea, no que diz respeito à posse e à divisão; muito pelo contrário, encontra-se profundamente diferenciada e classificada em setores largamente apartados, que são uma pequena minoria de grandes proprietários e uma grande maioria da população vivendo em péssimas condições, ou seja, um considerável desnível entre dois setores essenciais da agropecuária brasileira – grandes proprietários e fazendeiros; trabalhadores sem terra ou com insuficiente quantidade de terra para trabalhar. O agronegócio[157] se territorializa com rapidez e, na mesma proporção, desterritorializa a agricultura camponesa. O empobrecimento dos pequenos agricultores e o desemprego

[157]Termo criado para expressar as relações econômicas (mercantis, financeiras e tecnológicas) entre o setor agropecuário e aqueles situados na esfera industrial [...], comercial e de serviços. (Ver CALDART et al. *Dicionário de educação do campo*, 2012, p.79). O agronegócio, na acepção brasileira do termo, é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária, cuja lógica tem como base a exportação principal da soja, da cana-de-açúcar e do eucalipto, considerados mercadorias, e não alimentos.

estrutural acentuam as desigualdades. Nos dias atuais, as condições ligadas à estratégia do agronegócio na agricultura brasileira são, "simultaneamente, matriz da moderna questão agrária e representam um obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas da agricultura familiar e dos assentamentos de reforma agrária" (DELGADO, 2010, p.98). Esse modelo dirigido por corporações que contam com o apoio dos governos nacionais e instituições internacionais tem a agricultura como fonte de lucros.

3.1 **A nova realidade no campo**

As transformações na agricultura brasileira vêm sendo discutidas por diversos autores, no que se refere à utilização de novas técnicas e ao aumento da divisão social do trabalho. Para analisarmos o assunto, é preciso entender que o espaço agrário no Brasil começou a se modificar a partir do ano de 1850, com o fim do Tráfico de Escravos, e, em 1888, com a Abolição da Escravatura. Foram esses dois fatores que determinaram uma mudança nas relações de trabalho, além da inserção de bases industriais no processo de produção agropecuária, culminando, cem anos depois, com o fim do Complexo Rural. No Brasil, houve três padrões agrários principais, "entre 1870 e 1930[158], com predomínio do padrão latifúndio-minifúndio, daí até 1960, com base no surgimento de conexões mais acentuadas entre agricultura e agroindústria. E, entre 1960 e 1980, passando a predominar o padrão agrário moderno, chamado de "industrializado". As transformações ocorridas no campo brasileiro, a partir de 1960[159], com a modernização tecnológica da agricultura, influenciaram decisivamente as questões relativas à estrutura agrária até os dias atuais e agravaram as disparidades regionais.

> No processo de conversão do capital agrícola, comercial e bancário em capital industrial, essa doutrina constituiu uma visão perspectiva da civilização industrial. Exprime alguns conteúdos sociais e políticos dessa metamorfose, desse processo civilizatório. Principalmente, exprime a conversão do poder econômico da burguesia industrial em poder político, em que a hierarquia das classes sociais se reordena em uma nova configuração. O Estado patrimonial se converge em Estado burguês. Nessa concepção, desenvolvimento significa industrialização. [...], afirma-se que é geral [desenvolvimento econômico, social, cultural etc.], o que é, em primeiro lugar,

[158]Na década de 1930, o poder da Nação estava localmente dividido entre coronéis, o que possibilitou o controle total das terras pelas oligarquias rurais. Iniciava-se, nesse momento, a transferência maciça das propriedades fundiárias para os grandes fazendeiros.

[159]Conforme a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – Cepal (órgão da ONU, responsável pelo desenvolvimento econômico e social da América Latina), era preciso modernizar o setor e elevar o padrão de vida das populações rurais, de forma que elas pudessem também constituir um mercado consumidor. Esse mercado seria destinado às indústrias emergentes, com a eliminação do arcaico do meio rural para desempenhar o papel da agricultura, promovendo matéria-prima para a indústria nacional e alimentando a crescente população urbana no Brasil.

> particular [a supremacia da produção industrial]. É a ideologia da nova classe dirigente, na fase de ascensão ao poder (IANNI, 2004, p.98).

A partir de 1955, o projeto desenvolvimentista do governo deu início a uma nova fase da economia brasileira, voltada para a produção de bens de consumo duráveis. O crescimento da produção industrial foi acelerado, mas o desempenho das atividades agrícolas permaneceu enfraquecido. Após 1960, muitas foram as turbulências que levaram o país a uma crise socioeconômica e política. Nesse período, destacam-se as propostas do então presidente João Goulart – deposto em 31 de março de 1964 pelo golpe militar –, que visavam promover melhor distribuição de renda e eliminar injustiças sociais. A criação do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504), em novembro de 1964, em pleno Regime Militar, que estabeleceu uma nova ordem econômica, vinculada ao capital oligopolista internacional, consolidando o processo de modernização conservadora, manteve a grande propriedade e obstaculizou o processo de transformação fundiária e da reforma agrária. Na realidade, só existiu no papel. Historicamente, no latifúndio[160], a terra foi sempre considerada "reserva de capital". Assim, não havia a preocupação de tornar o latifúndio produtivo, mas tomá-lo dentro de uma visão empresarial.

Cabe ainda esclarecer que, a partir do descobrimento (1500) até 1822, as terras brasileiras eram controladas pela Coroa Portuguesa, que repassava o direito de uso de acordo com a conveniência e o interesse. Essa distribuição produziu, nesse período, terras devolutas[161]. Com a Independência, a demarcação dos imóveis ocorreu através da lei do mais forte, gerando uma grande violência e concentração de terras para poucos proprietários, problema esse prolongado até os dias atuais, com o constante crescimento do número de assassinatos no campo. Nesse período, ocorreu no Brasil a posse livre das terras devolutas, uma vez que não havia leis que regulamentassem o direito de uso, porém a liberdade para obter as terras não favoreceu o surgimento de pequenas e médias propriedades rurais. Em 1850, o governo criou a Lei de Terras[162], instituindo a propriedade privada no Brasil e com ela o mercado de terras, "uma vez que passa a ser acessível apenas por meio da compra" (ALENTEJANO, 2012, p.740). Essa lei, que significou o casamento do capital com a

[160]Latifúndio é a grande propriedade improdutiva, baseada nas relações "feudais" de produção, dominada pela oligarquia rural. Hoje, a empresa rural capitalista representa a agricultura profissionalizada, diferentemente do latifúndio, mas há uma semelhança básica entre os dois termos: ambos significam a grande propriedade, que permanece ainda dominando o campo, agora sob nova dinâmica: o agronegócio.

[161]Corresponde às terras que a Coroa cedeu às pessoas, mas não foram cultivadas e, assim, foram devolvidas. Hoje a expressão não é mais usada, sendo denominadas "terras inexploradas".

[162]O regime das Terras Devolutas (1822) foi substituído, em 1850, pela Lei de Terras, a primeira legislação agrária no Brasil. Ela dispõe sobre as terras devolutas do Império e sobre as que são possuídas por título de sesmarias, sem preenchimento de condições legais.

propriedade da terra, garantiu que as terras devolutas se tornassem propriedade do Estado, podendo ser negociadas por leilões, mas somente os grandes latifundiários tinham condições de adquiri-las.

> A Resolução de 17 de julho de 1822, extinguindo o regime de sesmarias no Brasil, foi o reconhecimento de uma situação insuportável, cujas consequências poderiam de tal modo agravar-se a ponto de constituírem uma ameaça à propriedade latifundiária. Referimo-nos a um acontecimento da maior significação para a história do monopólio da terra do Brasil: a ocupação, em escala cada vez maior, das terras não cultivadas, ou devolutas, por grandes contingentes da população rural (GUIMARÃES, 2005a, p.77).

A Lei de Terras, que garantia a venda de lotes, também relatava que os recursos derivados desses leilões serviriam para custear a vinda de novos imigrantes para trabalhar no Brasil, pois o governo tratou de criar as bases para a substituição de mão de obra escrava. Muitos vinham com a promessa de adquirir terras, mas isso não acorria. A partir desse momento, a terra deixou de ser utilizada para o cultivo e passou a ser moeda de troca, podendo ser patrimônio particular, tornando-se símbolo de poder e das desigualdades fundiárias no Brasil. Daí Martins afirmar (1995, p.81) que "a história política do campesinato brasileiro não pode ser recontada separadamente da história das lutas pela tutela política do campesinato". Em 1930, a agricultura assume funções determinadas, com o objetivo de servir de base ao processo de industrialização, quais sejam: abastecer a população, financiar as importações, baratear o preço da produção industrial nascente, gerar empregos e ocupar o território nacional. Afirma-se, no entanto, que o processo político que vai de 1930 a 1945[163], caracterizado pela transição de uma sociedade predominantemente agroexportadora para uma sociedade urbano-industrial, ocorre sem que se modifique a estrutura fundiária do país.

> Os latifundiários, como atesta nossa História, muito frequentemente se têm servido da violência contra a massa camponesa para impor seu curso – o curso reformista – às transformações burguesas. A evolução do latifúndio burguês, principalmente na agricultura cafeeira, foi em muitos casos realizada violentamente, sendo que a iniciativa da violência coube à classe opressora, os latifundiários (GUIMARÃES, 2005a, p.99).

Sob a ditadura militar (1964-1984), surgiu o Estatuto da Terra[164], o primeiro documento de reforma agrária, segundo o qual o acesso à terra para quem nela trabalhava era um direito do trabalhador rural e promover isso seria obrigação do Estado. Mais uma vez, a

[163]Período marcado pelo fenômeno do coronelismo, que envolvia um complexo de características da política municipal, sobretudo o compromisso da troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras.
[164]O presidente João Goulart, deposto em 1964, prometeu, em seu comício histórico da Central do Brasil, enviar proposta de reforma agrária ao Congresso Nacional. O projeto foi apresentado, mas não chegou a ser analisado em razão do golpe de 1964, que fechou as instituições democráticas.

legislação não funcionou. Somente em 1988, quando a Constituição reafirmou a função social da terra e passou a prever sua expropriação e a realizar a reforma agrária em fazendas, que já utilizavam mão de obra escrava. No entanto, a nova Carta não diminuiu o terrível fosso que separa o sem-terra. Pelo contrário, aprofundou as desigualdades, impedindo definitivamente que a questão agrária brasileira fosse resolvida por via pacífica ao manter o "malfadado" inciso que isenta a desapropriação da chamada propriedade produtiva (COLETTI, 2005). Assim, as injustiças no mundo rural se refletem no aumento dos conflitos sociais e na violência do campo. A reforma implantada pelo governo militar está baseada na distinção das propriedades não apenas pelo tamanho, como fazia o governo deposto em 1964, que dirigia seus ataques ao que, então, se chamava de "latifúndio improdutivo" (MARTINS, 1995, p.95). A lei funcionou como "uma espécie de 'faz de conta'", pois, como nos relata Morissawa (2001, p.99), "resolveu apenas momentaneamente os problemas do campo".

> No período posterior à Constituição de 1988, houve avanços de direitos sociais, incluindo direitos agrários, que afirmam compromissos com a igualdade. Mas, concomitantemente aos avanços no campo jurídico-institucional, houve constrangimentos no campo econômico. A resultante líquida desse jogo de forças mantém a desigualdade praticamente inalterada (DELGADO, 2010, p.99).

É importante deixar claro o verdadeiro sentido da reforma agrária na atual Constituição Brasileira. Ela deu um tratamento diferenciado à questão em relação às outras Constituições, uma vez que a reforma agrária passou a ser parte do Título VII da Ordem Econômica e Financeira (artigos nº 184 e 186), constituindo um capítulo próprio, mas inviabilizando a reforma, pois, mais uma vez, saiu vitoriosa a autocracia rural[165]. Desde então, a questão agrária vem-se avolumando como um dos mais graves problemas nacionais, principalmente em decorrência do processo de globalização da economia, bem como dos pressupostos neoliberais pelo Estado brasileiro, quando se passa a dar sustentação à acumulação do capital, deixando a agricultura de maneira livre, de acordo com as leis do capital. A luta pela reforma agrária no Brasil oferece vislumbres de um caminho alternativo para a redução de desigualdades sociais duradouras. Esse caminho seria uma *democracia radical*[166], calcada no "ambiente institucional possibilitador" (O'Donnell, 2004[167]) da democracia política, mas esse marco sozinho não seria suficiente.

[165]Nos debates com a bancada ruralista, à época, prevaleceu o inciso que isenta a desapropriação da "propriedade produtiva", que hoje favorece as chamadas "propriedades empresas capitalistas".
[166]Expressão aqui entendida como uma forma de governo constituída por organizações populares autônomas, com mobilização e participação no desenvolvimento local e nacional.
[167](*Desenvolvimento humano, direitos humanos e democracia,* publicado pela Notre Dame Press, 2004, *apud* CARTER, 2010).

O MST ganhou ampla visibilidade nacional em meados da década de 1990, tendo em vista o aumento substancial da mobilização por terras, após a cobertura da mídia de acontecimentos dramáticos no meio rural[168]. Muitas vezes, os atos de desobediência civil exprimem elementos constitutivos de uma ordem legal alternativa, pois geralmente envolvem disputas sobre a aplicação e a interpretação de leis. Sabemos que a Constituição de 1988 assegura a reforma agrária e qualifica os direitos de propriedade pela sua função social[169], entretanto, há uma insistência em aplicar a abordagem absolutista do Código Civil para os direitos de propriedade e, dessa forma, criminalizar o MST. Há uma lei para os ricos e outra para os pobres, por isso as ações ativas do movimento são frequentemente planejadas de conformidade com os assuntos legais, procurando contribuir para as decisões judiciárias e debates sobre a natureza das leis. "No entanto, dados esses preconceitos de classe no sistema judiciário brasileiro, não é de surpreender que o relacionamento do MST com a lei seja difícil" (MÉSZAROS, 2010, p.439). Embora o Movimento demorasse vários anos para superar o conservadorismo legal, algum tempo mais tarde conseguiu perceber, passando aos poucos de concepções defensivas da lei a concepções mais ofensivas – isto é, proativas.

> Um inventário de como a grande imprensa brasileira e grande parte do pensamento político, jurídico e intelectual do Brasil tratam o MST, ao longo de suas quase três décadas de existência, mostra-nos um articulado movimento de demonização e de criminalização. Dois fatos recentes mostram o crescimento de uma investida sem precedentes, agora dentro dos aparelhos do Estado. Em 24/6/2008, numa audiência pública, foi revelado o teor da ata do Ministério Público do Rio Grande do Sul de 10/12/2007, na qual se acusa o MST de estar promovendo a guerrilha e com apoio externo. Agora, em outubro de 2009, com o apoio massivo da bancada ruralista e dos representantes dos detentores do capital no Brasil, instaurou-se a Comissão Parlamentar de Inquérito no Congresso Nacional (FRIGOTTO, 2010, s/p.).

A maior vitória do MST, segundo o próprio Zander Navarro[170], "não foi manter, ao longo desses anos, a ideia de reforma agrária na agenda política nacional, mas desmantelar a antiga correlação de forças vigente nas áreas rurais, sintetizada no poder incontestável dos grandes proprietários de terra". E o mais fundamental – nos diz Carter (2010) – "é que ele insere a luta camponesa num projeto amplo de transformação econômica, social e política do país e numa disputa a respeito do modelo de civilização vigente, que está levando os recursos do nosso planeta a um esgotamento sem retorno". É importante ressaltar que, em meados de

[168]Nesse período, ocorreu uma série de ocupações de terras no Pontal do Paranapanema, em São Paulo, e os dois maiores massacres de camponeses sem-terra, cuja repercussão estimulou o interesse e a simpatia da sociedade pelo Movimento dos Sem-Terra: Corumbiara e Eldorado dos Carajás.

[169]Há no Brasil um anacronismo das leis e normas pelo qual são admitidas permissividades descabidas, a exemplo das possibilidades concretas do acesso sem limites à propriedade fundiária.

[170]Versão do artigo Os tempos difíceis do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), publicado na revista *Redes*, da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), em maio de 2010 (V.15, nº 1). Acesso em: jun.2011.

1980, logo após a sua criação, o MST e mais a UDR[171], entidade de direita que representava os proprietários rurais, contraposta com vantagem à força representada pelo MST e pela Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura[172], tiveram papel destacado na politização da luta pela terra no Brasil (COLETTI, 2005), seja porque as várias instâncias do aparelho do Estado reconheceram a existência de uma questão agrária não resolvida, seja porque tanto a UDR quanto o MST apresentavam-se como forças políticas e sociais de forte expressão no cenário político nacional.

A luta do Movimento se desenvolveu no período do governo Fernando Henrique Cardoso, como resultado de vários fatores, sendo um deles o seu caráter mais democrático se comparado ao governo Collor, que reprimiu os movimentos sociais[173]. Entretanto, já no segundo governo de FHC, houve um relançamento do agronegócio, além de o governo ter encerrado a política de crédito especial para a reforma agrária e usado ações mais repressivas com relação à luta pela terra. Somam-se a isso os efeitos sociais das políticas neoliberais adotadas pelo governo, que provocaram, até a falência de milhares de produtores agrícolas e o aumento do desemprego rural e urbano[174]. A partir dessa época, as ocupações de terra, de acampamentos e de assentamentos rurais representaram um indicativo da capacidade de ofensiva política do Movimento. Com a eleição de Lula, o MST acreditava que a reforma agrária saísse do papel, mas, apesar de o governo petista ter superado o de FHC em número de famílias assentadas por ano (FERNANDES, 2010, pp.191-192), "uma parte das famílias foi acomodada em assentamentos já existentes ou implantados em terras públicas"[175]. Ainda de acordo com Fernandes (idem, p.179), "o agronegócio brasileiro expropriou os camponeses das regiões onde a agricultura é mais desenvolvida e o governo procurou enviá-los para onde ela só começou a se desenvolver nas últimas décadas, como é o caso da Amazônia".

> A conjuntura internacional de abundância de capital transitando pelas economias emergentes, como a brasileira, leva o governo a adotar, a partir do Plano de Estabilização Monetária [Plano Real], uma política neoliberal em matéria de atração de capital externo. Em consequência, abandona-se a política de geração de saldos comerciais, visto que aparentemente desaparecera a restrição que levara o governo,

[171]Foi durante as discussões sobre a questão agrária na Assembleia Constituinte que as entidades representantes dos proprietários rurais, com destaque especial para a UDR, mostraram a sua face política.
[172]Fundada em 1964, é uma entidade brasileira que representa os trabalhadores rurais, através das federações estaduais, nas quais reúnem os sindicatos dos trabalhadores rurais municipais. Sofreu intervenção da ditadura e teve vários de seus líderes presos e exilados, naquele período.
[173]Esse caráter refere-se apenas ao primeiro mandato de 1995-1998. Durante o segundo mandato de FHC, o MST foi reprimido de forma a acuá-lo politicamente.
[174]A partir de 1995, observam-se as dificuldades da pequena produção familiar no contexto de vigência de ajuste neoliberal do governo Fernando Henrique Cardoso.
[175]São terras destinadas para assentamentos, reservas indígenas, reservas ambientais, áreas militares e unidades de conservação.

> no período militar, à estratégia descrita [...]. Nessa conjuntura, a liquidez externa é abundante, o que influencia a tendência ao endividamento (DELGADO, 2010, pp.91-92).

O governo Lula[176], apesar de omissões com relação às legislações vigentes no Brasil e de ter favorecido a aliança entre o grande capital e a grande propriedade fundiária, em outros aspectos foi menos conservador que seus antecessores. Assim, segundo o dirigente nacional do MST, João Pedro Stédile, em uma entrevista durante o período eleitoral em 2010, no Brasil, "nunca tivemos reforma agrária, porque a burguesia brasileira não quis democratizar a propriedade da terra". E explica que a grande propriedade do agronegócio só consegue produzir com veneno e só uma reforma agrária popular ajudaria a resolver o problema da moradia e do inchaço das cidades. Segundo ele, o modelo de produção agrícola precisa ser reorganizado, com agricultura mais diversificada e melhoria das condições de vida da população do campo, "eliminando-se o latifúndio, adotando-se técnicas de agroecologia, respeitosas ao meio ambiente, produzindo-se alimentos sadios ao mercado interno". Combater a miséria em nosso país exigirá um *acerto de contas* com a estrutura fundiária, alicerçada no poder econômico e político dos latifúndios, na pobreza da população do campo, nos assassinatos de trabalhadores rurais e nos crimes ambientais. A socialização da terra é pressuposto fundamental para o restabelecimento das relações de ordem social, política, cultural e econômica.

A mudança de eixo da reforma agrária teve como um dos fatores principais o agronegócio, consolidando-se no principal obstáculo à reforma agrária e à agricultura camponesa, e não mais o latifúndio improdutivo e o proprietário de terras. Há um movimento conservador para garantir que o Brasil se torne o principal produtor de matérias-primas exportáveis pelo agronegócio. O país adotou um modelo de crescimento econômico centrado no incentivo ao latifúndio e no total descaso à agricultura camponesa[177]. Hoje, plantações de eucalipto, cana-de-açúcar e soja ocupam diversos espaços, além da ligação direta dessas plantações com a exploração de madeira na Amazônia e da transformação da floresta em pasto para a pecuária expulsa do Centro-Oeste e do Sudeste pelo chamado *agrobusiness*. Para Guilherme Costa Delgado, professor de Economia e pesquisador, "o Brasil precisa distribuir terras para diminuir a dependência de sua balança comercial do setor primário", e isso é

[176]No governo Lula, houve apoio financeiro e logístico para a consolidação dos acampamentos e a promoção de programas de educação e de desenvolvimento rural no meio camponês (CARTER, 2010).

[177]Hoje, comprovadamente, através de estudos realizados por pesquisadores em diversas regiões do Brasil, a agricultura camponesa mostra que tem importância fundamental na cesta básica do povo brasileiro e, apesar do acesso precário a políticas públicas, o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar é uma conquista, mesmo sem alcançar a todas as famílias que necessitam de crédito.

urgente. Na atualidade, o maior desafio para implantação da reforma agrária passou a ser o agronegócio.

Cabe ao MST, hoje, organizar-se e lutar por uma reforma agrária popular[178], dizem seus dirigentes. De acordo com a política do Movimento, o desafio não é pensar a terra apenas como meio de produção, mas como um lugar de vida, reforçando a relevância da questão do autoconsumo e da soberania alimentar. O importante é a defesa de políticas que priorizem a produção de alimentos sadios, sem agrotóxicos. Uma combinação, diz um dos seus principais líderes, de distribuição de terras com agroindústrias nos assentamentos na forma de cooperativas, voltadas ao mercado interno e implantando uma nova matriz tecnológica baseada nas técnicas agrícolas de agroecologia. O modelo do capital do agronegócio é inviável, econômica e ambientalmente e do ponto de vista da saúde pública. O latifúndio mantém a lógica de produção em grandes extensões de terra, por isso concentra cada vez mais e leva as péssimas condições de trabalho e devastação dos recursos naturais. Em entrevista à *Carta Capital* (edição de 3 de agosto de 2011), Stédile respondendo a um questionamento sobre um processo de reforma agrária no Brasil, no sentido de distribuição de terras, reforça que

> um programa de reforma agrária verdadeiro é quando as políticas de desapropriação conseguem impedir a concentração. O Censo de 2006 revelou que a concentração é muito maior agora do que em 1920, quando recém havíamos saído da escravidão. O que existiu no Brasil nas últimas décadas foi a conjugação de duas políticas públicas: a colonização de terras públicas na Amazônia, e isso não altera a estrutura da propriedade, e a política de assentamentos rurais, para resolver conflitos sociais e políticos, quando há muita pressão dos trabalhadores. No Brasil, está havendo uma desnacionalização da propriedade da terra, acelerada ainda mais pela crise do capitalismo financeiro, que fez com que os capitais especulativos corressem para investir em patrimônio da natureza no Brasil e se protegessem da crise. Estima-se que os capitais estrangeiros controlam mais de 30 milhões de hectares, para produzir cana-de-açúcar, gado e soja. Só no setor sucroalcooleiro, controlam 33% de toda a terra e usinas.

Com o processo capitalista, a agricultura se modernizou e transformou o campo, promovendo a sua integração com a indústria, o que deixou o campesinato inteiramente à mercê do mercado. Esse processo trouxe consequências perversas para os pequenos agricultores, pequenos proprietários rurais, camponeses, agricultores familiares ou qualquer outra terminologia que expresse uma categoria com menor posse de terra e renda. A desigualdade na distribuição de terras no Brasil é um elemento de disparidades socioeconômicas, e a ausência da correção do problema, aliada a um modelo moderno de produção agropecuária, tem favorecido, cada vez mais, a exclusão social. Uma das questões

[178]O Movimento acredita não bastar mais dividir e ocupar a terra. É necessário um modelo de produção para combinar "reforma agrária popular" com pequenas agroindústrias, com técnicas agrícolas diferenciadas.

da tão proclamada modernização da agricultura é que ela criou um problema a mais em termos sociais, pois, quando expulsa os agricultores do campo para a cidade, marginaliza-os. O esvaziamento do campo e o consequente inchaço das cidades transformaram a crise agrária em crise urbana. Tal situação contribuiu ainda mais para a concentração e a desnacionalização da propriedade da terra.

Desse entendimento, decorre considerarmos fundamental a busca pela compreensão das relações de classe, presentes no desenvolvimento do chamado agronegócio como modelo de agricultura hegemônica, representativa das aspirações de frações de classes dominantes locais subordinadas às estrangeiras, mas com forte poder de dominação e articulação com os demais agentes econômicos privilegiados. O desenvolvimento desse modelo, inserido no contexto de uma economia capitalista dependente, como no caso brasileiro, contribui para o que estamos assumindo como uma das determinações fundantes do alargamento da falha no metabolismo sociedade-natureza[179] e que inviabilizam qualquer tentativa de sustentabilidade dentro da ordem capitalista. Mesmo depois da crise do capitalismo internacional, grandes corporações, financiadas pelo capital financeiro, passaram a avançar sobre a agricultura brasileira: terras, água e sementes, produção e industrialização de alimentos e a comercialização de agrotóxicos, hidrelétricas, fontes de energia e minérios, além da produção de *commodities*[180]. Dessa forma, percebe-se uma forte entrada de capitais estrangeiros – financeiro e fictício – apropriando-se de bens da natureza.

> Agora a disputa não é mais entre os pobres sem-terra e os latifundiários. Agora é uma disputa de modelo de produção e uso de bens da natureza. De um lado, temos o agronegócio, que é a aliança entre os grandes proprietários, o capital financeiro, que os financia, e as empresas transnacionais que controlam a produção de insumos, sementes, o mercado nacional e internacional e as empresas de mídia. E, de outro, os sem-terra, os camponeses com pouca terra e a agricultura familiar em geral. E nesse marco de disputa, nosso inimigo principal são os bancos e as empresas transnacionais (STÉDILE, 2010).[181]

A reforma agrária é uma solução não apenas para os problemas do meio rural, mas também de toda a sociedade brasileira. No entanto a lentidão do Estado na implantação de assentamentos e a falta de assistência às comunidades assentadas têm obrigado o MST a desencadear diversas iniciativas para que o governo federal cumpra com o apoio previsto. Com o passar do tempo, houve uma demanda maior e uma exigência premente para a

[179]Associação entre transformação social, relação humana e natureza.
[180]*Commodities* são mercadorias, principalmente minérios e gêneros agrícolas, produzidas em larga escala e comercializadas em nível mundial. As *commodities* são negociadas em bolsas de mercadorias, com preços definidos, em nível global, pelo mercado internacional.
[181]Entrevista concedida ao jornal *Brasil de Fato*, no mês de agosto de 2010, em que apresenta sua análise do atual cenário eleitoral e aponta os interesses em disputa no Brasil atual.

execução de direitos dos assentados, o que fez o Movimento buscar a constituição de distintos setores e coletivos temáticos dentro do MST e à criação de diversas cooperativas, centros educativos, veículos de comunicação e grupos artísticos. "O resultado desse processo desembocou numa organização complexa, articulada em rede, com instâncias de representação de níveis nacional, regional e local" (CARTER; CARVALHO, 2010, p.303).

No Brasil, o modo de organização da agricultura capitalista, em sua forma conhecida como agronegócio, é parte do modelo capitalista dependente, já que comporta elementos arcaicos e modernos que engendram esse modelo apoiado necessariamente nas burguesias, locais e externas, que operam a exploração e a dominação. Tendo seus alicerces firmados na história colonial, hoje, na primeira década do século XXI, o Brasil ainda não conseguiu solucionar sua questão agrária: famílias ainda vivem sem terra para plantar, pois os programas de assentamento implantados pelos governos, passados e atuais, não foram suficientes para modificar a estrutura fundiária. A simples concessão de lotes de terras, sem crédito agrícola como suporte aos pequenos agricultores, não é a solução para o problema agrário no Brasil.

Da excludente Lei das Terras à subsequente institucionalização do trabalho livre, passando pelos distintos ciclos econômicos – café, cacau, borracha e cana –, as formas de apropriação da natureza e do trabalho humano, presentes no modelo de agricultura capitalista brasileiro, organizam-se de acordo com as necessidades que o capital tenha para reconfigurar as articulações entre as forças que o movem. E o agronegócio é o novo conceito aglutinador dessas forças no campo, como nele estão os latifúndios, os bancos nacionais e estrangeiros, que, a partir da liberação financeira neoliberal, promoveram um grande fluxo de capital especulativo; além da indústria de insumos e de subprodutos da agropecuária e dos monopólios midiáticos de sua sustentação ideológica, que não se cansam de repetir os benefícios do agronegócio. Essa repetição é um dos meios mais eficazes para agir sobre a mente humana.

> As ocupações de terra ferem profundamente a lógica de dominação do agronegócio e, por essa razão, seus protetores têm investido fortemente na criminalização da luta pela terra, pressionando o Estado para impedir a extensão da luta popular. A mercantilização da reforma agrária visa controlar o território disponível à agropecuária e limitar as formas de acesso à terra. Na lógica do grande capital, o que realmente interessa é que a forma de acesso à terra seja por meio das relações de mercado, ou seja, pela compra e venda. A terra na ótica do agronegócio deve estar disponível para servir ao seu interesse de maximizar o lucro (FERNANDES, 2010, p.188).

Essa aglutinação se dá porque os vínculos com as economias centrais, ou com os agentes econômicos privilegiados dessas economias, variaram na transição de um estado colonial para neocolonial e deste para o de uma economia capitalista dependente. A desarticulação no centro do conceito de modelo autocrático burguês de desenvolvimento capitalista indica que esse desenvolvimento se apropria dos elementos arcaicos, mantendo o passado vivo no presente, acorrentando a expansão do capitalismo a um "privatismo grosseiro", rigidamente particularista. "A burguesia correspondente não universaliza a igualdade, mas se estabelece entre os privilegiados; segrega os tempos da modernidade social, econômica e política, privatizando o poder político" (FERNANDES, 2006, p.168) – conjuga o antigo com o arcaico, que se repõe incessantemente de forma dramática. O projeto capitalista em curso no Brasil, representado no campo pelo agronegócio, tem como objetivo a acumulação de capital no setor primário, servindo aos interesses do capital estrangeiro por meio das transnacionais. Ele produz desigualdades nas relações fundiárias e sociais no meio rural, aprofunda a dependência externa e realiza uma exploração ultrapredatória da natureza.

Como já dissemos, o capitalismo é o sistema de produção que tem como objetivo maximizar o lucro para alcançar o que deseja; esse sistema adota como premissa básica a separação do homem dos meios de produção. No caso específico da agricultura, o desenvolvimento capitalista apresenta uma peculiaridade em relação à indústria, pois o principal meio de produção da agricultura – a terra – não pode se produzir ou reproduzir ao livre-arbítrio humano, como as máquinas e os equipamentos. Dessa forma, a propriedade fundiária constitui o elemento fundamental que separa os trabalhadores dos meios de produção na agricultura, abrindo espaço para a acumulação capitalista e para a formação da questão agrária. Tomando como exemplo o caso brasileiro, os problemas agrários vão surgindo e se agravando à medida que a ocupação penetra no campo, dando à propriedade territorial uma importância relevante na formação da economia e da sociedade.

> Toda a nossa história é marcada pelas lutas dos que aspiravam à posse da terra, opondo-se ao latifúndio monopolizador e opressor e aos seus sistemas. Os aborígines lutavam em defesa de suas terras ao resistirem à escravização. As próprias lutas dos escravos insubmissos contiveram traços e aspirações quanto à posse da terra. Os ocupantes, ou posseiros arrendatários ou parceiros, colonos e semiassalariados, visavam conquistar uma base para sua existência e essa base era a terra (VINHAS, 2005a, p.164).

O aparelho ideológico criado pelos empresários do agronegócio tem sustentado numerosos subterfúgios para obter o apoio popular para sua expansão. O agronegócio tem servido à acumulação de renda e à manutenção da pobreza, pois a permanência da massa pobre proporciona a esse setor da economia a manutenção das suas taxas de acumulação. A

questão agrária, sob a abordagem territorial, necessita ser concebida em sua complexidade como processo contínuo de ação das forças estimuladoras das ordenações territoriais e territorialidades. Daí a preocupação em se estabelecer um projeto alternativo que desconstrua o desenvolvimento apoiado pelo discurso hegemônico, que vem promovendo a desterritorialização e a monopolização do território camponês pelo capital e aumentando as mazelas da população. O entendimento sobre os territórios nos mostra que eles são mais do que espaços físicos, são também espaços sociais e culturais onde se manifestam as relações e as ideias transformando em território até mesmo as palavras. A conflitualidade existente está relacionada, principalmente, com propriedade da terra, renda da terra, reprodução capitalista do capital e, em consequência, a concentração da estrutura fundiária e processos de expropriação do povo camponês.

A mercantilização da reforma agrária não foi o único elemento de mudança de eixo da questão agrária. As políticas neoliberais demarcadas pela globalização expandiram as potencialidades da agricultura capitalista, dando-lhe uma denominação: agronegócio. A produção primária para exportação aumentou com a abertura de mercados, intensificando a territorialização do capital, expropriando o campesinato, expandindo o desemprego e produzindo riquezas, misérias e conflitualidade. Hoje, a produção brasileira baseia-se em *commodities* e na incorporação de terras e de tecnologia, que servem justamente para especulação nas bolsas e para enriquecer as empresas do agronegócio. Assim, sua melhor qualidade, espalhada aos quatro cantos, não ocorreu – ser a ferramenta de promoção para a erradicação da fome e da miséria no meio rural.

> O processo de construção da imagem do agronegócio oculta seu caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando aumento da produção da riqueza e das novas tecnologias. Todavia a questão estrutural permanece (FERNANDES, 2009, p.38).

O agronegócio tem como característica a monocultura, que fragiliza a biodiversidade, colaborando com o aumento de pragas, devido à homogeneização dos ecossistemas e, sobretudo, colocando em risco a segurança alimentar, uma vez que se produz para exportar, estimulando produções que nem sequer se destinam à alimentação. Também pelo uso desordenado de agrotóxicos, que destrói a biodiversidade, por necessitar muito mais de insumos externos, como adubos, para que a produção possa ocorrer. Por fim, a relação do agronegócio com a violência no campo, levando a assassinatos de lideranças de movimentos sociais camponeses, o que confirma a barbárie do agronegócio e sua natureza moderno-colonial. Dessa forma, entendemos o desastre que a combinação de latifúndio, exploração de

mão de obra, monocultura, agrotóxicos, transgênicos e produção de *commodities* pode ocasionar. O projeto capitalista em curso no Brasil, representado no campo pelo agronegócio, tem como objetivo a acumulação de capital no setor primário, pois há, por um lado, tendência a controlar as áreas cada vez mais extensas do país, e, por outro, a concentração de empresas com controle internacional (MEDEIROS, 2010). Ele produz desigualdades nas relações fundiárias e sociais no meio rural, aprofunda a dependência externa e realiza uma exploração ultrapredatória da natureza. O encantamento do agronegócio cada vez mais mascara a realidade.

Pode-se afirmar que a questão agrária brasileira é fruto de um processo histórico, que vem surgindo e se aprofundando à medida que ocorre a penetração do modo de produção capitalista no campo. Com o objetivo de afastar o trabalhador rural do seu principal meio de produção, o Estado brasileiro encarregou-se, ao longo da História, de criar as condições necessárias para a acumulação do capital, que, no campo, está inteiramente ligada à posse da terra, condições essas que vão desde as sesmarias e da Lei de Terras de 1850 aos programas neoliberais. Problemas e mais problemas vêm-se avolumando, como uma das mais graves questões nacionais, sofrendo seu maior golpe na última Constituição (1988), que aumentou o fosso entre os proprietários de terras e os sem-terra. A reforma agrária e a fixação do homem no campo são fundamentais para reduzir o desemprego na cidade e elevar a média salarial. Parece-nos importante acentuar que as questões agrárias relacionadas ao capitalismo devem ser analisadas para além das suas especificidades, em razão de um contexto político, institucional, social e econômico muito mais amplo. Nos últimos anos, poucos foram os avanços observados com relação à questão agrária, pois o modelo de desenvolvimento que estimulou o agronegócio, com suas imensas monoculturas, sempre esteve em primeiro plano.

> O diagnóstico do PNRA[182] adotado pelo governo Lula identifica a problemática agrária brasileira como promotora de duplo desemprego – da força do trabalho rural e das terras improdutivas controladas pelo latifúndio. Por um lado, isso descarta trabalhadores e pequenos produtores dos mercados agrícolas e, por outro, permite que um grande estoque de terra ociosa seja apropriado pelo latifúndio (DELGADO, 2010, p.105).

De todas as questões assinaladas até agora, o acesso à terra pode trazer mudanças importantes para a vida da população do campo, porém os avanços e as limitações do MST precisam ser compreendidos a partir de obstáculos e oportunidades criadas no contexto social, político e econômico do nosso país. Essas limitações na luta pela terra, principalmente as dificuldades que vêm sendo enfrentadas no campo econômico, precisam ser denunciadas. Sem

[182]Plano Nacional de Reforma Agrária, documento que dispõe sobre as políticas de reforma agrária do governo.

as mesmas armas para a luta, o MST mudou significativamente o seu rumo, pois a questão agrária no Brasil constitui-se de novos elementos. Hoje, "o desafio maior para a reforma agrária passou a ser o agronegócio" (FERNANDES, 2010, p.187). Assim, seus defensores criaram uma política de "reforma agrária de mercado", em que impera o poder do agronegócio e do latifúndio que está desmobilizando a luta popular. O discurso dessa *novilíngua*[183], conciliador e desenvolvimentista, apoiado pelas políticas de governo, visa a incorporar a agricultura familiar às estratégias do agronegócio. Na verdade, o que se tenta mascarar é a luta de classes em torno de projetos distintos na agricultura brasileira.

3.2 **A socialização das experiências dos sem-terra**

Se analisarmos os diversos períodos da história humana, vamos verificar que o homem do campo, em suas mais variadas formas de organização social, vem sofrendo perseguições políticas e sociais[184], opressões ideológicas e outras formas de exploração econômica durante longos períodos de sua trajetória. No entanto, soube, até o momento, sobreviver e superar as mais inusitadas ações discriminatórias resultantes da concepção capitalista e colonial das classes dominantes. Segundo o *Atlas do trabalho escravo no Brasil*[185], publicado em 2009, existe ainda hoje uma profunda contradição entre a modernidade tecnológica alcançada pelo país e a absurda exploração do ser humano à qual estão submetidas parcelas dos nossos trabalhadores, entre eles o camponês. No Brasil, estimulados, principalmente, pelos resquícios da mentalidade escravista[186], a classe burguesa, ainda hoje, tem uma postura feudal diante do mundo, uma concepção ideológica que se espalhou e se cristalizou como senso comum, em que o homem do campo é visto como um trabalhador desprezível, comparado à população urbana. É uma visão, na maioria das vezes, "entrecortada oferecida pela quase sempre suspeita mídia escrita, falada e televisionada", como nos aponta Morissawa (2001, p.3), em seu livro sobre a História do Movimento.

O comportamento dos integrantes do MST, que tem como proposta o rompimento com vícios e valores individualistas, está ligado às diversas formas de compartilhamento e socialização de suas experiências e da construção de uma identidade política, através de

---

[183]Ver *A nova Bíblia de tio Sam*, de Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/fsmrn/biblioteca/60.pierre.bourdieu.html> (mundo norte-americano).

[184]A guerra de Canudos, no final do século XIX, liderada por Antônio Conselheiro, e a do Contestado, no início do século XX, com o Monge José Maria, e diversas lutas regionalizadas mostram essas perseguições.

[185]Disponível em: <http://amazonia.org.br/wp-content/uploads/2012/04/Atlas-do-Trabalho-Escravo/pdf>.

[186]A escravidão no Brasil se consolidou como uma experiência de longa duração que marcou diversos aspectos da cultura e da sociedade brasileiras, sendo o Brasil o último país das Américas a acabar com ela.

práticas coletivas de conscientização nas quais prevalece o modo de produção e de viver do homem do campo. Tal comportamento visa não ampliar a sua subalternidade ao capital, pois se torna necessário que essa consciência política se fortaleça para que a dominação do modo de produção capitalista não ameace de desagregação social o campesinato como um todo. As classes dominantes têm-se constituído como geradoras da *práxis* social, econômica, política e ideológica, empenhadas em ressaltar, cada vez mais, as vantagens econômicas da grande empresa capitalista do campo. Concretiza-se, assim, o que para Marx e Engels era a raiz de todos os males e fundamento da opressão humana: a propriedade privada. Atualmente, a terra é uma mercadoria como qualquer outro produto a ser consumido, pois "todas as qualidades concretas do objeto foram anuladas em favor da qualidade abstrata do dinheiro" (DEBORD, 1997).

Uma importante questão a ser levantada é o ambiente sociocultural investido pelo MST, que conforma em si um regime de subjetivação que é posto em prática pelo trabalho de formação do conjunto dos acampados. Tal trabalho, pautado em princípios políticos e no ideário do Movimento, está direcionado para a contestação do modelo hegemônico de organização da sociedade capitalista, bem como para a crítica sobre o modo vigente de organização social, que adota práticas diferentes da solidariedade, da fidelidade e do respeito mútuos. Assim, os procedimentos de convivência entre seus integrantes visam à manutenção de regras relacionais comunitárias, isto é, de práticas que promovam uma subjetivação social, guiada pela *práxis* coletiva. Olhando para a história do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, encontramos muitas lições e muitos sujeitos de uma luta social e de uma coletividade em movimento. Essas lições podem nos ajudar a refletir sobre o "sujeito pós-moderno"[187] (Harvey, 1992), originário do aprofundamento da competitividade, da tirania do dinheiro e da informação e produzido pela concentração do capital. É aquele que não se sabe sujeito da História.

> Trata-se da construção de uma nova cultura política e, em última instância, de diferentes qualidades de vida pessoal e coletiva mais assentes na autonomia e no autogoverno, na descentralização e na democracia participativa. Por fim, depende de nos deslocarmos do estrito espaço individualista ao qual pretendem nos restringir, de ensaiarmos novas formas de subjetividade e de construirmos alianças que deem sustentação a projetos de sociedade e de vida mais igualitários (MANCEBO, 2004, p.47).

As ocupações de terra têm sido um importante instrumento de luta dos trabalhadores sem-terra, principalmente com a espacialização e territorialização do

[187]Denominação utilizada por David Harvey, no livro *A condição pós-moderna*, publicado, em 1992, pela Editora Loyola, que trata da existência social e cultural sob a economia neoliberal.

agronegócio no país. O agronegócio usa transgênico, concentra a terra, expulsa os pequenos agricultores para produzir a exportação, além de ser o responsável pela deteriorização ambiental[188], contaminação dos recursos naturais e *commoditificação*[189] da produção agrícola. Diante dessa agressividade, tem a luta pela terra marcado toda a trajetória do MST. Daí, o Movimento buscar aprofundar as reflexões conceituais sobre o tema, discutindo a necessidade real de mudar o sistema, para que a construção de ferramentas entre seus integrantes se dê de forma coletiva e de cooperação; só assim, serão eles capazes de criar novas relações e uma nova consciência política. O agronegócio é uma rede que engloba agricultura, indústria, mercado e finanças. Desenvolver a cooperação é uma forma de resistência ao capitalismo, uma vez que tem sido muito difícil competir com o agronegócio. "Somos uma organização política e social de massa [...]. Até para não induzir a falsas interpretações de que somos um grupo bem-preparado e vamos resolver sozinhos o problema da reforma agrária" (STÉDILE, 1999, p.81).

> O agronegócio é neoliberalismo da agricultura. Esse modelo neoliberal teve a sua amplitude também na agricultura. Selou-se uma aliança subordinada entre os grandes fazendeiros, os capitalistas, que se dedicam à exportação, com as empresas transnacionais que controlam o comércio agrícola internacional, as sementes, a produção de agrotóxicos e a agroindústria... (STÉDILE, 2006, p.17).

Entender como o MST é uma coletividade torna-se, para nós, um desafio diante do sujeito contemporâneo, como hoje o conhecemos, irremediavelmente fragmentado. É dentro desse clima de incerteza, insegurança e desestabilização, que perpassa o mundo atual, despido de qualquer utopia, que os integrantes do Movimento aprendem que o coletivo é o grande sujeito de luta pela terra, porque ninguém a conquista sozinho. As ocupações, os acampamentos e os assentamentos só existem como obras coletivas. Esses sujeitos se manifestam dentro de um processo de construção social de sua subjetividade. Essa consciência permite que o individual e o coletivo não surjam enquanto polos antagônicos. O amadurecimento da consciência política vem por intermédio do fortalecimento das forças sociais. A melhor prova, de mais de 28 anos de existência do MST, foi saber conjugar questões econômicas e políticas, de formação ideológica e de educação, independente das relações entre a sociedade e a natureza, subordinadas ao modo de produção capitalista. Sua organização decorre, sobremaneira, do fortalecimento de uma política de relações, não só com outros movimentos organizados, mas também com outras regiões nacionais e de diversas partes do mundo.

---

[188]O latifúndio tem formado uma combinação impactante social e ambientalmente. A luta do MST por reforma agrária é também pela preservação da natureza.

[189]Hoje, incentivam-se a *commoditificação* e a privatização dos recursos naturais, que são formas extremamente agressivas e destruidoras do meio ambiente, em detrimento da reforma agrária.

O Movimento dá o mesmo peso para a reforma agrária e a formação de seus integrantes, pois entende a Educação como concepção transformadora[190]. Para eles, é necessária a elaboração de projetos que possam melhorar o desenvolvimento econômico e social de acampamentos e assentamentos de reforma agrária e o acompanhamento das propostas pedagógicas. Segundo Caldart (2001)[191], os sem-terra se educam participando das ações de luta pela terra e de outras lutas sociais que, aos poucos, vão se integrando à agenda do MST. A busca é por uma educação articulada a um projeto revolucionário de transformação da realidade por meio do esclarecimento da população e da superação da alienação. O homem é dominado por aquilo que ele cria, o que o impede de fazer a passagem do singular para o genérico, expressando uma sociabilidade marcada pelo caráter individualista e egoísta, pois a consciência alienada é a fonte da consciência e esta é "o reflexo da atividade alienada ou alienação da atividade, isto é, da autoalienação do trabalho" (MÉSZÁROS, 2006a, p.76).

> Nenhuma sociedade pode perdurar sem seu sistema de educação. Apontar apenas os mecanismos de produção e troca para explicar o funcionamento real da sociedade capitalista é procedimento inadequado. As sociedades existem por intermédio dos atos dos indivíduos particulares que buscam realizar seus próprios fins (*op. cit*, 2006a, p.263).

Apesar do engajamento da militância individual, voltada para os problemas setoriais, o MST, por estar estruturado nacionalmente, não perde a sua noção da totalidade. Suas ações ao longo de quase 30 anos de existência – ocupação de terras, acampamentos, cooperativas e assentamentos rurais[192] – são acompanhadas da reflexão sobre as contradições vivenciadas entre o passado e o presente. Com foco nessa dialética é que vislumbram na Educação o fortalecimento dos sem-terra, sem, contudo, dissociar o trabalho pedagógico dos elementos fundamentais que contribuem para o conhecimento do processo histórico (THOMPSON, 2001), de modo a melhor compreender e poder intervir na realidade injusta e excludente da sociedade e na busca de um projeto de transformação social. A Educação[193] é hoje para os integrantes do Movimento a melhor ação transformadora, provocada pela

[190]Ao buscarem reconquistar o direito ao trabalho e à dignidade, esses sujeitos e suas lutas nos ensinam algo mais sobre processos de transformação social, e sobre práticas de educação e formação a eles vinculadas. Os movimentos sociais têm sido espaços de organização dessas lutas e da formação desses sujeitos.

[191]Artigo O MST e a formação dos Sem Terra, de Roseli Salete Caldart, publicado em 2001, com acesso em: 29/12/2009. Disponível em : <www.scielo.br/scielo.php?%20script=sci>.

[192]No Brasil, "o termo assentamento rural esteve atrelado, por um lado, à atuação estatal direcionada ao controle e à delimitação do novo 'espaço' criado e, por outro, às características dos processos de luta e conquista da terra, empreendidos pelos trabalhadores rurais" (definição em CALDART et al. *Dicionário da educação do campo,* 2012, p.10).

[193]Por causa desses processos de dominação, produzidos pelas relações não capitalistas, é que se pensa uma Educação do campo para o camponês.

experiência e pela aprendizagem diante dos conflitos e das diferenças enfrentados e do questionamento das bases capitalistas: a propriedade privada, que se manifesta na apropriação da riqueza, da terra, do trabalho alheio, do conhecimento e da escola. No momento atual, o agronegócio funciona como um novo tipo de latifúndio, pois não concentra e domina apenas a terra, mas a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento, que tiram do homem do campo o seu aprendizado.

> A relação do MST com a educação é, pois, uma relação de origem: a história do MST é a história de uma grande obra educativa, Se recuperarmos a concepção de educação como formação humana, é a sua prática que encontramos no MST desde que foi criado: a transformação de "desgarrados da terra" e dos "pobres de tudo" em cidadãos, dispostos a lutar por um lugar digno na história. É também o que podemos ver em cada uma das ações que constituem o cotidiano de formação da identidade dos sem-terra do MST (CALDART, 2004, p.96).

O MST trabalha o tempo todo no limite da humanização e da desumanização, sendo sua luta de vida ou morte para muitas pessoas, que fazem de sua participação no Movimento uma ferramenta para reaprender a ser humano. O estudo das experiências desses indivíduos pode contribuir para desmascarar a ideologia que naturaliza a História, isto é, mostrar-nos o que mantém o sujeito alienado diante de sua realidade, a fim de podermos elaborar um conhecimento capaz de permitir a todos nós objetivar nossas necessidades, para penetrar na *práxis* consciente e conseguir transformar a realidade-mundo. Os desafios, as contradições e as conquistas na trajetória dos participantes do Movimento existem em determinação reflexiva, não sendo possível pensar as problemáticas do sujeito individual, sem pensar nas perspectivas para todos os integrantes do MST. A construção de uma identidade coletiva, a partir da autocrítica de sua trajetória de vida como militante do Movimento e de sua relação com os espaços do acampamento, é essencial no processo de construção da subjetividade social. Eles se constituem como os principais sujeitos na formação dos próprios sem-terra.

> [...] lógica de complementaridade, de ajuda mútua, de solidariedade política, da coletividade. E associar a ideia de "fusão de forças" [...], possibilitando esses sujeitos concluírem: "a vitória será para todos, ou não irá para ninguém"; o coletivo "me necessita, mas, também, sem ajuda do coletivo, eu não consigo dar passos" (CALDART, *apud* FALKEMBACH, 2006, p.157).

A lógica desigual, contraditória e combinada do agronegócio é a mesma que rege as relações capitalistas de produção, isto é, quanto mais se produz, mais se explora o homem, pois o caráter concentrador, expropriatório e excludente desse modelo agrário-agrícola dá relevância ao caráter produtivista, com destaque para o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias, sem alteração da questão estrutural, como afirmamos em outras partes deste capítulo. Nas palavras de Fernandes (2009, p.38), "[...] do trabalho escravo à

colheitadeira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação está presente, a concentração da propriedade da terra se intensifica e a destruição do campesinato aumenta". Agricultura capitalista, agricultura empresarial, agronegócio, ou qualquer que seja a denominação usada, sua essência é a lógica destrutiva do capital. O agronegócio é o capitalismo globalizado no campo brasileiro em forma de latifúndio, resultado da internacionalização da economia brasileira. Conforme avança a territorialização do capital (acumulação), privatiza-se o território, explora-se mais o trabalho e se superam as formas isoladas da produção, e mais, submete a sociedade e o homem a um domínio articulado.

Diferente de outros movimentos, o MST, desde o seu início em 1984, expandiu sua agenda para além da luta pelos meios de produção, alcançando níveis mais altos de discussão quanto ao problema civilizatório e da sociedade. Admirado e odiado – adjetivos que já fazem parte das contradições de sua existência –, o MST tem-se desafiado internamente para se adaptar às mudanças políticas ocorridas no campo brasileiro. Entendemos que foi isso que o transformou na maior expressão política de luta pela terra e pela reforma agrária e no mais importante movimento social de oposição ao projeto neoliberal neste país. Apesar de muitas vezes parecer dessa forma, eles não surgiram como sujeitos prontos. E como dizia Thompson (2001, p.9) a respeito da classe operária inglesa: "Não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu fazer-se." É importante considerar que os camponeses são sujeitos políticos do campo, são eles que constroem os movimentos e que isso é um atributo da sua existência. Dessas experiências, surgiu a proposta dos congressos voltados para a construção de sua unidade, e não para a disputa política interna do Movimento.

> Processo e mudança são elementos importantes da dinâmica dos movimentos sociais. Essas são fortes características do MST, de modo que, quando se estabelece uma atividade, ela está sendo praticada há tempos, porque a forma surgiu da *práxis*, e não de um projeto previamente elaborado (FERNANDES, *apud* MORISSAWA, 2001, p.204).

Desde a sua origem podemos dizer que o choque foi inevitável. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra se apresentou como uma novidade política no cenário brasileiro, por suas formas de luta, organização e propostas. Todas as teses são discutidas com a base social, antes de serem apresentadas nos congressos como propostas do MST. Apesar de o MST ter-se tornado um ator político muito citado, a forma de como tomamos conhecimento de sua existência sempre foi a retratada pelo noticiário, em meio às barulhentas invasões de terra pelo país. "Trata-se de inovações que foram se fazendo a partir das experiências do público envolvido, com suas histórias particulares de lutas e das lideranças que foram se constituindo

[...]", segundo Medeiros (2009). A novidade trazida pelo Movimento consiste em representar uma força social de oposição radical ao capitalismo, na medida em que busca enfrentar os problemas do campo atacando as causas estruturais.

Reconhecemos que o MST é o único movimento camponês de escala nacional que oferece maior resistência à opressão vinculada na produção capitalista. Hegemonicamente, acreditava-se que o campesinato não teria lugar nessa sociedade com a modernização das relações sociais vinculadas às modernas relações de produção. A compreensão de seus integrantes da realidade no processo contraditório e desigual permite a nós, elementos citadinos, perceber que eles, ao produzirem na terra, estabelecem um conjunto de relações sociais que apresentam características próprias. Nas palavras de Fernandes (2001, p.73), "desse modo, rompem com localismos e outras estratégias advindas de interesses que visam impedir e/ou dificultar o desenvolvimento da luta pelos trabalhadores". A consciência política e de desenvolvimento coletivo é resultado de lutas, e não das forças produtivas. Essa subjetividade coletiva, presente no *modus vivendi* do MST, está cada vez mais associada à sua formação e à consolidação de seu processo educativo. Por essa perspectiva, consideramos a capacidade de existência no trabalho do campo pela sua escala de ações nacionais ampliadas.

> ... Os trabalhos de base, os acampamentos e as ocupações constituem espaços de socialização política. Nesses encontros e momentos de luta, os camponeses trocam experiências e conhecimentos de vida, conscientizam-se da condição de expropriados e explorados e constroem sua identidade de sem-terra (FERNANDES, 2010, p.180).

Devido ao grande número de integrantes, o MST necessita de uma forte coesão organizativa, desenhada segundo o princípio de uma coordenação e direção coletivas em níveis regional, estadual e nacional. Para conseguirem força e espaço políticos e coesão de ideias, eles se organizam em encontros anuais massivos nos três níveis para confraternização de toda a sua militância e para definição e adequação das linhas políticas que regem os princípios organizativos de funcionamento do Movimento. Nos encontros, escolhem ou ratificam as coordenações e as direções de cada estância e, a cada cinco anos, celebram maciçamente seus congressos nacionais, no qual são definidos os objetivos gerais do Movimento, resumidos em palavras de ordem que se difundem entre os integrantes e servem de linhas políticas a serem seguidas em suas ações, como constataremos na última parte deste capítulo. Tais palavras de ordem servem para nortear cada momento vivenciado pelo MST: **Ocupação é a única solução** (I Congresso, Curitiba-PR, 1985); **Ocupar, resistir e produzir** (II Congresso, Brasília-DF, 1990); **A Reforma Agrária é uma luta de todos** (III Congresso,

Brasília-DF, 1995); **Por um Brasil sem latifúndio** (IV Congresso, Brasília-DF, 2000); e **Reforma Agrária: por justiça social e soberania popular** (V Congresso, Brasília-DF, 2007).

3.3 **A trajetória dos congressos e as discussões estruturais**

Durante quase 30 anos de existência, o MST conseguiu refletir sobre o contexto político e econômico, por intermédio da promoção de debates e discussões em encontros, seminários e congressos nacionais entre as suas lideranças de luta pela terra em todo o país. Pode-se considerar como os principais eventos o Encontro Regional do Sul e o Seminário de Goiás, ambos no mesmo ano, pois foram eles que forneceram as bases para a realização do 1º Encontro Nacional dos Sem-Terra, evento que traçou os primeiros passos dessa organização chamada MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Logo em 1982, ano dos dois primeiros encontros, seus participantes optaram pela luta de um projeto nacional, concluindo que o maior inimigo dos trabalhadores era o modelo de desenvolvimento econômico, "porque vislumbrava apenas os interesses dos latifundiários, grileiros e grandes empresários" (MORISSAWA, 2001, p.136). Assim, evidencia-se um interesse voltado para uma escala nacional, e não o atendimento de interesses específicos direcionado somente ao Movimento, mas para toda a sociedade[194].

Dois meses depois do Encontro Regional do Sul, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) organizou, no Centro de Formação da Diocese de Goiânia, um seminário, em que foram levados para debate relatos sobre a forma de luta em cada estado ali representado, os erros, os acertos e os limites impostos. Os organizadores e presentes ao Seminário em Goiás concluíram pela importância de articulações regionais, de forma a prosseguirem na organização. Naquele momento, a primeira semente do movimento brotava, levantando-se à ideia da necessidade de os trabalhadores rurais terem movimento próprio. Dessas discussões surgiu uma carta aos trabalhadores rurais traçando os objetivos do MST. Esses encontros resultaram na realização do 1º Encontro Nacional dos Sem-Terra, entre os dias 20 e 22 de janeiro de 1984, nas dependências do Seminário Diocesano, em Cascavel (PR), onde se deu o nascimento oficial do MST. O Movimento nasceu das lutas concretas que os trabalhadores

[194]Algumas lutas e reivindicações do MST: reforma agrária; educação popular; democratização da mídia; legalização das terras ocupadas e a demarcação do território índio; a expropriação de terras pertencentes a multinacionais ou obtidas ilegalmente; o fim da política de colonização; as políticas agrícolas apropriadas aos pequenos proprietários; a conservação e a regeneração ambiental; a punição dos assassinos dos sem-terra; o combate ao agronegócio e a luta contra os transgênicos, para citar apenas alguns projetos.

rurais foram desenvolvendo de forma isolada na Região Sul; depois, pela conquista de terras ainda no final da década de 1970. Segue fragmento da Carta de Goiânia, datada de 26 de setembro de 1982:

> "[...]
>
> "Verificamos que em todas as regiões do país existem conflitos de terra, e o pior de tudo isso é a maneira como se resolvem esses problemas. Lamentamos outra vez dizer que esses problemas são resolvidos com repressão policial e que a corda quebra sempre do lado mais fraco.
>
> "Nós, trabalhadores, somos vítimas de um sistema que está voltado para o interesse das grandes empresas e dos latifundiários. Se não nos organizarmos em nossos sindicatos e associações de classe, em nossas regiões, nos estados e em nível nacional, [...] para confrontar essa realidade que hoje escraviza os fracos, [...], nunca iremos nos libertar dessa vida de explorados e de verdadeira escravidão.
>
> "[...]
>
> "Queremos [...] queremos nos solidarizar com os canavieiros em greve no estado de Pernambuco e com os companheiros de todo o país que estão lutando e sofrendo. Queremos dizer que continuem firmes e mais uma vez convidamos todos [...] para que se unam pelos nossos direitos. [...]."

Daí em diante, o Movimento não parou mais, e, em média, a cada cinco anos, promove debates e realiza congressos[195], que são momentos soberanos para que seus integrantes e suas lideranças compreendam o sentido da luta pela terra na conjuntura histórica de cada momento político brasileiro. Segundo seus dirigentes, os congressos são espaços de identidade diferentes dos congressos tradicionais de organizações políticas e sociais em geral. Neles, o Movimento se preocupa em trabalhar, inicialmente, em prol da formação política de seus integrantes, de forma a auxiliar o entendimento dos grandes desafios estratégicos que os sem-terra têm de enfrentar em cada período, além de buscar uma unidade nacional para toda a sua base. Observamos que a possibilidade do debate político interno entre seus militantes realimenta uma percepção mais enriquecida da realidade social, tendo como objetivos a terra, a reforma agrária e uma sociedade mais justa. Outros aspectos relevantes desses congressos são: a confraternização nacional de sua militância e desta com a sociedade e o envolvimento da manifestação política do campo até a cidade, para marcar o posicionamento do MST contra os que contestam a sua luta.

No ano seguinte ao da sua formação oficial, o Movimento organizou, em janeiro de 1985, em Curitiba (PR), o seu I Congresso Nacional, com o propósito de expandir-se pelas demais regiões do país, por entender que a luta pela terra deveria estender-se por todo o território nacional. Ainda com um número maior de participantes da Região Sul, o congresso

[195]Os congressos são importantes espaços da organização e acontecem a cada cinco anos e não são locais de decisão.Vários encontros ocorrem, antes dos congressos, para sistematização das propostas do MST. Os encontros nacionais, realizados a cada dois anos, servem mais aos propósitos decisórios do que os congressos.

chamou a atenção da sociedade para o fato de que somente com a realização da reforma agrária poderíamos afirmar que o país, enfim, tornava-se uma democracia, pois, para eles, "sem reforma agrária, não poderia haver democracia". O momento político definia-se como de redemocratização, num discurso, tomado ainda de muita cautela, apresentado por um governo eleito pelo colégio eleitoral, após um longo período de ditadura militar. A decisão do I Congresso foi de não fazer acordo com o novo governo. Seus dirigentes entendiam que a reforma agrária só avançaria se houvesse ocupações, daí a nova palavra de ordem: "Ocupação é a única solução." Diante de uma conjuntura nacional com fortes articulações dos setores da agricultura, contrários à reforma agrária, a proposta do Movimento marcava-se por ocupações articuladas e massivas de terras e de órgãos públicos e até greve de fome.

O congresso, na verdade, não começou naquele momento, iniciara meses antes, com encontros nos municípios, nos estados e nas diversas regiões em que o Movimento já se fazia presente. Como dizem os seus integrantes e dirigentes, "um encontro deste tamanho não se faz de um dia para o outro" (*Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, n.42, 1985, p.4). É preciso tempo, organização, vontade e um motivo forte, que é a terra para trabalhar. A reforma agrária tem de ser entendida como justa distribuição de terra para se alcançar uma sociedade igualitária, sem exploração, e só será conseguida por intermédio de organização dos trabalhadores em suas entidades, frisam os militantes do MST. Após três dias de muita discussão, os 1.500 delegados, representando diversos estados brasileiros, aprovaram o documento final do I Congresso Nacional dos Trabalhadores Sem Terra. O documento seria entregue às autoridades fundiárias estadual e federal, e ao futuro presidente da República, Tancredo Neves, que morreu antes de assumir o governo, e foi substituído pelo seu vice, José Sarney.

> Passado o I Congresso, a executiva nacional do MST conseguiu audiência com o novo ministro da Reforma Agrária, Nelson Ribeiro, e com o novo presidente do Incra[196], José Gomes da Silva, na qual apresentou propostas de mudanças imediatas e profundas na estrutura fundiária brasileira. Os compromissos obtidos nesse encontro foram: que a polícia não seria mais utilizada contra os trabalhadores, a violência no campo seria combatida e os agricultores participariam na elaboração do PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária (MORISSAWA, 2001, p.141).

Mesmo após a aprovação de uma plataforma de objetivos gerais, resultado do encontro de fundação do MST, na qual foram elaborados os princípios básicos de luta, como tentativa de assegurar terra para quem nela trabalhava, o Movimento reafirmou a sua

[196]Criado em julho de 1970, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é um órgão do governo federal brasileiro, que administra a questão agrária no Brasil.

autonomia[197] e não parou mais (STÉDILE, 2005c, p.177). Em 1985, o governo Sarney[198] aprovou o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que visava agilizar a aplicação do Estatuto da Terra e viabilizar a reforma agrária no país. No entanto, mais uma vez, essa reforma ficou no discurso, ou melhor, no papel, pois o governo, acordado com os interesses do latifúndio, pouco fez pelas famílias dos sem-terra. Nos anos que se seguiram e em meio ao clima de articulações para a Constituinte, os ruralistas se organizaram e criaram a União Democrática Ruralista (UDR)[199], conseguindo derrotar o PNRA, que, naquela época, pouco representava das reivindicações dos trabalhadores do campo. Com atuação em três frentes – o braço armado, a bancada ruralista e a mídia, sempre como forte aliada, a UDR conseguiu impor emendas bastante conservadoras à Carta de 1988. Apesar de toda a pressão, o Movimento obteve uma conquista importante, no que se refere à função social da terra[200]. Essa questão possibilitou a reafirmação da autonomia do MST, que pôde, assim, estruturar diversos de seus setores.

O ano de 1990 foi marcado pela adoção de políticas neoliberais e políticas de repressão aos movimentos sociais. Naquele momento, o Brasil acabara de eleger o primeiro presidente pelo voto direto, Fernando Collor de Mello (1989). Para tornar ainda pior a situação dos sem-terra – que buscavam organizar cooperativas para dar força às atividades dos pequenos agricultores do campo nas áreas onde o Movimento estava mais consolidado –, além da falta de créditos adequados para investimentos em máquinas, armazéns e irrigação, a política agrícola do governo Collor[201] aprofundou a repressão ao Movimento e provocou queda nos preços dos produtos destinados ao mercado interno, resultando na formação de estoques especulativos[202]. Por isso, a palavra de ordem do II Congresso ("Ocupar, resistir e produzir") mostrava que os integrantes do Movimento estavam dispostos a enfrentar todas as dificuldades, resistir e lutar por seus direitos. O congresso foi fundamental para a consolidação nacional do MST, já que a militância de todo o país esteve presente ao evento,

[197]Nesse contexto, o MST definiu símbolos, bandeira, hino, e construiu uma mística própria ligada a rituais específicos de organização e de luta.
[198]Movimento civil de reivindicação por eleições presidenciais diretas no Brasil ocorrido em 1983-1984. A possibilidade de eleições diretas para a Presidência da República no Brasil se concretizou com a votação da proposta de Emenda Constitucional Dante de Oliveira pelo Congresso. Entretanto, a Proposta de Emenda Constitucional foi rejeitada, frustrando a sociedade brasileira.
[199]UDR - é uma entidade de classe brasileira que se destina a reunir ruralistas e tem como objetivo a preservação do direito de propriedade e de impedir o sancionamento de leis a favor da reforma agrária.
[200]Artigos 184 e 186: determinam que, quando violada, a terra seja desapropriada para fins de reforma agrária.
[201]Fernando Collor criou uma delegacia específica para o Movimento na Polícia Federal. Os ruralistas eram aliados do governo, o que levou Collor a fazer uma administração abertamente contrária à reforma agrária.
[202]Estoques especulativos: destinam-se a auferir vantagens econômicas em decorrência de futuras oscilações de preços nos produtos estocados.

que foi realizado em Brasília. A organização contou com a participação de 5 mil delegados dos 19 estados onde o Movimento estava articulado, à época, segundo fontes da própria organização.

> O II Congresso do MST conseguiu colocar um novo marco na luta pela Reforma Agrária mostrando a garra e a disposição dos trabalhadores rurais em lutarem por seus direitos, e principalmente na disposição de enfrentar o latifúndio. Foi o maior congresso de trabalhadores rurais já realizado na história das lutas dos trabalhadores no Brasil. Também foi uma demonstração de unidade que se tem conseguido na construção do movimento em nível nacional. Estiveram presentes os 19 estados onde o MST está implantado. Com isto, damos mais um passo para a superação dos regionalismos existentes dentro das lutas e organização dos trabalhadores rurais, sem desconhecer, no entanto, as diferentes realidades existentes no país (*Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, n.93, 1990, p.3).

Como observáramos no parágrafo anterior, na primeira metade dos anos 1990, começara a ser adotada as chamadas políticas neoliberais no país, dando início ao processo de privatização das estatais e desnacionalização da economia brasileira. Com tantos desmandos, começaram a eclodir movimentos de rua, do povo e, em especial, de estudantes, com o firme propósito de afastar o presidente Collor de Mello em decorrência de seu envolvimento em diversas denúncias de corrupção – período de muito embate e violência. A derrubada do hoje senador por Alagoas começara. No campo, aprofundou-se o processo de modernização da agricultura, mesmo com o esgotamento do modelo de desenvolvimento industrial, com base no aumento da exploração dos trabalhadores. Em diversos estados, um grande contingente de trabalhadores rurais saiu do campo, mudando-se para as pequenas cidades e periferias de metrópoles. Percebeu-se que sem o apoio da sociedade, o programa de democratização da terra, *i.e.*, a reforma agrária não se realizaria. No campo, mesmo com o esgotamento do modelo de desenvolvimento industrial, aprofundou-se o processo de desenvolvimento capitalista e de modernização da agricultura, baseado no aumento da exploração dos trabalhadores.

> Em 27 de janeiro de 1993, a Câmara dos Deputados aprovou a Lei Agrária, que regulamentava as desapropriações de terra para fins de reforma agrária. Ela apresentava alguns avanços [...]. Várias organizações de Trabalhadores – CUT, Contag, CPT, Cimi e outras – pediram ao presidente Itamar Franco que vetasse cinco artigos que praticamente inviabilizavam a reforma agrária [...]. Apenas os artigos 7º e 19º não foram vetados[203] (MORISSAWA, 2001, pp.148-149)

Os anos seguintes foram muito difíceis para o Movimento, porém alguns bons resultados foram obtidos: elevação do número de ocupações, lutas articuladas a outros movimentos sociais e resultados otimistas no SCA (Sistema Cooperativista dos Assentados), além do afastamento de Collor do poder, em virtude do processo de *impeachment*, sendo ele substituído pelo vice, Itamar Franco. No entanto, o Movimento terminou o ano de 1992 com

[203]Para saber mais sobre o assunto, ler *A História da luta pela terra e o MST*, de Mitsue Morissawa (2001).

uma vitória obtida com a fundação da Concrab (Confederação Nacional de Cooperativas da Reforma Agrária Brasileira[204]). Em 1994, Fernando Henrique Cardoso vence as eleições com um projeto de governo neoliberal, principalmente para o campo, dando prioridade para uma política agrícola voltada aos interesses do mercado internacional e mais preocupada em gerar divisas para pagamento dos juros da dívida externa brasileira. Os reflexos do projeto do governo se fizeram sentir desde o início, pois eles levaram o Brasil a uma das piores crises da nossa História, marcada pela violência, pela fome e pelo desemprego. Nesse período, o MST se destacou por ser uma das principais resistências da sociedade na luta pela reforma agrária durante os anos em que se consolidou no país o projeto neoliberal.

Apesar de tudo, a luta pela Reforma Agrária não parou. O MST, em 1995, realiza o seu III Congresso, considerado um importante marco na construção do Movimento, sendo escolhida como palavra de ordem: "Reforma Agrária, uma luta de todos." Para além da busca da terra, o MST passou a reivindicar direitos sociais, políticos econômicos e culturais. Logo em seu primeiro mandato, compreendido pelo período 1995-1998, o governo de Fernando Henrique Cardoso deu continuidade às privatizações, às desnacionalizações e ao sucateamento da estrutura do Estado. Naquele mesmo ano, a repressão à greve dos petroleiros mostrou que as políticas neoliberais adotadas exigiam um governo bem repressivo[205]. Também nesse período, o Movimento organiza a histórica Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária, com destino a Brasília. No campo, a realidade não foi diferente: com o modelo implantado no meio rural, não houve desenvolvimento e a violência aliada à repressão resultou em dois massacres de camponeses: Corumbiara, em Rondônia (1995), onde foram assassinados 9 sem-terra; e Eldorado dos Carajás, no Pará (1996). Neste último, uma operação policial também disparou contra os acampados, deixando 19 mortos, 69 feridos e, pelo menos, 7 desaparecidos. Mesmo com a situação cada vez mais grave no campo, o governo Fernando Henrique nada fez para a reversão do problema. Ao contrário, contribuiu para o aumento da crise com a inexistência de uma política para a reforma agrária e para a agricultura familiar.

De 24 a 27 de julho de 1995, esteve reunido, em Brasília, cerca de 5 mil trabalhadores, vindos de 22 estados, de centenas de municípios, de todos os acampamentos e assentamentos do Brasil. O MST era o retrato da indignação. É quem lança ao povo o desafio

[204]Considerada uma grande vitória para o MST, pois aí iniciava efetivamente a prática da cooperação, grande instrumento pedagógico para a construção do ser social (aplicação da força conjunta na produção).
[205]A repressão à greve dos petroleiros, em 1995, mostrou que a adoção das políticas neoliberais exigia um governo intransigente e repressivo. A proposta do governo era acabar com o direito dos trabalhadores.

de enfrentar com radicalidade uma situação de injustiça. "Golpeamos um dos alicerces fundamentais da injustiça na sociedade brasileira: o monopólio da terra", diz o trecho da carta aos trabalhadores do campo, um dos documentos de reflexão do congresso. Naquele momento, aumentara a perseguição contra os movimentos sociais e suas lideranças. A necessidade da democratização da terra para evitar mais massacres fez com que o Movimento apresentasse à sociedade a sua proposta para o campo e

> enfrentasse os desafios que se apresentaram à sua luta, naquele contexto histórico: 1º) o enfrentamento com o modelo neoliberal; 2º) o fortalecimento e a ampliação da política de relações internacionais – priorizando os trabalhos de formação e organização da Coordenação Latino-Americana das Organizações Camponesas (CLOC), criada em 1992, e da Via Campesina; 3º) as articulações, os esforços organizativos e a elaboração teórica, junto com outras forças, em torno de um projeto popular de desenvolvimento para o país – nesse aspecto, ressalta-se a participação do MST na construção do Movimento Consulta Popular, desde 1997; 4º) o enfrentamento com o projeto das elites para a agricultura.[206]

Ainda durante o governo Fernando Henrique, mais precisamente em agosto de 2000, no Distrito Federal, foi realizado o IV Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, cuja palavra de ordem foi "Por um Brasil sem latifúndio"[207], política que muito ajudou os integrantes do Movimento Sem Terra em seu propósito de superarem as dificuldades vivenciadas pelos oito anos de governo com um modelo econômico neoliberal implementado pelo governo FHC, que provocou graves danos para trabalhadores do meio rural. A luta não era só pela reforma agrária, mas para a construção de um projeto popular para o Brasil, baseado na justiça social e na dignidade humana. A política de governo de Fernando Henrique representou apenas os interesses dos bancos e das empresas multinacionais. Na agricultura, a modernização do meio rural, com estímulos somente às grandes fazendas exportadoras, foi o caos. A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, porém, representou uma vitória para o povo brasileiro e a derrota do projeto de nossa elite. Entretanto, a mudança tão esperada não ocorreu, pois o governo Lula[208] não foi suficiente para a geração de mudanças significativas na estrutura fundiária e no modelo agrícola. Ao longo de seu governo, Lula repetiu a mesma política agrícola do governo de seu antecessor.

---

[206]Texto constante da página do MST (<www.mst.org.br>). Acesso em: mar.2012.

[207]Este foi um congresso onde o MST pôde refletir sobre um passado de 500 anos (O Brasil fazia 500 anos de seu descobrimento em 2000). Em carta aos sem-terra do Brasil, eles observaram que fora negado aos brasileiros o direito à terra, à educação, à saúde, à moradia e ao sagrado direito ao trabalho. O documento reafirmava a luta para a libertação da terra do latifúndio e de todas as formas de exploração, deixando para trás o sofrimento e a miséria que maltrataram nossos antepassados e ameaçam destruir as futuras gerações [...] (*Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, n.203, p. 20, 2000).

[208]À semelhança do governo anterior, houve, por parte do governo Lula, a adoção de uma política de cunho neoliberal, que abriu espaço à consolidação da hegemonia neoliberalista no país. Ainda no governo Lula, a opção preferencial pelo agronegócio dificultou a possibilidade de levar adiante uma reforma agrária progressiva.

> Infelizmente, a chegada do PT ao governo federal em 2003, longe de contribuir para minar a hegemonia neoliberal, como todos esperavam, reforçou-a de modo significativo. A adoção pelo governo petista de uma política macroeconômica abertamente neoliberal – e a cooptação para essa política de importantes movimentos sociais ou, pelo menos, a neutralização da maioria deles – desarmou as resistência ao modelo liberal-corporativo e abriu, assim, caminho para uma maior e mais estável consolidação da hegemonia neoliberal entre nós (COUTINHO, 2006, p.193)

Durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o Movimento reforçou sua posição com relação à necessidade da luta pela soberania popular para a população do campo, apresentando como destaque a palavra de ordem "Reforma Agrária, por justiça social e soberania popular", em seu V Congresso, ocorrido em junho de 2007. O tema central de discussão foi o projeto do agronegócio com a interferência das transnacionais, além da luta pela reforma agrária como forma de promoção da justiça social. Para eles, a terra não se possui, ela é um bem que se trabalha racionalmente e com respeito para se viver – e viver bem. A terra é um bem de uso, e não um bem de câmbio. Somente com a reforma agrária, existe a possibilidade de modificar a estrutura da propriedade da terra para que ela seja garantida e que a produção da agropecuária assegure o fim da fome e o desenvolvimento econômico e social dos trabalhadores deste país. O V Congresso, o maior realizado pelo MST, contou com a presença de 17.500 participantes de 24 estados do Brasil, de 181 convidados internacionais, representando 21 organizações camponesas de 31 países, e representantes de diversos movimentos e entidades.

A visão do Movimento evoluiu muito durante os quase 30 anos de sua existência, principalmente em decorrência das mudanças e do entendimento da sociedade brasileira dentro do panorama capitalista mundial[209]. Entretanto, a sua orientação, com relação às reflexões sobre as questões da pessoa humana, não foi alterada, pois a preocupação para que todos os seus conteúdos sejam abordados na perspectiva do coletivo permanecem como dinâmicas concretas, possibilitando um conhecimento da identidade do coletivo e um melhor relacionamento interpessoal entre seus integrantes. E é através dessa perspectiva que a disciplina proporciona o que vamos denominar de "teoria da organização coletiva[210]", encontrada em reuniões, encontros, assembleias e congressos e tão comentada nas opiniões da imprensa sobre o MST, como poderemos constatar, inclusive, em um pequeno fragmento do editorial d'*O Estado de S.Paulo,* publicado por ocasião do V Congresso: "O grau de

[209]O projeto capitalista, no qual o Brasil está envolvido, persegue a acumulação de capital especializado no setor primário, em nome da necessidade de equilibrar as transações externas, e serve aos interesses e aos domínios do capital estrangeiro, principalmente no campo.

[210]Orientação de como participar de uma organização democrática. Há um planejamento coletivo, que significa organizar as diversas instâncias da tomada de decisões.

organização estrutural e a eficiência dos serviços de intendência desse movimento são de causar inveja a qualquer instituição militar – especialmente em se tratando de uma entidade ilegal, [...]" (matéria publicada em 13/6/2007).

> A atual estrutura do MST reflete dois legados históricos significativos. O primeiro é o resultado da decisão de manter a unidade de luta de acampados e assentados, assumida no Primeiro Encontro Nacional de Assentados, em 1986. Essa definição estratégica deu coesão às mobilizações pela terra e na terra, reforçando-as mutuamente, ao mesmo tempo de fomentar os laços de solidariedade entre as diversas gerações que militam no MST (CARTER; CARVALHO, 2010, p.303).

Dezoito são os itens apresentados na Carta do V Congresso do MST. Entre eles, a articulação com todos os setores sociais e suas formas de organização, para construir um projeto popular que enfrente o neoliberalismo, o imperialismo e as causas estruturais dos problemas que afetam o povo brasileiro; defesa dos direitos contra qualquer política que tente retirar direitos já conquistados; luta contra as derrubadas e queimadas de florestas nativas para expansão do latifúndio com exigência de ações contundentes dos governos para coibir essas práticas criminosas no meio ambiente; combate ao uso de agrotóxicos e à monocultura em larga escala da soja, da cana-de-açúcar e de eucalipto. Defender as sementes nativas e crioulas e lutar contra as sementes transgênicas também são ações importantes para o Movimento. Seus integrantes têm buscado a difusão das práticas de agroecologia e das técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente para que os assentamentos e as comunidades rurais produzam prioritariamente alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno.

Lutar para que a classe trabalhadora tenha acesso ao ensino fundamental, à escola de nível médio e à universidade pública, gratuita e de qualidade, além de desenvolver diferentes formas de campanha para eliminar o analfabetismo no meio rural e na cidade, com uma orientação pedagógica transformadora têm destaque nos itens apresentados. O V Congresso ocorreu no contexto de superior territorialização do capitalismo no mundo, assim como do maior acirramento das contradições sociais geradas por esse sistema. Representou o acúmulo do MST por um processo permanente de mobilização dos trabalhadores rurais, de métodos organizativos das lutas de massa, formação, produção, cultura, educação, trabalho de base e na busca de alianças com o conjunto de forças da sociedade. Sempre considerando a terra como um bem da natureza que deve servir a humanidade, "o MST conclamou a população brasileira a somar forças na luta por mudanças no campo, pois sabe que a reforma agrária não depende apenas da luta dos camponeses e agricultores, mas de um processo permanente de luta do campo e da cidade" (*Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, n.273, 2007, p.11).

O V Congresso do Movimento[211] (realizado, em junho de 2007, em Brasília), teve como lema central a "Reforma Agrária: por justiça social e soberania popular"[212], em momento em que a compreensão sobre a necessidade de combater as desigualdades também dependia de uma mudança na concepção da estrutura fundiária do país, por isso, o MST apresentou como proposta para o campo, em 2007, uma reforma agrária: por um projeto popular para a agricultura brasileira. Era preciso entender que, além das mudanças no caráter da reforma agrária em razão da própria reestruturação do capitalismo mundial, o sistema capital era o inimigo mais poderoso, mais do que os antigos latifundiários que o Movimento havia enfrentado durante os anos anteriores de sua existência. Para o MST, as mudanças não dependiam apenas dos sem-terra, mas de uma grande aliança entre todas as forças sociais do país em torno da luta comum da sociedade brasileira, afirmaram seus dirigentes, pois, àquela época, o agronegócio como crescimento para a nossa economia já correspondia ao que os meios de comunicação apregoavam sistematicamente como salvação do país. Durante o V Congresso, reforçou-se a compreensão de que os interesses do capitalismo financeiro transnacional se fundiram aos do latifúndio brasileiro, na figura do agronegócio – representação maior dos interesses da mundialização do capital e do trabalho.

> "[...]
>
> "Em toda a nossa história de enfrentamentos difíceis, sofremos muitas baixas. As armas da ganância e a violência do latifúndio, a cobiça sem fim dos exploradores, a prepotência das oligarquias e a ação criminosa dos jagunços e policiais a seu serviço nos tiram muitas vidas, de muitos que poderiam estar aqui conosco hoje.
>
> "[...]
>
> "No Brasil, a mídia é tão servil que todos os dias tenta criminalizar os movimentos; mas não consegue, porque os movimentos sociais estão enraizados no conjunto da sociedade.
>
> "Não conhece nossa organização, nosso modelo de agricultura baseado nos princípios da agroecologia[213], nossa forma de produção. Não conhece nossa organização, nosso projeto de educação e participação. Nos chamam de revolucionários como forma de nos enquadrar em um mero recurso de linguagem, como se o modelo de sociedade que defendemos significasse atraso e retrocesso na chamada modernidade.
>
> "[...]
>
> "Em nome daqueles que plantaram a nossa semente, como as Ligas Camponesas, Contestado e Canudos.
>
> "Em nome dos mártires da luta pela terra, como Ir. Doroty e Teixeirinha.
>
> "Em nome de todos os movimentos que compõem a Via Campesina Brasil,

[211]A proposta foi a discussão e a análise dos problemas da sociedade e a busca de projetos alternativos.
[212]Para que o povo possa se reconhecer soberano, ele deve exercer o controle sobre sua produção para que ela possa cumprir suas funções sociais em benefício do próprio povo.
[213]Constitui, em resumo, um conjunto de conhecimentos sistematizados, baseados em técnicas e saberes tradicionais (dos povos originários e camponeses) "[...] que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas [...]" (Caldart et al. *Dicionário de educação no campo*, 2012, p. 57).

> "E em nome da direção nacional e das famílias do MST, com muito amor, com muita alegria e com muita esperança da construção da Reforma Agrária: por justiça social e soberania popular, declaro aberto o V Congresso nacional do MST!" (**Cartilha do V Congresso: uma obra coletiva da militância**, 2007, p.9)

Desde então, no Brasil, tem-se intensificado as lutas por emprego, justiça e reforma agrária e outras lutas identitárias pelos direitos de todos aqueles que são considerados grupos minoritários. Nessas lutas, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra ganhou importância não só pelas reivindicações e protestos, mas também pelas ações em prol de melhores condições de vida e trabalho no campo, num contexto de afirmação e de oposição à globalização neoliberal. A atividade do MST é, neste sentido, parte de um importante laboratório social, movido pelos trabalhadores, no qual se luta coletivamente pela superação das dificuldades econômicas impostas nas atuais condições históricas apresentadas pelo capitalismo, e na perspectiva do desenvolvimento de novas relações sociais. Sabemos que a sobrevivência de um movimento como o MST depende fundamentalmente de sua capacidade de organização coletiva, da coesão de uma rede social de apoio, de planejamento e de conhecimento da conjuntura política e social. A noção de projeto e de perspectivar o futuro, de planejar são fatores preponderantes e que fazem da construção dos congressos nacionais do MST instrumentos para concretização de seus sonhos.

Assim, visando à preparação para o VI Congresso do Movimento, que deverá ocorrer em junho de 2013, a direção do MST encaminhou aos seus integrantes um caderno com subsídios para debate de temas estruturais da sociedade brasileira e dos desafios para uma reforma popular. Como é comum, há um trabalho de diálogo e de discussões dos grandes temas anteriores que integram o trabalho de formação política de seus integrantes, no sentido de auxiliar a compreensão e o fortalecimento do grupo. Todo o material é discutido e debatido antes, com a base, para ser sistematizado e apresentado como proposta do MST. As questões apresentadas são os desafios propostos para enfrentamento de luta e devem ser aprofundados com toda a militância por intermédio de debates coletivos, cursos, reuniões que irão anteceder o congresso. Nesse material, encontra-se um conjunto de proposições autorais que passam por um processo de amadurecimento das ideias coletivas para definição dos caminhos a serem seguidos pelos seus integrantes diante de tantas contradições existentes hoje na nossa sociedade. As elaborações reunidas nos documentos de discussão refletem a consciência tomada hegemonicamente no Movimento.

Sabemos que a reforma agrária é uma opção contrária ao modelo dominante, pois representa para o Movimento um conjunto de medidas que visam promover a distribuição de

terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso e na forma de embate ao agronegócio. Por essa razão, a luta pela terra não se encerra em si; ela é, sobretudo, uma luta contra o capital. A dominação do agronegócio no Brasil traz mais uma problemática para o campo, além de coadunar-se com o modelo econômico neoliberal dominado pelos bancos, pelo capital financeiro e pelas transnacionais: *O Agronegócio latifundiário contra o patrimônio histórico da humanidade*, em alusão ao título do livro de Ellen Wood, *A Democracia contra o capitalismo,* para mostrar a mesma incompatibilidade. Isso porque são os latifúndios do agronegócio os maiores responsáveis pela destruição ambiental[214]. Com o uso em larga escala de agrotóxicos e com a disseminação dos transgênicos, eles eliminam completamente os elementos da paisagem natural, reduzem a biodiversidade ao extremo e exaurem o solo, tornando-se impossível produzir de maneira sustentável. "A luta do MST por reforma agrária é também uma luta pela preservação da vida e da natureza" (SHIVA, 2001, p.14).

Interessa-nos ao longo desta pesquisa mostrar que as ações do Movimento, principalmente as grandes políticas discutidas durante os congressos, quase nunca são objetos da pauta do noticiário brasileiro e de como o discurso jornalístico vem influenciando a opinião pública sobre o MST. Hoje, os inimigos da reforma agrária, segundo o próprio Movimento, têm muito mais influência e parceria com os meios de comunicação. Atualmente, há um conluio de classe mais complexo, que envolve os donos de terra, os bancos, as multinacionais e o grande capital. A imprensa nos últimos anos começou a tratar o MST como um inimigo de classe. Antes, ela agia condenando as lutas, agora os donos dos monopólios midiáticos disputam a sociedade com o Movimento, pois ter a vantagem do poder e da opinião nas mãos significa ter mais influência sobre a massa. O que se pretende, acredita-se, é impedir que a reforma agrária seja recolocada na pauta política da sociedade brasileira. Os dirigentes do MST reforçam que tem sido muito difícil a retomada da luta pela reforma agrária depois de sua derrota para o neoliberalismo. Agora, ela tem de trazer mudanças estruturais para o povo brasileiro[215]. Tem de estar vinculada a um modelo econômico que combine desapropriações massivas de terra, instalação de agroindústrias, cooperativadas, uma nova política agrícola, além de um novo modelo de produção baseado na agroecologia.

[214]Essas são algumas das diferenças, resultado da oposição existente entre campo ambientalmente saudável, onde predomina a agricultura camponesa, e campo ambientalmente em risco, onde predomina o agronegócio.
[215]O MST defende um programa de desenvolvimento para o Brasil, que priorize a solução dos problemas do povo, por meio da distribuição da terra, criação de empregos, geração de renda, acesso à educação e à saúde, à produção e ao fornecimento de alimentos (<www.mst.org.br> – acesso em: 7/8/2012).

4 PUXANDO OS FIOS DO DISCURSO: IMPRENSA ESCRITA E CRIMINALIZAÇÃO DO MST[216]

Quando um conjunto de significações que sustentam os sujeitos no campo simbólico se 'naturaliza', o poder atinge sua máxima eficácia.

Eugênio Bucci e Maria Rita Kehl

Neste capítulo, a proposta foi investigar o tratamento dado às linhas políticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, apresentadas nos Congressos Nacionais, realizados nos anos de 1995, 2000 e 2007. O universo do estudo abrangeu matérias publicadas em dois jornais de longa tradição na imprensa brasileira, a *Folha de S.Paulo* e o *Zero Hora*[217], por considerarmos ambos representativos em seus históricos processos de comunicação no que se refere à cobertura de fatos ligados ao Movimento. No desenrolar da análise, nosso desafio fixou-se na reflexão dos discursos presentes nas notícias, no intuito de perceber como eles se articulam com outros no espaço social, sem abandonarmos, é claro, elementos básicos das pautas e dos agendamentos, indicativos do controle da imprensa sobre o que devemos ver e ler. Com base em postulados teóricos, iremos interpretar as textualizações dos jornais selecionados, referentes às propostas do MST, para constatar como as expressões usadas contribuem para que os leitores formulem suas visões de mundo.

> Os homens é que fazem a língua, por certo, mas não a fazem como querem. Ninguém é "autor" da língua. Os sujeitos sociais não cessam de testar os limites da língua, transgredir suas normas, subverter o sentido dos termos de modo a adequá-los a novas necessidades expressivas (BUCCI; KEHL, 2004, p.20).

A mostra abrangeu o acompanhamento das edições dos jornais durante três meses consecutivos de cada ano dos Congressos estudados (III, IV e V), com textos, em maioria, informativos, para mostrar a deficiência que o MST tem em criar seus canais de informação com a sociedade, para apresentar seus projetos. Partimos da ideia da não neutralidade dos meios de comunicação no trato da informação, embora a imparcialidade continue sendo um dos grandes mitos do jornalismo, como se repórteres e editores estivessem imunes à sua subjetividade e como se a empresa jornalística não tivesse interesses financeiros e políticos no poder de influenciar. De acordo com o Orlandi (2007, p.9), "a entrada do simbólico é

[216]Embora ao longo da tese sinalizarmos que o processo de criminalização envolve toda a mídia, nossa análise nesta tese prende-se aos jornais impressos *Zero Hora* e *Folha de S.Paulo.*

[217]*Folha de S.Paulo*: fundado em 1960, pela união dos jornais *Folha da Noite*, *Folha da Manhã* e *Folha da Tarde*, considerado primeiro jornal-empresa do país e um dos mais influentes jornais brasileiros; *Zero Hora*: fundado em 1964. Hoje, uma das maiores redes de comunicação do país, que abrange os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Conhecido como porta-voz do regime militar.

irremediável e permanente: estamos comprometidos com os sentidos e o político". Sabe-se que, por trás de um discurso de legitimação do banal e de dialogismo[218] (BAKHTIN, 1995), ou intertextualidade, como preferem alguns, muitas vezes ocultam-se as diferenças de classes e as hierarquias do consumo, que regem e condicionam as preferências sociais.

Vários fatores justificam a importância do tema, como a crescente atuação do MST na luta pela realização de uma reforma agrária popular, contra a elevada taxa de concentração de terra e de renda neste país, e pelo debate do Movimento em defesa de projetos societários contra-hegemônicos; assim como a participação dos meios de comunicação na difusão de conhecimento e produção de representações, através do poder de selecionar, nomear, interpretar e dar sua versão para os acontecimentos do mundo social, sobretudo porque a mídia em geral, falada e escrita, retrata e ajuda a construir a vida política brasileira, participando da pauta jornalística efetivamente dessas atividades, mapeando as ações políticas e sociais que terão interferência no fator econômico, uma vez que nas sociedades neoliberais tudo gira em torno do "dinheiro". Nessa abordagem, "o discurso será concebido não como mera transmissão de informação, mas, antes, considerado como efeitos de sentidos múltiplos" (ORLANDI, 2007, p.21). Neste trabalho, ganha ainda relevo o modo pelo qual a ideologia interpela o sujeito desses discursos.

> Tudo que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras, mas na discursividade, isto é, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele. O estudo do discurso explicita a maneira como a linguagem e a ideologia se articulam, se afetam em sua relação recíproca (ORLANDI, 2007, p.43).

Trabalhar com a memória discursiva implica também considerar a anterioridade e a exterioridade, os dizeres já dados e também aqueles já esquecidos ou impossíveis de dizer. Como já repetido em outros capítulos desta tese, muitas vezes, nos dizeres dos textos e no próprio título das matérias jornalísticas sobre o Movimento, existe o implícito de que a reforma agrária e outras lutas estão ultrapassadas, assim como o seu protagonista principal – o MST. O sentido "implícito" envolve muito mais do que o conhecimento escrito, porque absorve o conhecimento pessoal e social, as experiências prévias, as opiniões pessoais e as ideologias, entre outros fatores que desempenham um papel na mudança conceitual das pessoas sobre um determinado assunto. Nessa perspectiva, entendemos que o sujeito-autor, interpelado pela mediação ideológica, já neutralizou certos sentidos e apagou outros, o mesmo

[218]Entendido como *dialogismo bakhtiniano*. Os estudos de Mikhail Bakhtin partiram da ideia de a palavra literária não poder ser admitida como ponto isolado, mas representando a interseção de superfícies textuais, o diálogo de diversas escrituras – a do emissor, a do destinatário, a do contexto ou a de contextos anteriores.

ocorrendo com o sujeito-leitor, que passou a não ter o controle sobre tudo o que diz. É dessa forma que vai ocorrer o entrelaçamento entre a história e a linguagem (ORLANDI, 2007).

Algumas estruturas do discurso também podem ser mais eficientes que outras, no processo de influenciar as mentes dos receptores, de acordo com o próprio interesse dos falantes ou escritores. Hoje, o discurso jornalístico se caracteriza pela institucionalização de sentidos, constituindo o imaginário social e mobilizando a memória do passado, de maneira que ela seja percebida como natural e, consequentemente, possa afetar os sentidos futuros. Entendemos não ser possível falar do papel da mídia nesse campo específico sem falar de sua influência no meio social como um todo[219]. Devemos investir sempre no debate sobre os modos pelos quais a realidade é construída por meio da elaboração de textos jornalísticos. No caso do MST[220], o discurso veiculado pela mídia nos revela a tendência de a imprensa noticiar os fatos a partir de construções semanticamente negativas do Movimento, que direcionam a opinião pública sempre contra, sem que, na maioria das vezes, seus integrantes tenham o mesmo espaço para se defenderem, conforme comprovado nas análises da *Intervozes* sobre a cobertura feita pela mídia a respeito do MST durante a CPMI da terra[221].

> Em muitos casos, o MST é citado como referência para a baderna, violência ou relações de prevaricação com o poder público. Daí a diversidade de temáticas em que o Movimento aparece, muitas vezes, apenas como exemplo de comparação para uma atitude "radical", no sentido pejorativo do termo, de outros grupos sociais (Vozes Silenciadas, 2011, p.57).

De forma aparente, a grande imprensa desenvolve no seu interior mecanismos contraditórios que poderiam pôr em jogo o seu papel de elemento fundamental na sedimentação da hegemonia burguesa. Assim, os movimentos sociais desejam e rejeitam a presença da grande imprensa nas suas manifestações. Ela pode, ou não, se constituir num poderoso meio de ressonância de reivindicações de luta. Nós, como receptores, com o nosso conhecimento e repertório, também participamos desse discurso construído pela mídia, pois funcionamos como multiplicadores dessas impressões, através de relatos e conversas casuais. "O discurso público [...] é um produto resultante de um complexo jogo de interações..." (MELUCCI, 2001, p.145). Os textos jornalísticos tidos como informativos costumam trazer

[219]Segundo a professora Virgínia Fontes (2008), é de importância crucial a análise das formas de convencimento, de formação e de pedagogia, de comunicação e difusão de visões de mundo, além das contradições presentes em cada período histórico, pois são reconhecimentos decisivos para o pensamento crítico.
[220]O MST se constitui como um ator político importante, pois também se trata de um grupo capaz de influenciar, na contemporaneidade, a opinião pública (COMPARATO, 2008).
[221]Relatório "Vozes Silenciadas", realizado pela Intervozes Coletivo Brasil de Comunicação Social, em 2011, que analisou a cobertura da mídia sobre o MST durante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra.

outras *vozes* além da do veículo emissor, evidenciando algumas das estratégias de polifonia[222] (BAKHTIN, 1981) da produção jornalística, que são trabalhados na instância de produção e de onde se pode apresentar o discurso da grande imprensa sobre as questões ligadas ao MST.

> A rigor, a opinião pública não constitui propriamente um ator político. Mesmo assim, ela tem aqui o seu lugar porque, no caso específico do MST, a opinião pública tem-se revelado um elemento importante para as decisões do governo e também para as tomadas de decisões de representantes no Legislativo (COMPARATO, 2003, p.187).

Nota-se a incansável procura pela deformação do MST. Essa atribuição de estereótipos aos movimentos sociais, de certa forma, retira a culpa daqueles que detêm o poder, tendo em conta que uma das representações desse poder, hoje, em constante circulação nas sociedades, se dá por meio do discurso, transmitido aos sujeitos sociais pela mídia. A unidade da análise deste trabalho são os textos e é na superfície *desses textos* que podemos encontrar as pistas ou marcas deixadas pelos processos sociais de produção de sentido (PINTO, 2002). A fim de envolver diversos aspectos da luta do Movimento, o universo de estudo abrangeu 540 edições (três meses em 1995, 2000 e 2007, selecionadas em dois jornais), focado em textos informativos, publicados no período dos congressos do MST nos jornais *Folha de S.Paulo* e *Zero Hora,* isto é, no mês imediatamente anterior ao do evento, no mês do evento e no subsequente, de forma a termos subsídios para apresentarmos uma leitura do comportamento dessas notícias e seus efeitos de sentido sobre a massa de leitores.

De início, ressaltamos que, como nossa proposta é analisarmos as regularidades de enunciação, nos prenderemos mais na profundidade dos textos do que na quantidade de dados presentes nas notícias sobre o MST, além de não nos preocuparmos com verdades ou mentiras, pois isso foge aos nossos propósitos. Criado oficialmente, em 1984, como um movimento voltado para a realização da reforma agrária e da transformação social do Brasil, o Movimento está estruturado em 24 estados brasileiros e articulado internacionalmente. Seus integrantes sabem que a sua sobrevivência não pode ser garantida apenas pelo acesso à terra, e que a conquista e a permanência nela dependem da capacidade de organização coletiva, da coesão em torno de objetivos comuns, da mobilização de massa, da construção de uma rede social de apoio, de planejamento e de conhecimento. Assim, reúnem-se a cada cinco anos em Congressos Nacionais, em que são discutidas análises de conjuntura, expectativas e visões sobre o papel da reforma agrária, como política pública e modelo social e econômico para o país.

---

[222]Conceito caro à linguística contemporânea, utilizado metaforicamente por Bakhtin na análise da obra de Dostoiévski. Seria a presença de outros textos dentro de um determinado texto.

Considerando a sua capacidade de disseminação da informação no espaço global, a mídia detém o poder de dar nomes – estabelecendo condições de referenciar os objetos e eventos sociais –, de configurar visões de mundo ao comentar eventos em linguagens e transformar práticas através dessas linguagens. Os usuários da comunicação contribuem, também eles, conforme já registrado, para a formação do discurso público, por meio da filtragem das mensagens, da atuação das redes de comunicação cotidianas e das escolhas de consumo que levam aos diversos meios (MELUCCI, 2001, p.144). Assim, a compreensão que temos do mundo é filtrada pela linguagem midiática e seus sistemas simbólicos. Essa dimensão simbólica da mídia está relacionada, portanto, ao fato de esta, muito além da informação, produzir significações nas sociedades atuais. Daí, o MST ter que agir contra as representações negativas para enquadrar e definir a questão pública e continuar a buscar solução para seus objetivos.

> [...] a notícia não é apenas "vista" ou "presenciada" de maneira diferenciada por diversos repórteres em sua fonte, mas sofre também um tratamento que passa pelo "subjetivismo" dos redatores e pela "ideologia" de cada jornal. Todos esses desvios da notícia metamorfoseiam o sentido original (SANT'ANNA, 1988, p.72).

Esses desafios geralmente não são objetos de notícias por parte da imprensa, que afasta esse saber da massa da população. Hoje, as redes sociais, por intermédio da internet, a imprensa de resistência, oriunda de sindicatos, movimentos sociais e outras organizações, além de trabalhos e revistas acadêmicos, já caminham no sentido de divulgar essas informações, mas com menor alcance de público. No entanto, o paradigma do "pensamento único", que resiste nas sociedades neoliberais, ainda propõe que os trabalhadores do campo praticam o chamado "terrorismo agrário" ou que são "comunistas". A mídia produz subjetividade, mostrando uma visão dos fatos e se aproveitando do impacto e das tensões que os temas provocam no imaginário daquele que escuta ou lê a matéria jornalística, isso porque o mundo no qual vivemos está irremediavelmente construído pela informação. O problema é que essa retórica não se confirma nos fatos e nem nas propostas do MST, discutidas e apresentadas em seus congressos. Como veremos a seguir:

Em 1995, por exemplo, no III Congresso Nacional, ocorrido em Brasília de 24 a 27/07, sob o tema "Reforma Agrária, uma luta de todos", foi priorizada uma política de fortalecimento interno da organização, tendo como objetivos a elaboração do programa agrário, o aperfeiçoamento dos métodos organizativos, formas de luta e articulações com outros setores sociais do país, organizações camponesas da América Latina e de outros continentes. E, apesar dessas lutas emplacarem algumas vezes como notícia, e participarem de agendas midiáticas, nunca apresentam a dimensão correta dos eventos. No IV Congresso,

realizado de 7 a 11/8/2000, a luta pela reforma agrária não podia mais ser ignorada, nem pelo governo nem pela "mídia burguesa" (BORGES, 2009). Os desafios que se apresentavam à luta, naquele contexto histórico, levaram os militantes as seguintes reivindicações: 1º) o enfrentamento com o modelo neoliberal; 2º) o fortalecimento e a ampliação da política de relações internacionais 3º) as articulações, os esforços organizativos e a elaboração teórica, junto com outras forças sociais, em torno de um projeto popular de desenvolvimento para o país; e 4º) o enfrentamento com o projeto das elites para a agricultura. A palavra de ordem escolhida para o período foi "Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio".

Como vamos perceber neste trecho da matéria publicada na *Folha de S.Paulo*, em 12/8/2000, sobre o IV Congresso, o enfoque não será a discussão dos problemas nacionais para a definição de políticas públicas, como constatamos até mesmo pelo título da matéria, assinada por Eliane Silva, da *Agência Folha*, em Brasília: **Reunião do MST prega invasão e queimada.**

Seguem os dois primeiros parágrafos:

> "Invadir latifúndio, identificar e queimar plantações de alimentos transgênicos, buscar alianças até com pequenos empresários e realizar a maior jornada de lutas da história do movimento em abril do próximo ano.
>
> "Essas são as principais tarefas delegadas aos 11 mil sem-terra que participaram do 4º Congresso Nacional do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), encerrado ontem em Brasília (DF)."

O V Congresso, o último que integra a nossa análise (de 11 a 15/6/2007) – o próximo está em fase de organização e ocorrerá em 2013 – também aprovou diversas reivindicações que constaram de uma carta aberta aos seus militantes. Eis algumas propostas: 1º) articular com todos os setores sociais e suas formas de organização para construir um projeto popular que enfrente o neoliberalismo e as causas estruturais dos problemas que afetam o povo; 2º) lutar para que todos os latifúndios sejam desapropriados, prioritariamente as propriedades do capital estrangeiro e dos bancos; 3º) lutar contra as derrubadas e queimadas de florestas nativas para expansão do latifúndio e combater o uso dos agrotóxicos e a monocultura em larga escala; 4º) combater as empresas transnacionais que querem controlar as sementes, a produção e o comércio agrícola brasileiro; 5º) exigir o fim do trabalho escravo, a superexploração do trabalho e a punição dos seus responsáveis; 6º) lutar para que a classe trabalhadora tenha acesso ao ensino fundamental, à escola de nível médio e

à universidade pública, gratuita e de qualidade.[223] A proposta central do congresso foi "Reforma Agrária: por justiça social e soberania popular".

Uma matéria de 12/6/2007, também da *Folha*, publicada no período do V Congresso, faz um jogo estranho de palavras: sob o título **Lula não é convidado para o Congresso do MST,** o texto, em seu último parágrafo, diz:

> "No atual congresso, o MST quer denunciar o avanço conjunto do latifúndio, do capital financeiro e das empresas transnacionais no campo. Para isso, montou uma megaestrutura no centro de Brasília para receber os integrantes. O aparato inclui 24 cozinhas (uma para cada Estado), 350 chuveiros e 200 banheiros químicos, além de barracos que, juntos, somam 31 mil m^2 de lona."

Coerente com a linha política apresentada pelo jornal, e mesmo noticiando o congresso, o sujeito-autor do texto deixou escapar um interdiscurso, parte das condições de produção do discurso que determina os dizeres a partir da relação do sujeito com a língua e com a história, através da ideologia. "*Como uma instituição contrária aos preceitos do capitalismo tem verba suficiente para promover um evento dessa grandeza?"*

Mesmo publicando notas a respeito dos eventos, verificamos nos jornais selecionados que o assunto não fala das reivindicações do MST como projetos societários importantes para uma maioria de excluídos; pois as reivindicações podem ser consideradas demandas legítimas pelos preceitos de um país que se diz democrático. Trata-se de um silêncio planejado pelos órgãos da mídia jornalística, pois as linhas políticas apresentadas deveriam ser saudadas como algo positivo para a sociedade, mas o que ocorre é a desqualificação da notícia, por intermédio de expressões e discursos já conhecidos, ou deslocamentos de uma memória social, guardada nos arquivos da mídia, como percebemos na manchete de meia página sobre o III Congresso, publicada em 26/7/1995, pelo *Zero Hora*, momento em que o MST ainda não era visto como "esquerda raivosa"[224], em alusão à terminologia usada na edição da revista *Veja*, de 3/6/1998, para condenar o movimento como *comunista*.

> **Sem-Terra fazem protesto hoje no Ministério da Agricultura – Os colonos vão entregar documento com suas reivindicações.**

Aqui, um instrumento democrático de busca de soluções para algum problema é usado como uma artimanha, uma espécie de *ação de protesto* articulada a uma *manifestação*,

[223]Para conhecer as demais reivindicações, ver site oficial do MST: <www.mst.org.br>.
[224]Nos primeiros meses do mandato de FHC, a reforma agrária aparecia nos planos do governo de forma civilizada e a "demonização" do Movimento ainda não tinha ocorrido, tomando proporções de uma verdadeira guerra, posteriormente.

Um subtítulo sem destaque alertara sobre o desinteresse do material publicado pelo jornal. A expressão "III Congresso" só aparecerá no "miolo" de alguns parágrafos, sem nenhum indicativo da importância do encontro para as lutas do MST e para a sociedade. Apenas um "box[225]" com as reivindicações, uma espécie de discurso de reconhecimento, dá um caráter mais democrático ao tratamento da matéria pelo jornal.

Com base no discurso apresentado, verificou-se o registro de aspectos extralinguísticos, sob a forma de propriedade e de marcas, como escolhas vocabulares, construções frasais e organização textual. São esses elementos que, nas suas relações com o contexto social e histórico, responsabilizam-se pela construção do sentido. É o papel político dos jornalistas e dos jornais que fica evidenciado na análise dos periódicos. Ao representar o cenário político, o jornalismo constrói/reconstrói um discurso que participa das culturas, não apenas dizendo que elas fazem parte das condições de produção dos discursos jornalísticos, mas ainda que são elas também autoras desses discursos. Se as representações que permeiam o imaginário da sociedade são hoje mediadas pelos meios de comunicação, esses meios e a cultura midiática em geral integram e assumem um papel central no processo e na estrutura política e social deste país. Em maioria, os conteúdos são racionalmente estratégicos para um fim específico, que tanto pode ser o que a sociedade deseja e ao qual aspira, quanto o que a mídia apresenta para impor valores e verdades.

> [...] a principal limitação do jornalismo comercial deve-se ao fato de estar subordinado ao interesse das elites, além de um motivo ainda mais óbvio: o próprio monopólio dos meios de comunicação. Sendo assim, é claro que a representação dos sem-terra – assim como de todos aqueles que não participam da sociedade de consumo – será tendenciosa (palavras da jornalista e diretora do Centro de Justiça Global, Maria Luíza Mendonça, *apud* MORISSAWA, 2001, p.220).

Num total de 413 matérias analisadas, sendo 139 publicadas no *Zero Hora* e 274 na *Folha de S.Paulo*, observamos que o enquadramento predominante, em ambos os jornais, foi o policial e essa predominância, de certa forma, era esperada pelos estudos anteriores sobre o assunto, constantes de artigos, relatórios, dissertações e teses referenciados no início desta pesquisa. A imprensa, em sua vigilância diária, apresenta-se como lugar de estabilização dos sentidos sobre a realidade, pois se apresenta como porta-voz da sociedade. A concretização das ações do jornalismo como ator social em interação com os demais atores com os quais ele se relaciona ocorre, não somente a partir de definição de uma linha editorial, própria de cada veículo, mas também em razão de quais serão as escolhas dos acontecimentos que irão compor um determinado noticiário. Essa escolha está relacionada a uma série de

[225]Box é um espaço graficamente delimitado, que normalmente inclui um texto explicativo ou sobre assunto relacionado à matéria principal.

procedimentos técnicos que são comuns às empresas jornalísticas[226]. É dentro desse processo que promovem o enquadramento, que significa mais do que colocar em evidência aspectos para a interpretação dos acontecimentos narrados, pois revelam as especificidades de sua participação nas dinâmicas de construção social da realidade.

Salientar determinadas ações do Movimento é recorrente no jornalismo; dar ênfase aos aspectos negativos sem dizê-los diretamente, através de técnicas de enquadramento, é comum. Como ilustrado no fragmento retirado da edição de 10/5/2000 da revista *Veja*. Muitas vezes, o sentido já se apresenta "colado" ao Movimento, apesar de o discurso jornalístico se caracterizar pela ilusão da imparcialidade e da neutralidade dos fatos, pois, nesse caso, diz repetir o que o próprio Movimento diz. Assim, está reforçada a ideia de que o autor é testemunha dos fatos e seu relato puro testemunho da realidade.

> Na prática, quem observa a trajetória do MST verifica que, pouco a pouco, ele modifica sua visão a respeito desses objetivos. Numa palavra, o MST não quer mais terra. O movimento quer toda a terra, quer tomar o poder no país por meio da revolução e, feito isso, implantar por aqui um socialismo tardio, onze anos depois da queda do Muro de Berlim, num momento em que Cuba e Coreia do Norte são praticamente o que resta de modelos a imitar nessa área. É o próprio MST que diz isso. Sem constrangimento algum (*Veja*, 10/5/2000).

Há ainda o que podemos chamar de memória discursiva[227] para tecer o texto, o que implica considerar os dizeres já apresentados e também aqueles esquecidos e, às vezes, impossíveis de dizer. São os dizeres que determinam os lugares discursivos, aos quais o sujeito pode filiar-se, afetado pela própria ideologia, acumulada em aprendizados anteriores e já naturalizada pelos arquivos da mídia e de outras informações das quais dispomos. Se a memória ancora a possibilidade de inscrição do dizer do sujeito, permitindo-nos vivenciar a realidade, "um mundo construído pela mediação da informação não pode ser produto da vontade de poucos manipuladores, mas, sim, fruto dos processos de aprendizagem de uma grande quantidade de atores sociais, individuais e coletivos", como destaca Melucci (2001, p.145).

Diante da leitura de alguns títulos, é que passamos a entender, com mais rigor, a afirmação de Berger (1998, p.127), quando nos ensina que o "jornalismo não representa o real, mas o constrói pela linguagem, obedecendo a uma 'gramática de produção' própria do

[226]Normas presentes nos manuais de redação, verdadeiras cartilhas de como abordar o fato jornalístico. São disciplinadores do texto, assumindo, às vezes, a função de orientador quanto aos procedimentos comportamentais e até ideológicos.
[227]Essa memória não se constitui de recordações passadas, de datas e marcações cronológicas, mas, sim, de um "saber discursivo".

contexto e da instituição na qual ele (discurso) é produzido" (as palavras e as expressões são as mesmas usadas por outros meios de comunicação), como caracterizado nas manchetes do jornal *Zero Hora:*

- **MST anuncia nova invasão (1/8/2000)**
- **Foco em assentamento provoca novo confronto (3/9/2000)**
- **Mais fazendas na mira do MST (9/8/2000)**
- **Manifestantes fecham receita na capital (26/7/2007)**
- **Sem Terra e dono de fazenda teriam combinado invasão (26/6/2007)**
- **Confronto deixa um cenário de guerra (11/8/1995)**

Em todos os títulos de matérias selecionados, a mídia jornalística vai buscar no "já dito" e no repetível o seu material. A repetição de cenários de guerra e de uma terminologia indicativa de "terror" se faz presente inúmeras vezes no noticiário, mesmo que o discurso não seja para "condenar" diretamente o MST. Nesses recortes, há um arquivo discursivo dentro de outro, isto é, de títulos e de textos que já circularam no suporte midiático e voltam a ser colados para sustentar a voz da imprensa, pois, dessa forma, trazem de volta sentidos já inscritos pela memória discursiva, reforçando o senso comum[228]. Convém lembrar o papel da imprensa na orientação da atenção dos leitores para determinados temas, uma vez que os jornais são a principal ligação entre os acontecimentos e as imagens que esses acontecimentos formam sobre as pessoas. Como diz Domenico Losurdo, em seu livro *O Império da linguagem*, principalmente após o "11 de Setembro", o Ocidente teve seu discurso e suas premissas reformulados, para justificar a pretensão de um domínio universal.

Interpretar os processos discursivos que estão na base da produção dos sentidos é levar em conta a exterioridade do dizer. É interessante também observar como algumas expressões atualizam outros sentidos; é assim que a ideologia se movimenta e, consequentemente, se naturaliza como um significado único a ser dito (BUCCI; KEHL, 2004). Com bases nesses postulados teóricos, percebemos diversos elementos que, por meio de sua materialidade linguística, inscrevem sentidos construídos pelo discurso jornalístico formado por outras vozes e textualizações discursivas. Para entender essa lógica, é suficiente a leitura dos títulos de matérias referentes ao V Congresso, publicadas em diversos jornais do país, em 13/6/2007**: Stédile: sonho da reforma agrária acabou** (*O Globo*); **Na escola itinerante do MST, crianças já aprendem cartilha da invasão** (*Estado de S.Paulo*); **MST**

[228]Segundo Gramsci, o senso comum possui um núcleo de bom senso, a partir do qual pode desenvolver o espírito crítico. Adverte, contudo, para o risco de uma superestimação do senso comum, cujos horizontes são limitados.

fica próximo do mercado (*Correio Brasiliense*). Esse material será encontrado em muitos discursos, como um sentimento "cristalizado" sobre o Movimento e a reforma agrária.

É a memória discursiva, esse saber que torna possível todo o dizer e que retorna sob a forma de *(pré)construído*, um já-dito que está na base do dizível, que sustenta cada momento da palavra. Tomando, por exemplo, os títulos das manchetes do *Zero Hora*: **Polícia Federal apura presença das FARC** (28/9/2000) e **Sem Terra voltam a empunhar foices e facões** (12/9/2000), verificamos que nossas observações também estão presentificadas por esses enunciados: experiências passadas, de ditaduras, guerras, conflitos, mortes e organizações criminosas. E, ao invés de romper com as situações negativas, nossa memória as convoca novamente. Nosso saber discursivo se constituiu ao longo da história e foi produzindo dizeres, dizeres esses que se constituíram em *interdiscurso*. Como nos explica Orlandi (2007), o fato de haver um já-dito, que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer, é fundamental para compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com os sujeitos e com a ideologia.

Num país onde o mercado é que tem as rédeas da sociedade, a natureza organizacional da notícia é determinada pela interação entre o mecanismo de controle transorganizacional, representado pelo profissionalismo jornalístico, e os mecanismos de controle, pela política editorial. Assim, como os órgãos de comunicação visam ao lucro, é preciso contar ainda com o fator mercado como potencial influenciador do processo de fabricação da notícia. A associação feita pela mídia vale-se do "pensamento intrínseco à lógica monopolista do capital"[229], para dizer que quaisquer formas que fujam à lógica capitalista devem ser consideradas fracassos e que não há alternativa para outras fórmulas. A tematização, o agendamento (ou *agenda-setting*)[230] e a abordagem jornalística estão diretamente associados ao fortalecimento dos mais diversos setores do campo econômico e assim se "confirmam o seu importante papel na figuração da nossa realidade social ... " (TRAQUINA, 2001, p.14).

Observamos que as notícias veiculadas sobre o MST são pautadas em grandes grupos a serem considerados da seguinte forma: policial (ocupação de propriedades, desvio de verbas públicas, porte de armas, violência, baderna, brigas, desacatos à autoridade, passeatas e

[229]Aqui, a expressão é usada como a tradução em termos ideológicos de pretensão universal dos interesses de um conjunto de forças econômicas, particularmente as do capitalismo internacional.
[230]É amplamente conhecida a hipótese da *agenda-setting* a respeito dos impactos do noticiário na formação da opinião pública. (Vide *Nota 100.*)

manifestações), judiciário (julgamentos, tribunais, prisões e condenações) e política (aspectos ideológicos, pressão política e organização do movimento), sempre com a primazia do aspecto policial sobre os demais assuntos. Apesar de observado um número maior de notícias que criminalizam, através de expressões, repetições e efeitos ideológicos, o discurso da mídia tem-se mostrado contraditório; ao mesmo tempo em que inverte ideologicamente os objetivos da organização dá, de certa forma, visibilidade à sua luta social, mas apresentando essas reivindicações deformadas, quando publica as ocupações e manifestações, por exemplo.

O discurso é o lugar em que se pode observar a relação entre a língua e a ideologia, compreendendo como a língua produz sentidos para os sujeitos. Assim, é que as palavras simples do nosso cotidiano, que não sabemos como se constituíram, significam em nós e para nós. A seguir, reproduzimos o primeiro parágrafo, ou lide, de cada matéria, selecionado dos jornais *Folha de S.Paulo* e *Zero Hora*, nos anos de 1995, 2000 e 2007, apenas como uma pequena mostra do panorama encontrado, a fim de comprovar "o porquê" das associações do MST com situações tão negativas. A escolha, por limitar os exemplos ao início de cada matéria, justifica-se por acreditar ser o trecho representativo para as informações que as matérias irão apresentar (ou deveria ser):

Algumas matérias publicadas na *Folha de S.Paulo*, em 1995, 2000 e 2007.

No Pontal, MST invade prédio da Procuradoria

Em protesto contra a proposta do governo de São Paulo de regularizar áreas supostamente devolutas (públicas, que pertenceriam ao governo paulista) no Pontal do Paranapanema, integrantes do MST invadiram ontem prédio da Procuradoria Regional do Estado em Presidente Prudente.
Um grupo de 60 pessoas, segundo a Polícia Militar, permaneceu cerca de quatro horas no local. Alguns manifestantes quebraram um portão. A Polícia Civil abrirá inquérito para investigar o caso (*Folha de S.Paulo*, 27/7/2007).

MST tenta invadir fábrica que foi do irmão de Renan

Cerca de 2.500 sem-terra forçaram portão da Schincariol, mas PM barrou invasão.

Um dia após sem-terra invadirem uma fazenda do deputado federal Olavo Calheiros (PMDB), em Murici (AL), um protesto contra a grilagem de terras reuniu 2.500 pessoas na cidade, terra natal do clã Calheiros. Os manifestantes acusavam o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB), e seu irmão Olavo de apropriação irregular de terras públicas. Os manifestantes tentaram invadir a fábrica de refrigerantes que pertencia a Olavo e foi comprada pela Schincariol. Forçaram o portão, mas foram dissuadidos por policiais militares (*Folha de S.Paulo*, 26/7/2007).

MST bloqueia rodovias no interior do RS

Integrantes do MST (Movimento dos Agricultores Sem Terra) e do MPA (Movimento de Pequenos Agricultores) invadiram ontem a entrada de prédios públicos em Porto Alegre e bloquearam rodovias no Estado. No Paraná, assentados ligados ao MST acamparam ontem na frente de agências do Baco do Brasil em 13 cidades e em frente à Companhia Nacional de Abastecimento, em Apucarana. Segundo o MST, cerca de 5.000 pessoas participaram dos atos. (*Folha de S.Paulo*, 25/7/2007).

Sem-Terra invadem 12 fazendas em SP

Na maior ofensiva do ano em protesto contra o governo de São Paulo, sem-terra invadiram ontem 12 fazendas em nove cidades do interior paulista. As áreas são de produção de cana-de-açúcar e de criação de gado, principalmente (*Folha de S.Paulo*, 25/6/2007).

Sem Terra é morto durante invasão de fazenda no Pará

Um sem-terra ligado ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) foi morto ontem em Irituia (178 km de Belém) durante invasão à fazenda São Felipe, localizada às margens da BR-010. Outros três agricultores ficaram feridos, segundo a polícia civil do Pará (*Folha de S.Paulo*, 3/5/2007).

Polícia prende dez sem-terra acusados de matar capataz em MS

Pelo menos, dez trabalhadores sem-terra, que teriam participado da morte do capataz Luís Corrêa da Silva, foram presos ontem à tarde. Silva foi morto na terça-feira a golpes de foice e machado.
Segundo a Polícia Civil de Iguatemi (MS), os dez suspeitos foram levados sob escolta da Polícia Militar para Naviraí (MS), município que fica a 125 km de onde ocorreu o assassinato (*Folha de S.Paulo*, 10/7/2000).

Manifestantes depredam navio da Libéria com milho transgênico

Manifestantes comandados pela CUT e pelo MST invadiram e depredaram ontem um navio da Libéria (África) que atracou no porto de Recife para descarregar 11,6 mil toneladas de milho transgênico importadas da Argentina. A embarcação foi apedrejada, pichada e atingida por três coquetéis molotov arremessados pelos invasores quando a tripulação estava no convés observando a movimentação. As garrafas cheias de querosene caíram ao lado dos tripulantes que tentavam recolher a escada de acesso ao navio (*Folha de S.Paulo*, 26/7/2000).

TCU investigará desvio de verbas pelo MST

O TCU (Tribunal de Contas da União) vai investigar a existência de esquema de desvio pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) de recursos públicos destinados à assistência técnica em assentamentos e de sua má aplicação (*Folha de S.Paulo*, 12/9/2000).

Juiz pede tropas para reintegração em MG.

O juiz da 6ª Vara Cível de Uberlândia, Armando Conceição Vieira Ferro, determinou que seja enviado ofício ao presidente Fernando Henrique Cardoso,

solicitando o envio de tropas federais para substituir a Polícia Militar de Minas Gerais no cumprimento de uma ordem de reintegração de posse (*Folha de S.Paulo,* 15/9/2000).

Sem Terra estão armados, diz líder

Jaime Amorim, líder do MST em Pernambuco, afirmou ontem que os sem-terra acampados em Igarassu, no Grande Recife, utilizaram armas de fogo em um confronto com policiais militares na madrugada de anteontem. Amorim disse que os lavradores poderão voltar a utilizar armas em outros quatro acampamentos onde, segundo o MST, existem PMs trabalhando com seguranças a serviço de fazendeiros (*Folha de S.Paulo*, 16/9/2000).

Polícia entra em confronto com sem-terra em PE

Um grupo de trabalhadores rurais sem-terra entrou em confronto com a polícia militar ao tentar invadir ontem o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, em Recife. O tumulto ocorreu às 15h e durou dez minutos. Houve correria e empurrou, mas ninguém se feriu gravemente. Um sem-terra desmaiou. (*Folha de S.Paulo,* 9/6/1995).

Líder não descarta a luta armada

Um ex-seminarista que acha difícil conseguir mudanças sociais pela via pacífica é o líder da experiência socialista na fazenda Quissamã. "Não é possível descartar a luta armada porque acho que a elite brasileira nunca vai ser social-democrata", afirma João Somarim Daniel, 27 (*Folha de S.Paulo*, 16/7/1995).

Sem-Terra invadem três fazendas em SP

Cerca de 3.000 sem-terra invadiram, às 6h de ontem, as fazendas Santa Cruz, Washington Luiz e Flor Roxa, no Município de Mirante do Paranapanema, 640 km a oeste de São Paulo. Segundo a PM, as três propriedades tem mais de 3.000 hectares. As fazendas, usadas na criação de gado já sofreram outras invasões há dois anos (*Folha de S.Paulo*, 27/8/1995).

Algumas matérias publicadas no *Zero Hora*, em 1995, 2000 e 2007.

Assentados destroem eucaliptos

De facão em punho, um grupo de 50 assentados destruíram ontem duas plantações de eucaliptos – uma de cinco hectares e outra de três hectares – em pequenas propriedades pertencentes a assentados em Pinheiro Machado (*Zero Hora,* 10/5/2007).

Stédile não comparece à audiência na Justiça

O líder do MST João Pedro Stédile não compareceu à audiência de instrução do processo que investiga a depredação do viveiro de mudas da Aracruz Celulose por 1,5 mil mulheres da Via Campesina, em março de 2006. Ele e mais nove suspeitos estavam convocados por edital para depor ontem (*Zero Hora*, 16/5/2007).

Conflito em Coqueiros dos Sul

Policiais militares teriam sido recebidos a tiros ao tentar conter o furto de gado em Coqueiros do Sul, por volta das 10h de terça-feira. Conforme o registro, feito pela Brigada Militar, cerca de 15 homens acampados numa área do MST, vizinha à Fazenda Coqueiros, teriam sido flagrados baleando animais (*Zero Hora*, 21/6/2007).

Protestos fecham rodovias no rodovias no RS – bloqueios do MST e do MPA provocaram transtornos em estradas

Pelo menos oito trechos de rodovias gaúchas foram bloqueados ontem pela manhã no Estado por protestos dos integrantes do MST– Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e do MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores (*Zero Hora*, 25/7/2007).

Sem-Terra voltam a empunhar foices e facões

Invasão dos prédios da RF e do Incra marcou o reaparecimento das armas nas ações realizadas pelos sem-terra na capital. Foices, facões e porretes de madeira eram empunhados pela maioria dos colonos, incluindo adolescentes (*Zero Hora*, 12/9/2000).

Governo FH reage ao uso de molotov – Planalto achou exagerada ação do MST

O governo federal vai discutir medidas de segurança para evitar que pessoas filiadas ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) utilizem coquetéis molotov em seus protestos (*Zero Hora*, 27/7/2000).

Polícia Federal investigará invasão de navio no Recife – inquérito foi aberto para apurar ação do MST

A Polícia Federal abriu inquérito ontem para investigar a invasão e a depredação do navio Antilanca, carregado com milho transgênico (geneticamente modificado), na terça-feira, no porto de Recife.
A bandeira liberiana da embarcação foi substituída pela do MST e da Comissão Pastoral da Terra, durante o chamado levante do campo (*Zero Hora*, 28/7/2000).

Polícia acusa os posseiros pela violência

A polícia de Rondônia está preocupada com as repercussões do conflito na fazenda Santa Helina e fala até na possibilidade de um grupo de guerrilha estar atuando no Movimento dos Sem Terra. Para se justificar, a polícia utiliza como argumentos os depoimentos de alguns posseiros presos e interrogados depois do confronto com a polícia militar (*Zero Hora*, 11/8/1995).

Sem-Terra denunciam com protesto morte de criança

Revoltados com a morte por desnutrição da menina Marquele Dreher, de quatro meses, filha de um sem-terra, ocorrida sexta-feira, cerca de 600 colonos realizaram ontem protesto no centro da cidade (*Zero Hora, 06*/7/1995).

Ferramentas como “memória discursiva” e “arquivos da mídia” permitiram que identificássemos a inscrição histórica dos sentidos que envolvem as questões relativas ao MST, à terra e às questões agrárias. Entendemos ainda que existem manutenções e rupturas dos sentidos, que passam a ser naturalizados e tidos como os únicos a circularem, sobretudo aqueles que identificam o MST com “grupo perigoso”, que usa violência (invasões, armas, assassinatos e depredações). É como se determinados sentidos estivem colados nas palavras em certas condições de produção. A análise dos discursos também nos ajudou a perceber que a cobertura feita pelos veículos analisados demonstra que, apesar da visibilidade conseguida pelo MST, os dizeres a seu respeito refletem interpretações bastante diferentes sobre a sua realidade. As matérias de ambos os jornais parecem feitas pelo mesmo profissional ou pelo mesmo veículo de comunicação.

No entanto, como a nossa proposta prendeu-se à observação sobre o tratamento dado pela imprensa aos congressos do Movimento, realizados num período aproximado de 10 anos, que englobaram políticas de governo sob o comando de atores diferentes, percebemos, no material pesquisado, que as propostas relativas às linhas políticas discutidas pelo MST, noticiadas de forma negativa, continuam deixando explícita a divisão social das linguagens engendradas pela divisão social do trabalho. De um lado, o discurso da imprensa, o dos donos dos jornais, o da elite, os dos governos e seus representantes, o dos latifundiários, o dos produtores rurais e, do outro, o MST e seus representantes, os trabalhadores do campo e os excluídos, de forma geral. Há um movimento que criminaliza quando a proposta deveria ser a favor dos efeitos da luta pela terra e organização coletiva em prol de mudanças. Falam sempre em violência, porém, ninguém aponta as causas reais geradas pela violência tão propagada nas notícias. Abaixo, como o *Zero Hora* e a *Folha de S.Paulo* registraram os congressos.

> **MST reúne cerca de 20 mil em passeata em Brasília para cobrar reforma de Lula**
>
> Cerca de 20 mil integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) promoveram ontem uma marcha em Brasília para, entre outros pontos, cobrar avanços na reforma agrária. Em frente ao Planalto, gritavam palavras de ordem contra o presidente Lula, que ontem estava no Rio (*Folha de S.Paulo*, 15/6/2007).

> **Lula não é convidado para Congresso do MST**
>
> O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) decidiu não convidar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o 5º Congresso Nacional do movimento, que começou ontem em Brasília, com cerca de 15 mil sem-terra e recheado de ataques ao governo petista (*Folha de S.Paulo*, 12/6/2007).

Ministro rebate MST e diz que Stédile desconhece projetos

O ministro de Desenvolvimento Agrário, o petista Guilherme Cassel, reagiu ontem às declarações de líderes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) contra as políticas de reforma agrária do governo (*Folha de S.Paulo*, 14/6/2007).

Filha de Guevara vai a encontro com petistas

A filha de Ernesto Che Guevara (líder da revolução socialista cubana), Aleida Guevara March, 39, disse ontem, em Campo Grande (MS), que não entende a razão do alto índice de desemprego e miséria existente hoje no Brasil.
(*Folha de S.Paulo*, 7/8/2000).

Incra encontra indícios de desvio do MST

Dentro de 40 dias, o governo deve finalizar as apurações sobre o desvio de recursos da reforma agrária por membros do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) em 29 cooperativas (*Folha de S.Paulo*, 8/8/2000).

Encontro dos sem-terra começa em Brasília

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) iniciou ontem seu 4º Congresso empunhando três bandeiras políticas – instalação de uma CPI sobre o desvio de verbas no Tribunal do Trabalho de São Paulo, limitação do tamanho das propriedades rurais no país e a transferência dos julgamentos de crimes contra os direitos humanos para os tribunais federais (*Folha de S.Paulo*, 9/8/2000).

Sem-Terra rifam carro em congresso

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) decidiu usar uma prática pouco ortodoxa de arrecadar fundos para um movimento político de linha socialista (*Folha de S.Paulo*, 26/7/1995).

Dirigente dos sem-terra diz que invasões independem de negociação.

Uma das dirigentes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), Fátima Ribeiro, disse ontem que mais de 13 mil famílias de sem-terra podem ocupar até o final do ano áreas supostamente improdutivas do país, independente do resultado das negociações que vão ser mantidas nesta semana com o governo federal (*Folha de S.Paulo*, 25/7/1995).

Brasília terá nova manifestação

Depois do "caminhonaço" que reuniu nesta semana produtores rurais, Brasília vai sediar uma manifestação de trabalhadores do campo. De 24 a 27 de junho, será realizado no parque da cidade o 3º Congresso Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (*Folha de S.Paulo*, 21/7/1995).

MST planeja ações em Brasília

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) pretende reunir 17 mil militantes de 24 estados em Brasília, este mês, para discutir os rumos da reforma agrária. Os sem-terra ficarão acampados durante cinco dias, de 11 a 15, nos arredores do Ginásio Nilson Nelson, na região central da capital federal – cerca de dois mil quilômetros em linha reta do Palácio do Planalto (*Zero Hora*, 1/6/2007).

MST oficializa luta contra agronegócio

O combate do agronegócio será oficialmente assumido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) a partir de hoje em Brasília. O discurso contra as empresas que investem em negócios de compra de terras e que há dois anos vem ganhando espaço no movimento será o tema principal do 5º Congresso Nacional, que começa hoje (*Zero Hora*, 11/6/2007).

Presença de Lula é vetada em Congresso do MST

Em encontro iniciado ontem em Brasília, o movimento quer se distanciar do presidente, um aliado histórico. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretendia comparecer ao 5º Congresso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que teve início ontem, mas foi vetado pelos líderes do Movimento (*Zero Hora*, 12/6/2007).

MST prepara discurso crítico ao governo Lula

O congresso nacional que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) encerra hoje, em Brasília, deverá emitir um sinal de alerta ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (*Zero Hora*, 14/6/2007).

MST organiza manifestação em Brasília na quinta-feira

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) iniciou ontem, à noite, seu 4º Congresso e prepara uma nova manifestação na capital federal. No encontro o Movimento pedirá a instalação de uma CPI sobre o desvio de verbas no Tribunal regional do Trabalho de São Paulo, a limitação do tamanho das propriedades no país e a transferência dos julgamentos de crimes contra os direitos humanos para tribunais federais (*Zero Hora*, 08/8/2000).

Mais fazendas na mira do MST

Sem-Terra reunidos em congresso em Brasília revelam que bastará 700 hectares para uma propriedade ser invadida.

Na região Sul, bastará ter 700 hectares para uma propriedade ser alvo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Antes na região, os sem-terra costumavam invadir áreas com pelo menos o dobra de tamanho. A ampliação do alvo no 4º Congresso Nacional do MST, em Brasília, é aprovada pelo secretário estadual de agricultura Hermeto Hoffmann, que foi ao encontro (*Zero Hora*, 09/8/2000).

Farsul reage ao MST

Entidade convocou duas reuniões para a próxima semana. Fazendeiros gaúchos preparam uma mobilização para responder à nova estratégia de invasões do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O maior temor está nos 2.855 imóveis com área entre 700 e 1,4 mil hectares (*Zero Hora*, 10/8/2000).

Delegados reúnem-se em Brasília - delegados do MST farão passeata e entregarão carta no Planalto

Os delegados do Movimento dos Sem Terra MST (MST) instalarão hoje o seu terceiro congresso, divulgando uma lista com 1.227 nomes de produtores rurais devedores do Banco do Brasil. As lideranças do movimento querem que o banco

> cobre, em terras, as dívidas desses fazendeiros para que o governo possa assentar mais de 200 mil famílias (*Zero Hora*, 25/7/1995).
>
> **Sem-Terra fazem protesto hoje no Ministério da Agricultura**
>
> Depois dos agricultores endividados na semana passada, chegou a vez dos sem-terra ocuparem a Esplanada dos Ministérios, hoje, para protestar contra a política agrária do governo. Os 5.200 delegados do 3º Congresso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) promovem às 14h uma manifestação em frente ao Ministério da Agricultura e entregam um documento com suas reivindicações ao ministro substituto Ailton Barcelos (*Zero Hora*, 26/7/1995).

Nas notícias publicadas durante os Congressos do MST, nos anos de 1995, 2000 e 2007, não foram encontradas discussões ou comentários sobre as políticas propostas pelo Movimento, a não ser quando diluídas entre assuntos menos importantes ou carregados de conotação, descaracterizando-as. Continuaram tendo visibilidade os discursos referentes às manifestações de hostilidade, passeatas, críticas, brigas, baderna, invasões à propriedade alheia e atos violentos construídos numa cadeia de sentidos de destruição, perigo e ameaça, únicos autorizados a circular no campo midiático. Pouco ou nada apareceu sobre os projetos societários e as questões agrárias, bandeiras importantes do MST ao longo de seus 28 anos de existência. Agir estrategicamente não significa aceitar a lógica midiática, mas tentar reverter os enquadramentos cristalizados, fugindo das armadilhas deixadas no caminho pela imprensa privada.

Das 18 notícias encontradas nos jornais estudados, que, de alguma forma, registraram os congressos, poucas foram as que, desde o título ou dos primeiros parágrafos, fizeram algum indicativo ou menção ao evento. Em maioria, os jornais preferiram, inicialmente, trabalhar a instância da memória como produtora de um efeito de consistência para enfatizar o que a imprensa já tem como imagem do Movimento e, depois, falar sobre a realização dos congressos. Logo, quanto menos vivenciamos um fato, mais dependentes somos da mídia para reportá-lo. E se temos apenas a visão dessa mídia sobre esse determinado fato, mais homogêneas serão nossas opiniões quanto aos assuntos tratados. E apesar de a *Folha de S.Paulo* ter-se mostrado, em suas matérias, mais radical em seu vocabulário do que o *Zero Hora* nesse período, constatamos que a descrição negativa em ambos os jornais possui características similares às descritas por outros meios de comunicação, com pequenas flutuações e diferenças entre uma ou outra matéria jornalística.

Nossa pesquisa tentou atravessar o véu das evidências que sustentam os sentidos dos discursos presentes na mídia jornalística, em especial nos textos dos jornais *Zero Hora* e

Folha de S.Paulo com relação às políticas estruturais do MST, apresentadas nos seus Congressos Nacionais, indagando os modos como essas textualizações se inscrevem no cenário político e social. A realidade encontrada não é apenas uma construção simbólica da mídia, pois os jornais abrem janelas de visibilidade que estão fechadas para exame público, mas ao expor essa realidade também abrem espaços para outras interpretações. A abordagem evidencia a apresentação de enunciados carregados de juízos de valor e expressões cunhadas sob a ação da mesma ideologia. Impossível não perceber os encadeamentos de significados nos interstícios da linguagem jornalística, presentes dos títulos às formações discursivas, afetadas diretamente pela voz do sujeito-autor. Na trama do discurso jornalístico, não encontramos nem heróis nem vilões, apenas um enredo de dizeres que precisam de outras vozes.

Na verdade, em nossa análise, investigamos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foi tratado com relação aos seus projetos societários nas textualizações que circularam, em determinados períodos, em dois veículos impressos de comunicação. Nesse exame, flagramos muitas pistas enoveladas em uma só trança discursiva, possibilitando-nos observar um embate de interesses de classes, fundamentado em torno da propriedade e do tipo de produção agrícola. O que a imprensa analisada nesta tese sustenta, de maneira reiterada, é a defesa da grande propriedade privada. Da mesma forma, também o agronegócio, aliado dessa imprensa, mostra-se hostil à pequena propriedade e ao seu modo de produção, elaborando a sua sistemática crítica sem concessões ao MST.

5 CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

> *... As pessoas perguntam se vamos desistir de noções clássicas como luta de classes e outras. Não se trata de desistir, mas, sim, de ser capaz de projetar esses conceitos de outra forma e mostrar que essas lutas existem desde o início do capitalismo. Temos de encontrar termos contemporâneos para mostrar à sociedade o que está acontecendo. Isso é o que eu chamo de luta pelo discurso.*
>
> Fredric Jameson

O *corpus* desta tese propõe refletir sobre a relação entre o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e a mídia brasileira, em especial a impressa, tomando como eixo norteador desse debate as estruturas da sociedade capitalista. No Brasil e no mundo, a mídia tem-se apresentado como um importante instrumento de manutenção do consenso em torno de interesses políticos e econômicos que, na realidade, configuram o processo de construção das notícias, cujas mensagens transmitidas formam a opinião pública sobre os acontecimentos. Para entender o papel da mídia atualmente, é preciso perceber a relação da imprensa com o mundo capitalista. Desde o estabelecimento da imprensa com caráter periódico, no século XVII, ela já estava ligada diretamente às necessidades da burguesia ascendente. A história da imprensa é a história de sua concentração. As forças democráticas já sofreram algumas derrotas em suas tentativas de destituir os oligopólios midiáticos, pois "a mídia tornou-se fonte alimentadora das engrenagens indispensáveis à hegemonia do capital, uma espécie de 'mais-valia decisória' que se qualifica como recurso básico de gestão e produção" (MORAES, 2004)[231]

> Tal como concebida por Gramsci, a constituição de uma hegemonia é um processo historicamente longo, que ocupa os diversos espaços da superestrutura ideológico-cultural. As formas históricas da hegemonia nem sempre são as mesmas e variam conforme a natureza das forças sociais que a exercem, Na perspectiva gramsciana, a hegemonia pode [e deve] ser preparada por uma classe que lidera a constituição de um bloco histórico [ampla e durável aliança de classes e frações] (MORAES, 2008, p.18).

Contrário à concepção capitalista de mundo, o MST, que atua no sentido de negar essa ordem e, principalmente, contra a manutenção da propriedade privada, convive com a ação condenatória dos grandes monopólios e oligopólios midiáticos, que buscam a criminalização do Movimento a qualquer custo. A luta do Movimento contra a hegemonia neoliberal repensa o papel da propriedade, da produção e do próprio homem em meio à essência do capitalismo no campo. Nosso estudo compreende que há uma relação conflituosa

[231]Revista *Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación* (<www.eptic.br>. V. 6 n.2 – Ago/2004). Acesso em: jan.2011.

e contraditória entre o MST e a mídia, pois, apesar de a mídia ignorar as reivindicações e lutas dos militantes do Movimento, o MST precisa conquistar visibilidade social e compartilhar suas lutas. Por outro lado, a mídia, por ter o monopólio da informação, pode contribuir tanto para a conquista de simpatias quanto para estabelecer uma visão desfavorável da sociedade. Os meios de comunicação trabalham nesse embate, independentemente dos princípios de liberdade e isenção defendidos em público pelos "donos da mídia"[232]. No entanto, não reconhecem as ações do MST voltadas para a superação da desigualdade na distribuição de terras.

Várias outras pesquisas já apontaram que a imprensa tem um papel relevante como representação de classe. Outro fator presente nas análises é a questão do poder. Ele não apenas interfere no embate ideológico, mas também na disputa política e nos processos eleitorais. A compreensão sobre o papel político da mídia, no mundo contemporâneo e no Brasil, mostra-nos a parcialidade da sua cobertura. Fala-se em reforma política, mas não em democratização da mídia, sendo a segunda necessária à primeira. Muitos trabalhos identificam as forças que utilizam a mídia como um instrumento de poder e também como essa mídia se constituiu em um campo autônomo que tem crescente força sobre os comportamentos e as decisões. Exemplo dessas demonstrações foi a pesquisa realizada pela Intervozes[233], lançada em agosto de 2011, que fez um levantamento em várias mídias sobre a cobertura feita do MST durante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, instalada no final de 2010, por imposição da bancada ruralista, que visava criminalizar os que lutam por terra neste país. O relatório apresentado concluiu como a mídia aborda de forma pejorativa as ações do Movimento.

> A luta que é travada no interior do campo do jornalismo gira em torno do ato de nomear, pois, nele, se encontra o poder de incluir ou de excluir, de qualificar ou desqualificar, de legitimar ou não, de dar voz, publicizar e tornar público (BERGER, 1998, p.22).

Para Gohn (2000), a mídia tem retratado os movimentos sob parâmetros ideológicos, de forma a condená-los pelas suas lutas. Nesse sentido, Arbex Jr. (2003, p.149) também registra que "o jornalismo brasileiro sempre fora marcado por demonstrações explícitas de hostilidade com as organizações populares e que esse processo de criminalização dos movimentos sociais não é recente". Como aparelho privado de hegemonia, a mídia em

---

[232] *Cf.* endereço eletrônico: <www.donosdamidia.com.br> (idem *Nota 112).*

[233]Intervozes Coletivo Brasil de Comunicação Social (disponível em: <www.intervozes.com.br>). Ver relatório VozesSilenciadas_final_2908. Acesso em: ago.2011.

geral propõe permanentemente interpretações sobre a realidade. Outra tática é sempre apresentar exemplos que sirvam como modelo de certo e errado, reproduzindo, muitas vezes, um maniqueísmo do bem contra o mal. A crença da neutralidade nunca existiu, já procurava desmistificar Marx (2009) em seus artigos na imprensa de sua época, pois ela expressa o interesse de classe. Suas análises levam-nos a desvelar os interesses subjacentes e analisar a mídia sem cair na tentação de contrapor *quem é o certo* e *quem é o errado* na trama do discurso jornalístico. No artigo "A Opinião dos Jornais e a Opinião do Povo", publicado em 31/12/1861, no *Die Press*, cujo fragmento citamos a seguir, ele disseca os laços políticos e econômicos dos grandes jornais britânicos diante de um determinado caso.

> Políticos do continente, que imaginam que na imprensa de Londres eles têm um termômetro para o temperamento do povo inglês, chegam inevitavelmente neste momento a falsas conclusões. Com as primeiras notícias do caso *Trent*, o orgulho nacional inglês se inflamou e o grito por guerra com os Estados Unidos ressoou em quase todos os setores da sociedade. A imprensa londrina, por outro lado, fingiu moderação e até mesmo *The Times* duvidou da existência de um *causus belli* (MARX, 2009, p.185).

Como aparelho privado de hegemonia (GRUPPI, 2000), os órgãos de imprensa propõem permanentemente interpretações sobre a realidade que contribuem para que os leitores formulem suas visões de mundo[234]. A mídia como agente político que é tenta desmobilizar o MST[235]; primeiro, sob o ponto de vista organizativo, tentando criminalizar o Movimento. Outras estratégias prendem-se a acusar os seus dirigentes e integrantes como responsáveis por assassinatos, recebimento ilícito de recursos públicos, incentivo à invasão de propriedade e depredação do patrimônio público[236]. Finalmente, de forma mais sutil, por meio da descentralização da reforma agrária, evitando dizer que a luta caracteriza-se como enfretamento entre o governo e o Movimento. Por sua atuação, ao longo de mais de 28 anos, o MST tornou-se um dos mais importantes movimentos contestatórios à exclusão social no Brasil. Sua luta intransigente pela terra, questionando a inviabilidade da propriedade privada, fez dele alvo da mídia, que o transformou numa organização que rompe com a esfera da ordem e da democracia.

> O *mea culpa* não impediu que, ao longo do século 20, todo e qualquer movimento social e popular fosse novamente "demonizado", perseguido e, eventualmente, massacrado. A vítima mais importante desse processo no período recente, tanto em termos numéricos quanto sociais, é o MST, cujo imenso crime é dar uma expressão organizada à multissecular luta pela reforma agrária. O massacre de Eldorado dos Carajás, praticado pela Polícia Militar do Pará, em 17 de abril de 1996, quando

[234]Como meio privilegiado de que a burguesia dispõe para expressar sua vontade, defender seus interesses econômicos e preservar seu poder político, os jornais desempenham, segundo Gramsci, a função de "partidos".
[235]A imprensa busca construir um novo olhar para o leitor acerca do Movimento: o de um espaço organizado por indivíduos que desconsideram a lei e que, na prática, usam a força para obter o que querem.
[236]Ver matérias publicadas sobre o MST em revistas e jornais de grande circulação no país, nos últimos 15 anos.

> foram assassinados dezenove militantes do MST, foi um marco emblemático, um momento visível de uma guerra permanente, subterrânea, devidamente ocultada pela mídia e movida pelos órgãos repressivos do aparelho de Estado, não raro em aliança com pistoleiros pagos por fazendeiros e "coronéis" (ARBEX JR., 2003, p.151).

O impacto do MST tende a ser parcial, mesmo em suas ações mais contundentes, como o a*bril vermelho*[237], pois, mesmo incluído na agenda midiática, seu enquadramento continua inalterado[238]. Suas ações somente são reconhecidas quando a ordem política se rompe, mas o impacto cotidiano de seus projetos e bandeiras de luta raramente é *(re)conhecido*. A mídia sempre vai retratar o Movimento segundo certos parâmetros ideológicos, sob quais interesses – sejam políticos, sejam econômicos – configuram-se os processos de fabricação da notícia. Há nos interstícios da linguagem jornalística relações de poder engendradas por determinadas disputas, que marcam a posição dos sujeitos no discurso midiático. "Por meio do uso seletivo de fontes de informação, rotinas jornalísticas consagradas e seleção de assunto para histórias, a mídia jornalística decide quais atores serão representados, [...] o que será dito a respeito deles e, em especial, como será dito" (DIJK, 2008, p.73). Como o MST, na maioria das vezes, não assume o lugar da fala na mídia, não pode ter seus discursos confirmados e/ou legitimados.

A partir de suas concepções teóricas e práticas, o Movimento busca provocar as mudanças que a ele interessam, questionando as formas de dominação econômica, política, cultural e social e tentando reconhecimento por direitos, em especial aqueles que se referem à valorização do campo como espaço da vida. Hoje, ao nos debruçarmos no exame de sua proposta de desenvolvimento para o campo brasileiro, com eixo na geração de emprego, na preservação do meio ambiente e na produção de alimentos, percebemos que o MST tem papel importante na modernização da sociedade (MEDEIROS, 2009), impondo-se num processo discursivo da relação entre direitos individual e coletivo. No entanto, esse lado da sua interlocução está silenciado, porque o discurso do agronegócio construiu, com a ajuda da própria imprensa, através da propaganda de valorização, uma tessitura de sentidos de potência como se ele pudesse ser partilhado por todos[239]. Há, hoje, uma relação muito forte entre o agronegócio e os meios de comunicação. Sabemos que nós, leitores, para interpretarmos um

[237]Para denunciar a desigualdade do campo e não esquecer a sua história, o MST, no mês de abril, intensifica suas ações, ocupando terras improdutivas e/ou passíveis de reforma. O mês é lembrado pelo massacre ocorrido em 1996 contra os sem-terra, em Eldorado dos Carajás, no Pará.

[238]O MST, mesmo conseguindo sugerir pauta, continua sendo enquadrado nos âmbitos policial e judiciário, quase nunca no político.

[239]*Cf.* artigo da professora Regina Bruno: Movimento Sou Agro: marketing, *habitus* e estratégia do poder do agronegócio. O texto mostra como a mídia e o *marketing* rural atuam a favor do agronegócio. Disponível em: <http://xa.yimg.com/kq/groups/17003889/1673911383/name/Movimento+Sou+Agro-texto-Regina+Bruno-GT16-Anpocs.pdf>. Acesso em: out.2012.

texto, precisamos recuperar a historicidade das palavras para compor a nossa memória discursiva em relação a um determinado fato... É assim que a mídia nos empresta as significações e os modos de dizer.

> A opção pela modernização técnica sem reforma agrária, estratégia promovida atualmente pelo agronegócio, ganha força política, precisamente, pelo fato de se compor como modelo de ajustamento constrangido da economia brasileira às restrições do setor externo. Ao viabilizar-se como orientação concertada de política econômica, agrícola e externa, imiscuindo-se também no campo ambiental, agrava o quadro de exclusão no campo agrário (DELGADO, 2010, p.108).

Os meios de comunicação desempenham papel fundamental na construção de sentido social e é a partir deles que realizamos o intercâmbio desse sentido. Eles nos direcionam e nos apontam os caminhos a seguir, daí constituírem-se em campo de disputa social e política. A informação jornalística é uma experiência que já vem *pré-formada* pelos mediadores e pelo sistema no qual estão inseridos. No século passado, com o advento dos meios eletrônicos, em especial a televisão, a mídia transformou-se, definitivamente, em "aparelho privado de hegemonia", ainda mais eficaz na articulação hegemônica e contra-hegemônica, na sua capacidade de construir os limites da realidade, em que as disputas políticas e sociais ocorrem, e na reprodução do discurso ideológico necessário à manutenção da governança. Numa sociedade em que as indústrias de mídia ganham proporções de monopólios e oligopólios, determinadas por incorporação do capital financeiro, gestão empresarial, poder de acionistas, integração das indústrias de telecomunicações e outros fatores, a própria ideologia (THOMPSON, 2002) se responsabiliza pelo avanço na condução das configurações assumidas pelo capital em seu histórico processo de desenvolvimento.

Na agenda atual do campo da comunicação social, predominam temas como convergência tecnológica, TV e rádio digital, entre outros, além das questões de propriedade cruzada e concentração de diversos segmentos de mídia em escassos setores ou grupos. Essas questões ainda permeiam a estrutura do sistema de comunicação brasileiro, desafiando a Constituição Federal e as legislações do setor e apresentando-se como um grande empecilho na luta da sociedade organizada pela democratização da comunicação e da informação no Brasil. Sem meios de comunicação democráticos e plurais, tornam-se falaciosos os discursos da liberdade de expressão e da democracia neste país. Enfim, existem dados mais do que suficientes para afirmar que a prática do oligopólio nos meios de comunicação, em terras brasileiras, configura-se, hoje, em uma realidade das mais preocupantes. "Registra-se também o formidável avanço da internet e o recrudescimento da posição radical dos grupos privados de mídia em relação a qualquer proposta de regulação das comunicações, oriundas ou não do

governo" (LIMA, 2012, p.21). Como nos ensinou Antonio Gramsci, a luta pelo controle e pela democratização da mídia assume contornos de uma verdadeira "guerra de posições".

> O acesso a dados contábeis das empresas de comunicações no Brasil é, certamente, uma das maiores dificuldades que o estudo enfrenta. Tratados como segredo comercial, é praticamente impossível obter informações relativas a faturamento, fonte e distribuição por veículos de investimentos publicitários, empréstimos, dívidas ou lucros dos grandes grupos da mídia. Com isso, é sempre difícil avaliar com segurança [...] qual o peso relativo dos investimentos dos diferentes setores da atividade econômica no conjunto dos recursos que são destinados à grande mídia privada (LIMA, 2012, p.207).

Na verdade, a mídia jornalística funciona como a moldura de uma janela pela qual a opinião pública entra em contato com uma pequena parcela da realidade. Em um noticiário, por exemplo, quem constrói essa realidade e a organiza em notícias pode também ter uma leitura velada ou interessada da realidade. E, assim, essa ordenação dos fatos nem sempre é compreendida pelos leitores. Segundo Lage (2001b), o público, mesmo o mais instruído, muitas vezes, é incapaz de perceber "o jogo de interesses por detrás das notícias". Seria necessário compreender como os discursos são produzidos e em que condições eles disponibilizam lugares para os sujeitos; de que modo o sentido é disputado ou cristalizado por certas "maneiras de dizer". Atualmente, a mídia induz ao seu receptor, ao examinar conjunturalmente a sociedade, não somente a seleção dos acontecimentos e atores a serem analisados, como atribuirá a esses acontecimentos um sentido afinado com o interesse das classes dominantes e como um fato visto e lido por interesses específicos. São esses mecanismos que nos permitem passar da condição de meros sujeitos para sujeitos do discurso (ORLANDI, 2001).

Com o objetivo de mostrar como o discurso do MST sobre a reforma agrária e de outras lutas vem sendo desconstruído pela mídia dominante, e de como isso pode ser influenciado pelo modo como as mensagens são processadas ao longo da descrição dos assuntos, sobretudo se a ênfase do enunciador recai sobre um conjunto de dados considerados mais relevantes, por ele ou pelo interesse dos órgãos que ele representa, pois sabemos que a imparcialidade não existe. Como evitar que os leitores dessas notícias se concentrem nessas considerações ao construírem suas opiniões, uma vez que não há diversidade de informações que possibilite a esse leitor formar senso crítico sobre um determinado assunto? Diante da comprovação de diversas pesquisas, muitas delas citadas neste trabalho, observamos que se tornou lugar-comum pelos meios de comunicação, que funcionam como grandes monopólios e defensores do poder econômico, denunciar como atentados à liberdade de expressão cada vez que seus interesses empresariais são ameaçados. Na estrutura atual, são privilegiados os

lucros em detrimento do serviço, instituindo uma forte padronização de formatos e lógicas uniformes na produção de conteúdos de informação.

> Em maio de 2000, outra ofensiva da grande imprensa contra o MST. A revista *Veja*, em seu número 1.648, deu como manchete de capa "A tática da baderna", referindo-se às ações do MST no início do mês. Na matéria intitulada "Sem terra e sem lei", ataca: "Na prática, quem observa a trajetória do MST verifica que, pouco a pouco, modifica sua visão a respeito desses objetivos [a reforma agrária]. Numa palavra, o MST não quer mais terra. Ele quer *toda* a terra, quer tomar o poder no país por meio da revolução; feito isso, implantar aqui um socialismo tardio [...]" (MORISSAWA, 2001, p.218).

O avanço do agronegócio[240] pelo território brasileiro significa o monopólio pelo capital com a conivência do governo brasileiro, que mantém um modelo de desenvolvimento que favorece apenas o capital, condenando a agricultura camponesa. Esses dois projetos de produção de alimento apresentam diferenças de proposta e de discurso: o agronegócio, que trata o alimento como *commodity*, um produto a ser comercializado, que visa ao lucro; e a agricultura camponesa, defendida pelos movimentos sociais campesinos, que vê a produção como forma de alimentar a população, com produtos de qualidade, livre de agrotóxico e venenos. Há um conflito de interesses e uma disputa entre o que representa a mídia brasileira, em seus monopólios, e a posição do MST, pois o senso comum acredita que a "modernidade" da produção está no uso de aditivos químicos, condenando de arcaico o modelo dos movimentos que vai questionar essa posição. Nota-se nesse processo do agronegócio uma parceria ideológica de classe com os meios de comunicação privados (televisão, revistas e jornais), que fazem a defesa e a propaganda de um único projeto possível: aquele que valoriza o capital.

O MST é hoje o principal movimento do campo na luta pela terra e na luta para a criação de políticas para o desenvolvimento do território brasileiro, por intermédio de uma reforma agrária popular. No entanto, não é novidade o que todas as coberturas jornalísticas relativas ao Movimento fazem: utilizam-se de um discurso que o condena *a priori*. Há uma reprodução ideológica em crescente desenvolvimento pelos meios de comunicação, não só daqueles que se utilizam da imagem, como dos impressos, representada por uma simbiose entre os grandes proprietários das empresas de comunicação e do agronegócio, das verbas publicitárias e do poder econômico, em geral. As estratégias midiáticas de tratar o Movimento de forma negativa, citando-o como autor de atos violentos, encontra-se sustentada pela

[240]O agronegócio possui prioridades para expansão. Hoje, seus representantes, grandes e médios proprietários, controlam praticamente toda a produção de *commodities* no país.

conclusão do relatório "Vozes Silenciadas"[241]. Outro fator da desigualdade é a concentração da propriedade dos meios de comunicação e a imposição de barreiras ao acesso a esses meios por organizações sociais, que impedem o desenvolvimento de atividades de comunicação neste país, silenciando vozes.

> Quanto à sensação de que o MST é criminalizado pela mídia, os números comprovam que o Movimento é mostrado de maneira negativa. Mesmo que nem sempre se refira a crimes de forma direta, a maioria das matérias utiliza termos pejorativos ou cita atos considerados violentos cometidos por integrantes do MST. As bandeiras de luta do MST, em geral, não são mencionadas; quando isso acontece, normalmente são menosprezadas, em afirmações de que a Reforma Agrária já teria sido feita e que o MST não teria mais o que reivindicar (*Relatório Vozes Silenciadas*, 2011, p.157).

O estabelecimento de uma concepção dominante, como a que presenciamos na mídia mundial e, em especial, a brasileira, submissa ao ideal neoliberal, consiste em conservar e sedimentar uma determinada ideologia. Concentração – um imenso campo midiático refém de um pequeno número de famílias –, falta de controle público dos atos de midiatização, ausência de incentivo à mídia alternativa e a inexistência de um sistema público comprometido com a sociedade fazem-nos comparar, neste país, o *latifúndio da mídia* com o *latifúndio da terra* – grandes extensões de terra controladas por um número reduzido de famílias. Para a mudança desse quadro, é preciso pressionar o governo federal para a abertura do debate público em torno de um novo marco regulatório para as comunicações. Este ano, o Código Brasileiro de Telecomunicações, lei estruturante dessa área no Brasil, completou 50 anos, estando o seu conteúdo longe de dialogar com a nova realidade de mudanças tecnológicas, da convergência de mídia e, sobretudo, da necessidade de garantia da liberdade de expressão. O governo tem essa responsabilidade política pelo debate de forma ampla e participativa, consultando a sociedade. É um debate que vai exigir um esforço tanto dos movimentos sociais quanto da população em geral.

Diversos episódios recentes relativos aos escândalos que conjugam política, poder e informação, em todo o mundo, reforçam a necessidade de um marco regulatório da mídia em nosso país. A liberdade de expressão encontra-se no centro do debate da sociedade e dos movimentos sociais e deveria ser aproveitada. O sistema atual restringe a liberdade de expressão à não interferência do Estado na livre circulação da informação. "Não há como fugir da evidência de que uma lei geral de comunicação eletrônica de massa é inadiável e que a construção de um marco regulatório deve contemplar a convergência tecnológica dentro dos princípios definidos na Constituição de 1988..." (LIMA, 2012, p.217). Um aspecto relevante

[241]Ver *Nota 221.* Segundo a responsável pela pesquisa, não haveria necessidade de esses organismos de imprensa levantarem bandeiras do MST, mas que as matérias apresentassem mais contrapontos e fatos contextualizados.

é que se pensem normas para evitar a concentração da propriedade dos meios de comunicação, única alternativa possível para a garantia da pluralidade dos atores consagrados na Constituição. Para maior pluralidade de vozes, sugerimos, por exemplo, uma divisão equitativa da mídia, nos moldes da Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual argentina[242], aprovada em 2009, um sistema de meios de comunicação integrado por meios públicos, privados e comunitários sem fins lucrativos.

> ... A lei argentina busca a regulação do mercado de mídia, que fica dividido em três partes iguais: para a iniciativa privada, o Estado e a sociedade civil. Com isso, impedem-se a concentração da propriedade e a propriedade cruzada e, sobretudo, promovem-se a pluralidade e a diversidade por meio da garantia da liberdade de expressão de setores até aqui excluídos do "espaço público midiático" – povos originários, sindicatos, associações, fundações, universidades – através de entidades sem fins lucrativos (LIMA, 2012, p.129).

O discurso atual do MST reflete a sua atuação política e a *práxis* desenvolvida ao longo de sua existência, mas seus integrantes continuam conhecidos como "terroristas" (ARBEX JR., 2003). A forma como os textos, principalmente nos jornais estudados *Folha de S.Paulo e Zero Hora*, são construídos cria uma série de pressupostos que são assimilados pelo senso comum, pois observamos que sempre haverá um arquivo discursivo dentro de outro, usados como suportes midiáticos, para sustentar o discurso já manifesto das empresas jornalísticas sobre o MST. Será que o Movimento deve continuar sendo notícia apenas quando a polícia entra em confronto com ele? É por isso que muitos rejeitam o Movimento sem conhecer suas lutas autênticas, pois, em seu descredenciamento, encontramos desordens, crimes, arruaças com teor terrorista, denúncias de falsas acusações que se somam a imagens e fotos provocadoras, manchetes e editoriais tendenciosos. Como ator político, o MST (COMPARATO, 2003) precisa se impor como fonte para discutir com os órgãos institucionalizados as políticas públicas, mas não consegue se definir na questão do agendamento midiático, tendo sua fala reduzida ao enquadramento policial e jurídico.

Com a análise realizada nos jornais *Folha de S.Paulo* e *Zero Hora*, verificamos a ausência, no período pesquisado, de matérias que tratassem dos problemas estruturais ligados ao campo de modo geral e discutidas pelo Movimento durante os Congressos de 1995, 2000 e 2007, como os de ordem conjuntural com relação à reforma agrária brasileira e à concentração fundiária. Também não foram temas de atenção por parte dos jornais estudados a realização da reforma agrária e a sua relação com a agricultura camponesa, o crescimento do capitalismo

[242]Aprovada em 10/10/2009, a nova lei substituiu o antigo decreto, sancionado em 1980 pela última ditadura militar, e constitui um avanço decisivo para a democratização da comunicação e da cultura na Argentina. A lei foi considerada modelo pelo relator da Organização das Nações Unidas (ONU) para a Liberdade de Opinião e Expressão.

no campo e a questão do agronegócio, entre outros. Esses assuntos, quando abordados, são sempre de forma superficial, pois a imprensa costuma apresentar como causa dos conflitos no campo não a concentração de terra como latifúndio improdutivo ou ausência de reforma agrária, mas como sinônimo da impunidade dos crimes praticados no campo. Observamos apenas matérias afirmativas sobre o MST, quando apresentadas na forma de artigos assinados por seus dirigentes ou simpatizantes do Movimento.

Historicamente, no Brasil, os jornais, as revistas, as emissoras de rádio e de televisão pertencem a famílias ou oligarquias que defendem exclusivamente seus interesses, subordinados, por sua vez, aos interesses do capital transnacional, que criam obstáculos à circulação equilibrada da informação. A ausência da pluralidade de vozes na mídia brasileira e a dificuldade de acesso do MST como interlocutor político e fonte jornalística na discussão dos problemas brasileiros são provas concretas da falta de liberdade de expressão de grande parcela do povo brasileiro. Os meios de comunicação, na forma em que existem, dificilmente darão espaço para a expressão e a constituição de interesses que ameacem as estruturas básicas do capitalismo, cujo caráter dependente e de desenvolvimento desigual e combinado a classe burguesa brasileira forjou e continua afirmando. Se o neodesenvolvimento em pauta, na última década, por um lado, repõe no debate a questão do desenvolvimento que, em décadas passadas, havia sido substituído pela noção de mercados e economias emergentes, sua forma dominante é de natureza modernizadora.

Vale ressaltar a abertura de novos espaços para a reprodução do grande capital, além da expansão e da centralidade que assume o agronegócio atualmente no Brasil, que combina o crescimento da propriedade fundiária com o capital bancário e financeiro, demonstração clara dessa tendência. Daí a importância da democratização dos meios de comunicação – ainda que nos marcos do capitalismo –, pois assistimos, hoje, a uma luta política desigual em que os setores conservadores hegemônicos travam na sociedade, visando enfraquecer a luta camponesa e manter a sua dominação ideológica, política, econômica e territorial. Com isso, a situação torna-se delicada para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, cada vez mais criminalizado pelo "pensamento único" ainda presente na grande mídia[243].

O diálogo entre o MST e a sociedade poderia apresentar outra conotação, o que fica impossível diante da falta de profundidade de análise e até da omissão de fatos

[243]É necessário regulamentar os dispositivos constitucionais para que enfrentem os monopólios e oligopólios da mídia e garantam a complementaridade dos sistemas público, privado e estatal, na luta para ampliar o número de vozes na mídia brasileira.

importantes na transmissão de notícias sobre o Movimento. Em geral, os meios de comunicação apresentam críticas e informam de maneira parcial acerca dos assuntos que fogem aos seus interesses, principalmente em se tratando do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o que dificulta ao leitor formar senso crítico sobre as suas ações. Hoje, quando os integrantes do MST insistem que a reforma agrária não é apenas uma questão dos sem-terra, mas sim um assunto do interesse de todos trabalhadores brasileiros, tendo em vista que o sistema central de alimentos e a produção devem atender às necessidades básicas da população e não apenas à lógica da acumulação, a imprensa se abstém de esclarecer as reais causas dessa afirmativa.

Outro exemplo de omissão da imprensa refere-se à Cargill, à Bunge Alimentos e à Monsanto que não produzem para o mercado interno brasileiro, mas para aquele que dá mais lucro, tanto no que se refere à produção de grãos quanto à cadeia de carnes. No entanto, a imagem e o clichê dominantes que são repassados à sociedade e à opinião pública brasileira pelos meios de comunicação é que o MST defende o atraso e o agronegócio o avanço; que o MST semeia a desordem e o agronegócio a ordem. Em suma, como concluímos ao final do capítulo 4, o que a imprensa analisada nesta tese sustenta, de forma reiterada, é a defesa da grande propriedade privada. Também o agronegócio, aliado dessa imprensa, mostra-se hostil à pequena propriedade e ao seu modo de produção, elaborando a sua sistemática crítica sem concessões ao MST.

Concluímos, aqui, a nossa reflexão sobre o objeto desta tese, torcendo para que o assunto volte a transitar na trama de outras vozes.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2003.

ABREU, Alzira Alves. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2002.

ADORNO, Theodor et al. **Teoria da cultura de massa**. Introdução, comentários e seleção de Luiz Costa Lima (Org.). São Paulo, SP: Paz e Terra, 1978.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **A dialética do esclarecimento:** fragmentos filosóficos. Guido Antônio de Almeida (Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2006.

ALENTEJANO, Paulo. Terra. In: CALDART, Roseli Saleti et al (Org.). **Dicionário da educação do campo**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2012.

ANDRES, Marcia T. O percurso de um programa regional rumo às necessidades de mercado. In: BRITTOS, Valério Cruz (Org.). **Economia política da comunicação. E**stratégias e desafios no capitalismo global**.** São Leopoldo, RS: Unisinos, 2008.

ANDERSON, Perry. As antinomias de Gramsci. In: _____. **Afinidades seletivas**. São Paulo, SP: Boitempo, 2002.

_____. A batalha das ideias na construção de alternativas. In: BORON, Atílio A. (Org.). **Nova hegemonia mundial –** alternativas de mudança e movimentos sociais. Buenos Aires, AR: Editorial Clacso, 2005.

ANTUNES, Ricardo. Introdução. In: MÉSZÁROS, István. **A Crise estrutural do capital**. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

_____. Um pensamento insubmisso. In: FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. São Paulo, SP: Global Editora, 2009a.

ARBEX JR., José. **Showrnalismo,** a notícia como espetáculo. São Paulo, SP: Casa Amarela, 2001.

_____. **O jornalismo canalha –** A promíscua relação entre mídia e poder. São Paulo, SP: Casa Amarela, 2003.

ARROYO, Miguel Gonzales; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Por uma educação no campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BAKHTIN, M. **Maxismo e filosofia da linguagem***:* São Paulo, SP: Hucitec, 1995.

BAKHTIN, M. **Problemas da obra de Dostoiévski**. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 1981.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização:** as consequências humanas. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1999.

_____. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2009.

BECKER, K. B.; EGLER, C.A.G. **Brasil uma nova potência regional na economia do mundo**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand, 1994.

BÉJAR, Héctor. Poder mediático y manipulación ideológica. In: _____ et al. **Poder mediático.** Lima, PE: Universidad de Ciencias y Humanidades – UCH, 2009.

BERGER, Christa. **Campos em confronto: a** terra e o texto. Porto Alegre, RS: UFRGS Editora, 1998.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BLASS, Suzana (Coord.). **Memória de repórter:** lembranças, casos e outras histórias de jornalistas brasileiros (décadas de 1950 a 1980). Rio de Janeiro, RJ: Verso Brasil Ltda., 2010.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 1992.

_____. Gramsci e a dialética. In: **Ensaios sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil.** São Paulo, SP: Paz e Terra, 2002.

_____. **Estado, governo e sociedade –** para uma teoria geral da política. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2007.

_____. **Liberalismo e democracia**. São Paulo, SP: Brasiliense, 2005.

BOFF, Leonardo. **E a igreja se fez povo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

_____. **Teologia da libertação no debate atual**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

BOITO JR., Armando. A hegemonia neoliberal do governo Lula. *Revista Crítica Marxista*, n. 17. Rio de Janeiro, RJ, 2003.

BORGES, Altamiro**. A ditadura da mídia**. São Paulo, SP: Anita Garibaldi, 2009.

BOSCHI, R. R. (Org.). **Movimentos coletivos no Brasil urbano**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1983.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. Rio de Janeiro, RJ: Cia das Letras, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos:** táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1998.

_____. O mercado dos bens simbólicos. In: _____. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo, SP: Perspectiva, 1974.

_____. **Contrafogos 2:** por um movimento social europeu. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2001.

_____. **O poder simbólico**. São Paulo, SP: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1997.

BOURDIEU, Pierre; WAQUANT, Loïc. **A nova Bíblia do tio Sam**, s/d. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/fsmrn/60.pierre.bourdieu.html>. Acesso em: nov.2007.

BRAGA, Ruy. Apresentação. In: OLIVEIRA, Francisco, RISEK, Cibele; BRAGA, Ruy (Org.). **Hegemonia às avessas**. São Paulo, SP: Boitempo, 2010.

BRANDFORD, Sue. Lidando com governos: O MST e as administrações de Cardoso e Lula. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social:** o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo, SP: UNESP, 2010.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Estatísticas do meio rural 2010-2011**. Brasília, DF, 4ed., 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Agricultura familiar no Brasil e o censo agropecuário – 2006**. Brasília, DF, 2010.

BUCCI, Eugenio; KEHL, Maria Rita. **Videologias:** ensaios sobre a televisão. São Paulo, SP: Boitempo, 2004.

CALDART, Roseli Saleti. **O MST e a formação dos Sem Terra**, 2001. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?%20script=sci>. Acesso em: dez.2009.

_____. **Educação em movimento** – formação de educadoras e educadores no MST. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. **Pedagogia do MST:** a escola é mais que a escola**.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CALDART, Roseli Saleti (Org.). **A construção do método do materialismo histórico-dialético – seleção de textos de Karl Marx e F. Engels.** (Apostila.) Veranópolis, SP: Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária, 2004.

CALDART, Roseli Saleti et al (Org.). **Dicionário da educação do campo**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2012.

CANCLINI, Néstor García*:* **Consumidores e Cidadãos:** conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 1999.

CARCANHOLO, Reinaldo A.; NAKATANI, Paul. **Capitalismo especulativo e alternativo para América Latina**, 2006. Disponível em: <http://pt.calameo.com/read/000140749c0ad523b3e8b>. Acesso em: abr.2010.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Avança Brasil:** proposta de governo**.** Brasília, DF, s/ed., 1998.

CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social:** o MST e a reforma agrária no Brasil. In**:** CARTER, Miguel (Org.). São Paulo, SP: UNESP, 2010.

_____. Origem e consolidação do MST no Rio Grande do Sul. In: _____ (Org.). **Combatendo a desigualdade social:** o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo, SP: UNESP, 2010.

_____. Desigualdade social, democracia e reforma agrária no Brasil. In: _____ (Org.). **Combatendo a desigualdade social:** o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo, SP: UNESP, 2010.

_____. Desafiando a desigualdade: contestação, contexto e consequências. In: _____ (Org.). **Combatendo a desigualdade social:** o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo, SP: UNESP, 2010.

CARTER, Miguel; CARVALHO, Horácio Martins. A Luta na terra: fonte de crescimento, inovação e desafio constante ao MST. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social:** o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo, SP: UNESP, 2010.

CASTELLS, Manuel. **Sociedade em rede:** a era da informação, economia, sociedade e cultura. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1999.

CEVASCO, Maria Elisa. A cultura da servidão financeira: uma leitura às avessas". In: OLIVEIRA Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Org.). **Hegemonia às avessas: e**conomia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo, SP: Boitempo, 2010.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discursos das mídias**. São Paulo, SP: Contexto, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência:** aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo, SP: Brasiliense, 1994.

_____. **O que é ideologia.** São Paulo, SP: Brasiliense, 1980.

CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e poder –** uma análise da mídia**.** São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. **Brasil –** mito fundador e sociedade autoritária**.** São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. **Cultura e democracia – o** discurso competente e outras falas**.** São Paulo, SP: Cortez, 2006a.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo, SP: Xamã, 1996.

CHOMSKY, Noam. **Novas e velhas ordens mundiais**. São Paulo, SP: Scritta, 1996.

_____. **O lucro ou as pessoas?** Neoliberalismo e a ordem global. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1999.

COSTA, Caio Túlio. **Ética, jornalismo e nova mídia**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2009.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci:** um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1999.

_____. O estado brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: NEVES, Lucia Maria Wanderley; LIMA, Julio França (Org.) **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro, RJ: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (Fiocruz), 2006.

COUTINHO, Eduardo Granja. Gramsci: A Comunicação como Política. In: COUTINHO, Eduardo G; FREIRE FILHO, João; PAIVA, Raquel (Org.). **Mídia e poder:** ideologia, discurso e subjetividade. Rio de Janeiro, RJ: Mauad, 2008.

COMPARATO, Bruno Konder. **A ação política do MST**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2003.

COLETTI, Claudinei. **A trajetória política do MST:** da crise da ditadura ao período neoliberal, 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, SP, 2005.

DEBORD, Guy. A Negação e o Consumo na Cultura. In: DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 1997.

DELGADO, Guilherme Costa. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social:** o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo, SP: UNESP, 2010.

DIJK, Teun A. Van. **Discurso e poder**. São Paulo, SP: Contexto, 2008.

DOMINGUES, Diana (Org.). **A arte no século XXI: A humanização das tecnologias**. São Paulo, SP: Unesp, 1997.

EAGLETON, Terry. **Marx e a liberdade**. São Paulo, SP: Unesp, 1999.

_____. **A ideia de cultura**. São Paulo, SP: Unesp, 2005.

ECO, Umberto. **Viagem na irrealidade cotidiana**. São Paulo, SP: Nova Fronteira, 1984.

_____. **Como se faz uma tese**. São Paulo, SP: Perspectiva, 2001.

FALKEMBACH, Elza Maria Fonseca. **Socialização e individuação. MST, uma estilística de resistência.** Ijuí, SC: Unijuí, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Formação e territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social:** o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo, SP: UNESP, 2010.

_____. **Questão agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial, 2009. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/arti.php>. Acesso em ago.2012.

_____. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo, SP: Cortez Editora, 2001.

FERNANDES, Florestan. Revolução burguesa e capitalismo dependente. In: _____. **A revolução burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. São Paulo, SP: Globo, 2006.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. São Paulo, SP: Editora Global Editora, 2009.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. São Paulo, SP: Ática, 1998.

FRANK, André Gunder. A Agricultura Brasileira: Capitalismo e Mito do Feudalismo – 1964. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil.** O debate na esquerda: 1960-1980. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2005b.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Projeto societário contra-hegemônio e educação do campo: desafios de conteúdo, método e forma. In: MONARIM, Antonio**. Educação do campo.** Reflexões e perspectivas**.** Florianópolis, SC: Insular, 2010**.**

FONTES, Virgínia. **Reflexões im-pertinentes.** História e capitalismo contemporâneo. Rio de Janeiro, RJ: Bom Texto, 2005.

_____. **O Brasil pós-milagre.** Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1993.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capitalismo-imperialismo.** Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 2010.

FONTES, Virgínia. Intelectuais e mídia – quem dita a pauta? In: COUTINHO, Eduardo Granja (Org.). **Comunicação e contra-hegemonia:** processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 2008.

FURTADO, Celso. **Capitalismo global**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2007.

GANDELMAN, Marisa. Propriedade. In: **Poder e conhecimento na economia geral**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2004.

GENRO FILHO, Adelmo. O s**egredo da pirâmide –** para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987. Disponível em: <http://www.adelmo.com.br>. Acesso em: set.2007.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Atlas da questão agrária brasileira**, 2008. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas /questão_agraria.htm>. Acesso em: mai.2012.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais.** Paradigmas clássicos e contemporâneos**.** São Paulo, SP: Edições Loyola, 2002.

_____. **Mídia, terceiro setor e MST:** o impacto sobre o futuro das cidades e do campo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1991.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Jornalismo e ciências da linguagem**. São Paulo, SP: Hacker Editores, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** Carlos Nelson Coutinho (Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2001. V. 1 e V.2.

_____. **Cadernos do cárcere**. Carlos Nelson Coutinho (Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2000 / 2002. V. 3 e V. 6.

_____. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1987.

GREGOLIN, M. do R.; BARONA R. **Análise do discurso:** as materialidades do sentido. São Carlos, SP: Claraluz, 2001.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. São Paulo, SP: Graal, 2000.

GUARESHI, Pedrinho. **Os construtores de informações:** meios de comunicação, ideologia e ética: Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro Séculos de Latifúndio. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil:** o debate tradicional:1500-1960. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2005a.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública.** Investigações quanto a uma categoria da sociedade. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro, 1984.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2002.

HARVEY, Davis. **O novo imperialismo**. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2003.

_____. **Espaços de esperança.** São Paulo, SP: Edições Loyola, 2004.

_____. **Condição pós-moderna**. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1992.

HAYEK, Fredrich. A. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Liberal, 1990.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1996.

_____. **O príncipe eletrônico,** 2000. São Paulo, SP: Unicamp. Disponível em: <www.juridicas.unam.mx/publica/librev/rev/cconst/cont/4/art/art1.pdf>.Acesso em: jul/2007.

_____. **Estado e capitalismo**. São Paulo, SP: Brasiliense, 2004.

JAMESON, Fredric. **A cultura do dinheiro:** ensaios sobre a globalização. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

_____. Cinco teses sobre marxismo atualmente existentes. In WOOD, Ellen M. e FOSTER, J. B. (Org.). **Em defesa da história – marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1999.

_____. **Pós-Modernismo:** a lógica cultural do capitalismo. São Paulo, SP: Ática, 1996.

KEHL, Maria Rita. Fetichismo. In: BUCCI, Eugenio; KEHL, Maria Rita. **Videologias**: ensaios sobre a televisão. São Paulo, SP: Boitempo, 2004.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia – estudos culturais:** identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru, SP: Edusc, 2001.

KONDER, Leandro. **Marxismo e alienação:** contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2009.

KUCINSKI, Bernardo e LIMA, Venício A. **Diálogos da perplexidade:** reflexões críticas sobre a mídia. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2009.

LAGE, Nilson. **A reportagem:** teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2001.

_____. **Ideologia e técnica da notícia**. Florianópolis, SC: UFSC, 2001a.

_____. **A estrutura da notícia**. São Paulo, SP: Editora Ática, 2001b.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo, SP: Editora Alfa-Ômega, 1986.

LERRER, Débora. **Trajetória de militantes sulistas:** nacionalização e modernidade do MST, 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, UFRRJ, Rio de Janeiro, RJ, 2008.

_____. **A 'degola' do PM pelos sem-terra em Porto Alegre.** De como a mídia fabrica e impõe uma imagem. Rio de Janeiro, RJ: Revan, 2005.

LIMA, Venício A de. **Mídia –** crise política e poder no Brasil**.** São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. **Regulação das comunicações:** história, poder e direitos**.** São Paulo, SP: Paulus, 2011.

_____. **Política de comunicações:** um balanço dos governos Lula (2003-2010). São Paulo, SP: Publisher Brasil, 2012.

_____. **Mídia:** teoria e política. São Paulo, SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

LIMA, Venício A de. **Política de comunicações no Brasil**: novos e velhos atores, 1998. Disponível em <http://lasa.international.pitt.edu/LASA98/deLima.pdf>. Acesso em: jun.2012.

LIMOEIRO, Miriam Cardoso. Sobre a teorização do capitalismo dependente em Florestan Fernandes. In: FAVERO, Osmar (Org.). **Democracia e educação em Florestan Fernandes**. Campinas, SP: Autores Associados; Niterói, RJ: EDUFF, 2005.

_____. **Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes.** São Paulo, SP: Instituto de Estudos Avançados - USP, 1997.

LOSURDO, Domenico. **Democracia ou bonapartismo**. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 2004.

LOSURDO, Domenico. **A Linguagem do império**. São Paulo, SP: Boitempo, 2010.

MANCEBO, Deise. Contemporaneidade e efeitos de subjetivação. In: BOCK, Ana Mercês Bahia (Org.) **Psicologia e compromisso social.** Rio de Janeiro, RJ: EdUerj, 2003.

MANCEBO, Deise. Individuo e psicologia: gênese e desenvolvimentos atuais. In: MANCEBO, Deise; Vilela; Ana Maria Jacó (Org.). **Psicologia social: abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos.** Rio de Janeiro, RJ: EdUerj, 2004.

MARTÍN-BARBERO, Jésus. **Dos meios às mediações:** comunicação, cultura e hegemonia**.** Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 2003.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil:** as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1995.

MARTINS, Emilio M.; SARAVIA, Enrique; PIERANT, Otávio (Org.). **Democracia e regulação dos meios de comunicação de massa**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. FGV, 2008.

MATTELART, Armand & Michele. **Histórias das teorias de comunicação**. São Paulo, SP: Loyola, 1999.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo, SP: Boitempo, 2009a (3ª reimpressão).

_____. **Liberdade de imprensa**. Cláudia Schilling e José Fonseca (Trad.). Porto Alegre, RS: LP&M, 2009.

MARX, Karl e ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo, SP: Martin Claret, 2001.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. **Reforma agrária de mercado e movimentos sociais:** aspectos da experiência brasileira, 2003. Disponível em: <http://www.comciencia.br>. Acesso em: jun.2011.

_____. A **Luta por terra no Brasil e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra**, 2009. Disponível em: <http://geopr1.planalto.gov.br/saei/images/publicacoes/CGEEVF.pdf>. Acesso em: jun.2012.

_____. **A polêmica sobre a atualização dos índices de produtividade da agropecuária**. 2010. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/colunamostrar.cfm?coluna_id=4539&boletim_id=644&componente_id=10766>. Acesso em: jan.2012.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MESZÁROS, George. O MST e o Estado de Direito no Brasil. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social:** o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo, SP: UNESP, 2010.

MÉSZÁROS, István. **A Crise estrutural do capital**. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo, SP: Boitempo, 2006a.

_____. **A teoria da alienação em Marx.** São Paulo, SP: Boitempo, 2006.

MORAES, Dênis de. **Planeta mídia**. Campo Grande, MS: Letra Livre, 1998.

_____. O Capital da Mídia na Lógica da Globalização. In: _____ (Org.). **Por uma outra comunicação:** mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2003.

_____. **A batalha da mídia.** Governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios. Rio de Janeiro, RJ: Pão e Rosas, 2009.

_____. Hegemonia cultural, comunicação e poder: notas sobre a contribuição Gramsciana. In: BRITTOS, Valério Cruz (Org.). **Economia política da comunicação.** Estratégias e desafios no capitalismo global. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2008.

MORISSAWA, Mitsue. **A história de luta pela terra e o MST**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2001.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. **Multidão guerra e democracia na era do império.** Rio de Janeiro, RJ: Record, 2005.

NEVES, Lucia Maria Wanderley (Org.). **A direita para o social e a esquerda para o capital: i**ntelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo, SP: Xamã, 2010.

NEVES, Lucia Maria Wanderley; LIMA, Julio França (Org.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro, RJ: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (Fiocruz), 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. Capitalismo e política: um paradoxo letal. In: NOVAIS, Adauto (Org.). **O esquecimento da política.** Rio de Janeiro, RJ: Agir, 2007.

_____. **A era da indeterminação**. São Paulo, SP: Boitempo, 2007a.

_____. **Collor –** a falsificação da ira. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1992

_____. Há vias abertas para a América Latina? In: BORON, Atílio A. (Org.). **Nova hegemonia mundial –** alternativas de mudança e movimentos sociais. Buenos Aires, AR: Editorial Clacso, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. À sombra do manifesto comunista: a globalização e reforma do estado na América Latina. In: SADER, Emir; GENTILE, Pablo (Org.). **Pós-Neoliberalismo II, que estado para que democracia?** Rio de Janeiro, RJ: Vozes/CLACSO, 1999.

OLIVEIRA, Francisco de; RISEK, Cibele; BRAGA, Ruy (Org.). **Hegemonia às avessas**. São Paulo, RJ: Boitempo, 2010.

ORLANDI, Eni. **Análise do discurso**. Campinas, SP: Pontes, 2007.

ORLANDI, Eni. **A linguagem e seu funcionamento:** as formas de discurso. Campinas, SP: Pontes, 2001.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1996.

PAULANI, Leda. **Brasil delivery**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **Modernidade e discurso econômico**. São Paulo, SP: Boitempo, 2005.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

PINTO, Junior et.al. **Função social da propriedade:** dimensões ambiental e trabalhista. Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005.

PINTO, Milton José. **Comunicação e discurso**. São Paulo, SP: Hacker, 2002.

PINTO, Virgilio Noya. **Comunicação e cultura brasileira**. São Paulo, SP: Ática, 2002.

POLANYI, K. **A Grande transformação –** as origens de nossa época. São Paulo, SP: Campos, 2000.

PRADO JR., Caio. **A questão agrária no Brasil.** São Paulo, SP: Brasiliense, 1981.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo. **Dicionário de comunicação**. Rio de Janeiro, RJ: Codecri, 1978.

SADER, Emir (Org.). **Gramsci: sobre poder, política e partido**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2005.

_____. **A vingança da história**. São Paulo, SP: Boitempo, 2003.

SADER, Emir; GARCIA, Marco Aurélio**. O Brasil, entre o passado e o futuro.** São Paulo, SP: Boitempo, 2010.

SANTAELLA, Lúcia. **Comunicação e pesquisa**. São Paulo, SP: Hacker, 2006.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. **Paródia, paráfrase & Cia**. São Paulo, SP: Ática, 1988.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2007.

SANTOS, Milton. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI**.** Rio de Janeiro, RJ: Record, 2004.

SCOLESE, Eduardo. **Pioneiros do MST:** caminhos e descaminhos de homens e mulheres que criaram o movimento. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2008.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro, RJ: Campos, 1988.

SENNET, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2006.

SFEZ, Lucien. **Crítica da comunicação**. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2000.

SHIVA, Vandana. **Biopirataria:** a pilhagem da natureza e do conhecimento**.** Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2001.

SODRÉ, Muniz**. Reinventando a cultura.** A comunicação e seus produtos**.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SODRÉ, Muniz**. A verdade seduzida**. Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves, 1983.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Mauad, 1999.

STAM, Robert. **Da teoria literária à cultura de massa**. São Paulo, SP: Ática, 1992.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente:** a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo, SP: Perseu Abramo, 1999.

_____ (Org.). **A questão agrária no Brasil.** Programas de reforma agrária: 1946-2003. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2005c.

_____ (Org.). **A questão agrária no Brasil.** História e natureza das ligas camponesas: 1954-1964. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2005.

_____. A sociedade deve decidir o modelo agrícola para o país**.** *Revista Caros Amigos.* Ano 10, n.109. São Paulo, SP, 2006.

TARIQ, Ali. Quem viabiliza o império. In: _____. **Imperialismo e resistência**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2005.

TASCHNER, Gisela. **Do jornalismo político à indústria cultural**. São Paulo, SP: Summus, 1987.

TASCHNER, Gisela. **Folhas ao vento:** análise de um conglomerado jornalístico no Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1992.

THÉRY, Hervé et al. **Atlas do trabalho escravo no Brasil**, 2009. Disponível em: <http://amazonia.org.br/wp-content/uploads/2012/04/Atlas-do-Trabalho-Escravo/pdf>. Acesso em: mai.2012.

THOMPSON, Edward P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (Org.). São Paulo, SP: Unicamp, 2001.

THOMPSON, John B. A globalização da comunicação. In: _____. **A mídia e a modernidade –** uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. **Ideologia e cultura moderna –** teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX.** São Leopoldo, RS: Unisinos, 2001.

_____. **O poder do jornalismo, análise e texto da teoria do agendamento.** Coimbra, PT: Minerva, 2000.

VINHAS, Moisés. Problemas agrários – camponeses do Brasil – 1968. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A Questão agrária no Brasil.** O debate tradicional: 1500-1960. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2005a.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura.** Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1979.

_____. **Cultura.** São Paulo, SP: Paz e Terra, 2008.

_____. **Palavras-Chave –** um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo, SP: Boitempo, 2007.

WOLFORD, Wendy. Assentamentos do MST em Pernambuco: identidade e resistência. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social:** o MST e a reforma Agrária no Brasil. São Paulo, SP: UNESP, 2010.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa, PT: Presença, 2001.

WOOD, Ellen Meiksins. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2001.

_____. **Democracia contra o capitalismo:** a renovação do materialismo histórico. São Paulo, SP: Boitempo, 2003.

WOOD, Ellen M.; FOSTER, J. B. (Org.). **Em defesa da história** – marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1999.

ZIZEK, Slavoj. **O sublime objeto da ideologia**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1992.

_____. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 1996.

WEB:

<http://www.mst.org.br>

<http://www.reformaagraria.blog.br>

<http://www.intervozes.com.br>

<http://www.cedem.unesp.br>

<http://www.nead.gov.br>

<http://www.ufrrj.br/cpda>

<http://www.folha.uol.com.br>

<http://zerohora.clicrbs.com.br>

<http://www.estadao.com.br>

<http://www.donosdamidia.com.br>

<http://oglobo.globo.com>

<http://veja.abril.com.br/060803/p_048.html>

PERIÓDICOS/REVISTAS:

Carta Capital – Edição de 3/8/2011

Caros Amigos – Especial (2011) / Mídia: a grande batalha para a democracia

Jornal dos Trabalhadores Sem Terra – 1985-2007

Veja – Edições de 3/6/1998, 10/5/2000 e 2/9/2009